



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do
Distrito Federal
Brasília Ambiental – IBRAM

SUPERINTENDÊNCIA DE BIODIVERSIDADE – SUBIO

DIRETORIA DE AVALIAÇÃO DA QUALIDADE AMBIENTAL – DIAVA

RELATÓRIO DE ÁREA QUEIMADA NOS PARQUES E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL NO ANO DE 2018

BRASÍLIA – DF
2019

© 2019 Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal.
Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução parcial ou total deste documento, desde que citada a fonte e que não seja para venda ou qualquer fim comercial.
A responsabilidade pelos direitos autorais de textos e imagens desta obra é da área técnica.

Elaboração, distribuição e informações:

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL (GDF)
Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA
Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal – Brasília Ambiental (IBRAM)
Superintendência de Biodiversidade – SUBIO – Alessandra do Valle Abrahão Soares
Diretoria de Avaliação de Qualidade Ambiental – DIAVA – Elenice dos Santos Costa
SEPN 511, Bloco C, Edifício Bittar
Brasília – DF – CEP: 70.750-543
Tels.: (61) 3214-5693

Pesquisa e elaboração:

Airton Mauro de Lára Santos
Albino Luciano Simões Antonio
Danielly Ferreira
Elenice dos Santos Costa

Normalização:

Gerência de Acervo Técnico – GEATE/UGIN/PRESI/IBRAM

Dados Internacionais de catalogação na publicação

Distrito Federal (Brasil). Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos. Diretoria de Avaliação da Qualidade Ambiental.

Relatório de área queimada nos parques e unidades de conservação do Distrito Federal no ano de 2018 / Diretoria de Avaliação da Qualidade Ambiental. – Brasília, DF: IBRAM, 2019.

146 p. : il.

1. Unidade de conservação 2. Incêndio florestal 3. Monitoramento ambiental I. Instituto Brasília Ambiental. II. DIAVA. III. Título.

CDU 630.43(817.4)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	4
1. OBJETIVO.....	18
2. METODOLOGIA	18
3. DESCRIÇÃO E LOCALIZAÇÃO DAS ÁREAS QUEIMADAS NOS PARQUES E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO.....	4
a. Área de Relevante Interesse Ecológico da Vila Estrutural	4
b. Área de Relevante Interesse Ecológico do Córrego Cabeceira do Valo	6
c. Área de Relevante Interesse Ecológico do Torto	8
d. Área de Relevante Interesse Ecológico Juscelino Kubitschek.....	10
e. Área de Relevante Interesse Ecológico Cruls	4
f. Área de Relevante Interesse Ecológico do Córrego Mato Grande.....	6
g. Área de Relevante Interesse Ecológico Dom Bosco	8
h. Área de Relevante Interesse Ecológico Granja do Ipê	10
i. Área de Relevante Interesse Ecológico Paranoá Sul.....	12
j. Área de Relevante Interesse Ecológico do Santuário de Vida Silvestre do Riacho Fundo.....	15
k. Estação Ecológica de Águas Emendadas	17
l. Parque Distrital do Gama	35
m. Parque Distrital dos Pequizeiros	37
n. Parque Distrital Ponte Alta do Gama	39
o. Parque Distrital Recanto das Emas	41
p. Parque Distrital Retirinho	43
q. Parque Distrital Riacho Fundo	45
r. Parque Distrital Rio Descoberto.....	47
s. Parque Ecológico Asa Sul	49
t. Parque Ecológico Bernardo Sayão	51
u. Parque Ecológico Boca da Mata	53
v. Parque Ecológico Burle Marx	55
w. Parque Ecológico Cachoeirinha	57
x. Parque Ecológico Canela de Ema	59
y. Parque Ecológico Colégio Agrícola de Brasília.....	61
z. Parque Ecológico Córrego da Onça	63
aa. Parque Ecológico Cortado.....	65

bb.	Parque Ecológico das Sucupiras	67
cc.	Parque Ecológico DER	69
dd.	Parque Ecológico do Pipiripau.....	71
ee.	Parque Ecológico Dom Bosco	73
ff.	Parque Ecológico Ezechias Heringer	75
gg.	Parque Ecológico Garça Branca.....	77
hh.	Parque Ecológico Gatumé.....	79
ii.	Parque Ecológico Saburo Onoyama.....	81
jj.	Parque Ecológico Sobradinho	83
kk.	Parque Ecológico Sucupira	85
ll.	Parque Ecológico Taquari	87
mm.	Parque Ecológico Três Meninas.....	89
nn.	Parque Ecológico Varjão.....	91
oo.	Parque Ecológico Veredinha.....	93
pp.	Parque Ecológico Viva Sobradinho	95
qq.	Parque Pinheiros.....	97
rr.	Parque Urbano Areal	99
ss.	Parque Urbano Bosque dos Eucaliptos	101
tt.	Parque Urbano Corujas	103
uu.	Parque Urbano das Aves	105
vv.	Parque Urbano do Gama	107
ww.	Parque Urbano do Lago Norte	109
xx.	Parque Urbano Enseada	111
yy.	Parque Urbano Santa Maria	113
zz.	Parque Urbano Setor “O”	115
aaa.	Reserva Biológica do Gama.....	117
bbb.	Reserva Biológica do Guará.....	119
ccc.	Reserva Biológica do Rio Descoberto	121
4.	RESULTADOS E DISCUSSÃO	123
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	134
	REFERÊNCIAS	136
	ANEXOS	
	ANEXO A– Registro de Incêndio Florestal - RIF	139
	ANEXO B – Classificação por quantidade de registros de incêndios florestais.....	141
	ANEXO C - Classificação por tamanho de área queimada.....	144

INTRODUÇÃO

DISTRITO FEDERAL

O Distrito Federal localiza-se na Região Centro-Oeste, no Planalto Central do Brasil, ocupando a área nuclear da região do Cerrado, o segundo maior bioma do país. Apresenta uma extensão de 5.779,999 km² (IBGE, 2010), entre os paralelos 15°30' S e 16°03'S e entre os meridianos 47°18'W e 48°17'W, tendo como limites naturais a leste e a oeste os rios Preto e Descoberto, respectivamente.

As características do clima, de relevo, solo e recursos hídricos contribuem para caracterizar o bioma Cerrado como grande mosaico de paisagens naturais com diferentes fitofisionomias, que apresentam uma grande diversidade biológica. A fauna também é rica e diversificada (SOUSA, 2004).

CLIMA

A região do Cerrado tem um clima tropical tipo Aw no centro e Cw na borda sul, com precipitação variando de 750 mm/ano a 2.000 mm/ano. É caracterizado pela marcante sazonalidade de seu clima, onde cerca de 90% das precipitações ocorrem de setembro/outubro a março/abril, provocadas pelo deslocamento para o sul das massas de ar instáveis e ascendentes da zona de calmaria equatorial, enquanto que a estação seca é provocada pelas massas de ar mais estáveis da faixa subtropical de altas pressões que se movem para o norte nessa época (BAPTISTA & MAIA, 2008).

Pela classificação de Köppen, a categoria Aw significa clima de savana, cuja temperatura do mês mais frio é superior a 18 °C. Esse tipo climático situa-se nos locais com cotas altimétricas abaixo de 1000 metros, enquanto que o Cw, significa tropical de altitude, possui temperatura inferior a 18°C nos meses mais frios, com média superior a 22 °C nos meses mais quentes. Esse tipo climático é verificado nos rebordos e escarpas intermediárias entre a chapada e os vales dissecados por redes hidrográficas. Abrange aproximadamente as altitudes entre 1.000 e 1.200 metros, típicos na região do Distrito Federal (BAPTISTA & MAIA, 2008).

É possível verificar que na estação de chuvas, setembro/outubro a março/abril, ocorrem cerca de 90 % das precipitações, enquanto que na estação da estiagem, de

abril/maio a setembro, raramente chove mais que 9,0 mm/mês, mas o volume de água pode chegar a 40 mm/mês. Uma das formas de identificação do início do período das chuvas é quando se observam chuvas iguais ou superiores a 10 mm/dia, após o período de estiagem (normalmente final de setembro). E o período de seca pode ser marcado a partir do último dia com precipitação igual ou acima de 10 mm antes da estiagem (normalmente no mês de abril e maio) (BAPTISTA & MAIA, 2008).

No Distrito Federal o clima predominante, segundo a classificação de Köppen, é tropical de savana, com duas estações bem definidas: verão chuvoso e inverno seco (SOUSA, 2004). As chuvas concentram-se, 75 % a 85 %, na primavera-verão, entre outubro e maio, e o restante das chuvas, de 25 % a 15 %, cai entre abril e setembro, no outono e no inverno. Assim, a estação seca pode variar entre cinco e seis meses (SILVA JUNIOR, 2004).

As temperaturas médias anuais variam entre 18 °C e 20 °C. O período mais quente, com temperaturas médias entre 20°C e 22 °C, ocorre entre setembro e outubro. O mês mais frio é julho, com temperaturas médias entre 16 °C e 18 °C (SILVA JUNIOR, 2004).

A umidade do ar varia regionalmente, em geral está em torno de 70 % a 85 % no período chuvoso e desce para valores médios entre 50 % e 65 % no período seco, quando valores menores que 20 % podem ocorrer (SILVA JUNIOR, 2004).

SOLO E RELEVO

O Distrito Federal ocupa as terras altas do Planalto Central Brasileiro, com paisagem caracterizada por chapadas, áreas intermediárias e áreas de vales. As chapadas e as áreas intermediárias ocorrem em altitudes acima de 1.000 m e cobrem cerca de 65 % da área do DF. A topografia é plana a levemente ondulada, os solos são antigos, profundos, lixiviados e pobres em nutrientes (HARIDASAN, 1991).

O relevo caracteriza-se pela predominância de grandes superfícies planas e levemente onduladas, conhecidas como chapadas, cuja altitude média está em torno de 1.100 m. Ao lado das chapadas encontram-se áreas serranas, depressões periféricas e interplanálticas e vales fluviais. Predominam os solos do tipo Latossolo Vermelho e Latossolo Vermelho-Amarelo, que são profundos e bem drenados, e do tipo

Cambissolo, solos pouco desenvolvidos. Ao Latossolo Vermelho tem-se como vegetação associada geralmente cerrado e cerradão; ao Latossolo Vermelho-Amarelo a vegetação associada é geralmente de cerrado sensu stricto, campo limpo e campo sujo; ao Cambissolo a vegetação associada é geralmente campo limpo (EMBRAPA, 1978).

RECURSOS HÍDRICOS

No Distrito Federal estão presentes sete bacias hidrográficas, sendo que somente uma (bacia do Paranoá) se limita ao território do DF. As outras sete bacias seguem para outros estados da federação, dando origem a importantes cursos d'água, com relevância nacional, como é o caso do Rio São Francisco, originado na bacia do Rio Preto, Rio Paraná, originado pela confluência das bacias do Rio Bartolomeu, Rio Paranoá, Rio Descoberto, Rio Corumbá e Rio São Marcos. Tem ainda o Rio Tocantins que nasce na bacia do Rio Maranhão. Trata-se, portanto, de uma região de nascentes, que são de fundamental importância para a manutenção da qualidade e da quantidade de água superficial.

Devido a isso, torna-se imperativo que as nascentes desses rios sejam conservadas, principalmente para suprimento e abastecimento humano. Uma maneira eficaz de se fazer essa manutenção é por meio da criação, manutenção e gestão adequada de unidades de conservação, fato que referenciado na Lei nº 9.985/2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC e a Lei Complementar Distrital nº 827/2010, que institui o Sistema Distrital de Unidades de Conservação.

CERRADO

O Cerrado é classificado como savana tropical, juntamente com as savanas africanas, asiáticas e australianas. As savanas são comunidades vegetais caracterizadas por uma camada herbácea contínua, dominada por gramíneas, onde árvores e arbustos podem crescer em diferentes quantidades e alturas (SILVA JUNIOR, 2004 apud COLE, 1986).

Os principais fatores que condicionam as savanas tropicais são o clima, com uma estação seca e outra chuvosa, solos com diferentes níveis de umidade, mas geralmente ácidos e pobres em nutrientes, o fogo, a utilização da vegetação por herbívoros, a maneira de utilização das terras pelo homem, a geologia, a geomorfologia e o histórico de cada local. A combinação desses fatores em cada local resulta em grande variação na paisagem natural. No Brasil, o Cerrado ocupa uma área aproximada de cerca de 2.036.448 km², cerca de 23 % do território nacional, o segundo maior bioma do país (IBGE, 2004).

O nome Cerrado tem dois significados: cerrado (*lato sensu*, ou sentido amplo), ou a vegetação que ocupa principalmente o Brasil Central e inclui todas as comunidades vegetais da região como o cerrado, o cerradão, as matas ciliares, de galeria e matas secas, etc., e o cerrado (*stricto sensu*, ou sentido restrito), que se refere à comunidade mais comum na sua paisagem (SILVA JUNIOR, 2004).

VEGETAÇÃO

O Bioma Cerrado abriga mais de 11.000 espécies vegetais, das quais 4.400 são endêmicas (MEDEIROS, 2011).

Desde a construção de Brasília, a vegetação regional vem sendo sistematicamente substituída, e sua área ocupada principalmente por atividades agropecuárias, produção de carvão vegetal, extensos reservatórios para a geração de energia e abastecimento de água e rodovias, dentre outros. As atuais Unidades de Conservação tornaram-se os únicos locais onde paisagens, vegetação e fauna nativas estão relativamente protegidas (UNESCO, 2002).

As paisagens naturais são cada vez mais raras no Brasil Central. Sua importância na qualidade de vida das populações locais passa da manutenção do volume e da qualidade da água produzidas na região, da estabilidade climática, com a regulação das chuvas, temperatura, infiltração da água nos solos, até aspectos sociais e culturais, como culinária, artesanato, conhecimentos tradicionais, que estão desaparecendo juntamente com a perda da cobertura vegetal nativa. Gerações mais novas não conhecem o Cerrado, e assim também não conhecem as tradições regionais (SILVA JUNIOR, 2004).

FITOFISIONOMIAS DO CERRADO

São descritos 11 tipos de principais de vegetação para o Bioma Cerrado, enquadrados em campestres (campo sujo, campo limpo e campo rupestre), savânicas (cerrado sentido restrito, parque de cerrado, palmeiral e vereda) e formações florestais (mata ciliar, mata de galeria, mata seca e cerradão) (RIBEIRO & WALTER, 2008).

Formações campestres

O campo sujo é um tipo fisionômico exclusivamente arbustivo-herbáceo, com arbustos e sub-arbustos esparsos, cujas plantas, muitas vezes, são constituídas por indivíduos menos desenvolvidos das espécies arbóreas do cerrado sentido restrito. Em função de particularidades ambientais, o campo sujo pode apresentar três sub-tipos fisionômicos distintos: campo sujo seco, campo sujo úmido ou campo sujo com murunduns (RIBEIRO & WALTER, 2008).

O campo limpo é um tipo fisionômico predominantemente herbáceo, com raros arbustos e ausência completa de árvores pode ser encontrada em diversas posições topográficas com diferentes variações de graus de umidade, profundidade e fertilidade do solo. O campo limpo, assim como o campo sujo, dependendo das particularidades ambientais, também apresenta três subtipos fisionômicos distintos: campo limpo seco, campo limpo úmido ou campo limpo com murunduns (RIBEIRO & WALTER, 2008).

O campo rupestre é um tipo fisionômico predominantemente herbáceo-arbustivo, com a presença eventual de arvoretas pouco desenvolvidas de até três metros de altura. Abrange um complexo de vegetação que agrupa paisagens em micro-relevos com espécies típicas, ocupando trechos de afloramento rochosos (RIBEIRO & WALTER, 2008).

Formações savânicas

O cerrado sentido restrito caracteriza-se pela presença de árvores baixas, inclinadas, tortuosas, com ramificações irregulares e retorcidas, e geralmente com evidências de queimadas. Os arbustos e subarbustos encontram-se espalhados, com algumas espécies apresentando órgãos subterrâneos perenes (xilopódios), que permitem a rebrota após queima ou corte. Na época chuvosa, os estratos subarbustivos e

herbáceos tornam-se exuberantes, devido seu rápido crescimento. Em virtude da complexidade dos fatores condicionantes (condições edáficas, pH e saturação de alumínio, fertilidade, condições hídricas e profundidade do solo, além da frequência de queimadas e ações antrópicas) originam-se subdivisões fisionômicas do cerrado sentido restrito, sendo as principais o cerrado denso, cerrado típico, cerrado ralo e cerrado rupestre (RIBEIRO & WALTER, 2008).

Outra importante formação savânica, é a fitofisionomia vereda, espaço brejoso ou encharcado, que contém nascentes ou cabeceiras de cursos d'água, onde há ocorrência de solos hidromórficos, caracterizado predominantemente por renques de buritis do brejo (*Mauritia flexuosa*) e outras formas de vegetação típica.

Formações florestais

As formações florestais do Cerrado englobam os tipos de vegetação com predominância de espécies arbóreas, com a formação de dossel contínuo. A mata ciliar e a mata de galeria são fitofisionomias associadas a cursos d'água, que podem ocorrer em terrenos bem ou mal drenados. A mata seca e o cerradão ocorrem nos interflúvios em terrenos bem drenados, sem associação com cursos d'água (RIBEIRO & WALTER, 2008).

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

A Lei nº 9.985, de 15 de julho de 2000, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, com vistas a criar critérios, normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação. A Lei define unidade de conservação como espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção. Em consonância com o SNUC, a Lei Complementar Distrital nº 827/2010 institui o Sistema Distrital de Unidades de Conservação.

Das unidades de conservação existentes no Distrito Federal, destacam-se pela extensão de área contínua preservada: o Parque Nacional de Brasília, a Estação Ecológica de Águas Emendadas, o Jardim Botânico de Brasília e sua respectiva Estação

Ecológica, a Reserva Ecológica do IBGE e a Fazenda Água Limpa – UnB. Todas são Áreas Núcleo da Reserva da Biosfera do Cerrado, reconhecida pela UNESCO em 1993 integrante do Programa MaB – “Homem e a Biosfera” (SOUSA, 2004).

Essas unidades de conservação são de suma importância pela rica biodiversidade de fauna e flora que contêm e também pelo abastecimento de água para parte da população do Distrito Federal. Além disso, são estruturas espaciais fundamentais para inibir e estabilizar a urbanização no território. As Áreas Núcleo da Reserva da Biosfera do Cerrado apresentam-se extremamente pressionadas em função do acelerado processo de ocupação e uso do solo ao redor de suas áreas, tanto urbana como agrícola. Essa ocupação provoca o isolamento das unidades de conservação, dificulta o fluxo de material genético com outras áreas de Cerrado e tem como consequência a redução da biodiversidade e o esgotamento dos recursos naturais (UNESCO, 2002).

Nesse contexto, uma das ameaças à integridade das unidades de conservação é a ocorrência de incêndios florestais, que se concentram na estação seca e são provocados geralmente por ação antrópica, de forma intencional ou por negligência (SOUSA, 2004).

INCÊNDIOS FLORESTAIS

O fogo tem sido usado como valioso instrumento de progresso ao longo da história. No entanto, quando foge ao controle do homem e provoca danos, surge o que se chama incêndio. Portanto, incêndio pode ser entendido como o fogo que, fugindo ao controle do homem, provoca danos, quer materiais ou humanos (MATOS, 2004).

O fogo é uma reação química que ocorre pela combinação do material combustível com o oxigênio, reação esta desencadeada por uma fonte de calor inicial, desprendendo calor, luz e, usualmente, chama. Uma vez iniciado, passa a produzir o calor necessário à continuidade da reação, a menos que se retirem um ou mais dos seus elementos essenciais: o oxigênio, o combustível e o calor (MATOS, 2004).

A queimada ou queima controlada é uma prática florestal ou agropastoril onde o fogo é utilizado de forma controlada, atuando como fator de produção em alguns tipos de culturas. Para ser realizada com sucesso, deve-se atentar para a necessidade de recursos materiais (ferramentas e equipamentos) e humanos (pessoal capacitado) para o

controle do fogo e também para as condições ambientais, evitando-se esse procedimento em dias quentes e secos. É necessária a obtenção de autorização de queima controlada junto ao órgão competente, no caso do DF, o IBRAM. Do contrário, o fogo pode fugir ao controle e iniciar um incêndio florestal.

Incêndio florestal é todo fogo sem controle que incide sobre qualquer forma de vegetação, podendo ser provocado pelo ser humano (intencionalmente ou por negligência), ou por fonte natural (raios). De acordo com o Glossário de Defesa Civil, Estudos de Riscos e Medicina de Desastres, incêndio florestal pode ser entendido como propagação do fogo em áreas florestais, que normalmente ocorre em períodos de estiagem. Está intrinsecamente relacionado com a redução da umidade ambiental. Pode ocorrer espontaneamente ou ser provocado pelo homem. Ou seja, é o fogo que, fugindo ao controle do homem, destrói cobertura vegetal produzindo danos de qualquer natureza (BRASIL, 2004).

Os incêndios florestais, dependendo do estrato da vegetação que ele atinge, podem ser divididos em três tipos: incêndios de superfície, incêndio de copa ou incêndio subterrâneo (de solo) (SANT'ANNA et al, 2007)

Incêndio de superfície é aquele que se propaga na superfície do piso da floresta, queimando toda matéria combustível até 1,80 m de altura, tais como serrapilheira, gramíneas e troncos. É o tipo de incêndio florestal mais comum (SANT'ANNA et al, 2007).

Incêndio de copa é aquele que se propaga através da copa das árvores, consumindo o material combustível acima de 1,80 m de altura. Normalmente se origina de um incêndio de superfície, com raras exceções, como no caso de incêndios provocados por raios. Tem propagação rápida e é de difícil combate, estando associado a incêndio de superfície, por conta da queda no piso da floresta de material aceso das copas (SANTANA et al, 2007).

Incêndio subterrâneo, de solo ou de turfa é aquele que se propaga pelas camadas de húmus ou turfa existentes sobre o solo mineral e abaixo do piso da floresta. Ocorre em florestas com acúmulo de húmus e em áreas alagadas que, quando secas, formam espessas camadas de turfa abaixo do piso da floresta. Tem propagação lenta, sem

chamas e pouca fumaça, por isso é de difícil detecção e combate. Provoca a morte de raízes e afeta a fertilidade do solo e favorece a erosão (SANT'ANNA et al, 2007).

As causas dos incêndios florestais estão ligadas, sobretudo, a ações antrópicas, como fogueiras, linhas férreas, linhas de transmissão, fumantes, queima de lixo ou ainda por causa de incendiários piromaníacos. Incêndios de causas naturais (raios) são raros e, quando ocorrem, são de pequenas dimensões, visto que há precipitação em seguida.

O comportamento do fogo nos incêndios florestais é afetado por diferentes fatores, como as condições atmosféricas (temperatura, umidade do ar, velocidade e direção do vento e precipitação), natureza do material combustível e topografia do terreno. Essas informações são importantes para a prevenção, combate e monitoramento dos incêndios florestais.

Os dados a respeito das condições atmosféricas são importantes para o cálculo dos índices de perigo de incêndio, que são números que refletem, antecipadamente, a probabilidade de ocorrência de um incêndio florestal utilizando dados do dia ou acumulado de dias anteriores. Existem diversos índices de perigo de incêndio, mas no Brasil são mais difundidos o Índice de Ångström, Logarítmico de Telitsyn, Índice de Nesterov e a Fórmula de Monte Alegre, sendo essa última desenvolvida no Brasil (SANT'ANNA et al, 2007).

A prevenção aos incêndios florestais é uma atividade multidisciplinar contemplando várias frentes de trabalho, englobando ações como a confecção e manutenção de aceiros, destinação correta de aparas e restos de poda e lixo, trabalho de sensibilização e educação ambiental enfatizando a importância de não queimar a vegetação. Convém salientar que a educação ambiental, feita de forma lúdica com crianças de diversas idades estimula o conhecimento e a importância da conservação dos recursos naturais.

O monitoramento de incêndios florestais, e sua área queimada pode ser feito por sensoriamento remoto ou *in loco*, sendo este mais usual em incêndios de pequenas dimensões. Sensores remotos também são utilizados para detecção de focos de calor antes de ocorrer um incêndio florestal.

Em âmbito nacional, o monitoramento de focos de calor e de incêndios florestais é feito pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE. Nesse monitoramento, as frentes de fogo com mais de 30 metros de extensão e 1 metro de largura são detectados, contudo, não é possível determinar o tamanho da área queimada.

Ao detectar o foco de calor, a leitura do sensor tomará a área mínima do pixel do satélite utilizado. Para melhor acurácia do dado obtido nesse monitoramento são necessárias validações em campo para mensurar a área afetada (INPE, 2012).

A disponibilidade de informações detalhadas e atualizadas sobre a localização e extensão das áreas queimadas é fundamental para avaliar perdas econômicas e efeitos ecológicos, monitorar mudanças no uso e cobertura da terra e elaborar modelos atmosféricos e de impactos climáticos devidos à queima de biomassa (SILVA et al, 2013).

No Brasil, anualmente, são detectados mais de 300.000 focos de calor e nuvens de fumaça, cobrindo milhões de km², sendo que a quase totalidade das ocorrências é causada de forma intencional pelo homem, colocando o país em lugar de destaque como um grande poluidor atmosférico e devastador.

Os focos de calor afetam diretamente a físico-química e a biologia dos solos, comprometem a qualidade do ar, contribuindo negativamente para o efeito estufa, gerando impactos ambientais em escala local e regional e, ao fugir do controle, podem atingir patrimônio público e privado.

Através da utilização de geotecnologias, torna-se possível mapear, quantificar e realizar análises espaciais de focos de calor. Para a obtenção dos dados espaciais dos focos, o Brasil conta, atualmente, com um sistema de monitoramento de queimadas de forma operacional, pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), a partir de dados orbitais de satélite e disponibilizados em um Banco de Dados de Queimadas (COELHO & GUASSELLI, 2009).

O Sensoriamento Remoto e os Sistemas de Informação Geográfica (SIG) representam ferramentas particularmente úteis para obter essas informações, principalmente em extensas áreas afetadas pelo fogo e/ou de difícil acesso.

Os dados de focos de calor, extraídos de imagens de satélites, para identificação das áreas de ocorrência de incêndios, contribuem de forma eficaz na prevenção, no monitoramento e combate destes eventos. A partir destes dados, informações e estimativas sobre localização, período e frequência dos incêndios são geradas, evidenciando sua dinâmica espaço/temporal na área de ocorrência (SILVA et al, 2013).

A frequência, intensidade, proporção e o período de ocorrência determinam as características históricas dos incêndios. Esta caracterização é feita com base na análise de uma série temporal e é extremamente útil, pois especifica a localização das áreas em que o perigo do fogo é maior e a ocorrência de incêndios é mais frequente. Diversos países como os Estados Unidos, Espanha e Alemanha, mantêm registro e estatísticas completas sobre a ocorrência de incêndios, visando quantificar e avaliar os danos causados. No Brasil, a partir da década de 1980, dados meteorológicos e referentes aos incêndios passaram a ser organizados e catalogados utilizando produtos de satélites orbitais (SILVA et al, 2013).

INCÊNDIOS FLORESTAIS NO DISTRITO FEDERAL

Os incêndios florestais, por seu potencial destrutivo e devastador, apresentam enorme ameaça ao meio ambiente e qualidade de vida da população em geral. No Distrito Federal, a estação seca, que se estende de maio a outubro, apresenta grande incidência de doenças cardiorrespiratórias, que têm seu número aumentado em consequência da quantidade de fumaça e fuligem na atmosfera proveniente dos incêndios florestais.

De acordo com a Lei nº 9.605/1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências, caracteriza crime ambiental sujeito à reclusão provocar incêndio em mata ou floresta. Também constitui crime fabricar, vender, transportar ou soltar balões que possam provocar incêndios nas florestas e demais formas de vegetação, em áreas urbanas ou qualquer tipo de assentamento humano. Também é proibida a queima provocada com a finalidade de queimar lixo ou restos vegetais.

No ano de 2016, por meio do Decreto nº 37.549, de 15 de agosto de 2016, que revogou o Decreto nº 17.431, instituiu o Sistema Distrital de Prevenção e Combate aos

Incêndios Florestais para execução do Plano de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais do Distrito Federal com os seguintes objetivos:

Art. 12. O Plano de Ação de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais do Distrito Federal – PPCIF deve ser fundamentado no conceito de manejo integrado e adaptativo do fogo, voltado para a promoção, prevenção, apoio, coordenação de atividades educativas, informativas, de saúde e combate aos incêndios florestais.

Parágrafo Único. O manejo integrado e adaptativo do fogo é um modelo que associa aspectos ecológicos, socioeconômicos e técnicos com o objetivo de integrar as ações destinadas ao controle de queimadas e à prevenção e combate aos incêndios florestais, numa perspectiva de constante monitoramento, avaliação, adaptação e redirecionamento destas ações com vistas a redução de emissões, conservação da sociobiodiversidade e redução da intensidade e severidade dos incêndios florestais.

Art. 13. São objetivos do PPCIF:

I - proteger de incêndios florestais, as unidades de conservação que integram as Zonas Núcleo da Reserva da Biosfera do Cerrado - Fase I, consideradas como áreas críticas para efeito deste Plano;

II - proteger de incêndios florestais as unidades de conservação no Distrito Federal e as Áreas de Proteção de Mananciais - APM;

III - articular as ações preventivas, de preparação, de controle, de monitoramento, de combate e fiscalização às queimadas e aos incêndios florestais desenvolvidas por órgãos e entidades da administração pública afetos à questão;

IV - promover queimas de acordo com os objetivos de preservação e conservação da área a ser manejada e em consonância com o seu órgão gestor, visando ao manejo conservacionista da vegetação nativa, cujas características ecológicas estejam associadas evolutivamente à ocorrência do fogo; e

V - incluir ações de vigilância e assistência à saúde nas Áreas de Atenção Ambiental Atmosférica de Interesse à Saúde (4AS) em decorrência da queima de biomassa.

§1º As Zonas Núcleo da Reserva da Biosfera do Cerrado - Fase I são aquelas definidas na Lei nº 742, de 28 de julho de 1994.

§2º As Áreas de Proteção de Mananciais são definidas pela Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009.

O Decreto coloca os órgãos e entidades em dois grupos: órgãos executores e órgãos de apoio direto.

Órgãos executores são aqueles que atuam diretamente na gestão de unidades de conservação e espaços territoriais especialmente protegidos: Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SEMA, Jardim Botânico de Brasília – JBB, Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal - Brasília Ambiental - IBRAM, Subsecretaria de Estado de Proteção e Defesa Civil da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal – DEFESA CIVIL, Corpo de Bombeiros Militar

do Distrito Federal – CBMDF, Polícia Militar do Distrito Federal – PMDF, Secretaria de Estado da Saúde – SES, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Instituto Brasileiro dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA; Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, Fundação Universidade de Brasília – FUB, Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB, VI Força Área do Brasil, VI COMAR; e Marinha do Brasil, representada pelo Comando do 7º Distrito Naval.

Os órgãos de apoio direto são os que prestam auxílio como maquinário e ferramentas em ações de prevenções e combate a incêndios florestais: Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal – DER/DF ; Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal – SLU/DF; Companhia Urbanizadora da Nova Capital – NOVACAP; Secretaria de Estado de Agricultura e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal – SEAGRI/DF; Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal – EMATER/DF; Administrações Regionais; e Instituto Nacional de Meteorologia - INMET.

Compete ao IBRAM, artigo 4º:

- I - a elaboração e implementação de programa de educação ambiental específico, com planejamento anual de atividades;
- II - a fiscalização e a aplicação de penalidades administrativas relativas a incêndios florestais;
- III - autorizar a queima controlada;
- IV- executar o monitoramento da qualidade do ar e de áreas queimadas em suas Unidades de Conservação;
- V - apoiar as operações de combate em sua Unidade de Conservação;
- VI - executar o gerenciamento de riscos a incêndios florestais nas Unidades de Conservação administradas pelo Instituto; e
- VII - contratar brigada especializada para atuação nas atividades de prevenção, preparação e combate aos incêndios florestais.

MONITORAMENTO DE ÁREA QUEIMADA NOS PARQUES E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

A identificação, o levantamento e análise das áreas queimadas do Programa de Monitoramento de Áreas Queimadas nos Parques e Unidades de Conservação do IBRAM – PROMAQ é realizado durante todo o ano, de janeiro a dezembro. A partir do

ano de 2018 a identificação e o levantamento das áreas queimadas passaram a ser realizado por meio de imagens de satélite, cabendo apenas uma validação ou conferências em campo.

Depois de identificada é feito a poligonal da área queimada, e por fim é realizado o preenchimento do Registro de Incêndios Florestal – RIF. No ano subsequente é emitido um relatório contendo todas as áreas afetadas.

A partir do ano de 2015 iniciou a utilização das imagens de satélite na identificação e no levantamento de áreas queimadas, a princípio foram utilizadas imagens Landsat 5, 7 e 8, adquiridas na plataforma do Instituto Nacional de Pesquisa Espaciais – INPE, no site www.dgi.inpe.br. Essas imagens possuíam como características principais resolução espacial de 15 a 30 metros, resolução radiométrica de 16 bits e frequência de revisitas de 16 dias.

Devido às características das imagens, principalmente a resolução espacial; peculiaridades dos parques e unidades de conservação IBRAM, com áreas que variam de 3,14 ha (Parque Urbano Corujas) a 9.372,37 (Estação Ecológica de Águas Emendadas); e por fim, 70% das áreas queimadas com área inferior a 1 ha, essas imagens foram utilizadas em situação específicas, apenas para identificação da áreas queimadas, para posterior levantamento de campo, e para medição direta, sem levantamento de campo, em áreas inacessíveis.

Apesar do uso um pouco restrito dessas imagens, foi possível otimizar a identificação das áreas queimadas, bem como o levantamento de áreas queimadas em áreas que devido a uma série de empecilhos (invasão, indefinição de poligonal, áreas com risco de segurança, topografia do terreno, dentre outras) ainda não faziam parte do monitoramento.

Em dezembro de 2017 foram adquiridos pelo IBRAM três produtos: acesso ao serviço de imagens Planet, sistema de alerta de áreas queimadas e um sistema de alerta de desmatamento. O acesso a esses produtos de dá pelas plataformas disponibilizadas pelo contratado: plataforma.sccon.com.br e ibram.sccon.com.br.

As imagens Planet possuem como principais características resolução espacial de 3,125 metros, resolução radiométrica de 12 bits, frequência de revisitas diárias, 4 bandas espectrais (Red, Green, Blue e Near IR) e uso da câmara Bayer Mask CCD.

O sistema de alerta de áreas queimadas é disponibilizado semanalmente, em plataforma digital, e por encaminhamento dos shapefile das áreas queimadas para servidores previamente definidos.

Devido à alta resolução espacial e alta frequência de revisitas, no ano de 2018 toda a identificação e o levantamento das áreas queimadas nos Parques e Unidades de Conservação sob a Gestão do IBRAM foi realizada remotamente.

1. OBJETIVO

Vistoriar, quantificar os focos de incêndios florestais e mensurar as áreas queimadas nos parques e unidades de conservação sob a administração do Instituto Brasília Ambiental – IBRAM, com vistas à obtenção de dados que forneçam subsídio para a análise de vulnerabilidade e tomadas de decisão voltadas aos incêndios florestais.

2. METODOLOGIA

O monitoramento das áreas queimadas nos parques e unidades de conservação sob a gestão do IBRAM tem sua etapa de coleta de dados realizada entre os meses janeiro e dezembro.

O levantamento da área queimada se dá por duas formas, pela análise visual das imagens PlanetScope, sendo esse mensal entre os meses de janeiro a maio e outubro a dezembro, e quinzenal entre os meses de junho a setembro; bem como pelo levantamento das áreas queimadas por meio da coleta de pontos e trilha, essa coleta é feita pelo caminhar nos limites da área queimada, com o uso de um aparelho GPS. Para cada área queimada, independente do levantamento remoto ou físico é preenchido o Registro de Incêndios Florestal (RIF).

A análise visual das imagens PlanetScope para identificação e levantamento das áreas queimadas foi feita seguindo os seguintes passos: divisão dos parques e unidade de conservação entre quatro avaliadores; cada avaliador foi responsável em fazer

download das imagens Planet, o download das imagens Planet foi feito na Plataforma desenvolvida pela contratada no site: <https://plataforma.sccon.com.br> e processamento inicial das imagens, composição da imagem 432, utilizado software QGIS3.0 e ArcGis 9,1; após o download e processamento inicial foi feito mosaico das imagens, por um técnico responsável, utilizando o software ENVI 5.3; depois de realizado o mosaico das imagens houve um retorno para o avaliador para que fosse feita identificação e levantamento das áreas queimadas; por fim, foi feita a validação em campo das áreas queimadas e finalização do shapefile de áreas queimadas.

No ano de 2018 por se tratar de um ano de teste da metodologia, cada área levantada remotamente passou por um processo de validação em campo. Foi utilizado um GPS de mão (GPSmap 60CSx da Garmin) para cada área levantada remotamente, e extraído um ponto e confirmado se a área estava queimada. Para fins de verificação de precisão algumas áreas foram levantadas remotamente e também no campo, seguindo a mesma metodológica utilizadas até 2017 pelo PROMAQ. Caso seja satisfatório a partir do ano de 2019 tanto a identificação como o levantamento passarão a ser exclusivamente por meio remoto.

Os mapas foram produzidos no sistema de projeção cartográfica do Distrito Federal – SICAD, que obedece aos parâmetros estipulados no Decreto nº 32.575, de 10 de dezembro de 2010: UTM SIRGAS 2000. Na confecção dos mapas foram utilizadas Aerofotos 2015 produzidas e fornecidas pela Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal – TERRACAP.

Por fim, foi elaborado um relatório totalizando todas as unidades atingidas por incêndios florestais nos parques e unidades de conservação sob a gestão do IBRAM, bem como a comparação com anos anteriores.

3. DESCRIÇÃO E LOCALIZAÇÃO DAS ÁREAS QUEIMADAS NOS PARQUES E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

a. Área de Relevante Interesse Ecológico da Vila Estrutural

A ARIE da Vila Estrutural foi criada por meio do Decreto nº 28.081, de 29 de junho de 2007. A área total da unidade de conservação é de 44,30 hectares e está localizada na Região Administrativa do Setor Complementar de Indústria e Abastecimento – SCIA – RA XXV.

A ARIE da Vila Estrutural, de acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, é uma unidade de conservação de uso sustentável que tem por objetivo garantir a integridade dos ecossistemas do Parque Nacional da Brasília, mediante o controle dos usos na ARIE, que está compreendida entre o referido Parque e o Projeto Urbanístico da Vila Estrutural ora aprovado; regular o uso admissível na ARIE de modo a compatibilizá-lo com os objetivos de conservação da natureza; garantir a preservação e a proteção da fauna e da flora ali existentes.

No ano de 2018 foram mapeadas duas ocorrências de incêndios florestais na área, queimando um total de 2,03 hectares, que equivalem a 4,58 % da unidade de conservação.

No ano de 2018 foi a primeira vez que foram levantadas áreas queimadas no interior da unidade, o que não significa dizer, que nos anos anteriores não ocorreram incêndios florestais na área.

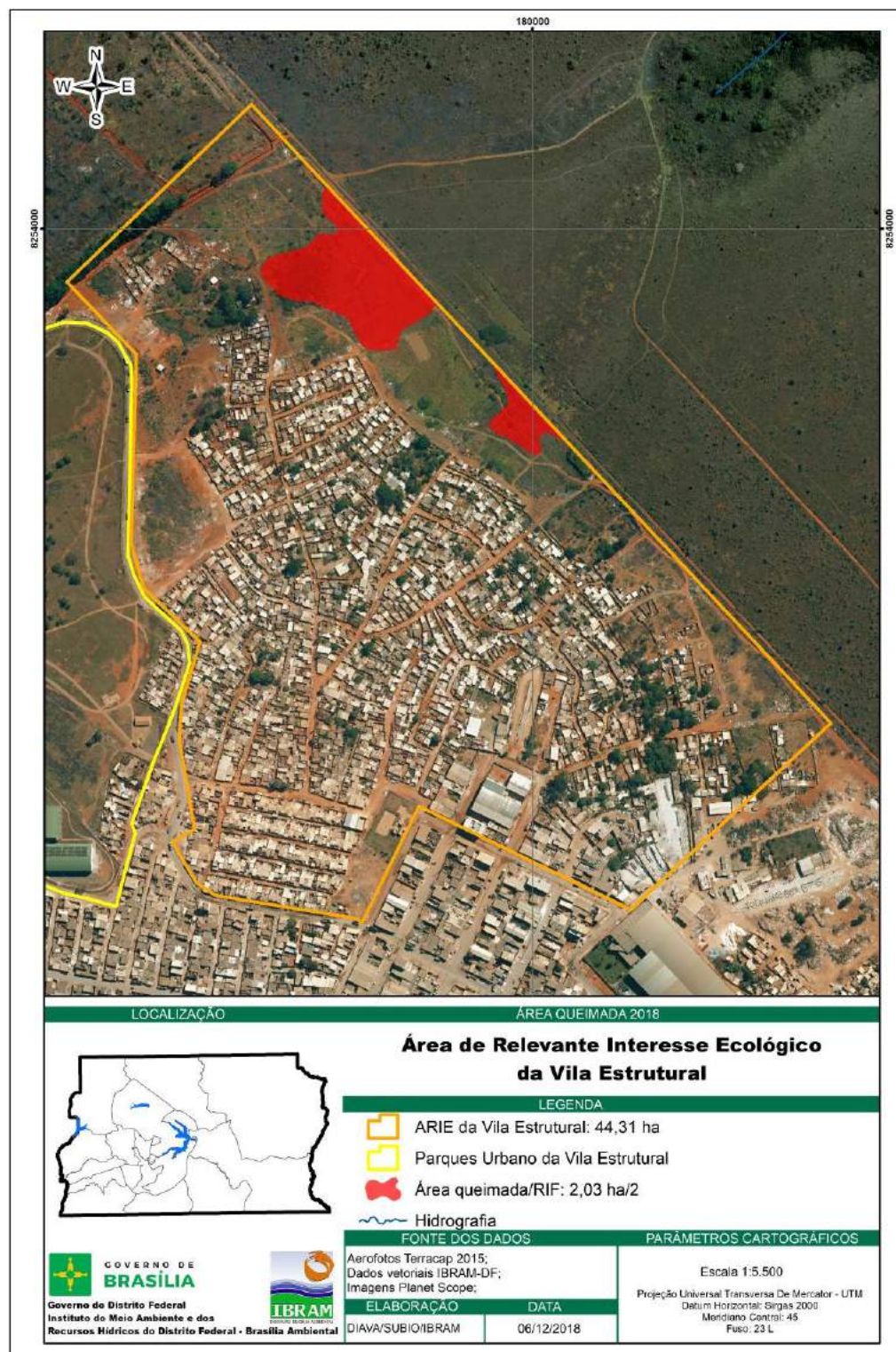


Figura 1. Mapa de área queimada da ARIE da Vila Estrutural em 2018.

b. Área de Relevante Interesse Ecológico do Córrego Cabeceira do Valo

A ARIE do Córrego Cabeceira do Valo foi criada por meio do Decreto nº 28.081, de 29 de junho de 2007. A área total da unidade de conservação é de 62,52 hectares e está localizada na Região Administrativa do Setor Complementar de Indústria e Abastecimento – SCIA – RA XXV.

A ARIE do Córrego Cabeceira do Valo, de acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, é uma unidade de conservação de uso sustentável que tem por objetivo recuperar e conservar a Área de Preservação Permanente - APP do Córrego Cabeceira do Valo inserida na mesma; regular o uso admissível na ARIE de modo a compatibilizá-lo com os objetivos de conservação da natureza; garantir a preservação e a proteção da fauna e da flora ali existentes; proporcionar a manutenção das atividades rurais hoje existentes, com controles ambientais estabelecidos pelos órgãos gestores ambientais e de acordo com o Plano de Manejo a ser elaborado; e condicionar as formas de ocupação à preservação e recuperação ambiental, estabelecendo planos de utilização que assegurem o uso em conformidade com a finalidade permitida, preservando-se integralmente a APP do Córrego Cabeceira do Valo.

No ano de 2018 foram mapeadas cinco ocorrências de incêndios florestais na área, queimando um total de 13,51 hectares, que equivalem a 5,61 % da unidade de conservação.

No ano de 2018 foi a primeira vez que foram levantadas áreas queimadas no interior da unidade, o que não significa dizer, que nos anos anteriores não ocorreram incêndios florestais na área.

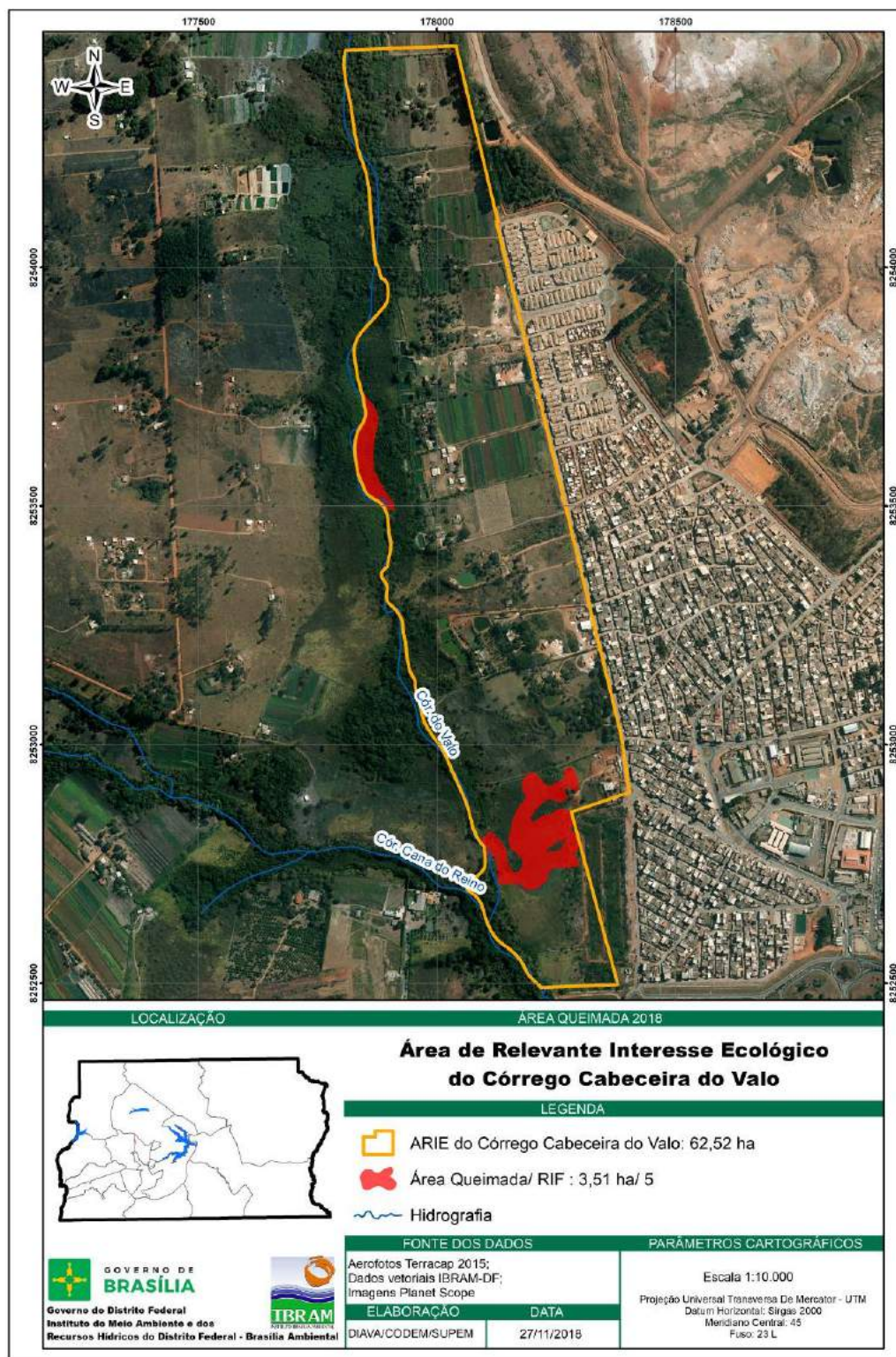


Figura 2. Mapa de área queimada da ARIE do Córrego Cabeceira do Vale em 2018.

c. Área de Relevante Interesse Ecológico do Torto

A ARIE do Torto foi criada por meio do Decreto nº 27.261, de 20 de setembro de 2006. A área total da unidade de conservação é de 212,60 hectares e está localizada na Região Administrativa do Varjão – RA XXIII.

A ARIE do Torto, de acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, é uma unidade de conservação de uso sustentável que tem por objetivo manter os ecossistemas naturais de importância regional ou local; garantir a diversidade biológica das espécies, preservando o patrimônio genético de forma a não se permitir a erradicação de espécies; regular o uso admissível nessas áreas de modo a compatibilizá-lo com os objetivos de conservação da natureza; recuperar e conservar as Áreas de Preservação Permanente – APP do Ribeirão do Torto, incluindo os solos hidromórficos e nascentes, bem como as encostas da Chapada da Contagem; garantir a preservação e a proteção da fauna e da flora ali existentes; promover a utilização dos componentes naturais na educação ambiental, com a finalidade de tornar a comunidade parceira na conservação desse patrimônio; proporcionar à população condições de exercer atividades culturais educativas e de lazer em um ambiente natural equilibrado; desenvolver programas de pesquisas visando o desenvolvimento sustentável.

No ano de 2018 foram mapeadas vinte ocorrências de incêndios florestais na área, queimando um total de 45,30 hectares, que equivalem a 21,31 % da unidade de conservação.

No ano de 2018 foi a primeira vez que foi considerada a ARIE do Torto para fins de monitoramento de áreas queimadas, anteriormente haviam sido medidas apenas áreas dentro da ARIE, isto é, no interior dos Parques Ecológico do Varjão e do Taquari.

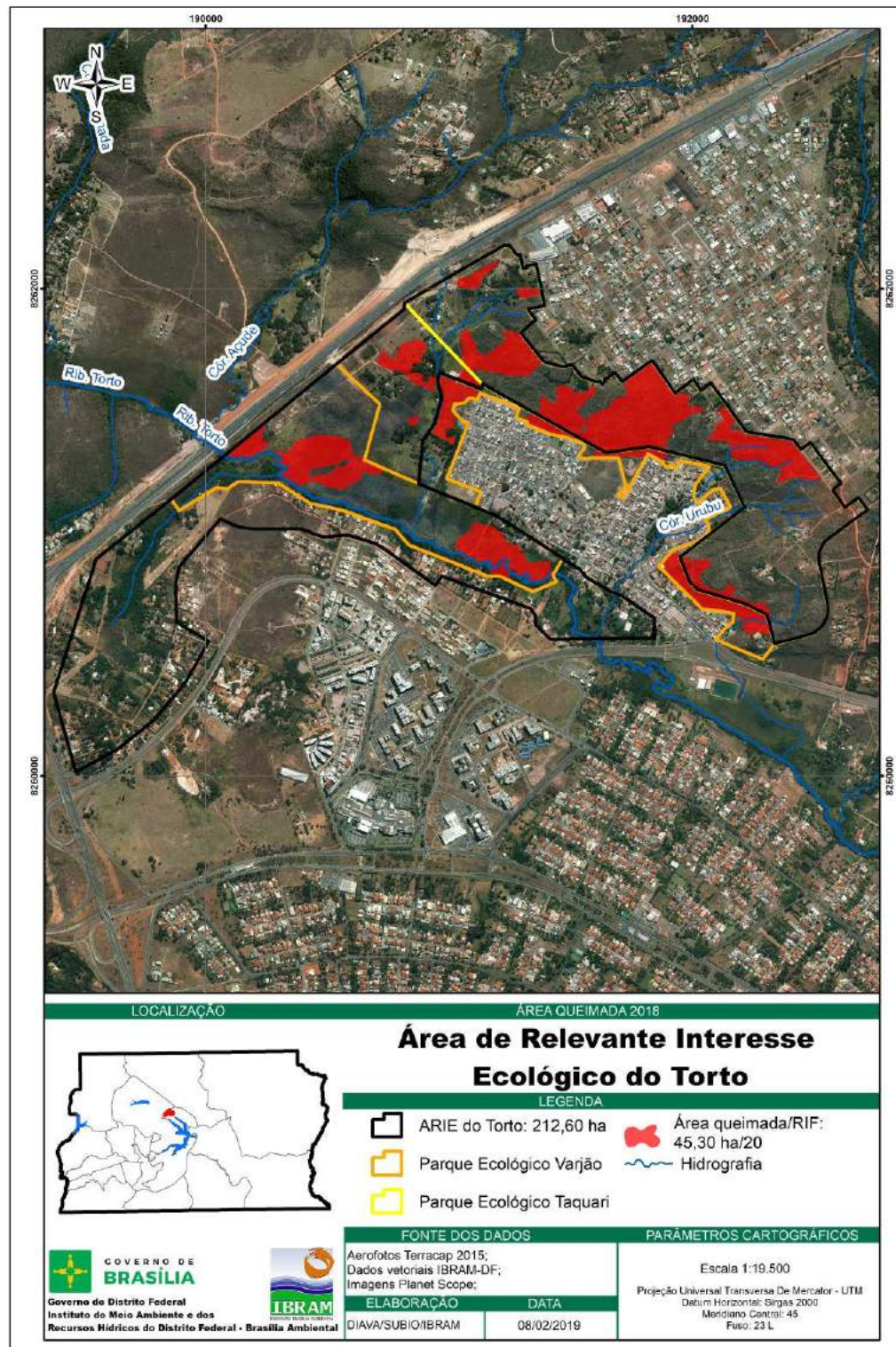


Figura 3. Mapa de área queimada da ARIE do Torto em 2018.

d. Área de Relevante Interesse Ecológico Juscelino Kubitschek

A ARIE JK foi criada por meio da Lei nº 1.002, de 02 de janeiro de 1996. Posteriormente teve seus limites alterados pela Lei Complementar nº 885, de 24 de julho de 2014. A área total da unidade de conservação é de 2.992,53 hectares e está localizada na Região Administrativa de Taguatinga – RA III. A ARIE JK engloba os Parques Ecológicos do Cortado, Boca da Mata, Saburo Onoyama, Três Meninas e Gatumé.

No ano de 2018 foram mapeadas 157 (cento e cinquenta e sete) ocorrências de incêndios florestais na área, queimando um total de 635,20 hectares, que equivalem a 21,23 % da unidade de conservação.

No ano de 2018 foi possível pela primeira vez considerar a ARIE JK para fins de monitoramento de áreas queimadas. Nos anos anteriores haviam sido medidas áreas apenas dentro da ARIE apenas dentro dos Parques Ecológicos do Cortado, Boca da Mata, Saburo Onoyama, Três Meninas e Gatumé.

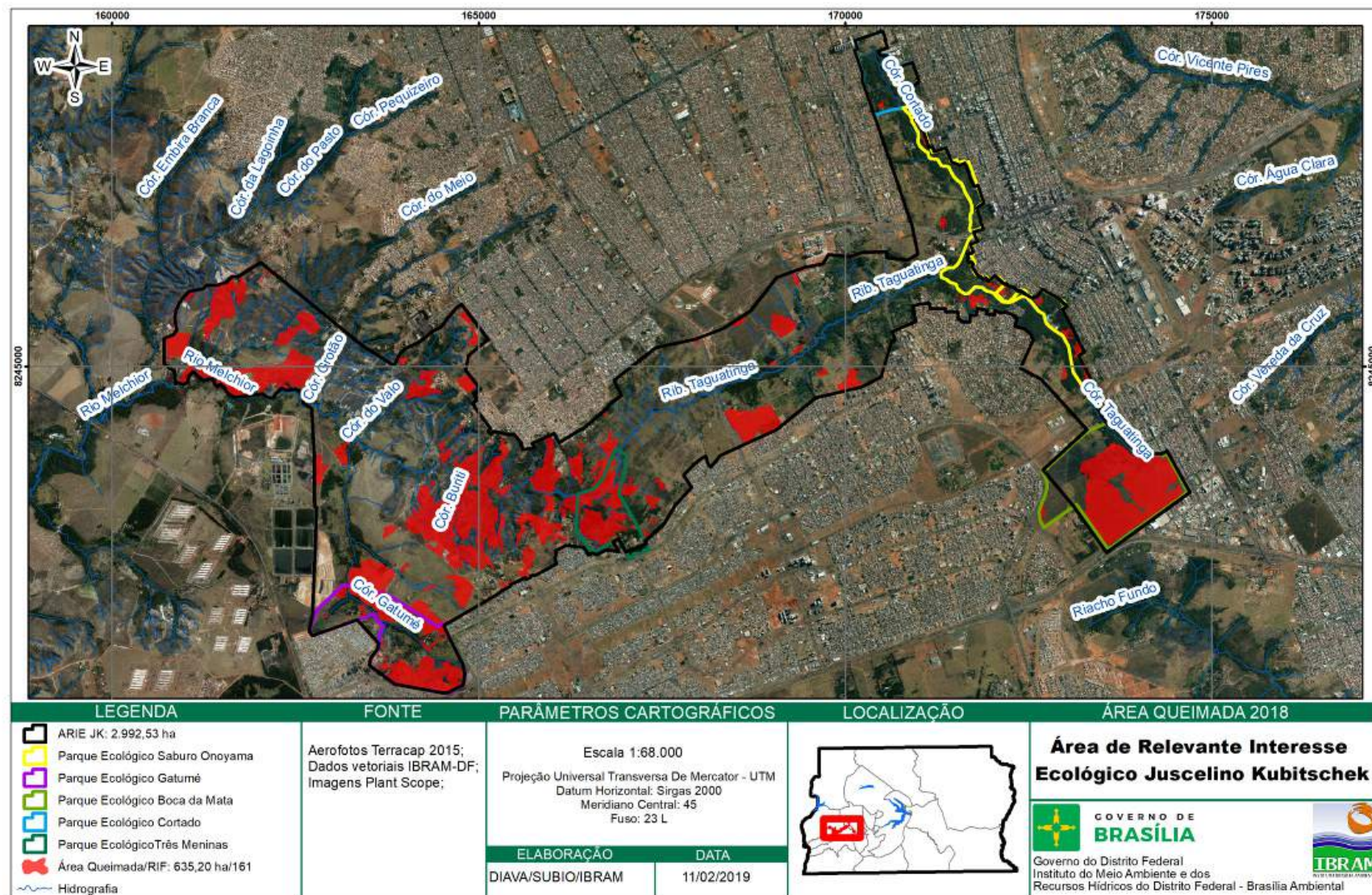


Figura 4. Mapa de área queimada da ARIE JK em 2018.

e. Área de Relevante Interesse Ecológico Cruls

A ARIE Cruls foi criada por meio do Decreto nº 29.651, de 28 de outubro de 1998. A área total da unidade de conservação é de 55,05 hectares e está localizada na Região Administrativa de Brasília – RA I. A ARIE Cruls, de acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, é uma unidade de conservação de uso sustentável que tem por objetivo compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais.

No ano de 2018 foram mapeadas duas ocorrências de incêndios florestais na área, queimando um total de 8,81 hectares, que equivalem a 12,58 % da unidade de conservação.

Na figura abaixo é mostrado um comparativo do percentual de área queimada e do número de ocorrência de incêndios para a unidade no período de 2010 a 2018.

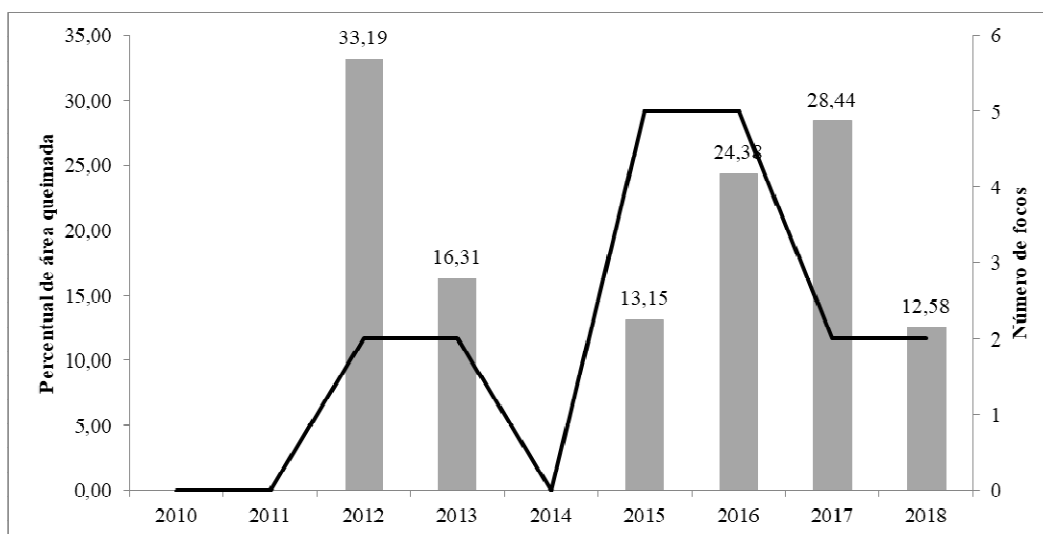


Figura 5. Demonstrativo do percentual e do número de áreas queimadas na ARIE Cruls para o período de 2010 a 2018.

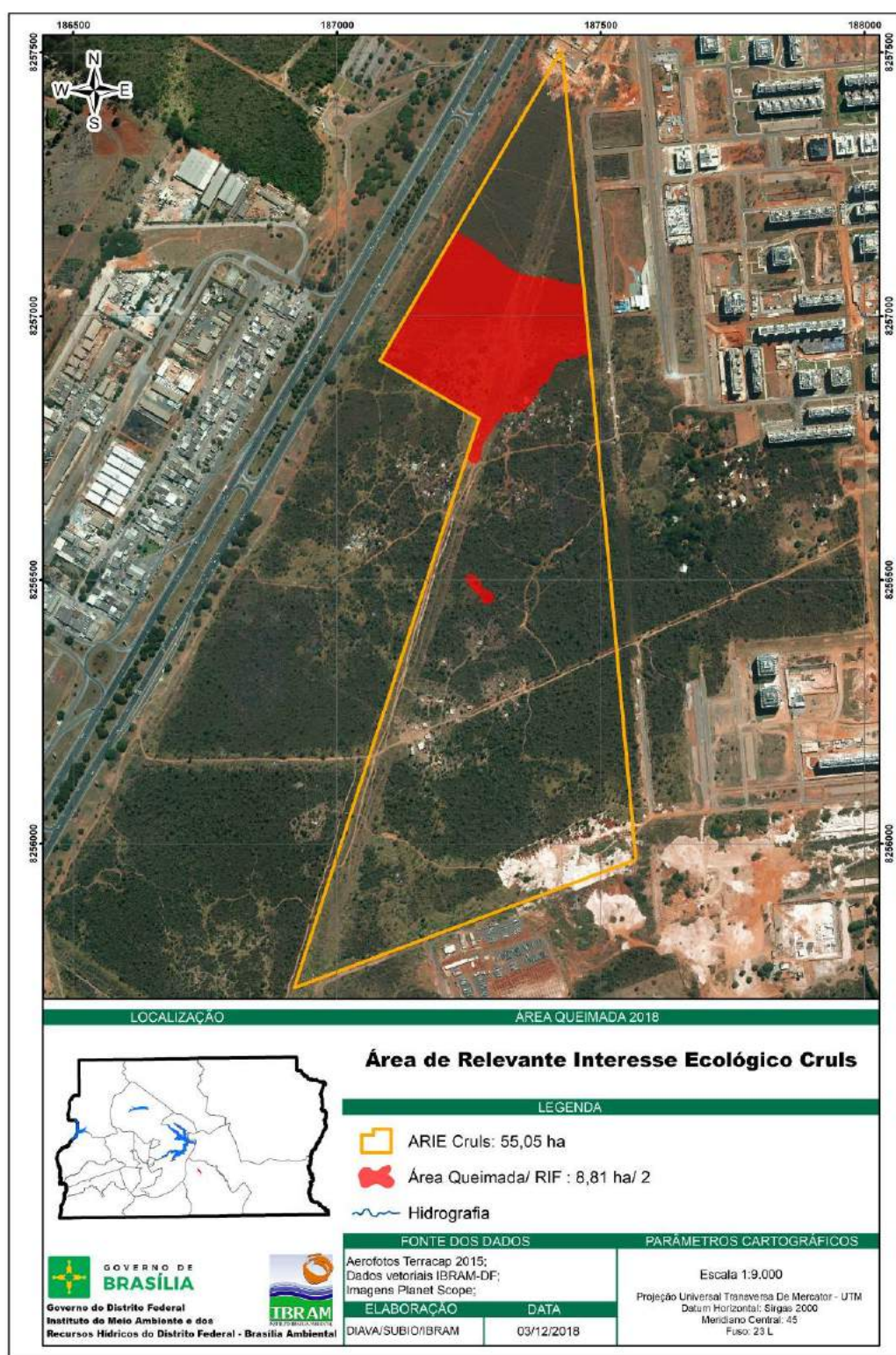


Figura 6. Mapa de área queimada da ARIE Cruls em 2018.

f. Área de Relevante Interesse Ecológico do Córrego Mato Grande

A ARIE do Córrego Mato Grande foi criada por meio do Decreto nº 25.067, de 10 de setembro de 2004. A área total da unidade de conservação é de 132,13 hectares e está localizada na Região Administrativa de São Sebastião – RA XIV.

A ARIE do Córrego Cabeceira do Valo, de acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, é uma unidade de conservação de uso sustentável que tem por objetivo manter os ecossistemas naturais de importância regional ou local; garantir a diversidade biológica das espécies, preservando o patrimônio genético de forma a não se permitir a erradicação de espécies; regular o uso admissível nessas áreas de modo a compatibilizá-lo com os objetivos de conservação da natureza; recuperar e preservar as Áreas de Preservação Permanente – APP, do córrego Mato Grande e do ribeirão Santo Antônio da Papuda, considerando o nível mais alto desses mananciais; garantir a preservação e a proteção da fauna e da flora ali existentes; promover a utilização dos componentes naturais na educação ambiental, com a finalidade de tornar a comunidade parceira na conservação desse patrimônio; proporcionar à população condições de exercer atividades culturais educativas e de lazer em um ambiente natural equilibrado; e desenvolver programas de pesquisa visando o desenvolvimento sustentável.

No ano de 2018 foram mapeadas sete ocorrências de incêndios florestais na área, queimando um total de 3,28 hectares, que equivalem a 4,33 % da unidade de conservação.

No ano de 2018 foi possível levantar as áreas queimadas no interior da unidade, o que não significa dizer, que nos anos anteriores não ocorreram incêndios florestais na área.

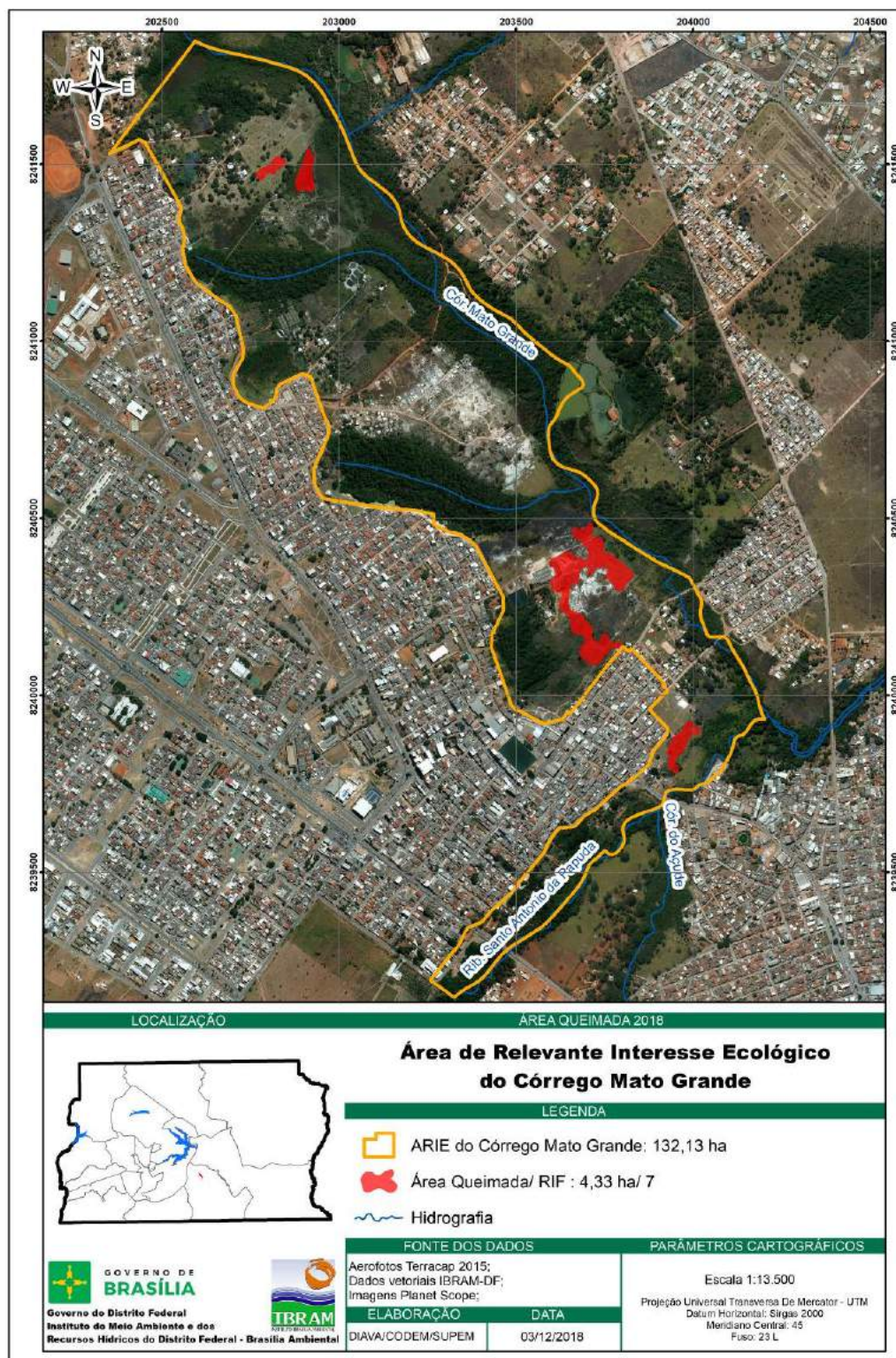


Figura 7. Mapa de área queimada da ARIE do Córrego Mato Grande em 2018.

g. Área de Relevante Interesse Ecológico Dom Bosco

Criada pelo Decreto nº 21.224, de 26 de maio de 2000, localizado na Região Administrativa do Lago Sul – RA XVI. A ARIE Dom Bosco tem os seguintes objetivos: proteger e recuperar a vegetação às margens do Lago Paranoá nas áreas contíguas à barragem e proteger contra as pressões antrópicas representadas pelos parcelamentos irregulares; criar um centro de visitantes da ARIE, no qual serão desenvolvidas atividades de educação ambiental, principalmente junto aos moradores do SHDB; proteger refúgios da fauna, principalmente aves locais e migratórias; desenvolver programa de observação ecológica e pesquisas sobre os ecossistemas locais; necessidade de proteger o perímetro da Área de Proteção Ambiental – APA do Rio São Bartolomeu; proteger os remanescentes de vegetação nativa na APA do Lago Paranoá.

Em 2018 foi mapeada uma ocorrência de incêndio florestal, atingindo uma área de 1,21 hectares, o que corresponde a 1,67 % da área total.

Na figura abaixo é mostrado um comparativo do percentual de área queimada e do número de ocorrência de incêndios para a unidade no período de 2010 a 2018.

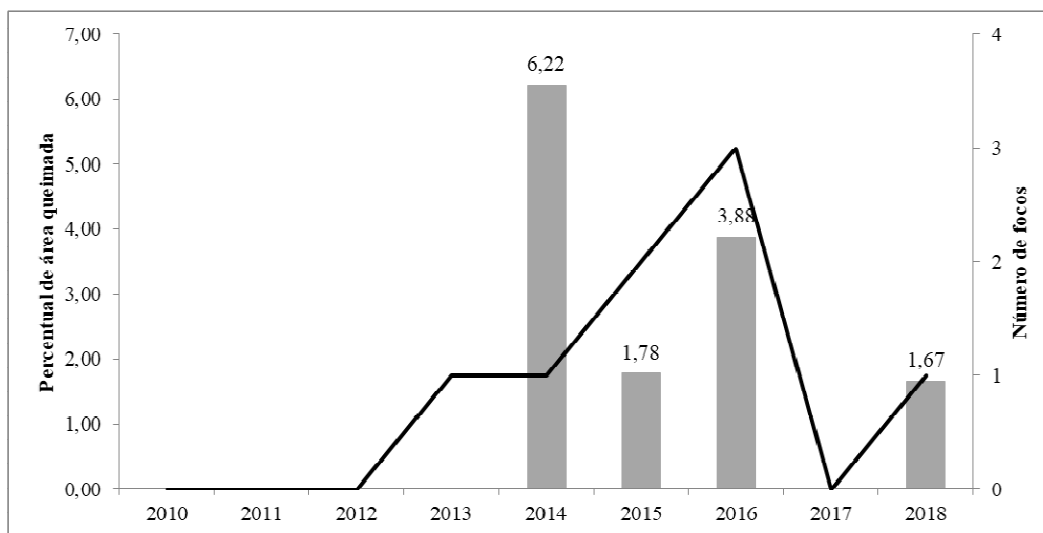


Figura 8. Demonstrativo do percentual e do número de áreas queimadas na ARIE Dom Bosco para o período de 2010 a 2018.

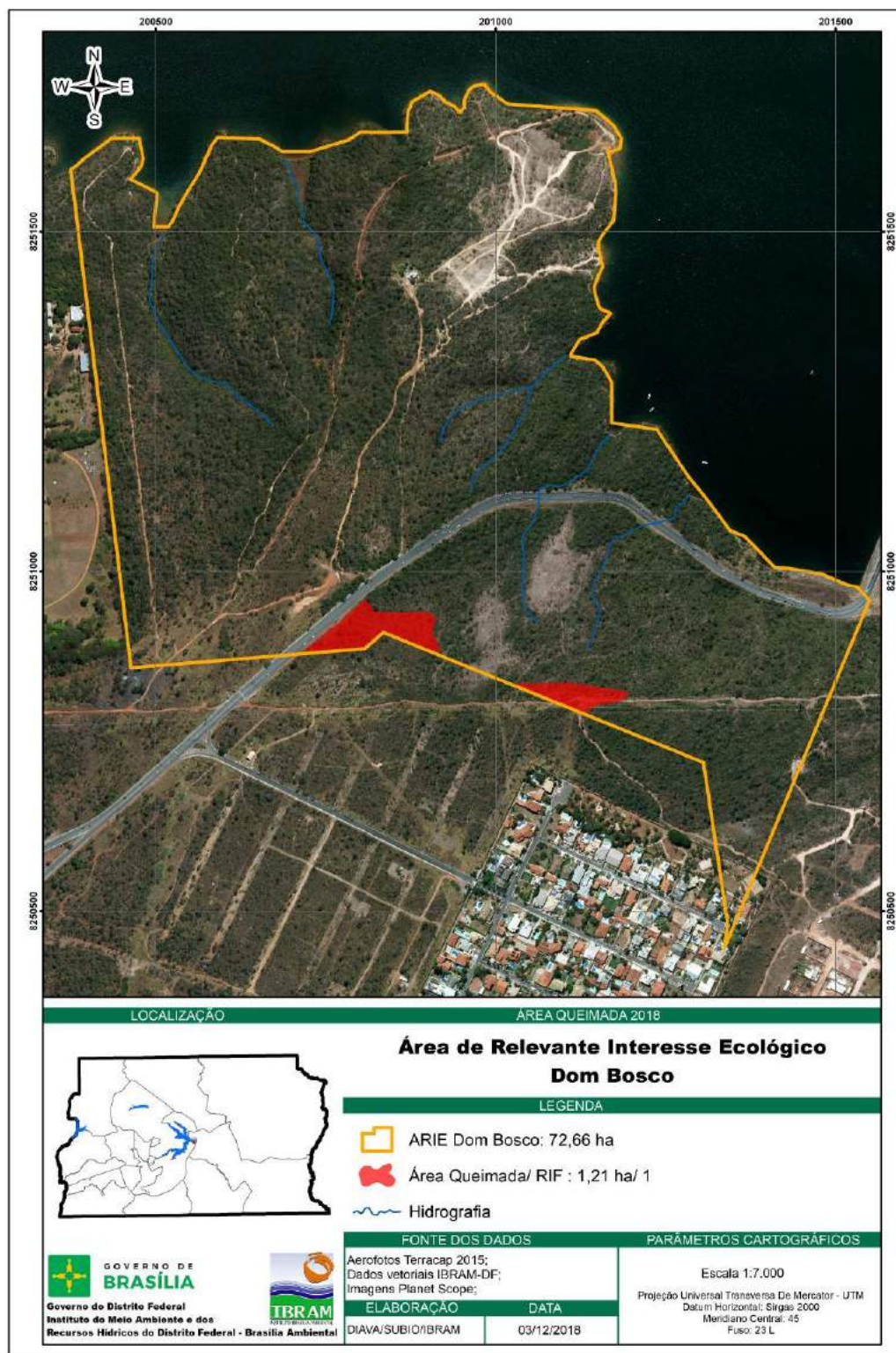


Figura 9. Mapa de área queimada na Área de Relevante Interesse Ecológico Dom Bosco em 2018.

h. Área de Relevante Interesse Ecológico Granja do Ipê

A ARIE Granja do Ipê foi criada por meio do Decreto nº 19.431, de 15 de julho de 1998, com os objetivos de conservar, na região, as diversas fitofisionomias de cerrado; preservar as espécies raras, endêmicas ou ameaçadas de extinção, ainda existentes no local; garantir a proteção do Córrego Capão Preto e Córrego do Ipê; preservar o sítio arqueológico existente no local; recuperar as áreas degradadas; promover programa de educação ambiental, vivência ecológica e pesquisa científica.

Em 2018 foram mapeadas dez ocorrências de incêndios florestais na área, queimando um total de 149,33 hectares, que equivale a 13,07 % da unidade de conservação.

Na figura abaixo é mostrado um comparativo do percentual de área queimada e do número de ocorrência de incêndios para a unidade no período de 2010 a 2018.

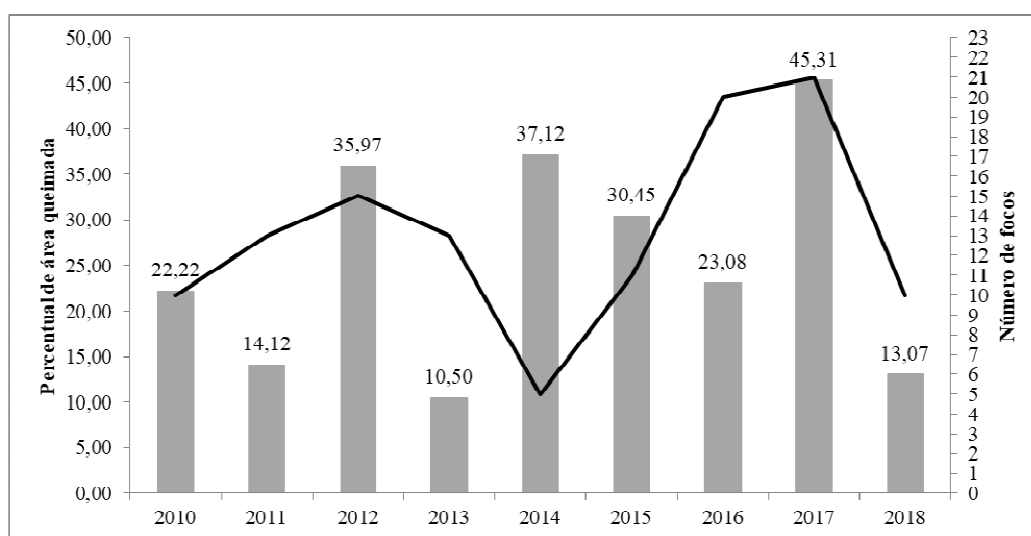


Figura 10. Demonstrativo do percentual e do número de áreas queimadas na ARIE Granja do Ipê para o período de 2010 a 2018.

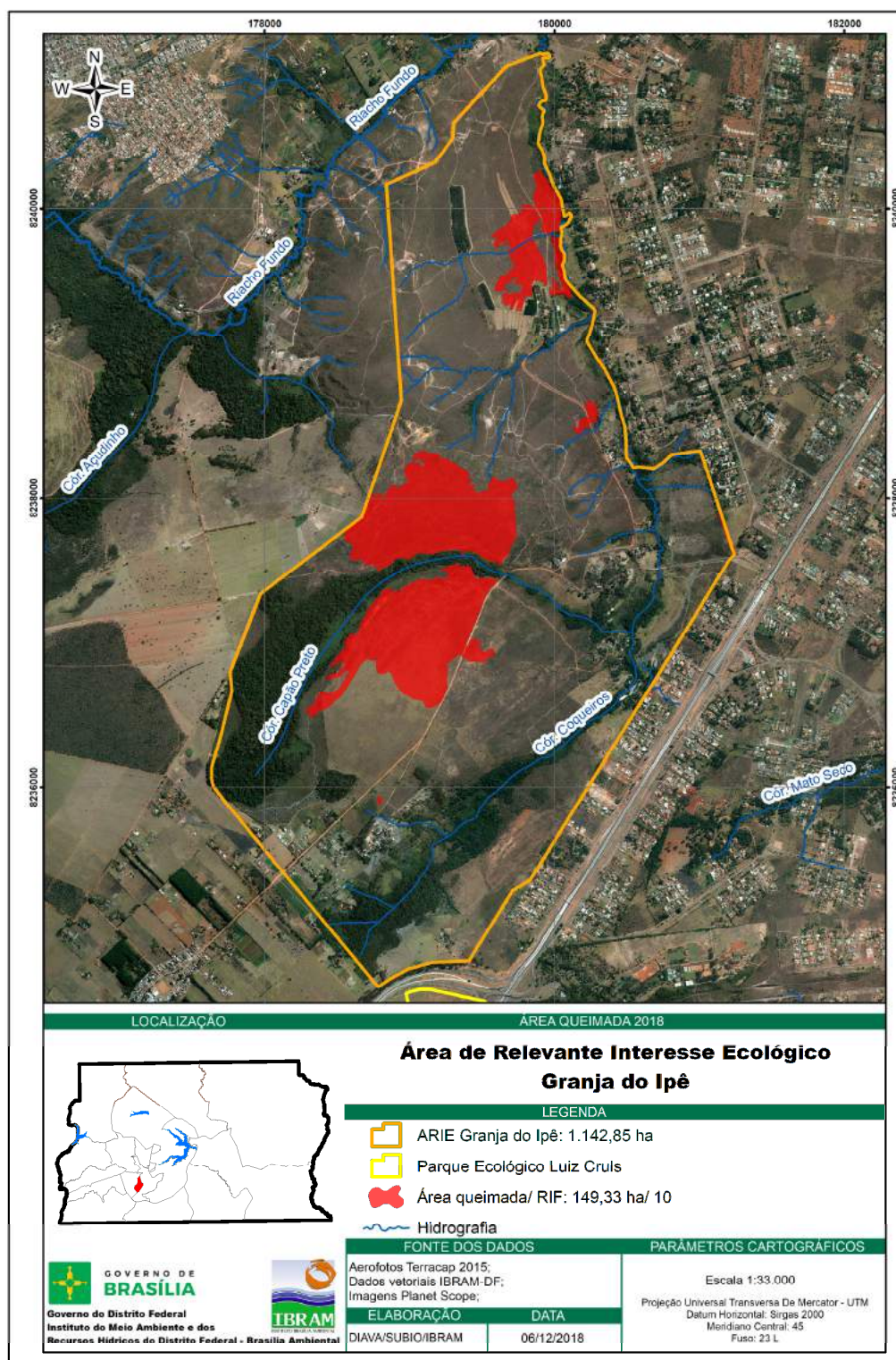


Figura 11. Mapa de área queimada da ARIE Granja do Ipê em 2018.

i. Área de Relevante Interesse Ecológico Paranoá Sul

A ARIE Paranoá Sul foi criada por meio da Lei Complementar nº 635, de 09 de agosto de 2002. A área total da unidade de conservação é de 39,91 hectares, localizada na Região Administrativa do Paranoá – RA VII. A ARIE Paranoá Sul, de acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, é uma unidade de conservação de uso sustentável que tem por objetivo compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais.

A ARIE Paranoá Sul tem por objetivos específicos: garantir a preservação e recuperação de espécies endêmicas raras ou ameaçadas na sua reprodução, podendo conduzir à sua extinção; manejar a recuperação da vegetação na área; garantir abrigo para as aves migratórias que ali buscam refúgio; incrementar programas de educação ambiental através da implantação de projeto ecológico preparado para receber e estimular a visitação pública; desenvolver projeto científico e cultural para melhor conhecimento e divulgação dos ecossistemas locais, instituindo prêmios de incentivo aos interessados; fortalecer os mecanismos técnicos e legais destinados à proteção do perímetro da Área de Proteção Ambiental do São Bartolomeu; e criar sistemas de proteção e conservação efetivas da superfície dos morros e encostas através da fixação do solo e assim também preservando toda a área dos riscos do assoreamento e erosão.

No ano de 2018 foram mapeadas quatro ocorrências de incêndio florestal na área, queimando um total de 27,75 hectares, que equivale a 69,53 % da unidade de conservação.

Na figura abaixo é mostrado um comparativo do percentual de área queimada e do número de ocorrência de incêndios para a unidade no período de 2010 a 2018.

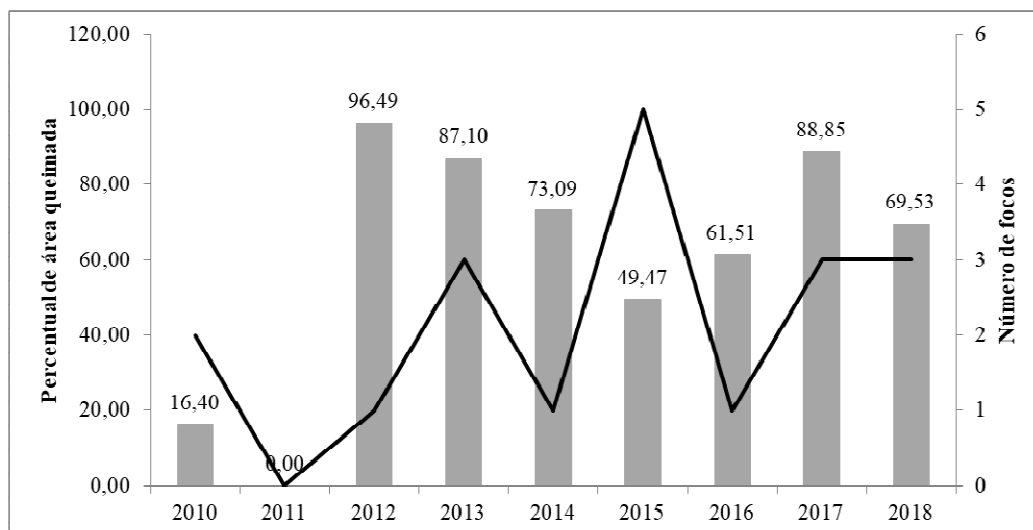


Figura 12. Demonstrativo do percentual e do número de áreas queimadas na ARIE Paranoá Sul para o período de 2010 a 2018.

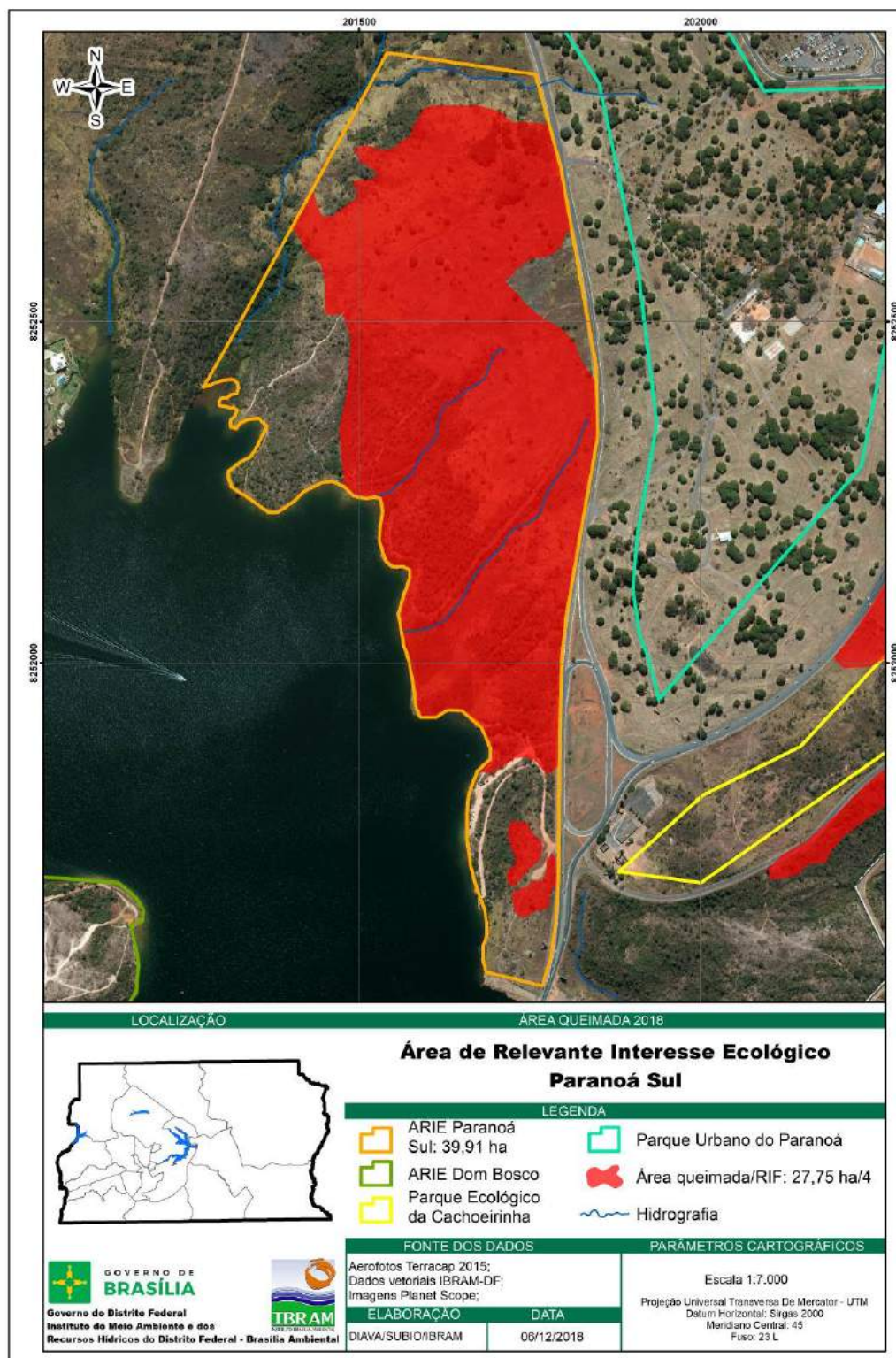


Figura 13. Mapa de área queimada da ARIE Paranoá Sul em 2018.

j. Área de Relevante Interesse Ecológico do Santuário de Vida Silvestre do Riacho Fundo

A ARIE do Santuário de Vida Silvestre do Riacho Fundo, criada pelo Decreto nº 11.138, de 16 de junho de 1988, está localizada na área de intersecção das Regiões Administrativas de Brasília – RA I, Candangolândia – RA XIX, e Lago Sul – RA XVI. Tem como objetivos estabelecer um Santuário de Vida Silvestre no curso inferior do Riacho Fundo e seu estuário, propiciando a efetiva proteção da fauna e flora desta área; manejar a biota do Santuário visando à recuperação e das populações animais afetadas por pressões antrópicas; garantir a preservação de espécies endêmicas, raras ou ameaçadas de extinção ali existentes; proteger ninhais de aves aquáticas e outros locais de reprodução da fauna nativa; garantir proteção às aves migratórias que ali se refugiam; criar um centro de visitantes, através do qual se desenvolverão atividades de educação ambiental; desenvolver programas de observação ecológica e pesquisas sobre os ecossistemas locais.

No ano de 2018 foram mapeadas nove ocorrências de incêndios florestais na área, queimando um total de 20,46 hectares, que equivale a 4,28 % da unidade de conservação.

Na figura abaixo é mostrado um comparativo do percentual de área queimada e do número de ocorrência de incêndios para a unidade no período de 2010 a 2018.

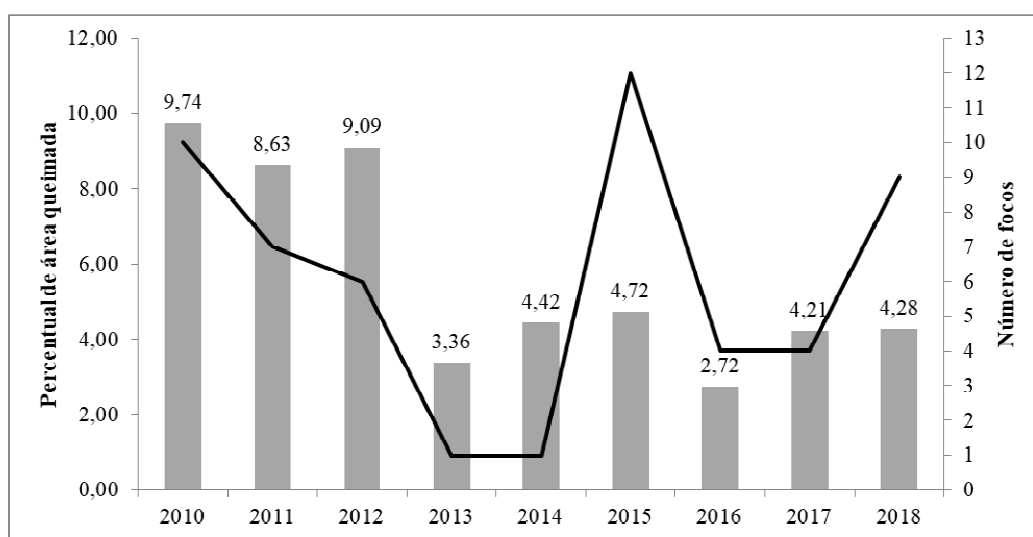


Figura 14. Demonstrativo do percentual e do número de áreas queimadas na ARIE Santuário de Vida Silvestre do Riacho Fundo para o período de 2010 a 2018.

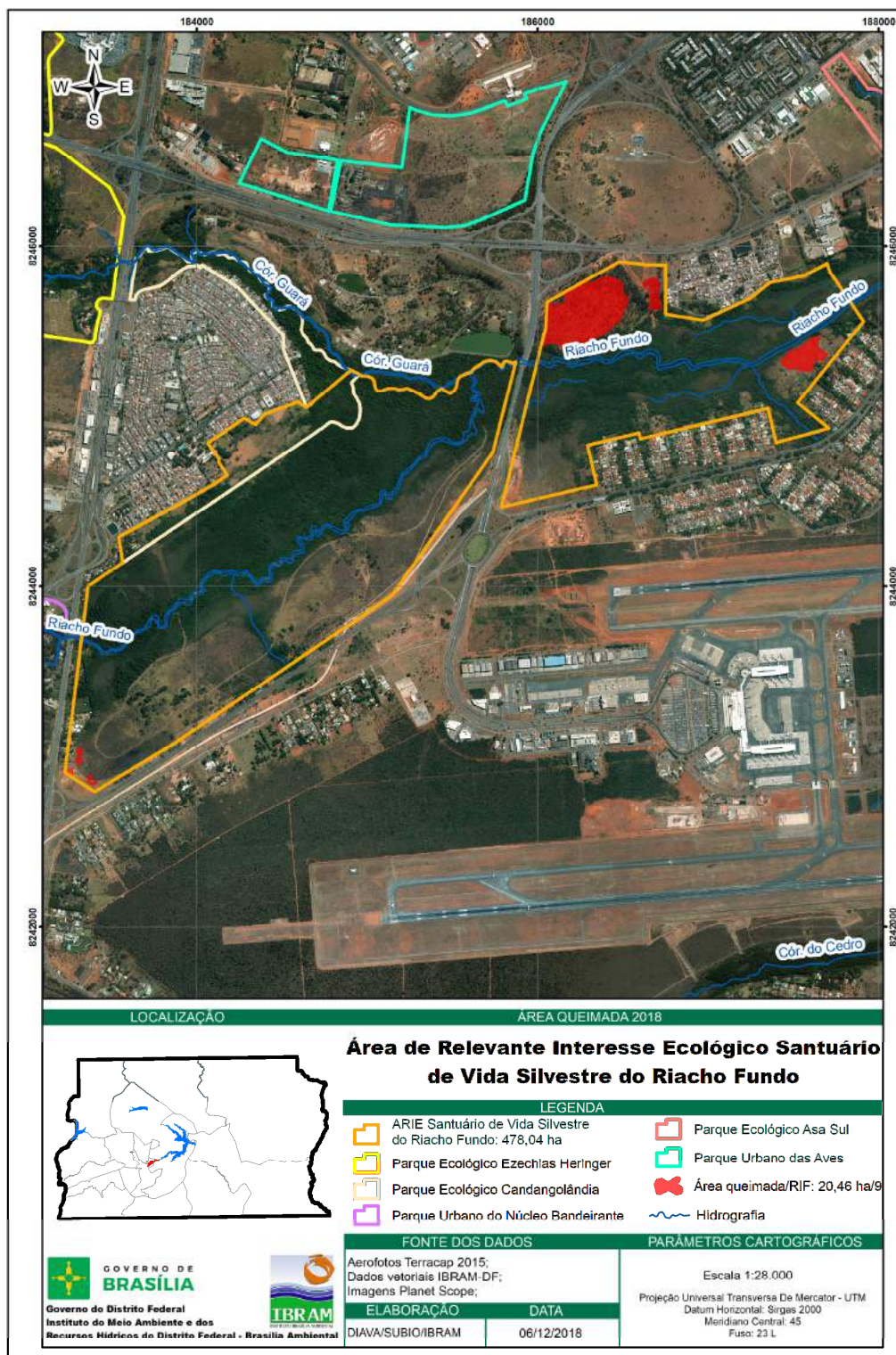


Figura 15. Mapa de área queimada na ARIE Santuário de Vida Silvestre do Riacho Fundo em 2018.

k. Estação Ecológica de Águas Emendadas

Criada pelo Decreto nº 771, de 12 de agosto de 1968, com o nome de Reserva Biológica de Águas Emendadas, foi recategorizada como Estação Ecológica de Águas Emendadas por meio do Decreto nº 11.137, de 16 de junho de 1988. Está localizada na Região Administrativa de Planaltina – RA VI.

É uma unidade de conservação de grande importância ecológica, sobretudo para os recursos hídricos, para o desenvolvimento de pesquisas científicas e atividades de educação ambiental. É Zona Núcleo da Reserva da Biosfera do Cerrado.

No ano de 2018 foi mapeada uma ocorrência de incêndio florestal na área, queimando um total de 22,13 hectares, que equivale a 0,24 % da unidade de conservação.

Na figura abaixo é mostrado um comparativo do percentual de área queimada e do número de ocorrência de incêndios para a unidade no período de 2010 a 2018.

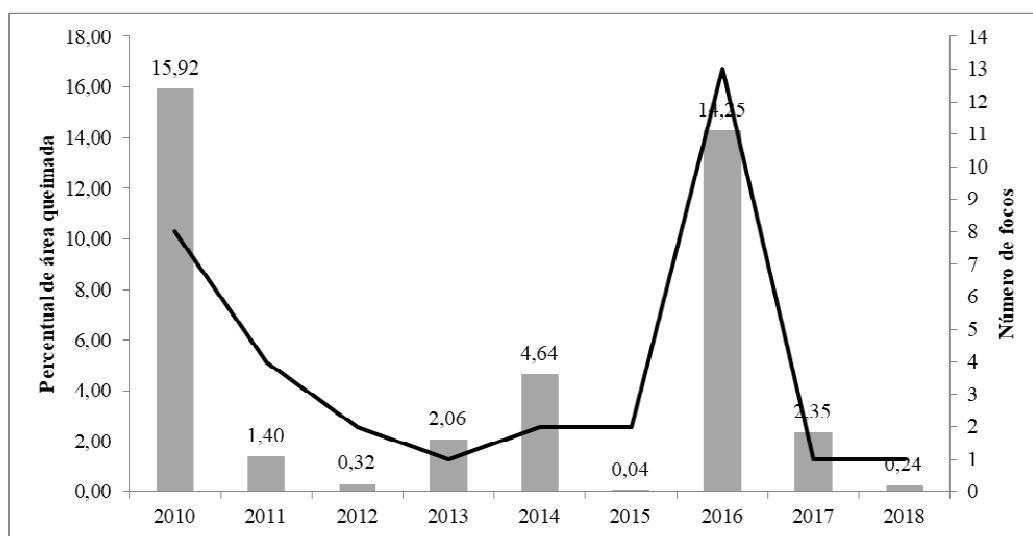


Figura 16. Demonstrativo do percentual e do número de áreas queimadas na ESECAE para o período de 2010 a 2018.

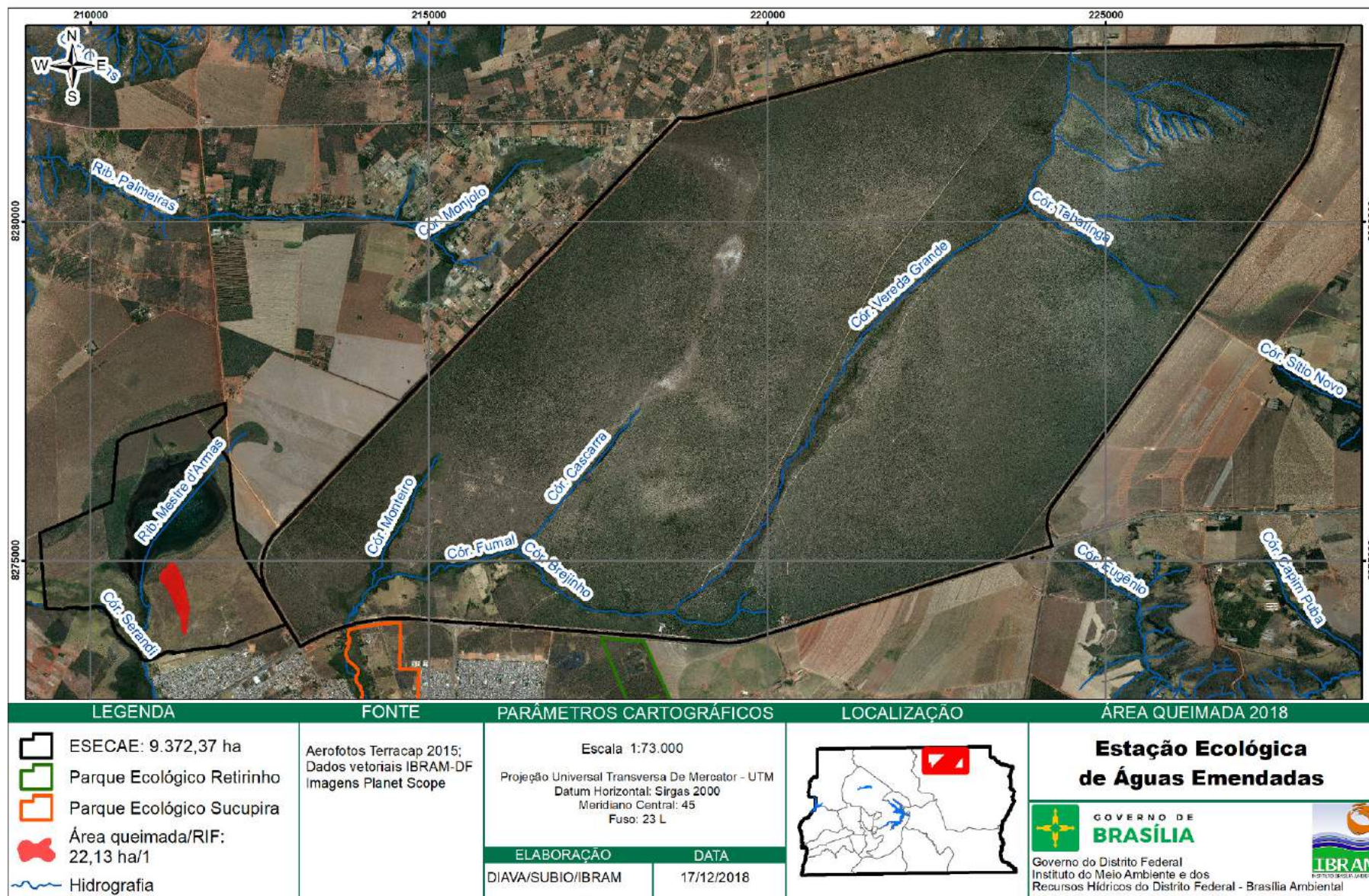


Figura 17. Mapa de área queimada na Estação Ecológica de Águas Emendadas em 2018.

I. Parque Distrital do Gama

O Parque Distrital do Gama está localizado na Região Administrativa do Gama – RA II. Criado pelo Decreto nº 6.953, de 23 de agosto de 1982, possui 227,11 hectares.

No ano de 2018 foram mapeadas seis ocorrências de incêndios florestais na área, queimando um total de 5,94 hectares, que equivale a 2,62 % da unidade de conservação.

Na figura abaixo é mostrado um comparativo do percentual de área queimada e do número de ocorrência de incêndios para a unidade no período de 2010 a 2018.

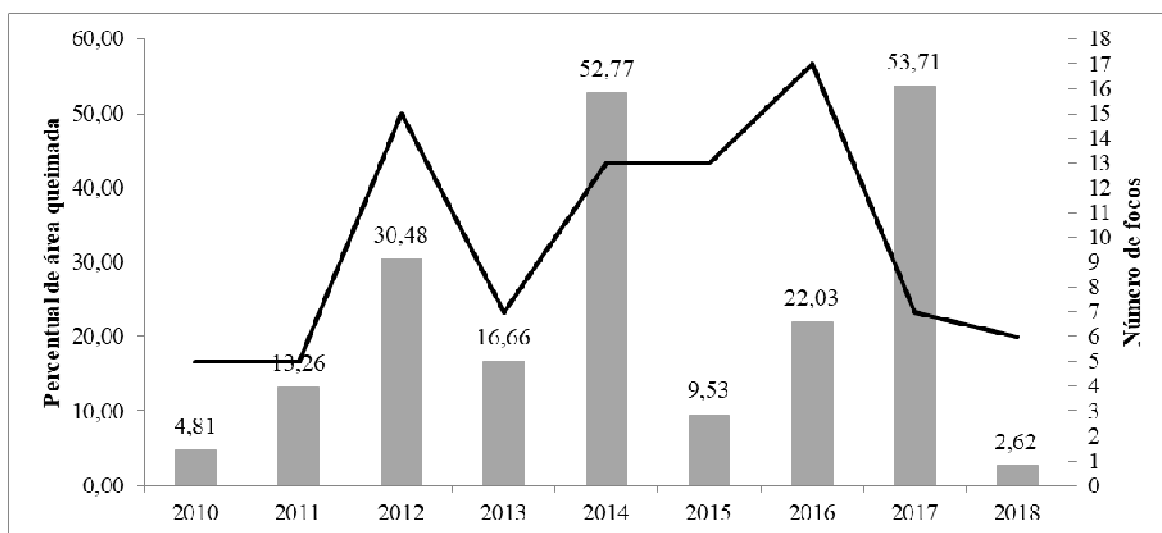


Figura 18. Demonstrativo do percentual e do número de áreas queimadas no Parque Distrital do Gama para o período de 2010 a 2018.

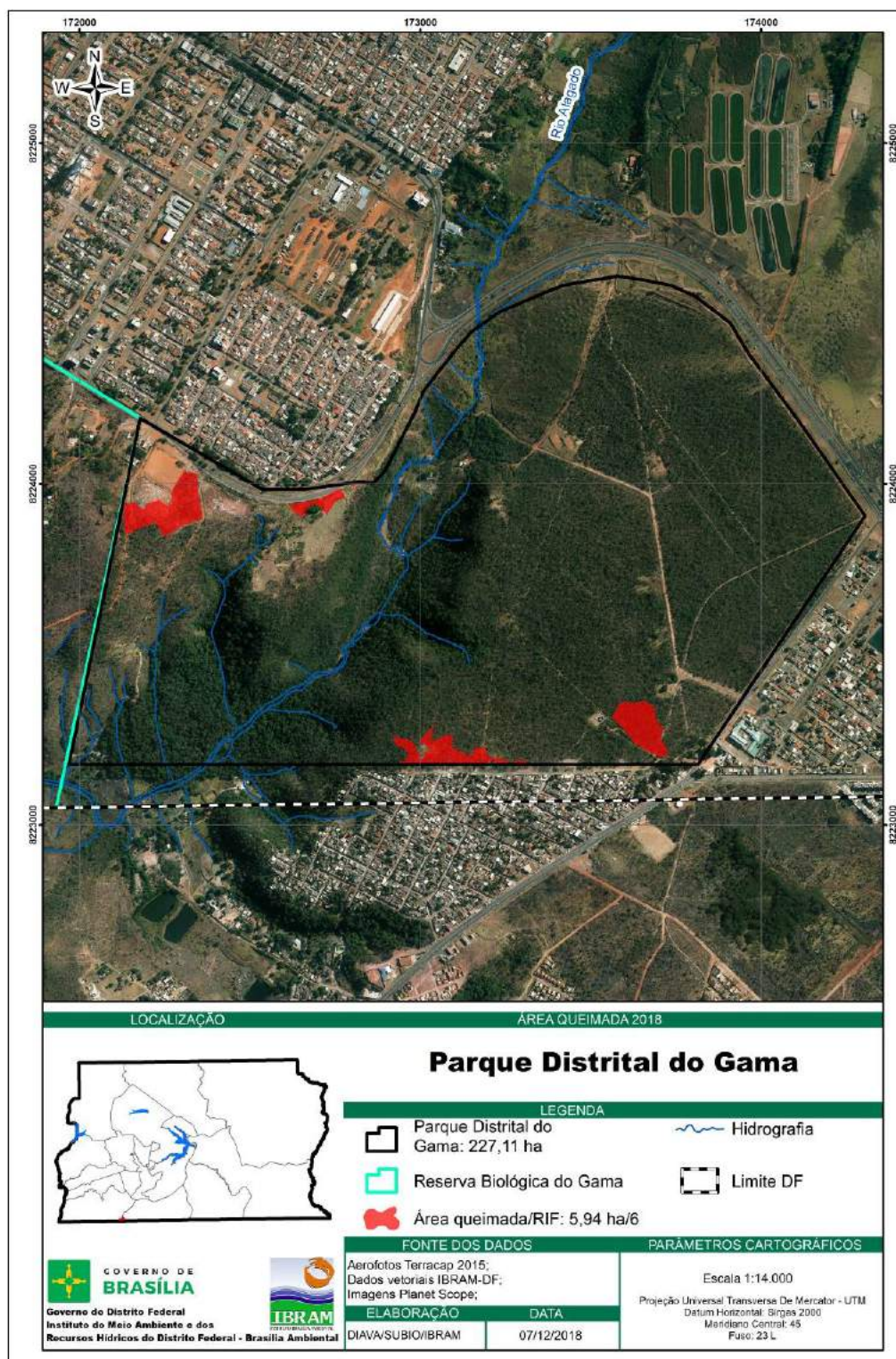


Figura 19. Mapa de área queimada no Parque Distrital do Gama no ano de 2018.

m. Parque Distrital dos Pequizeiros

O Parque Distrital dos Pequizeiros está localizado na Região Administrativa de Planaltina – RA VI. O Parque foi criado pela Lei nº 2.279, de 07 de janeiro de 1999, e tem por objetivo conservar os ecossistemas naturais existentes na área; desenvolver e estimular o ecoturismo e as atividades de lazer integradas ao ambiente natural; promover a educação ambiental; propiciar o desenvolvimento de pesquisas sobre os ecossistemas locais; e recuperar as áreas degradadas.

No ano de 2018 foi mapeada uma ocorrência de incêndio florestal na área, queimando um total de 0,20 hectares, que equivale a 0,03 % da unidade de conservação.

Na figura abaixo é mostrado um comparativo do percentual de área queimada e do número de ocorrência de incêndios para a unidade no período de 2010 a 2018.

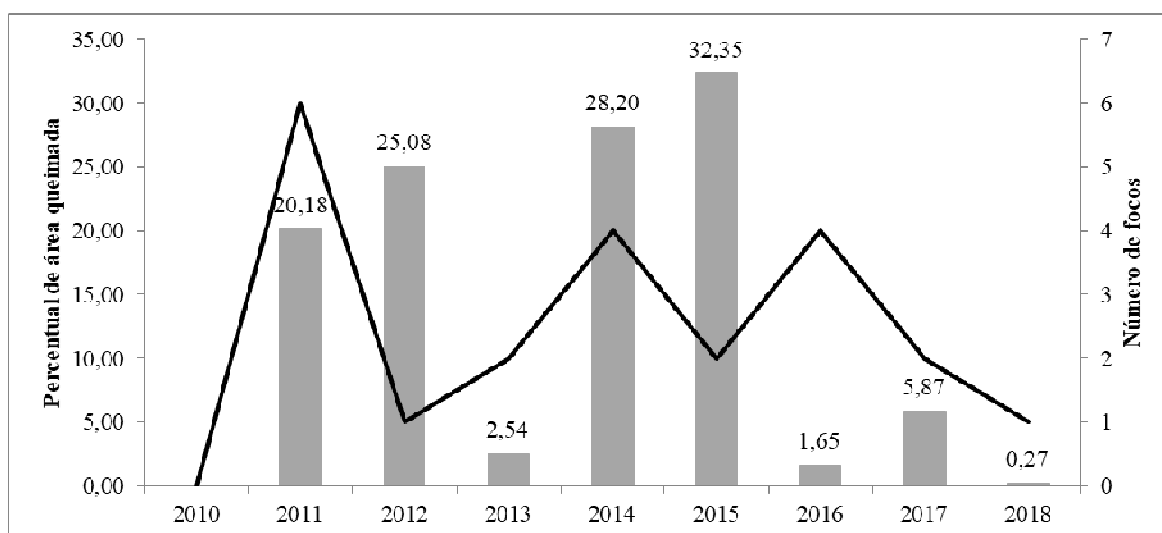


Figura 20. Demonstrativo do percentual e do número de áreas queimadas no Parque Distrital dos Pequizeiros para o período de 2010 a 2018.

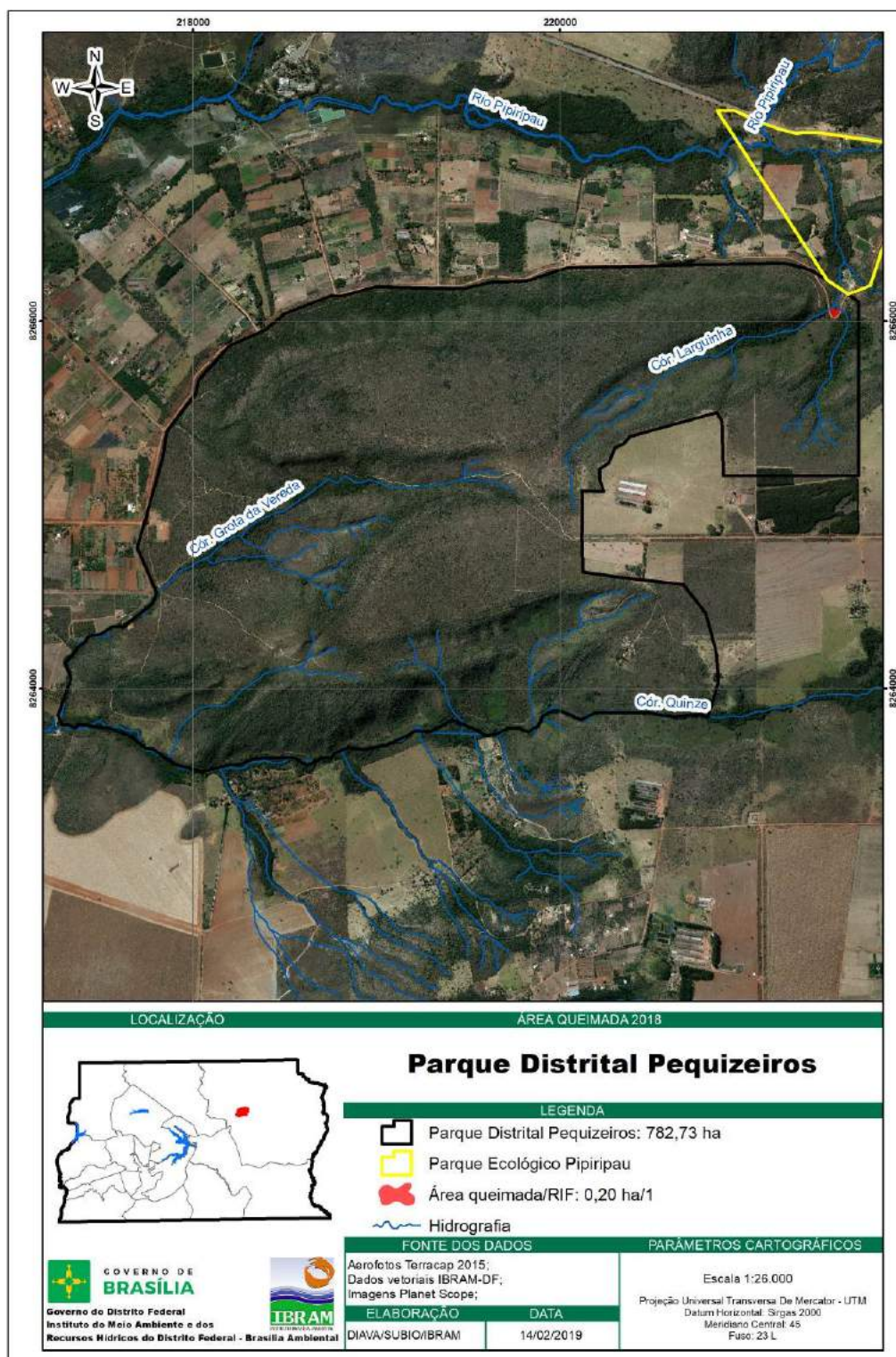


Figura 21. Mapa de área queimada no Parque Distrital dos Pequizeiros no ano de 2018.

n. Parque Distrital Ponte Alta do Gama

O Parque Distrital Ponte Alta do Gama está localizado na Região Administrativa do Gama – RA II. O Parque foi criado pela Lei nº 1.202, de 20 de setembro de 1996, e depois foi reclassificado pela Lei Complementar nº 720, de 27 de janeiro de 2006 e tem por objetivos proporcionar recreação e lazer à população, em harmonia com a preservação dos ecossistemas; criar um núcleo de educação ambiental; proporcionar à comunidade área destinada à conservação local, visando à manutenção da viabilidade genética das espécies do cerrado.

No ano de 2018 foram mapeadas vinte e cinco ocorrências de incêndios florestais na área, queimando um total de 40,91 hectares, que equivale a 13,93 % da unidade de conservação.

Na figura abaixo é mostrado um comparativo do percentual de área queimada e do número de ocorrência de incêndios para a unidade no período de 2010 a 2018.

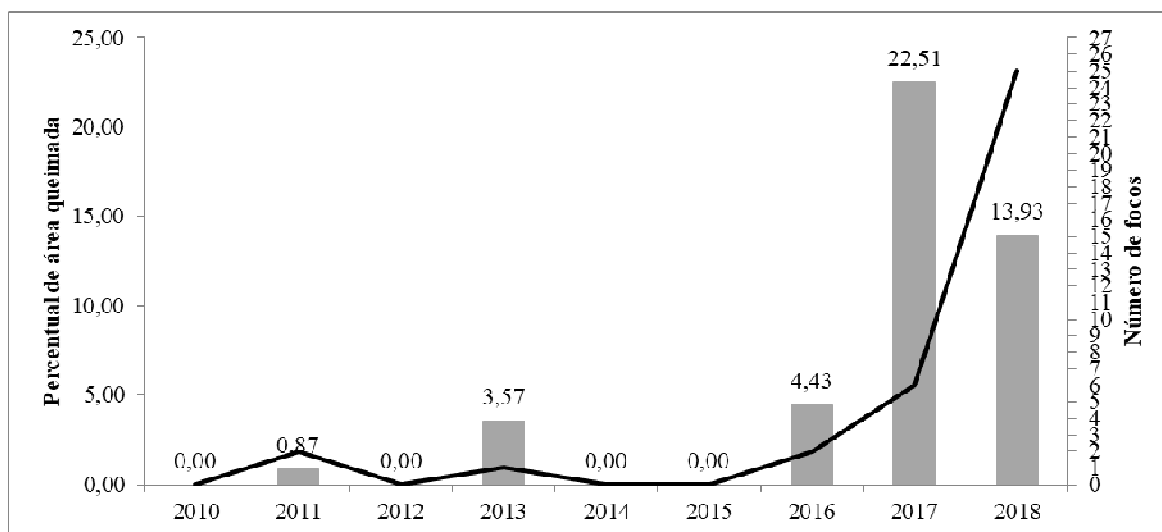


Figura 22. Demonstrativo do percentual e do número de áreas queimadas no Parque Distrital dos Pequizeiros para o período de 2010 a 2018.

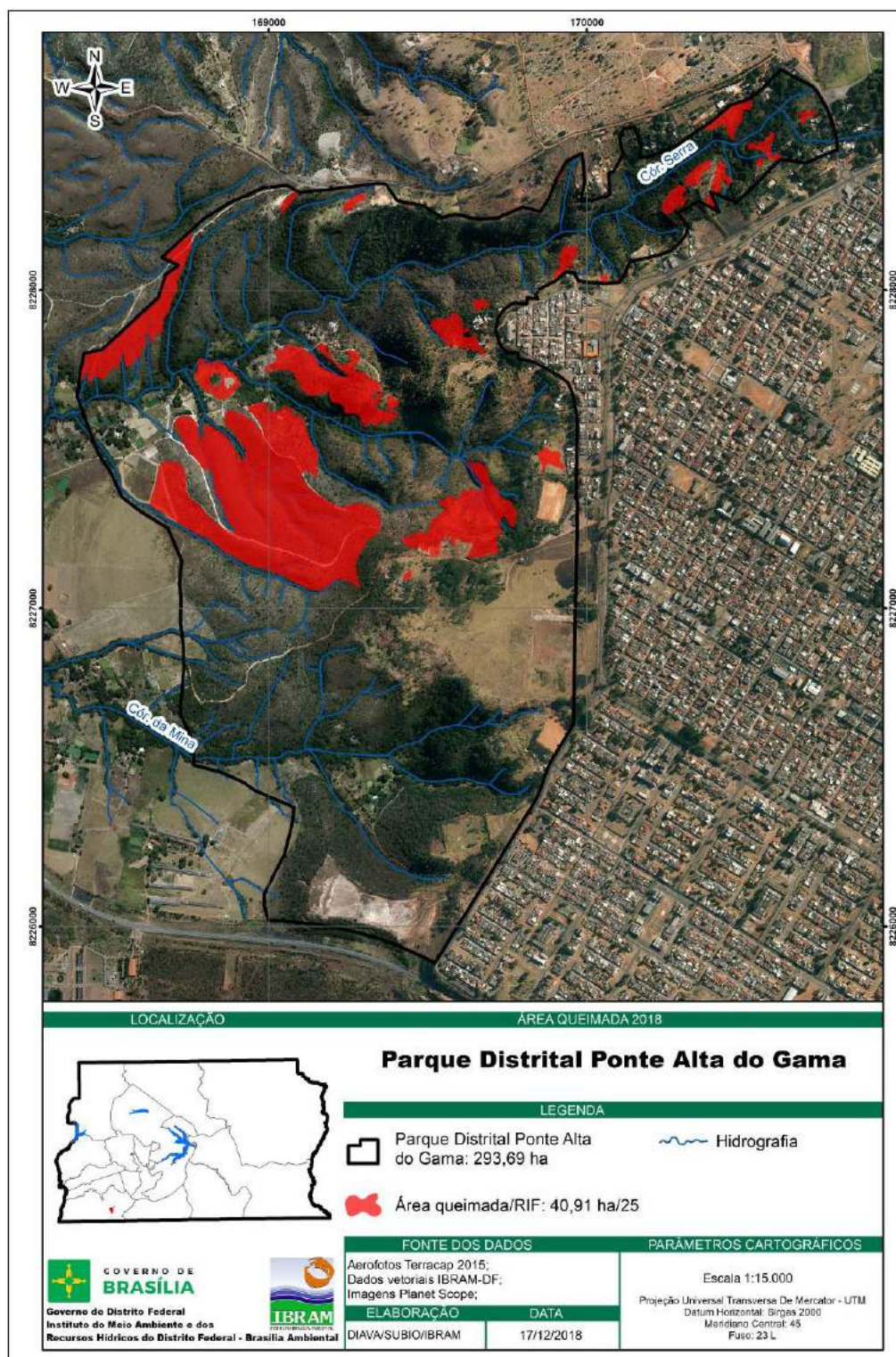


Figura 23. Mapa de área queimada no Parque Distrital Ponte Alta do Gama no ano de 2018.

o. Parque Distrital Recanto das Emas

O Parque Distrital Recanto das Emas, criado pela Lei nº 1.188, de 13 de setembro de 1996, está localizado na Região Administrativa do Recanto das Emas – RA XV. Tem os objetivos, entre outros, de proporcionar à comunidade uma área destinada à conservação local, visando à manutenção da viabilidade genética das espécies do Cerrado e à garantia da qualidade dos recursos hídricos disponíveis, criar um núcleo de educação ambiental e proporcionar recreação e lazer à população em harmonia com a preservação do ecossistema da região.

No ano de 2018 foram mapeadas quarenta e três ocorrências de incêndios florestais na área, queimando um total de 142,10 hectares, que equivale a 53,26 % do parque.

Na figura abaixo é mostrado um comparativo do percentual de área queimada e do número de ocorrência de incêndios para a unidade no período de 2010 a 2018.

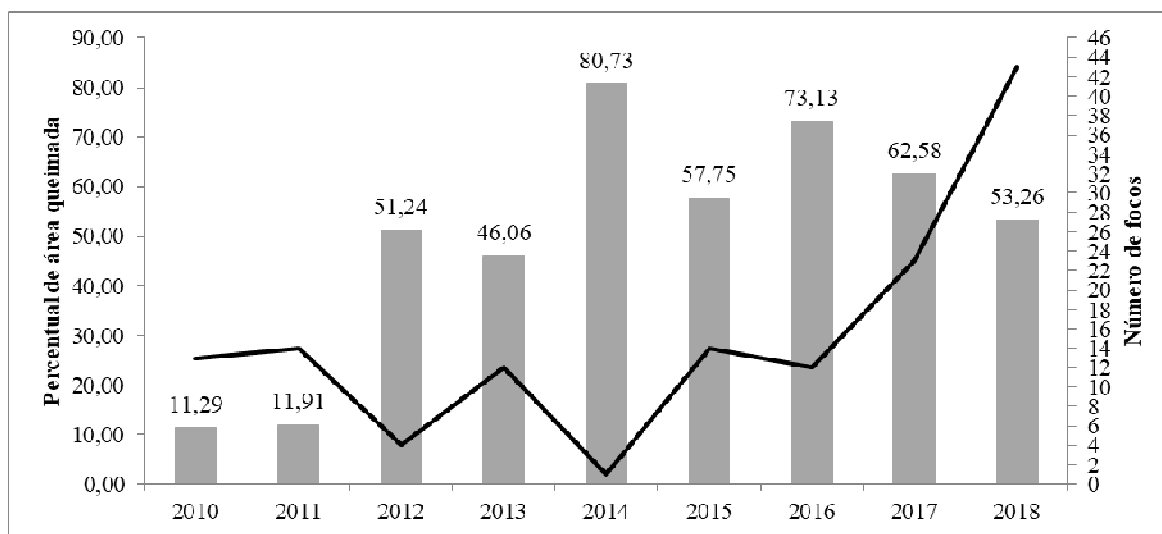


Figura 24. Demonstrativo do percentual e do número de áreas queimadas no Parque Distrital Recanto das Emas para o período de 2010 a 2018.

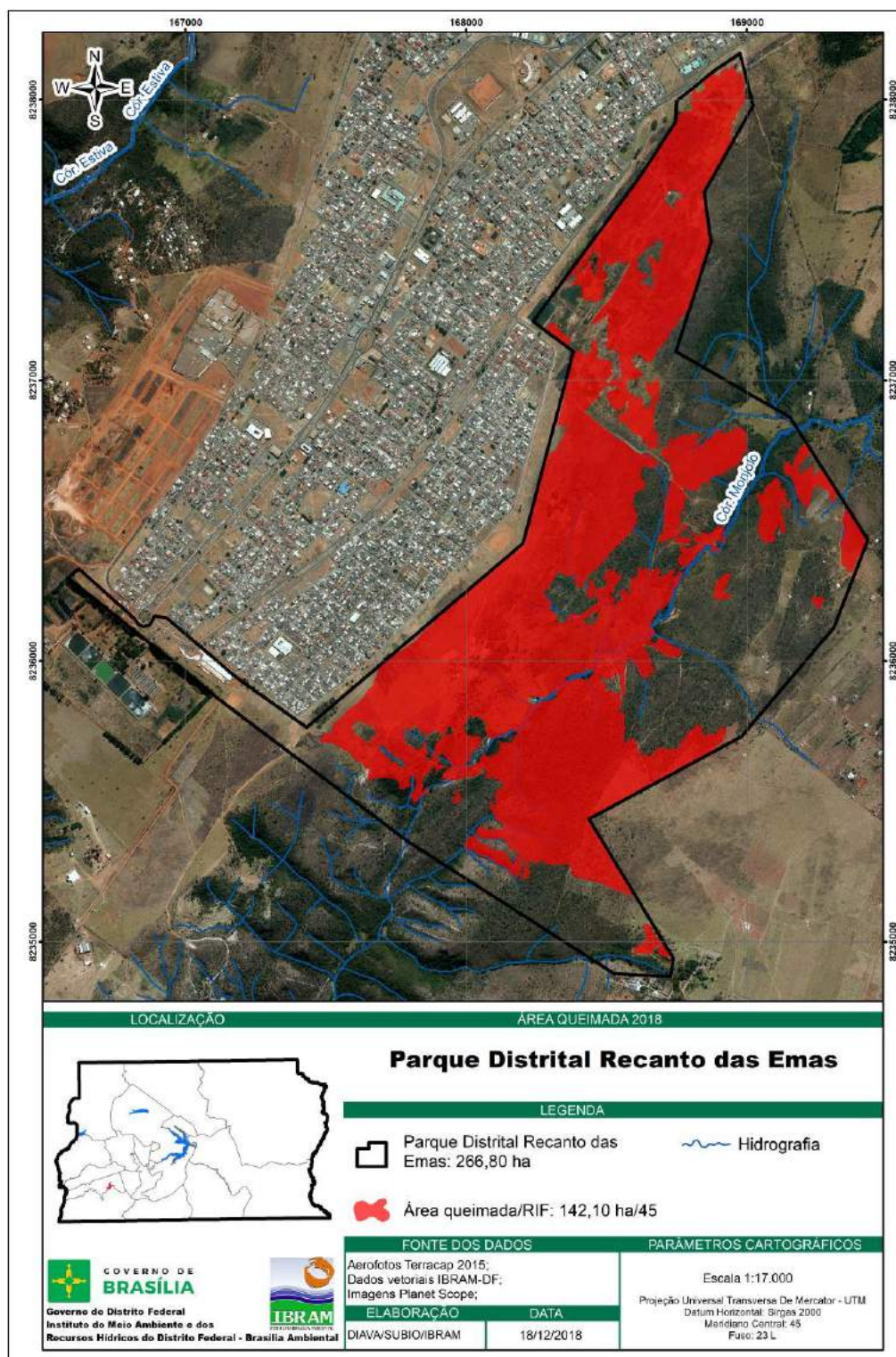


Figura 25. Mapa de área queimada no Parque Distrital Recanto das Emas no ano de 2018.

p. Parque Distrital Retirinho

O Parque Distrital Retirinho, criado pela Lei nº 2.355, de 26 de abril de 1999, localizado na Região Administrativa de Planaltina – RA VI, com os objetivos de viabilizar as medidas de proteção à área de sua abrangência, propiciar condições para que a população possa usufruir do local, em consonância com a preservação ambiental, desenvolver pesquisas e estudos sobre o ecossistema local, atividades de educação ambiental, desenvolver programas de recuperação das áreas degradadas e promover o desenvolvimento e a valorização do ecoturismo.

No ano de 2018 foram mapeadas vinte e três ocorrências de incêndios florestais na área, queimando um total de 21,58 hectares, que equivale a 3,45 % do parque.

Na figura abaixo é mostrado um comparativo do percentual de área queimada e do número de ocorrência de incêndios para a unidade no período de 2010 a 2018.

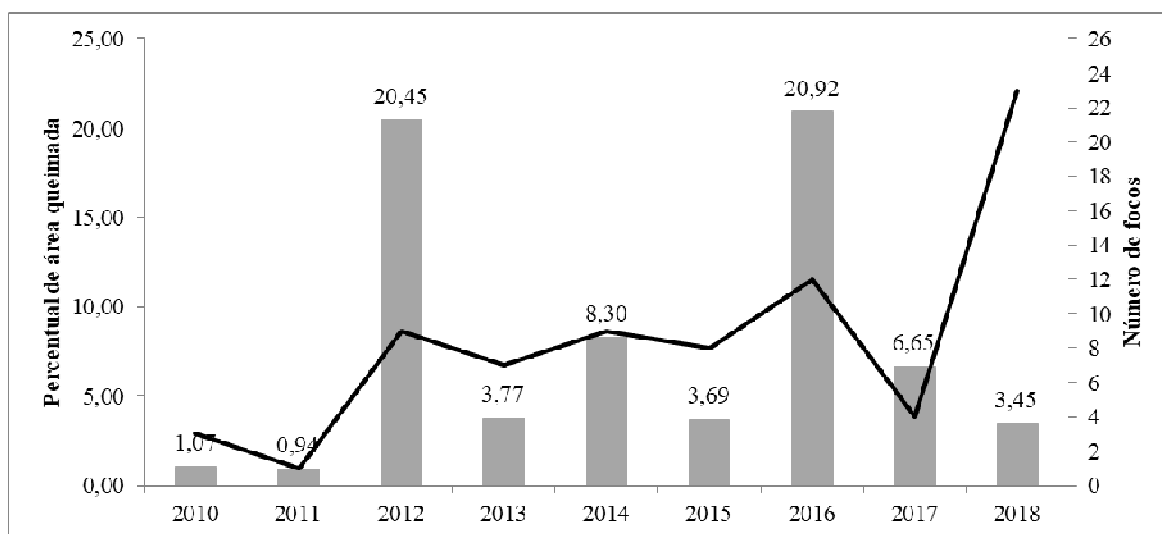


Figura 26. Demonstrativo do percentual e do número de áreas queimadas no Parque Distrital Retirinho para o período de 2010 a 2018.

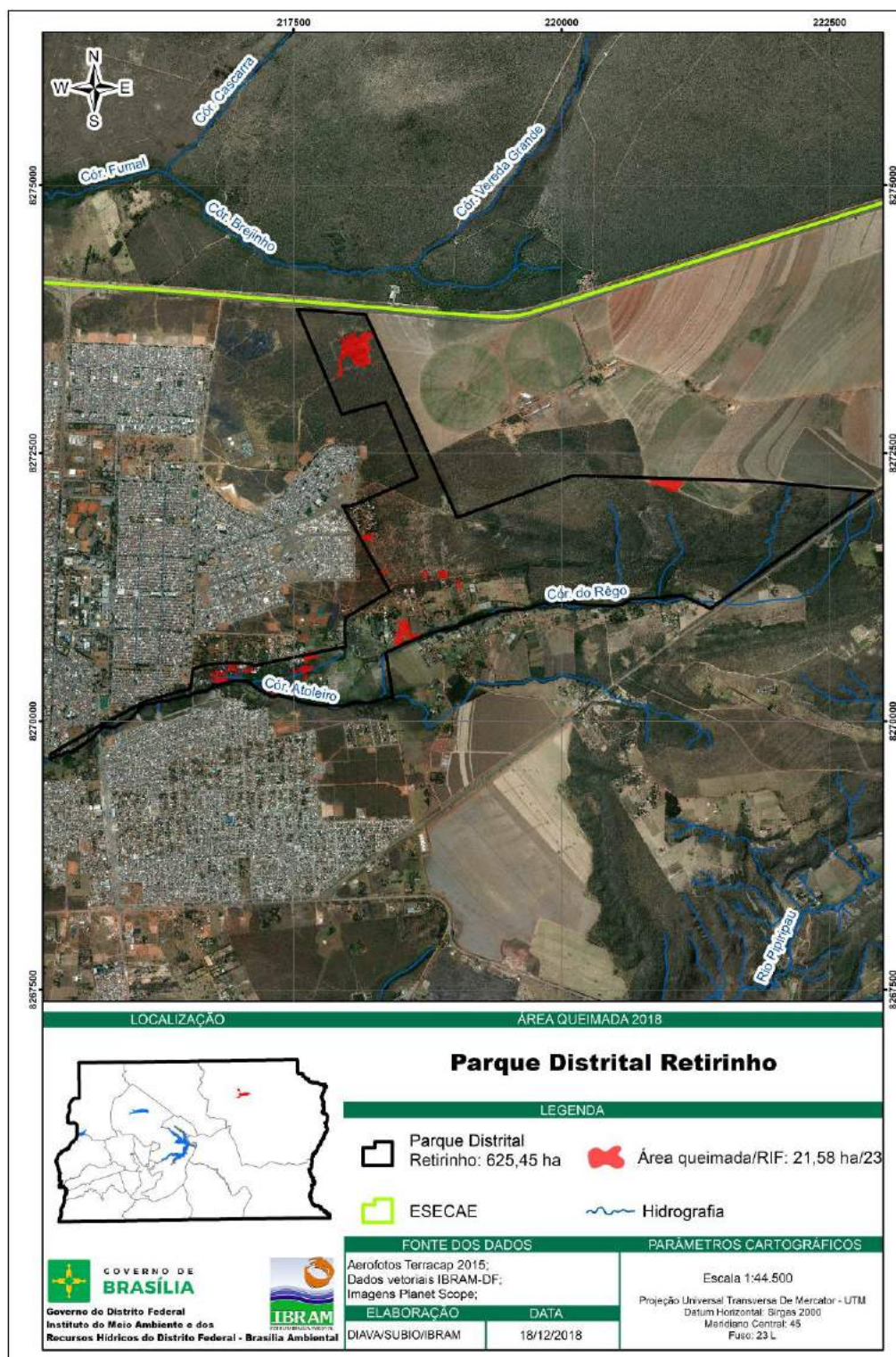


Figura 27. Mapa de área queimada no Parque Distrital Retirinho no ano de 2018.

q. Parque Distrital Riacho Fundo

Criado pela Lei nº 1.705, de 13 de outubro de 1997, o Parque Distrital Riacho Fundo tem como objetivo garantir a diversidade biológica da fauna e flora locais, preservando o patrimônio genético das espécies e a qualidade dos recursos hídricos disponíveis; utilizar os componentes naturais locais para a educação ambiental; e proporcionar à população recreação e lazer, em contato direto com o meio ambiente, em harmonia com o ecossistema da região.

Corresponde a uma área de 437,54 hectares, delimitada pela Granja Riacho Fundo, ao Norte, pelo regimento de Polícia Montada, a Estação de Tratamento de Esgoto, a chácara s/nº Dácia e a Colônia Agrícola Sucupira, a Leste; pela Fazenda Sucupira, ao Sul, e pela Fazenda Sucupira e Riacho Fundo II, a Oeste.

No ano de 2018 foram mapeadas vinte e uma ocorrências de incêndios florestais na área, queimando um total de 69,72 hectares, que equivale a 15,93 % do parque.

Na figura abaixo é mostrado um comparativo do percentual de área queimada e do número de ocorrências de incêndios para a unidade no período de 2010 a 2018.

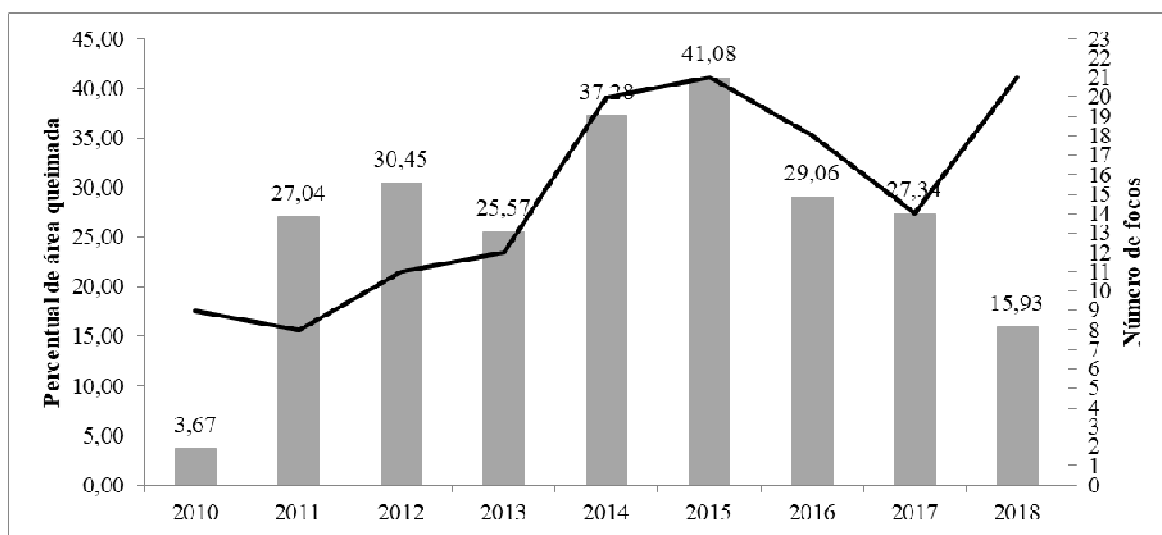


Figura 28. Demonstrativo do percentual e do número de áreas queimadas no Parque Distrital Riacho Fundo para o período de 2010 a 2018.

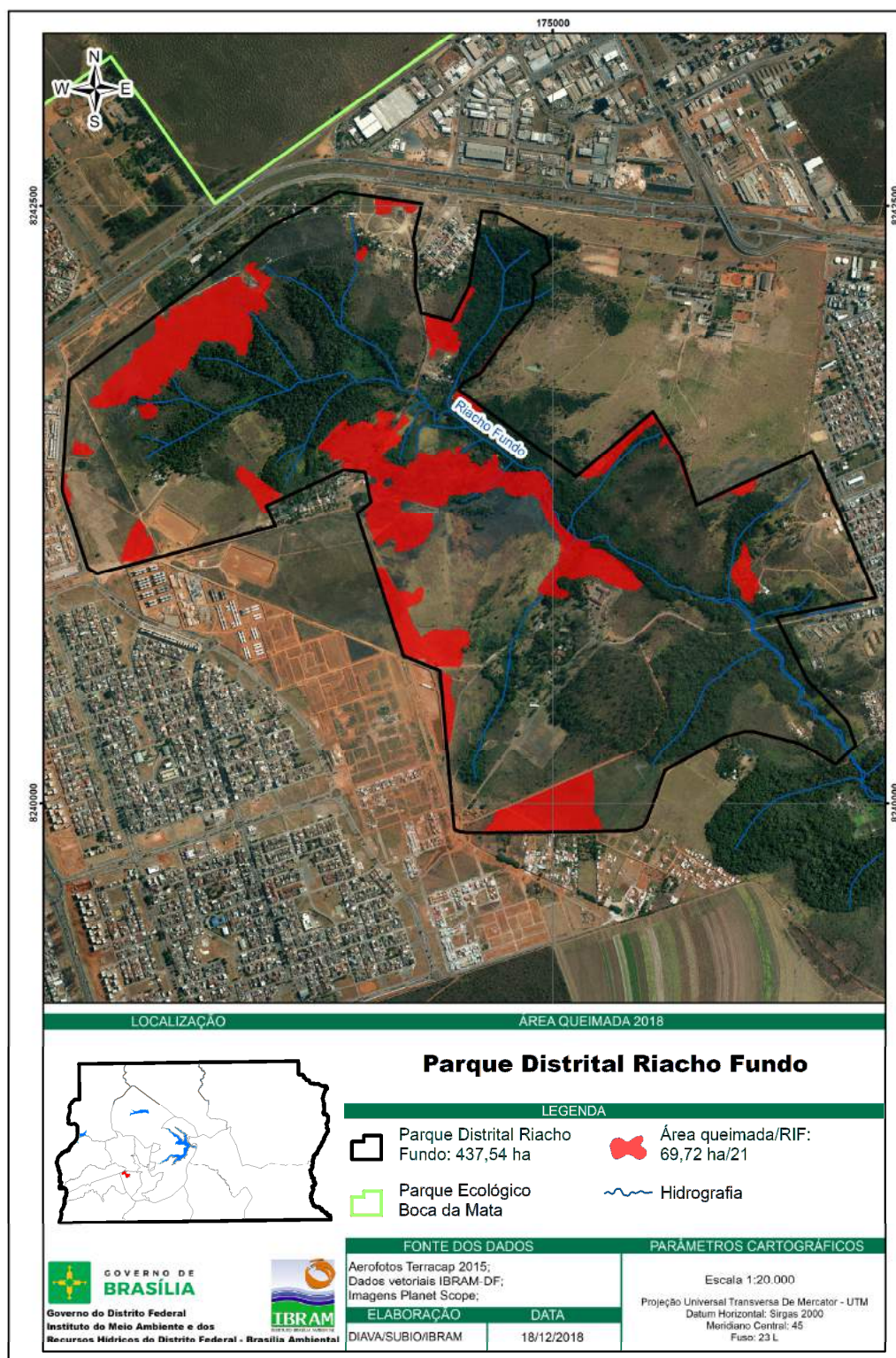


Figura 29. Mapa de área queimada no Parque Distrital do Riacho Fundo em 2018.

r. Parque Distrital Rio Descoberto

O Parque Distrital Rio Descoberto está localizado na Região Administrativa de Ceilândia – RA IX. O Parque foi criado pela Lei nº 547, de 23 de setembro de 1993 e tem como objetivos: preservar características ambientais de solos, flora, fauna e clima da região do cerrado, situada na faixa de transição da chapada com a calha do Rio Descoberto; proteger o acervo genético representativo da flora e da fauna nativas naquela área do Distrito Federal; proporcionar a realização de estudos e pesquisas científicas concernentes à conservação da natureza em áreas de transição ambiental e sua aplicação em áreas semelhantes; ensinar à população acesso às áreas específicas de educação ambiental, associativismo, esportes e lazer.

No ano de 2018 foram mapeadas quatro ocorrências de incêndios florestais na área, queimando um total de 57,35 hectares, que equivale a 18,04 % do parque.

Na figura abaixo é mostrado um comparativo do percentual de área queimada e do número de ocorrência de incêndios para a unidade no período de 2010 a 2018.

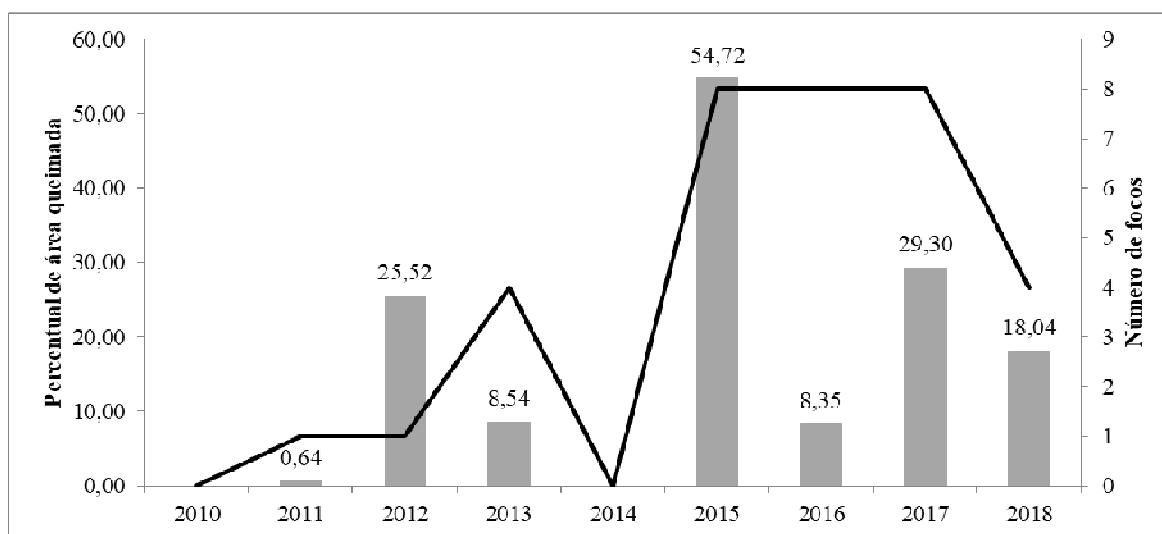


Figura 30. Demonstrativo do percentual e do número de áreas queimadas no Parque Distrital Rio Descoberto para o período de 2010 a 2018.

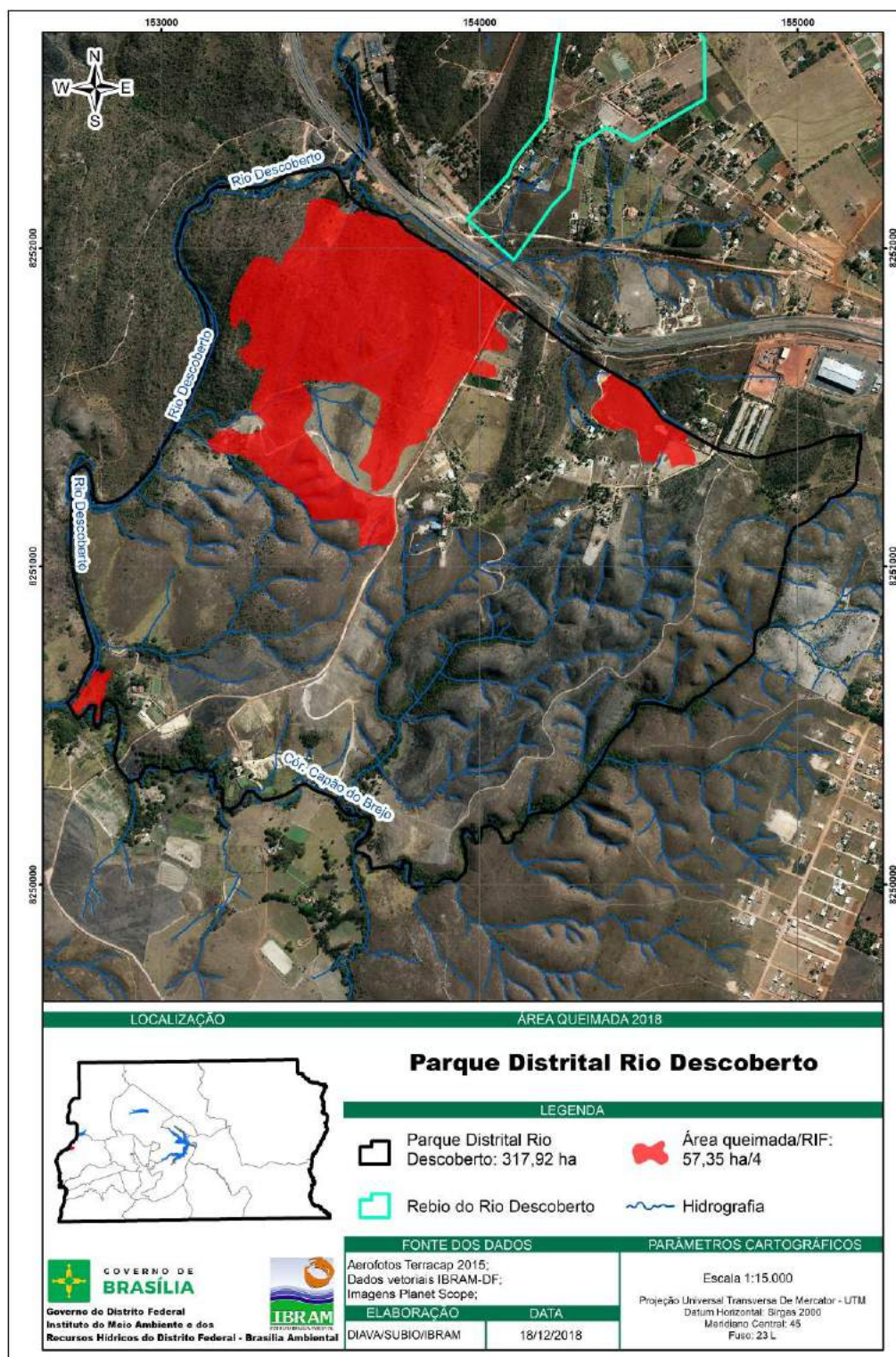


Figura 31. Mapa de área queimada no Parque Distrital Rio Descoberto no ano de 2018.

s. Parque Ecológico Asa Sul

O Parque Ecológico Asa Sul está localizado na Região Administrativa de Brasília – RA I. O Parque foi criado pelo Decreto nº 24.036, de 10 de setembro de 2003, e tem por objetivos: conservar amostras dos ecossistemas naturais; proteger paisagens naturais de beleza cênica notável, bem como atributos excepcionais de natureza geológica, geomorfológica, espeleológica e histórica; proteger e recuperar recursos hídricos, edáficos e genéticos; promover a recuperação de áreas degradadas e a sua revegetação com espécies nativas; incentivar atividades de pesquisa, estudos e monitoramento ambiental; e estimular o desenvolvimento da educação ambiental e das atividades de recreação e lazer em contato harmônico com a natureza.

No ano de 2018 foi mapeada uma ocorrência de incêndio florestal na área, queimando um total de 0,23 hectares, que equivale a 1,06 % do parque.

Na figura abaixo é mostrado um comparativo do percentual de área queimada e do número de ocorrência de incêndios para a unidade no período de 2010 a 2018.

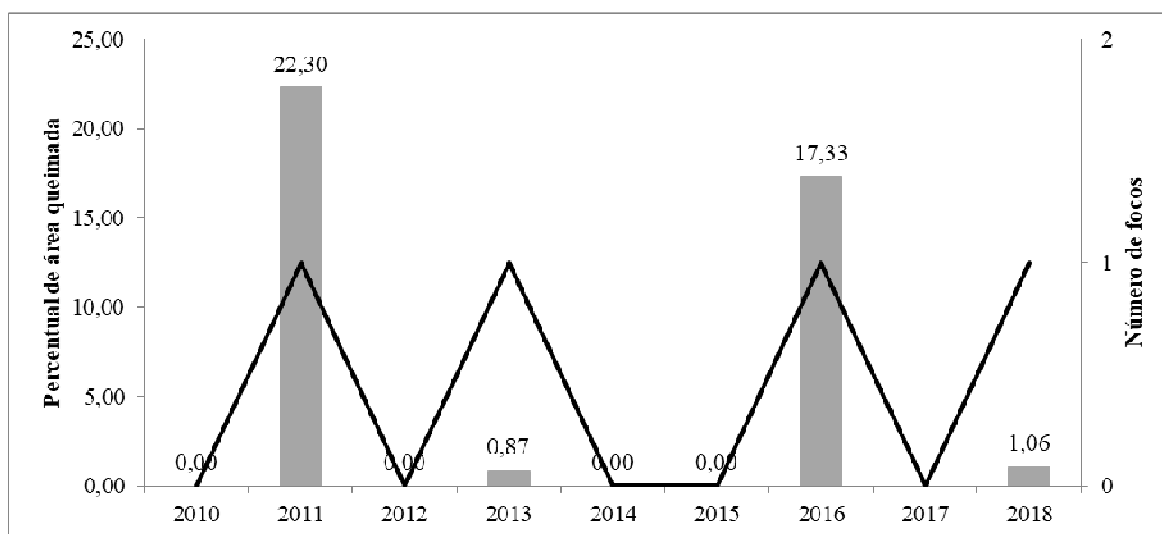


Figura 32. Demonstrativo do percentual e do número de áreas queimadas no Parque Ecológico Asa Sul para o período de 2010 a 2018.

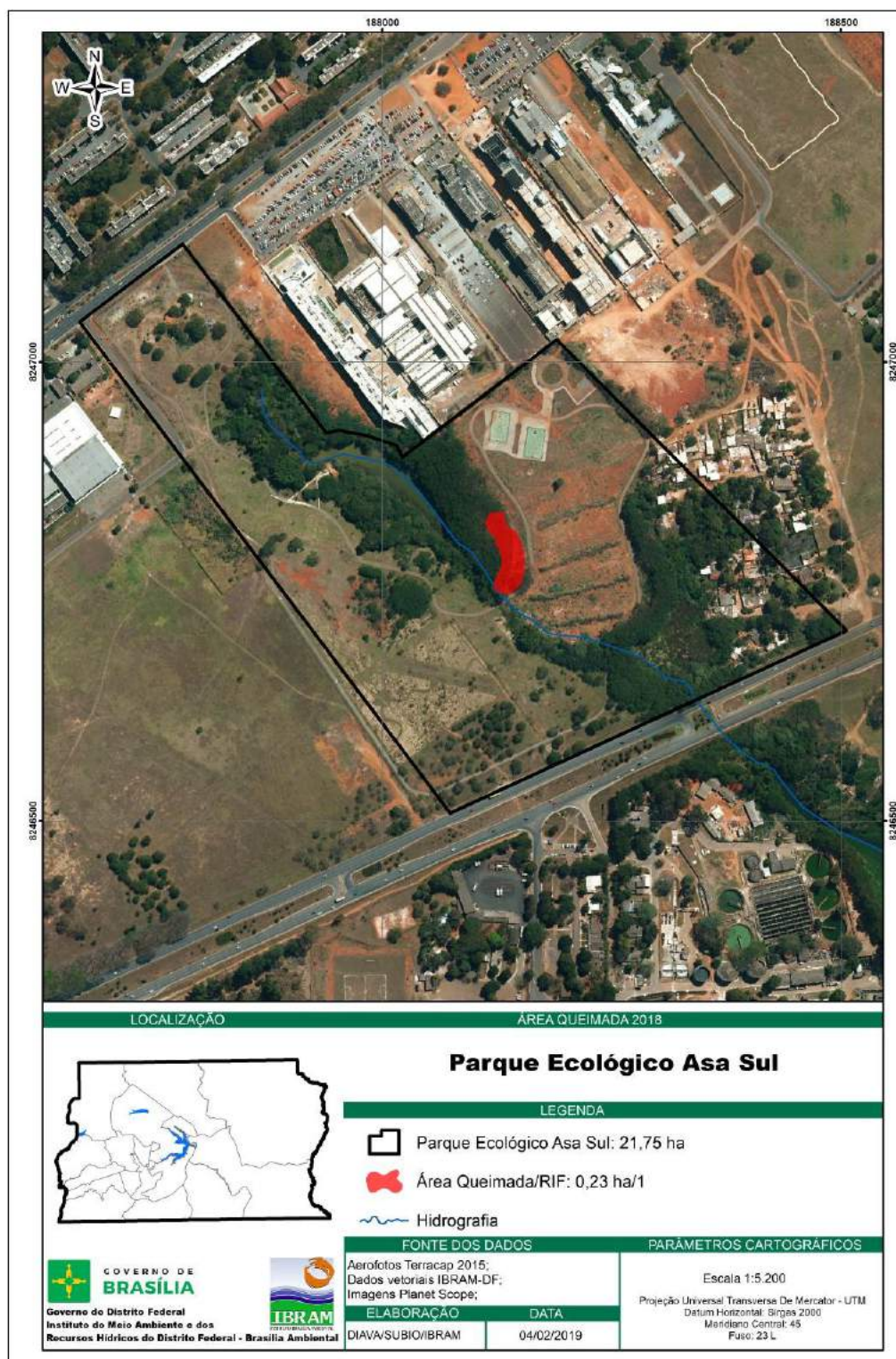


Figura 33. Mapa de área queimada no Parque Ecológico Asa Sul no ano de 2018.

t. Parque Ecológico Bernardo Sayão

O Parque Ecológico Bernardo Sayão, também denominado Parque Ecológico do Rasgado, se localiza na Região Administrativa do Lago Sul – RA XVI. Foi criado através do Decreto nº 24.547, de 20 de abril de 2004 com o objetivo de proteger o acervo genético representativo da flora e da fauna nativas naquela área do Distrito Federal; proporcionar a realização de atividades voltadas para a educação ambiental; propiciar o desenvolvimento de programas e projetos de observação ecológica e pesquisa sobre os ecossistemas locais; e proporcionar condições para a realização de atividades culturais, de recreação, lazer e esporte, em harmonia com a preservação do ecossistema da região.

No ano de 2018 foram mapeadas sete ocorrências de incêndios florestais na área, queimando um total de 12,37 hectares, que equivale a 5,44 % do parque.

Na figura abaixo é mostrado um comparativo do percentual de área queimada e do número de ocorrências de incêndios para a unidade no período de 2010 a 2018.

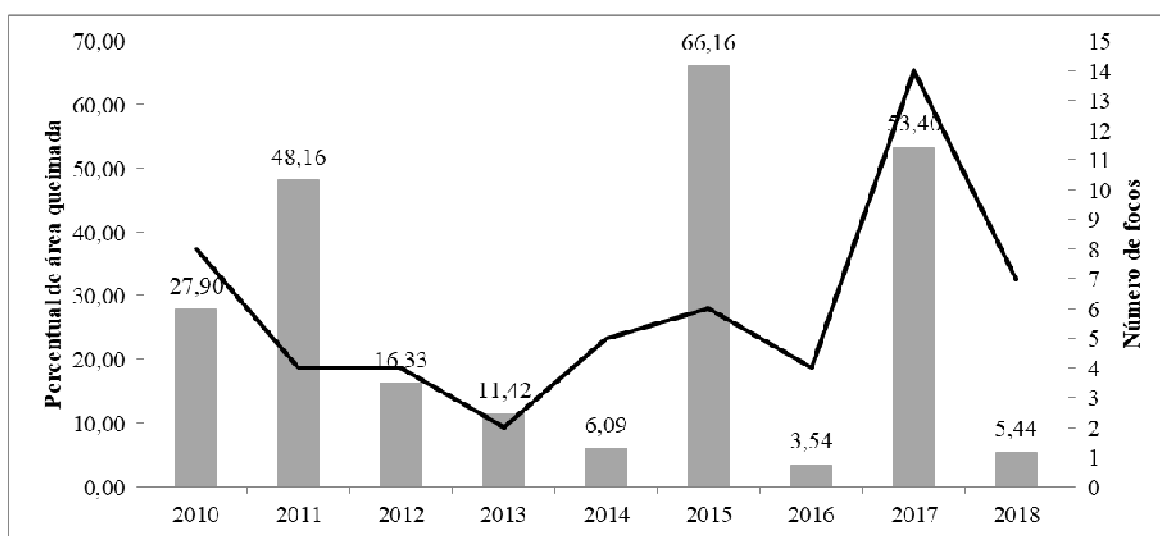


Figura 34. Demonstrativo do percentual e do número de áreas queimadas no Parque Ecológico Bernardo Sayão para o período de 2010 a 2018.

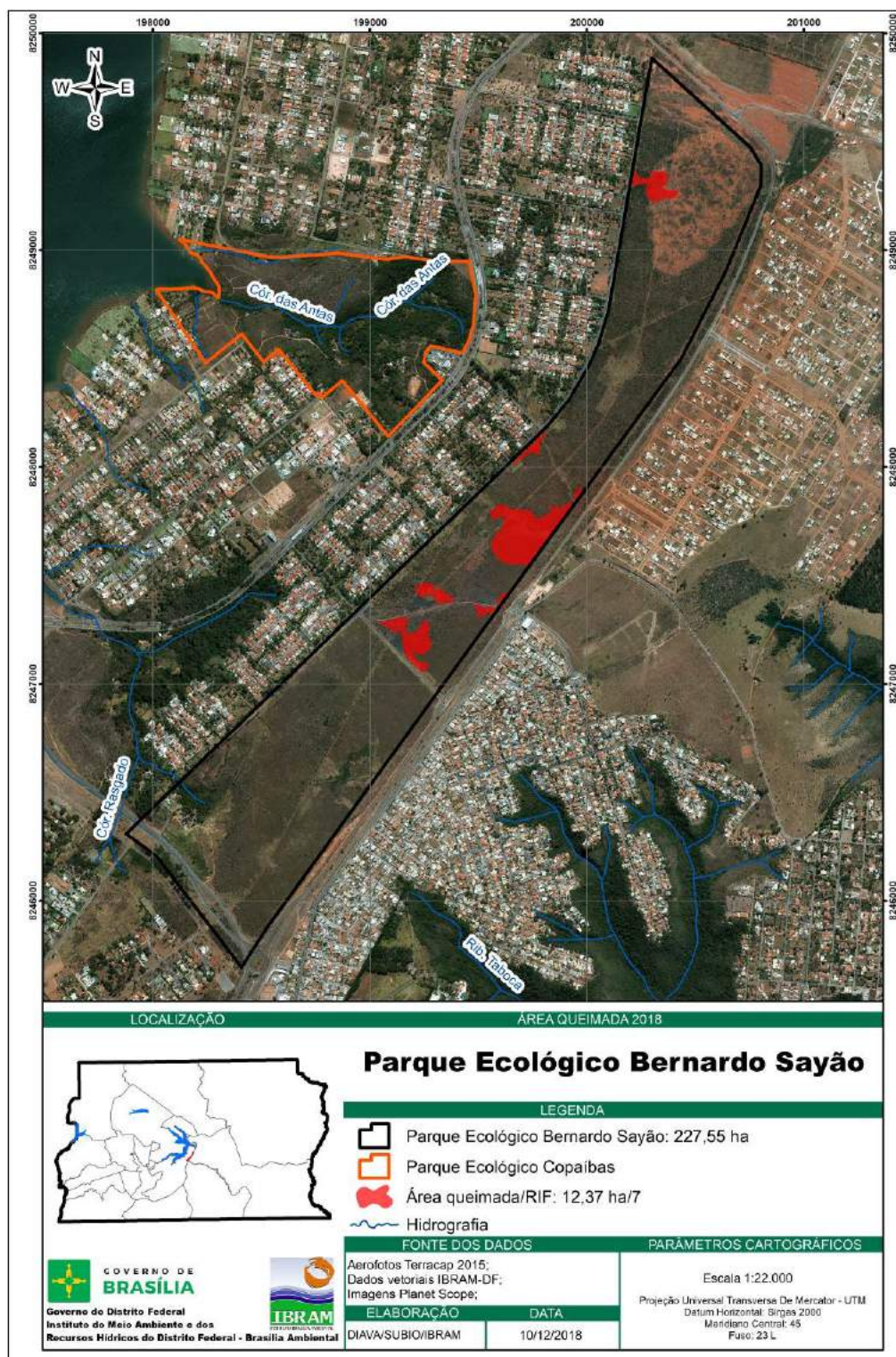


Figura 35. Mapa de área queimada no Parque Ecológico Bernardo Sayão no ano de 2018.

u. Parque Ecológico Boca da Mata

O Parque Ecológico Boca da Mata está localizado na zona limítrofe entre as Regiões Administrativas de Taguatinga – RAIII, e Samambaia – RAXII. O Parque foi criado pelo Decreto nº 12.244 de 7 de junho de 1991 e posteriormente o Decreto nº 26.435, de 09 de dezembro de 2005 definiu a poligonal do Parque. O Parque é composto em sua maior parte por vegetação nativa, sobretudo por campos de murundus, fitofisionomia típica de Cerrado.

No ano de 2018 foram mapeadas onze ocorrências de incêndios florestais na área, queimando um total de 116,31 hectares, que equivale a 59,25 % do parque.

Na figura abaixo é mostrado um comparativo do percentual de área queimada e do número de ocorrências de incêndios para a unidade no período de 2010 a 2018.

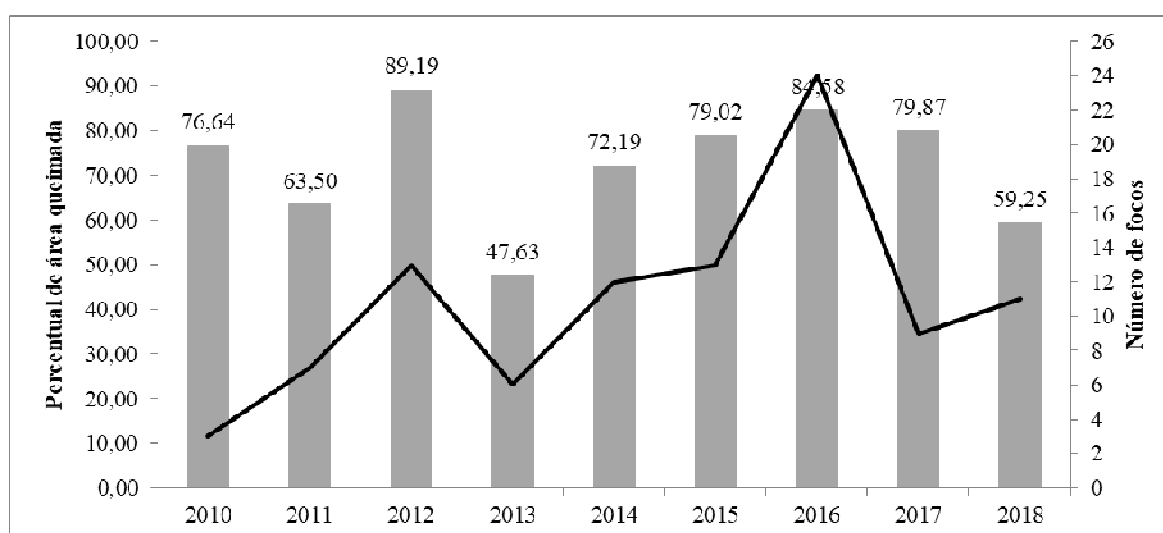


Figura 36. Demonstrativo do percentual e do número de áreas queimadas no Parque Ecológico Boca da Mata para o período de 2010 a 2018.

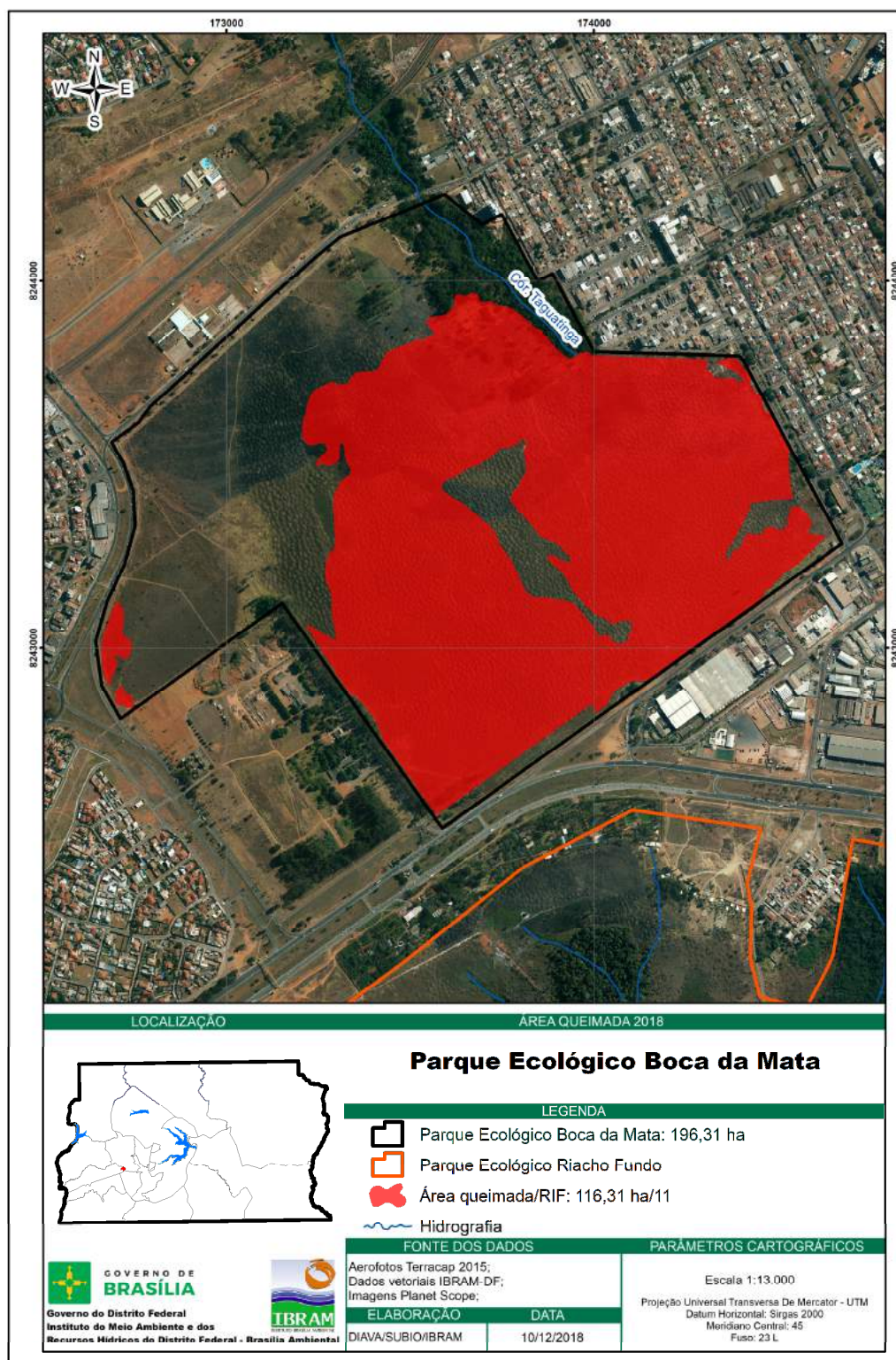


Figura 37. Mapa de área queimada no Parque Ecológico Boca da Mata no ano de 2018.

v. Parque Ecológico Burle Marx

O Parque Ecológico Burle Marx, localizado na Região Administrativa de Brasília – RA I, foi criado pelo Decreto nº 12.249, de 07 de março de 1990.

No ano de 2018 foram mapeadas onze ocorrências de incêndios florestais na área, queimando um total de 33,42 hectares, que equivale a 11,91 % do parque.

Na figura abaixo é mostrado um comparativo do percentual de área queimada e do número de ocorrências de incêndios para a unidade no período de 2010 a 2018.

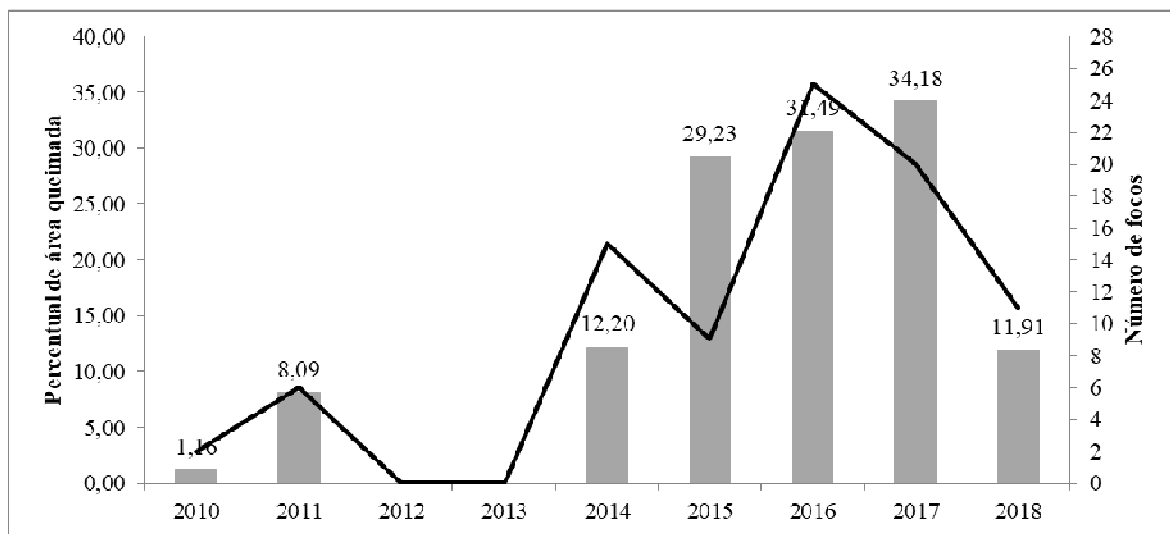


Figura 38. Demonstrativo do percentual e do número de áreas queimadas no Parque Ecológico Burle Marx para o período de 2010 a 2018.

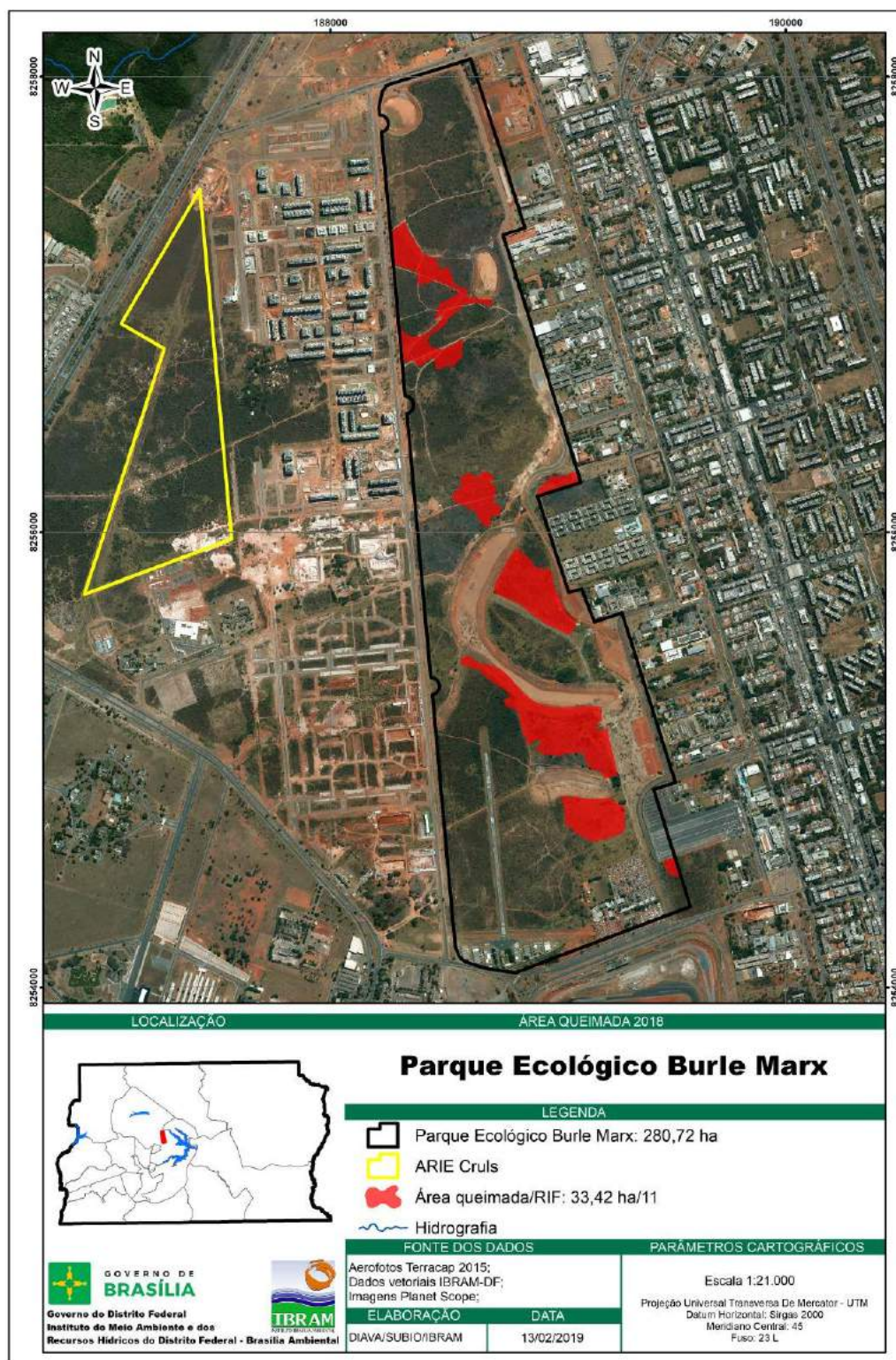


Figura 39. Mapa de área queimada no Parque Ecológico Burle Marx no ano de 2018.

w. Parque Ecológico Cachoeirinha

O Parque Ecológico Cachoeirinha está localizado na Região Administrativa do Paranoá – RA VII. O Parque foi criado pela Lei Complementar nº 614, de 14 de junho de 2002.

No ano de 2018 foram mapeadas dez ocorrências de incêndios florestais na área, queimando um total de 41,71 hectares, que equivale a 6,08 % do parque.

Na figura abaixo é mostrado um comparativo do percentual de área queimada e do número de ocorrências de incêndios para a unidade no período de 2010 a 2018.

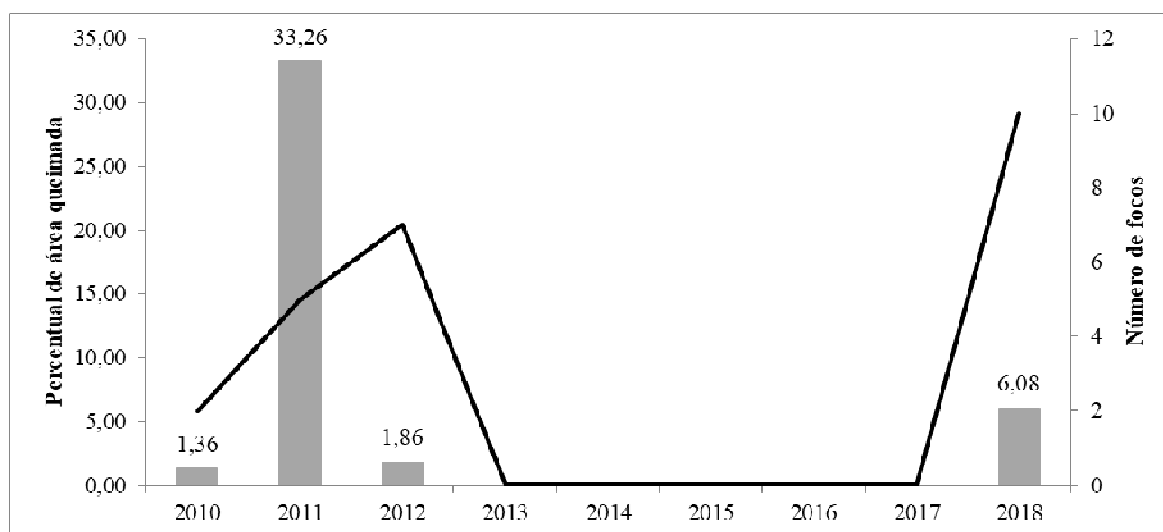


Figura 40. Demonstrativo do percentual e do número de áreas queimadas no Parque Ecológico Cachoeirinha para o período de 2010 a 2018.

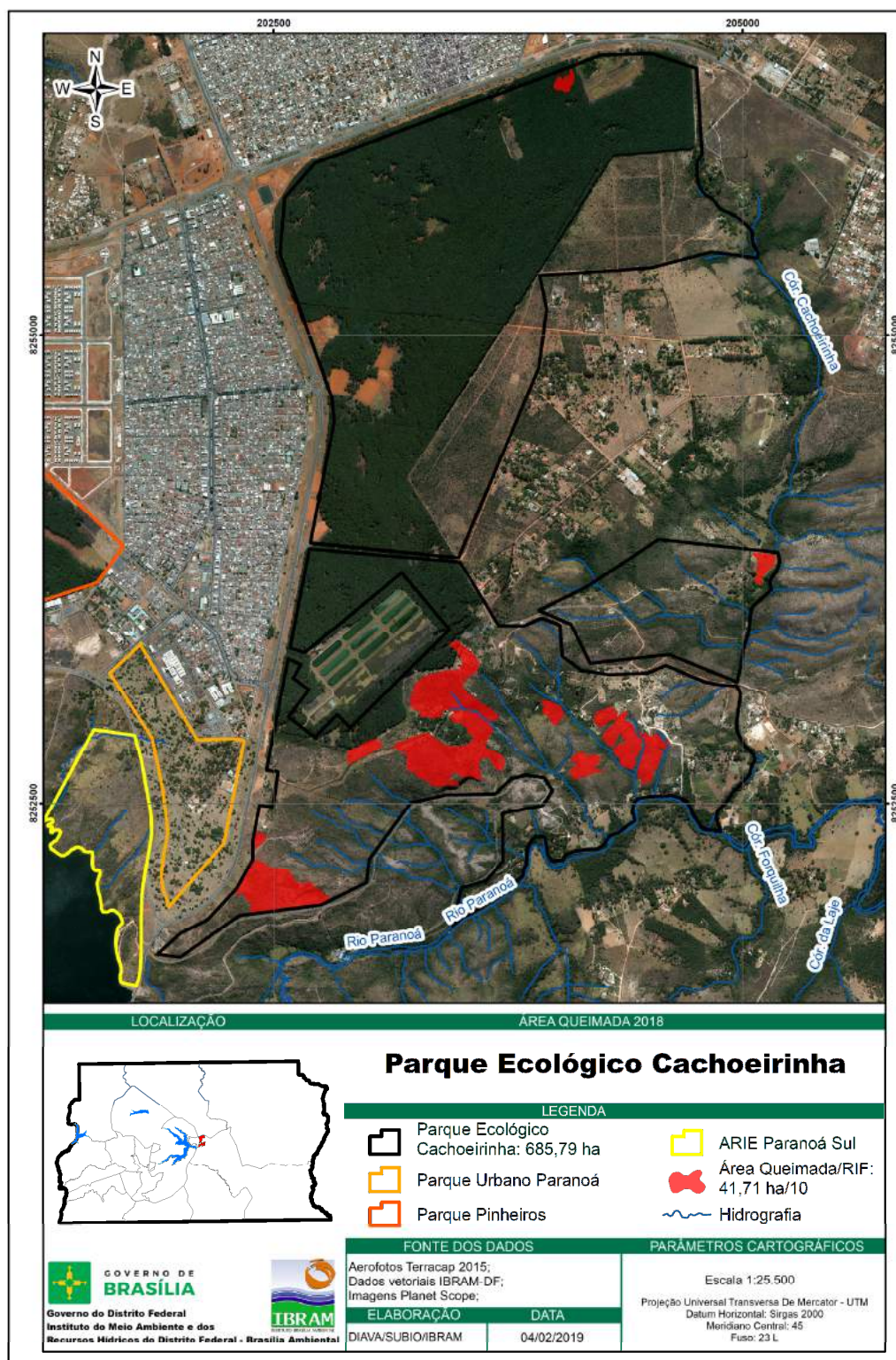


Figura 41. Mapa de área queimada no Parque Ecológico Cachoeirinha no ano de 2018.

x. Parque Ecológico Canela de Ema

O Parque Ecológico Canela de Ema, situado na Região Administrativa de Sobradinho – RA V, foi criado pela Lei nº 1.400, de 10 de março de 1997, com os objetivos, entre outros, de preservação da vegetação do cerrado existente no local, proteção da bacia do rio São Bartolomeu e desenvolvimento de programas de observação ecológica e de pesquisas sobre os ecossistemas locais.

No ano de 2018, foram mapeadas sete ocorrências de incêndios florestais na área, queimando um total de 6,67 hectares, que equivale a 23,34 % do parque.

Na figura abaixo é mostrado um comparativo do percentual de área queimada e do número de ocorrências de incêndios para a unidade no período de 2010 a 2018.

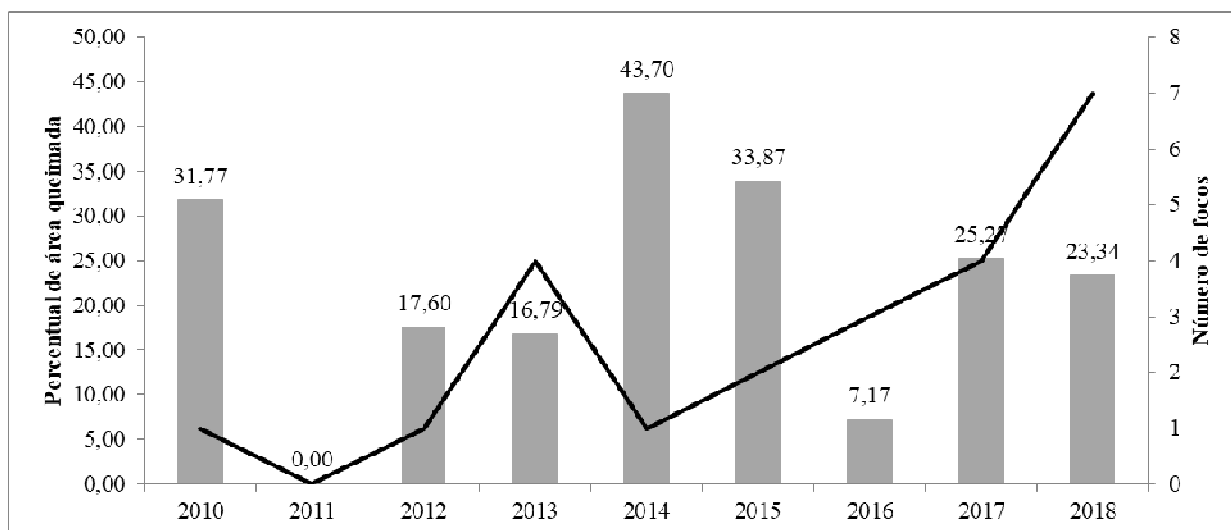


Figura 42. Demonstrativo do percentual e do número de áreas queimadas no Parque Ecológico Canela de Ema para o período de 2010 a 2018.

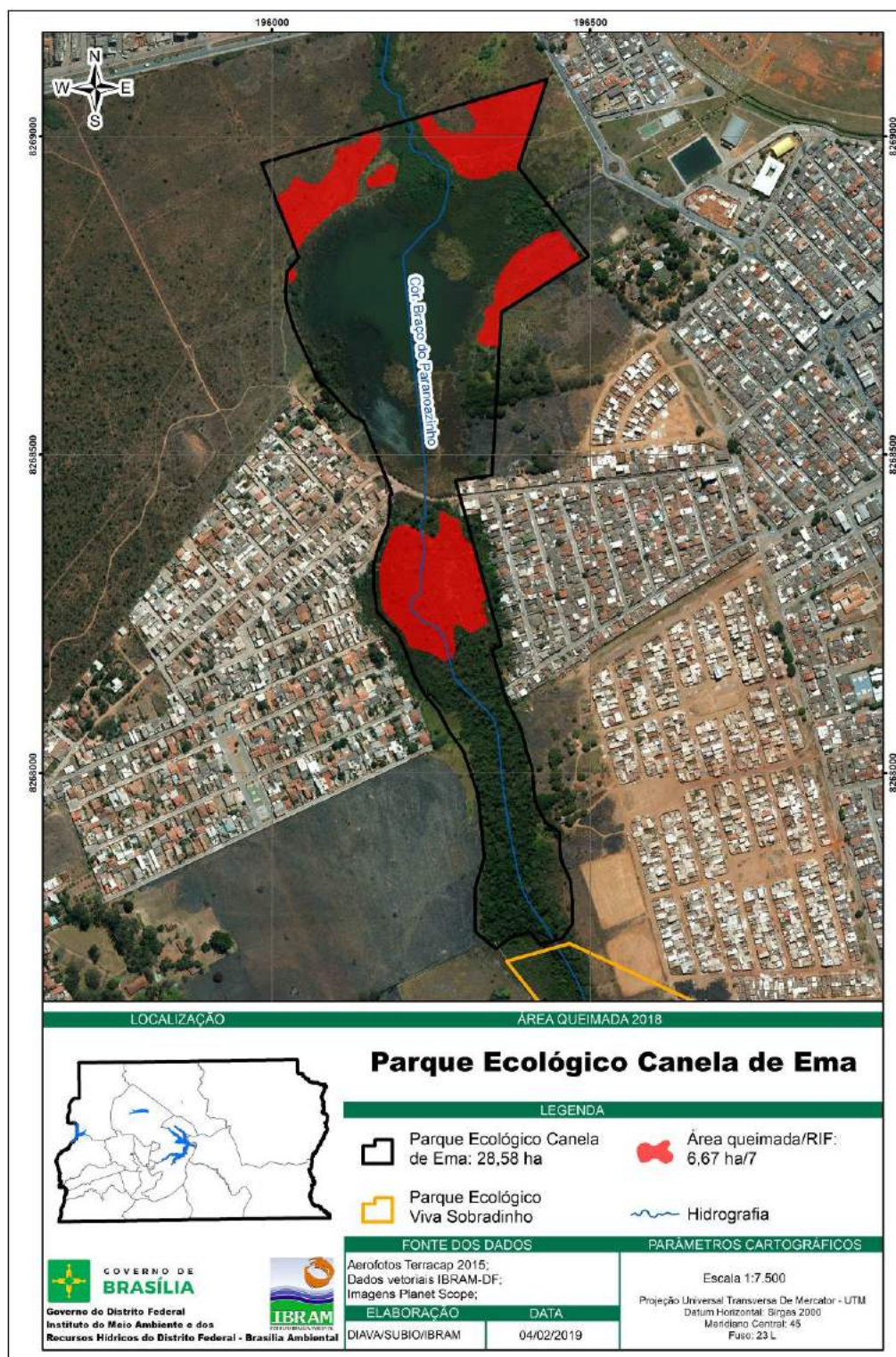


Figura 43. Mapa de área queimada no Parque Ecológico da Canela de Ema no ano de 2018.

y. Parque Ecológico Colégio Agrícola de Brasília

O Parque Ecológico Colégio Agrícola está localizado na Região Administrativa de Planaltina – RA VI. O Parque foi criado pela Lei Complementar nº 630, de 29 de julho de 2002, e tem por objetivos a preservação e a recuperação da área de sua abrangência; o desenvolvimento de pesquisas sobre o ecossistema local; e o desenvolvimento de atividades de educação e pesquisa ambiental.

No ano de 2018 foram mapeadas oito ocorrências de incêndios florestais na área, queimando um total de 10,50 hectares, que equivale a 1,99 % do parque.

Na figura abaixo é mostrado um comparativo do percentual de área queimada e do número de ocorrências de incêndios para a unidade no período de 2010 a 2018.

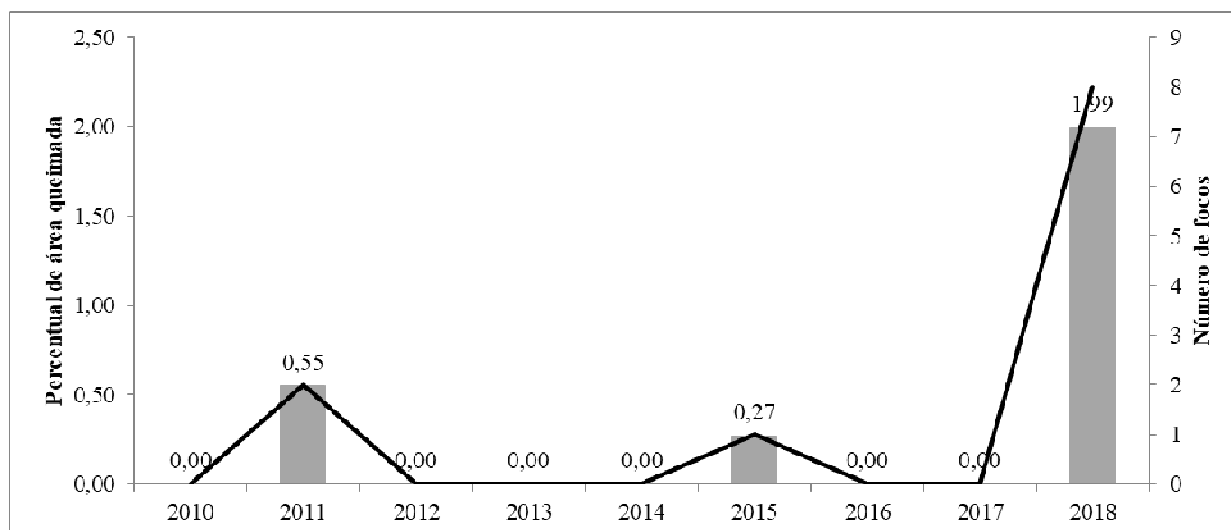


Figura 44. Demonstrativo do percentual e do número de áreas queimadas no Parque Ecológico Colégio Agrícola de Brasília para o período de 2010 a 2018.

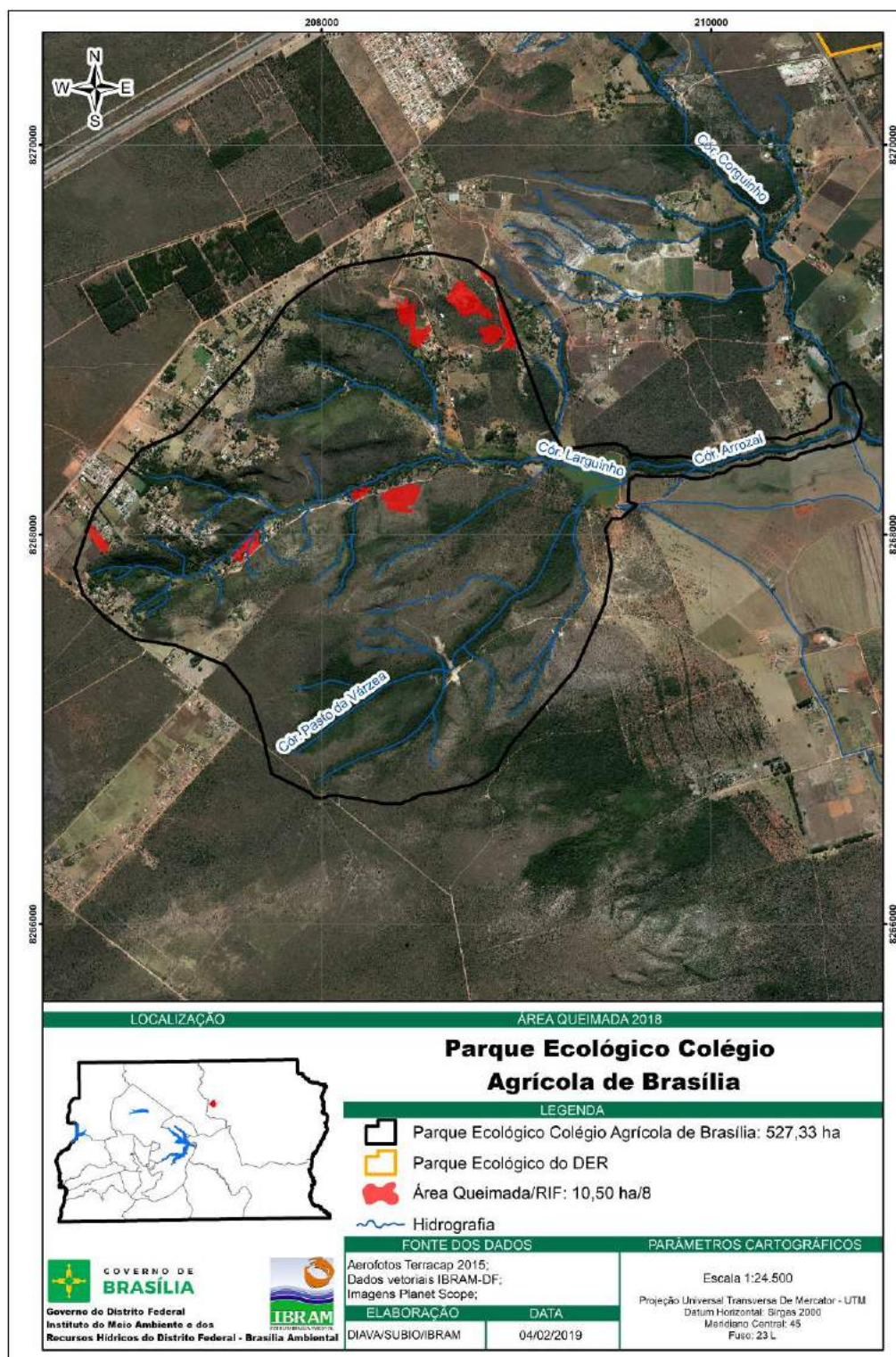


Figura 45. Mapa de área queimada no Parque Ecológico Colégio Agrícola de Brasília no ano de 2018.

z. Parque Ecológico Córrego da Onça

O Parque Ecológico Córrego da Onça está localizado na Região Administrativa do Riacho Fundo – RA VII. O Parque foi criado pelo Decreto nº 24.481, de 22 de março de 2004 e tem como objetivos: conservar amostras dos ecossistemas naturais; proteger paisagens naturais de beleza cênica notável, bem como atributos excepcionais de natureza geológica, geomorfológica, espeleológica e histórica; proteger e recuperar recursos hídricos, edáficos e genéticos; promover a recuperação de áreas degradadas e a sua revegetação com espécies nativas; incentivar atividades de pesquisa, estudos e monitoramento ambiental; estimular o desenvolvimento da educação ambiental e das atividades de recreação e lazer em contato harmônico com a natureza.

No ano de 2018 foi mapeada uma ocorrência de incêndio florestal na área, queimando um total de 146,69 hectares, que equivale a 40,25 % do parque.

Na figura abaixo é mostrado um comparativo do percentual de área queimada e do número de ocorrência de incêndios para a unidade no período de 2010 a 2018.

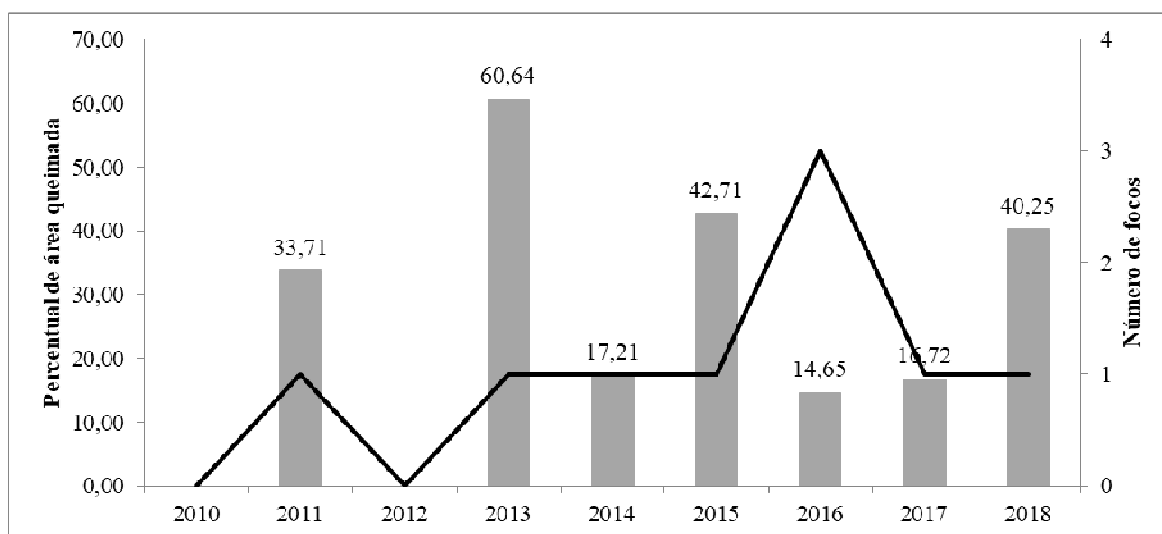


Figura 46. Demonstrativo do percentual e do número de áreas queimadas no Parque Ecológico Córrego da Onça para o período de 2010 a 2018.

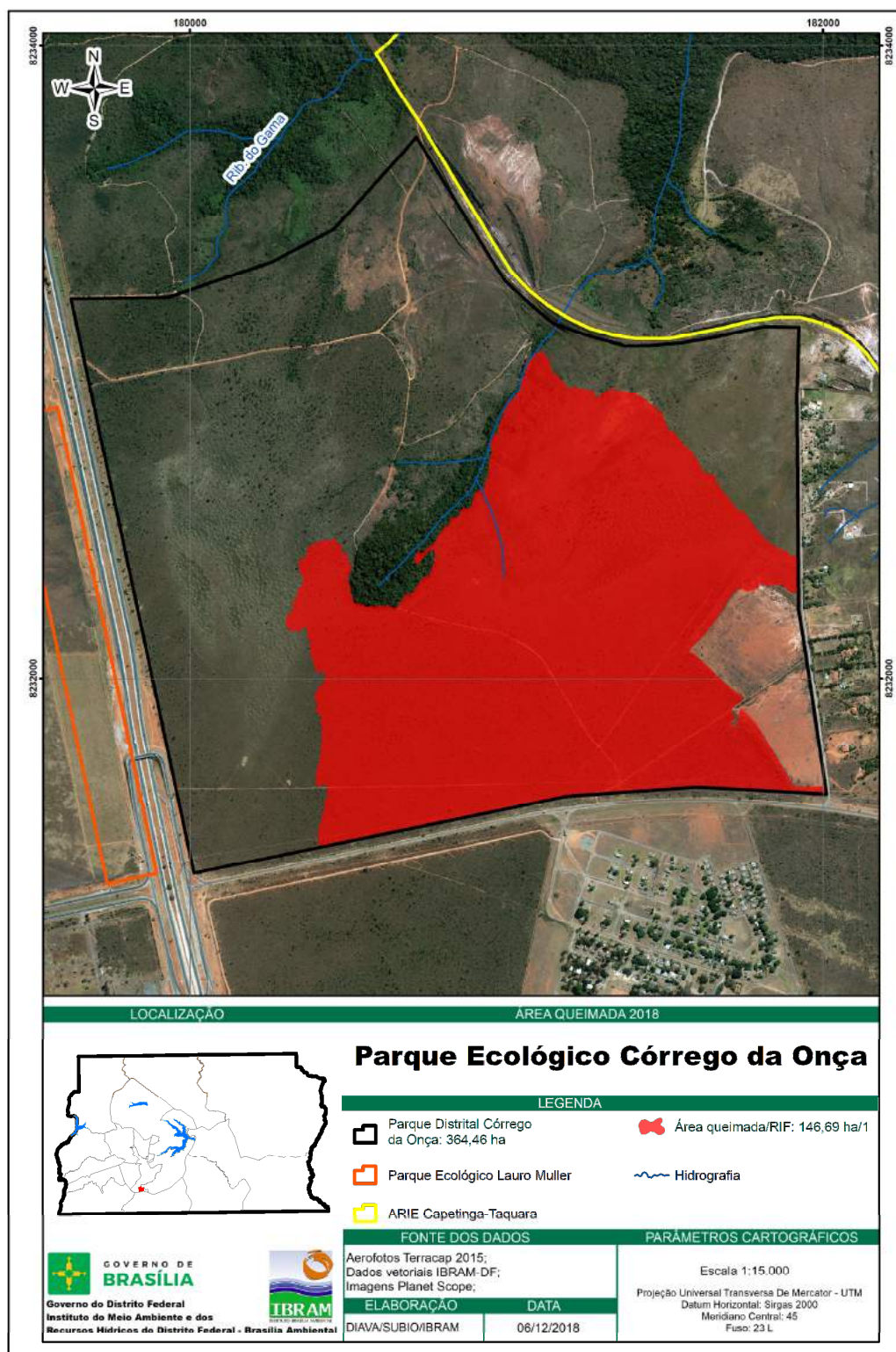


Figura 47. Mapa de área queimada no Parque Ecológico Córrego da Onça em 2018.

aa. Parque Ecológico Cortado

O Parque Ecológico Cortado está localizado na Região Administrativa de Taguatinga – RA III. O Parque foi criado pela Lei Complementar nº 638, de agosto de 2002, e tem por objetivo desenvolvimento de atividades recreativas, culturais, esportivas, educacionais e artísticas, de forma compatibilizada com o meio ambiente local.

No ano de 2018 foram mapeadas duas ocorrências de incêndios florestais na área, queimando um total de 1,57 hectares, que equivale a 2,76 % do parque.

Na figura abaixo é mostrado um comparativo do percentual de área queimada e do número de ocorrências de incêndios para a unidade no período de 2010 a 2018.

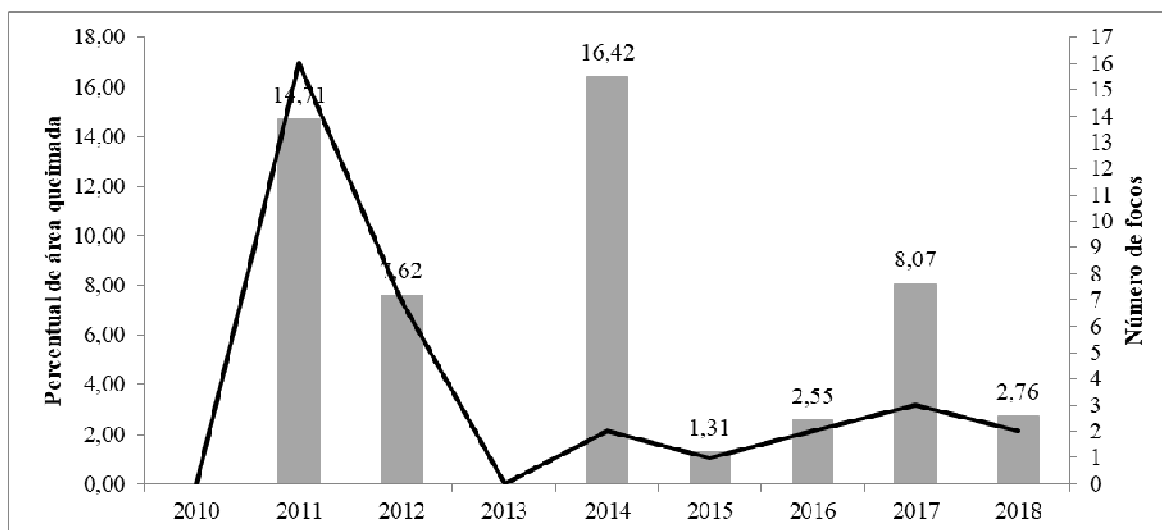


Figura 48. Demonstrativo do percentual e do número de áreas queimadas no Parque Ecológico Cortado para o período de 2010 a 2018.

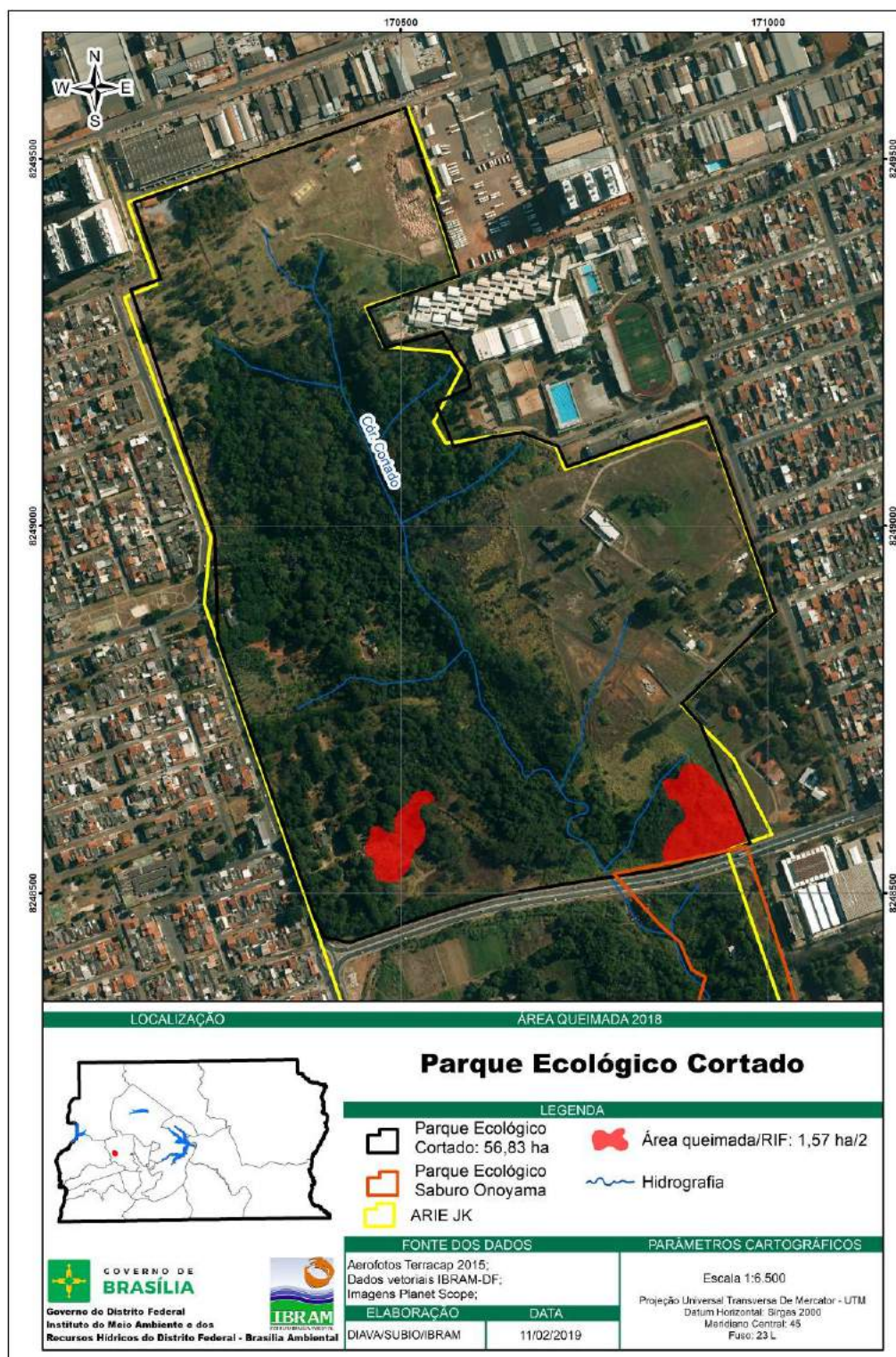


Figura 49. Mapa de área queimada no Parque Ecológico Cortado no ano de 2018.

bb. Parque Ecológico das Sucupiras

O Parque Ecológico das Sucupiras foi criado por meio do Decreto nº 25.926, de 14 de junho de 2005. O Parque está situado na Região Administrativa do Sudoeste/Octogonal – RA XXII. Sua criação teve como objetivos conservar áreas verdes, nativas, exóticas ou restauradas, de grande beleza cênica; promover a recuperação de áreas degradadas e a sua revegetação, com espécies nativas ou exóticas; estimular o desenvolvimento da educação ambiental e das atividades de recreação e lazer em contato harmônico com a natureza.

No ano de 2018 foi mapeada uma ocorrência de incêndio florestal na área, queimando um total de 0,12 hectares, que equivale a 0,46 % do parque.

Na figura abaixo é mostrado um comparativo do percentual de área queimada e do número de ocorrências de incêndios para a unidade no período de 2010 a 2018.

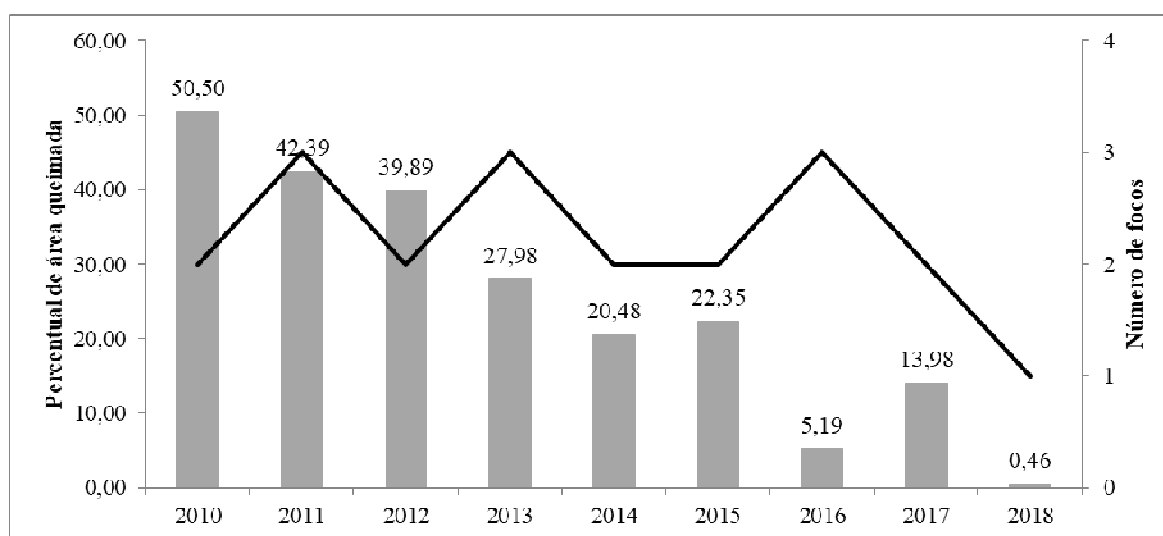


Figura 50. Demonstrativo do percentual e do número de áreas queimadas no Parque Ecológico das Sucupiras para o período de 2010 a 2018.

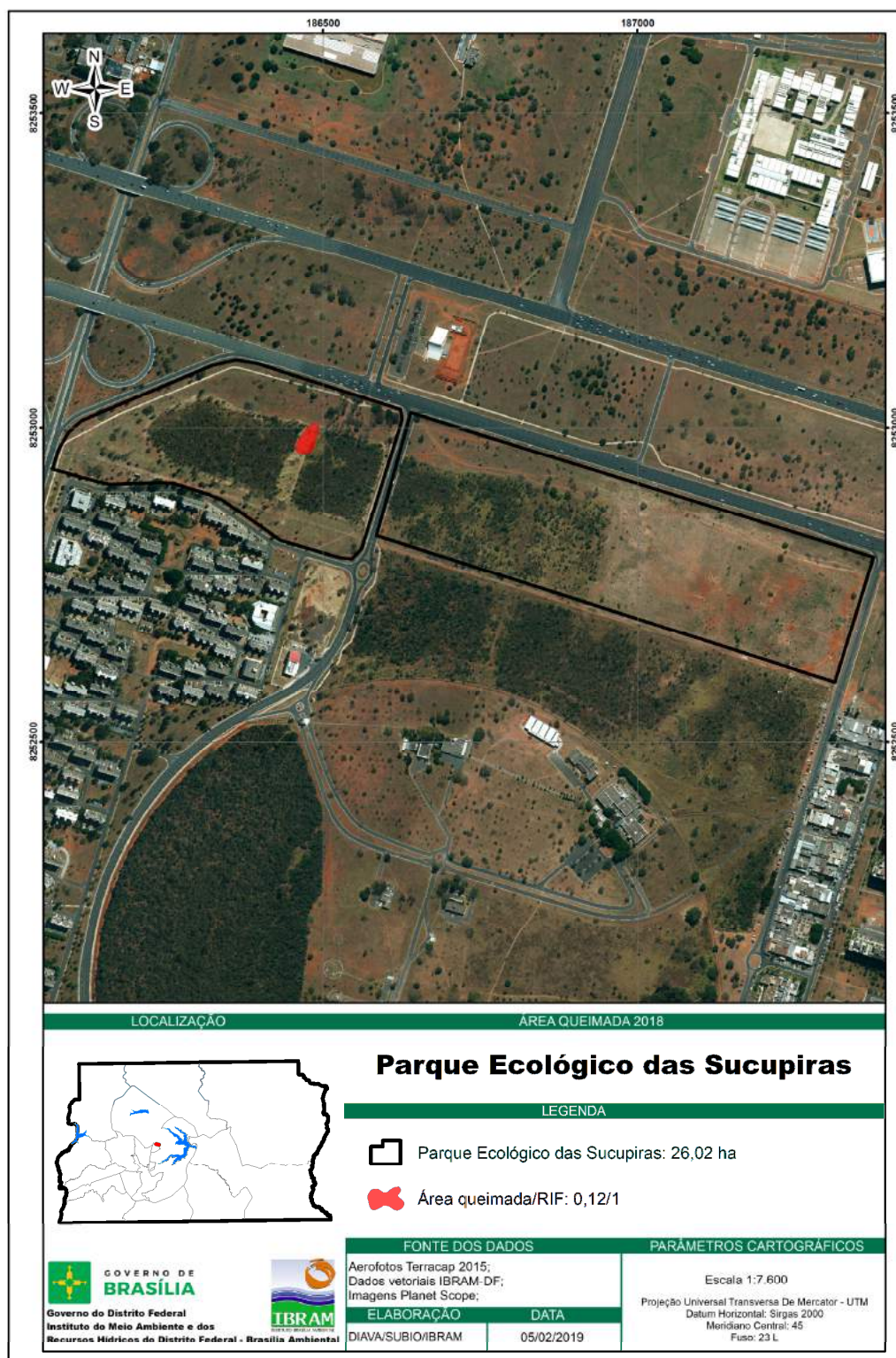


Figura 51. Mapa de área queimada no Parque Ecológico das Sucupiras no ano de 2018.

cc. Parque Ecológico DER

O Parque Ecológico DER está localizado na Região Administrativa de Planaltina – RA VI. O Parque foi criado pela Lei nº 2.312, de 11 de fevereiro de 1999, e tem por objetivos: garantir a proteção dos ecossistemas naturais remanescentes existentes na área; propiciar condições para que a população possa usufruir do local, em consonância com a preservação ambiental; desenvolver pesquisas e estudos sobre o ecossistema local e atividades de educação ambiental; desenvolver programas de recuperação das áreas degradadas; e promover o desenvolvimento e a valorização do ecoturismo.

No ano de 2018 foram mapeadas doze ocorrências de incêndios florestais na área, queimando um total de 20,09 hectares, que equivale a 12,88 % do parque.

Na figura abaixo é mostrado um comparativo do percentual de área queimada e do número de ocorrências de incêndios para a unidade no período de 2010 a 2018.

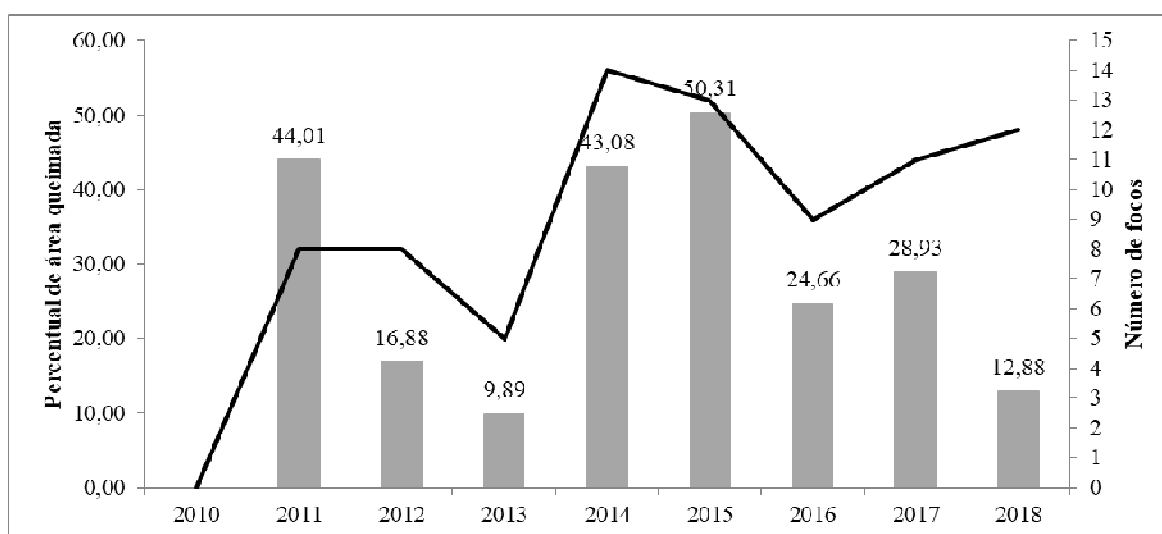


Figura 52. Demonstrativo do percentual e do número de áreas queimadas no Parque Ecológico DER para o período de 2010 a 2018.

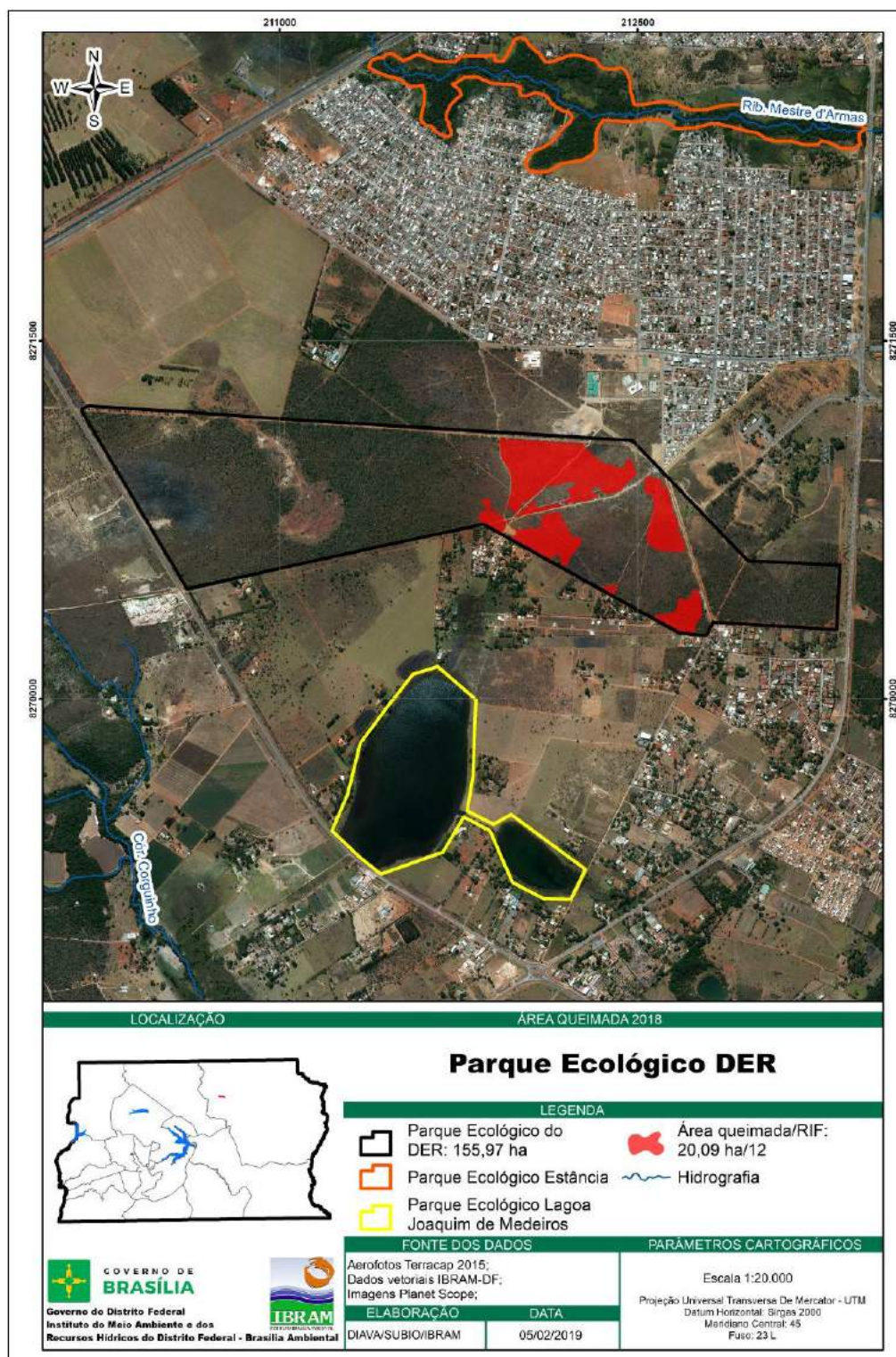


Figura 53. Mapa de área queimada no Parque Ecológico DER no ano de 2018.

dd. Parque Ecológico do Pipiripau

O Parque Ecológico Pipiripau está localizado na Região Administrativa de Planaltina – RA VI. O Parque foi criado Lei nº 1.299, de 16 de dezembro de 1996, e tem por objetivos: preservação do leito do ribeirão Pipiripau no local conhecido por cachoeira do Pipiripau; a preservação e a recuperação da mata ciliar e da fauna associada a esse tipo de vegetação; o desenvolvimento das pesquisas sobre o ecossistema local e das atividades de educação ambiental; o oferecimento de condições para que a população possa usufruir do local em consonância com a preservação ambiental.

No ano de 2018 foi mapeada uma ocorrência de incêndio florestal na área, queimando um total de 0,26 hectares, que equivalem a 0,30 % da unidade de conservação.

No ano de 2018 foi a primeira vez que foram levantadas áreas queimadas no interior da unidade, o que não significa dizer, que nos anos anteriores não ocorreram incêndios florestais na área.

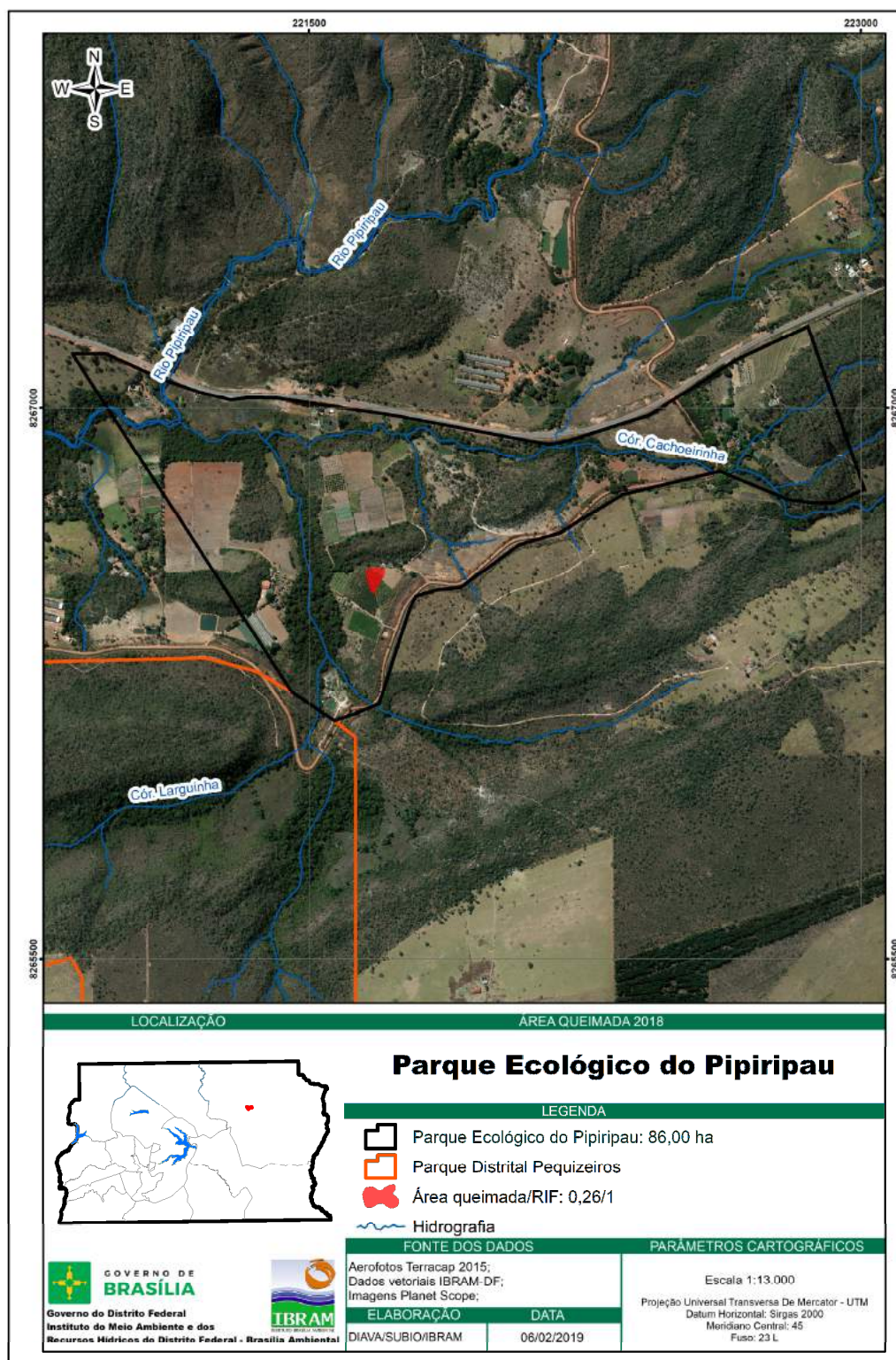


Figura 54. Mapa de área queimada no Parque Ecológico Pípiripau no ano de 2018.

ee. Parque Ecológico Dom Bosco

O Parque Ecológico Dom Bosco está localizado na Região Administrativa do Lago Sul – RA XVI. O Parque foi criado pela Lei Complementar nº 219, de 8 de junho de 1999, alterada pela Lei Complementar nº 263, de 1º de dezembro de 1999. O parque tem por objetivos: a preservação da vegetação existente; a recuperação da área degradada; a proteção dos espécimes da região e de seus refúgios naturais; consolidação da Área de Proteção Ambiental do Paranoá – APA do Paranoá; eliminação dos fatores relacionados à degradação da qualidade ambiental; disponibilização de espaço e meios necessários à promoção da educação ambiental, particularmente daquela relacionada ao ecossistema do cerrado. Parque Ecológico Dom Bosco tem, ainda, por objetivo resguardar a área que o delimita, de rara beleza paisagística, bem como assegurar a proteção integral da flora e da fauna nele existentes, conciliando essa destinação com sua utilização para fins educacionais e científicos.

No ano de 2018 foi mapeada uma ocorrência de incêndio florestal na área, queimando um total de 0,32 hectares, que equivale a 0,19 % do parque.

Na figura abaixo é mostrado um comparativo do percentual de área queimada e do número de ocorrências de incêndios para a unidade no período de 2010 a 2018.

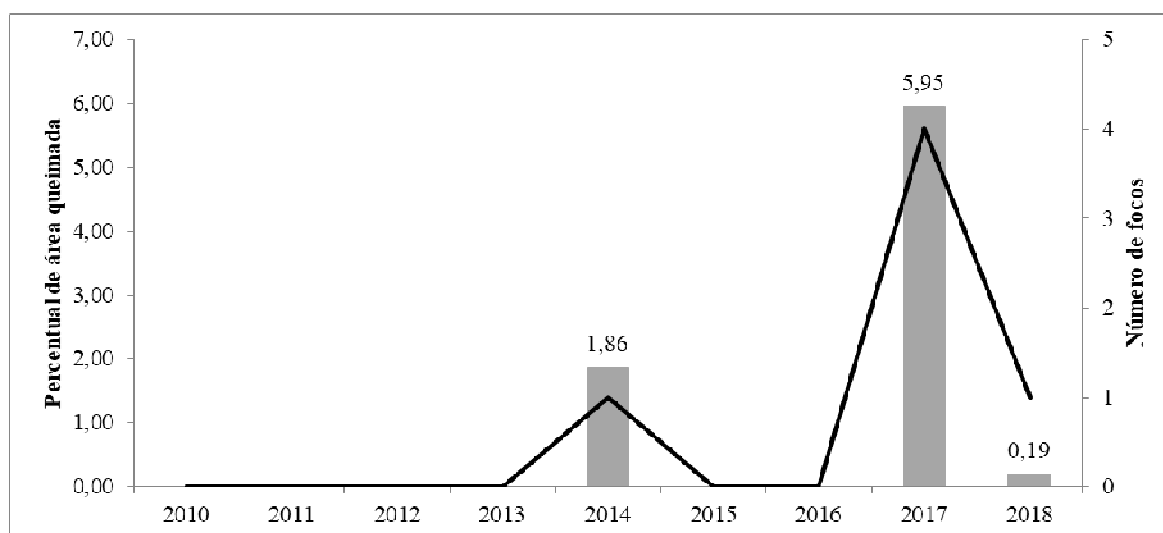


Figura 55. Demonstrativo do percentual e do número de áreas queimadas no Parque Ecológico Dom Bosco para o período de 2010 a 2018.



Figura 56. Mapa de área queimada no Parque Ecológico Dom Bosco no ano de 2018.

ff. Parque Ecológico Ezechias Heringer

Criado pela Lei nº 756 de 8 de setembro de 1994, o Parque Ecológico Ezechias Heringer era antes denominado Parque do Guará, por estar localizado na Região Administrativa do Guará – RAX. Possui os objetivos de garantir a preservação dos ecossistemas remanescentes, com recursos bióticos e abióticos; promover a recuperação das áreas degradadas com espécies vegetais nativas da região; proporcionar à população condições para a realização de atividades culturais, educativas e de lazer em contato harmônico com o meio natural; disciplinar a ocupação da área e incentivar a pesquisa para possibilitar o repovoamento da área com a fauna do cerrado.

No ano de 2018 foram mapeadas doze ocorrências de incêndios florestais na área, queimando um total de 32,19 hectares, que equivale a 9,98 % do parque.

Na figura abaixo é mostrado um comparativo do percentual de área queimada e do número de ocorrências de incêndios para a unidade no período de 2010 a 2018.

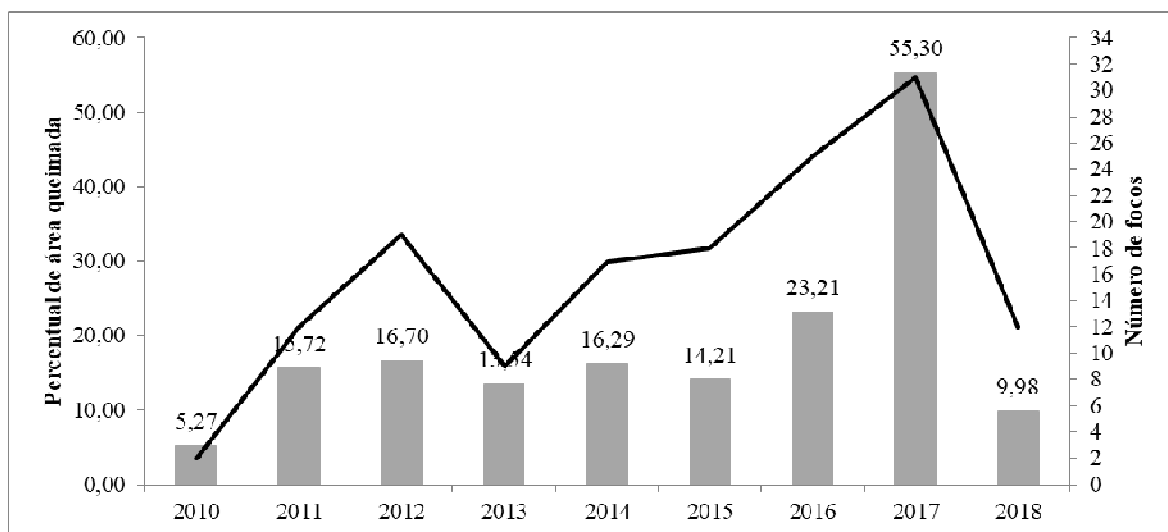


Figura 57. Demonstrativo do percentual e do número de áreas queimadas no Parque Ecológico Ezechias Heringer para o período de 2010 a 2018.

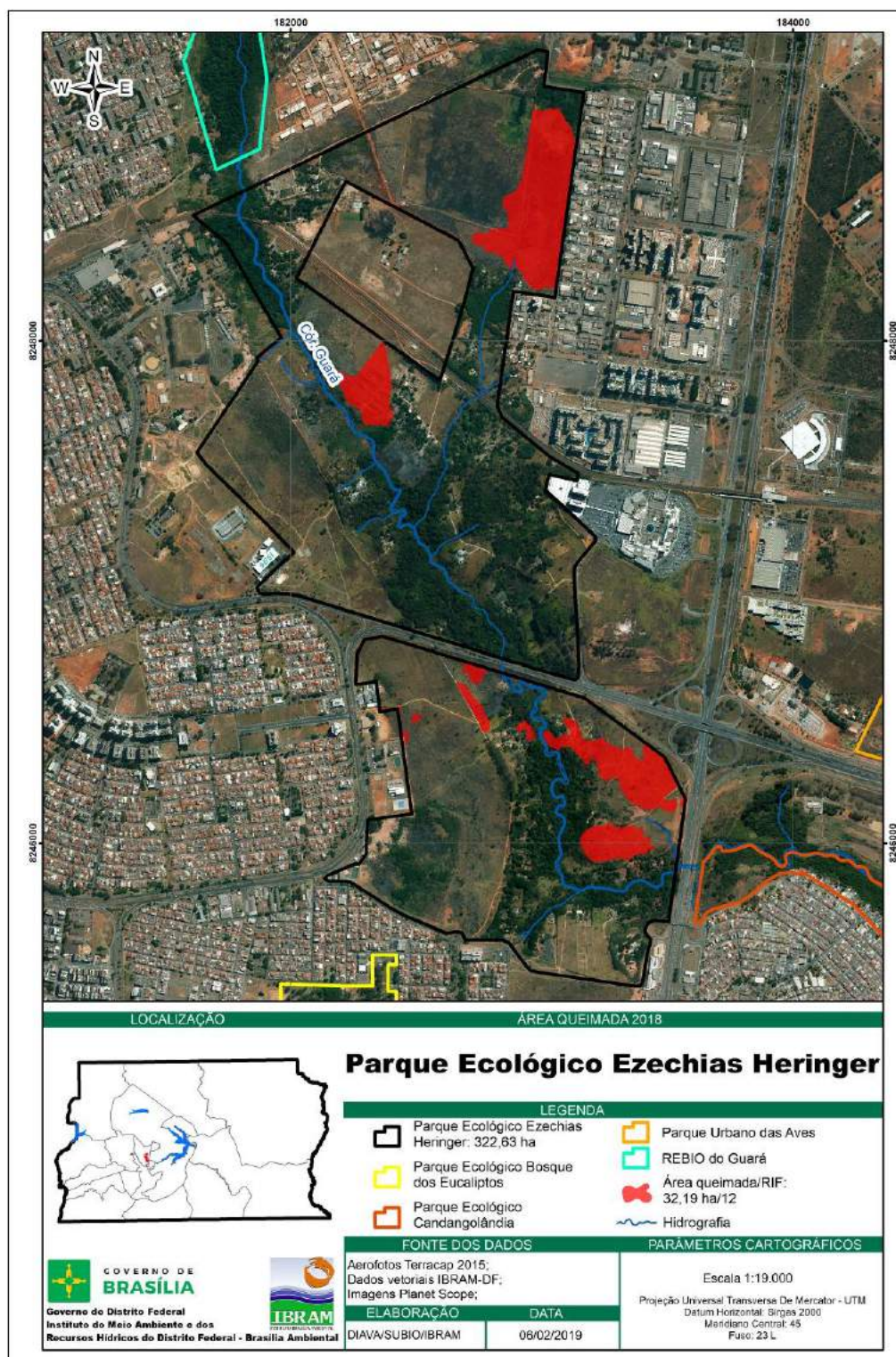


Figura 58. Mapa de área queimada no Parque Ecológico Ezechias Heringer no ano de 2018.

gg.Parque Ecológico Garça Branca

O Parque Ecológico Graça Branca, localizado na Região Administrativa do Lago Sul – RA XVI, foi criado pela Lei Distrital nº 1.594, de 25 de julho de 1997, com os objetivos de conservação dos ecossistemas locais; recuperação da vegetação e controle do assoreamento nas margens do córrego do Cocho e proteção da fauna e da flora da região.

No ano de 2018 foi mapeada uma ocorrência de incêndio florestal na área, queimando um total de 4,58 hectares, que equivale a 3,37 % do parque.

Na figura abaixo é mostrado um comparativo do percentual de área queimada e do número de ocorrências de incêndios para a unidade no período de 2010 a 2018.

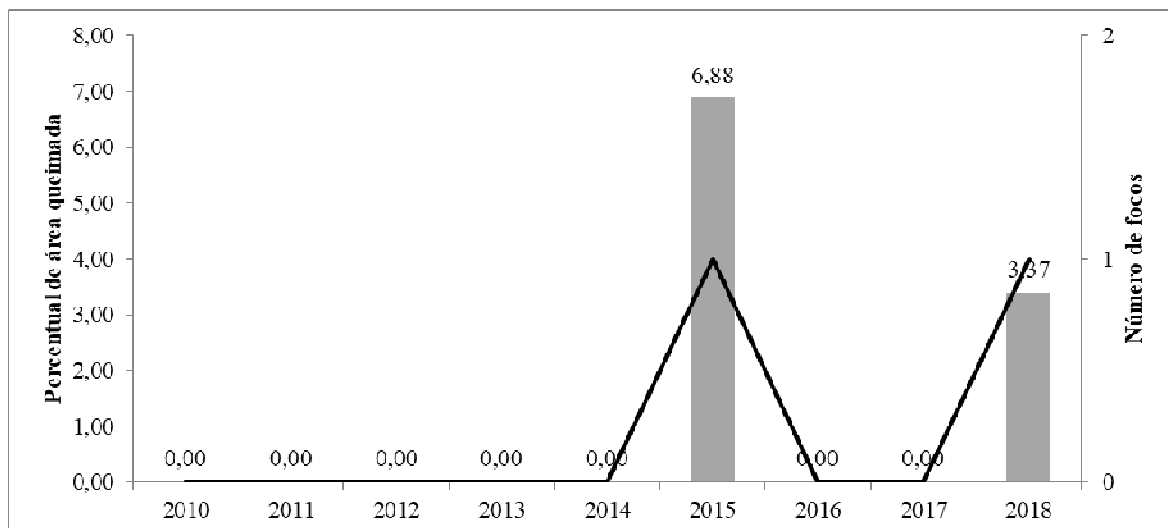


Figura 59. Demonstrativo do percentual e do número de áreas queimadas no Parque Ecológico Garça Branca para o período de 2010 a 2018.

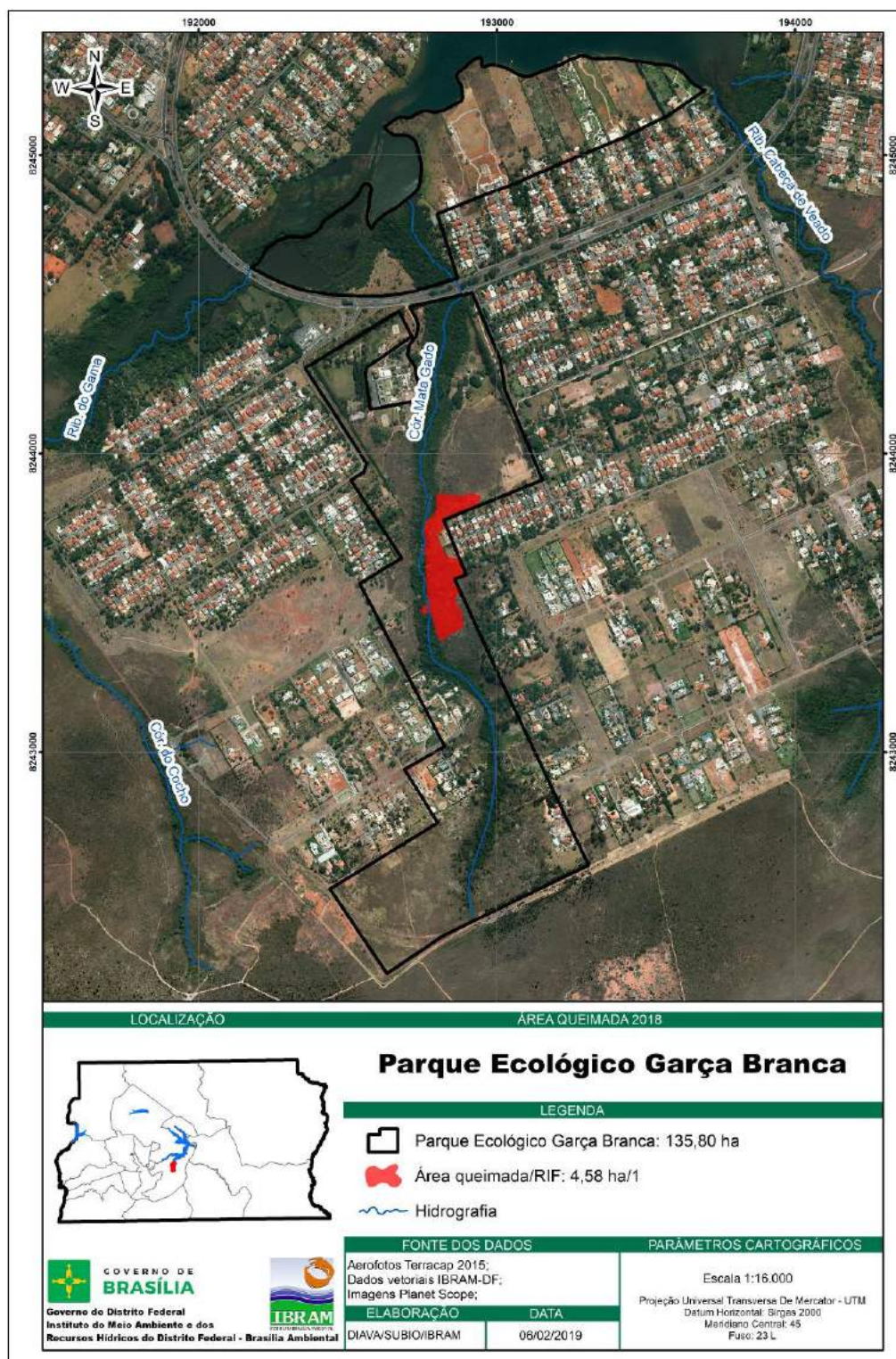


Figura 60. Mapa de área queimada no Parque Ecológico Garça Branca no ano de 2018.

hh. Parque Ecológico Gatumé

O Parque Ecológico Gatumé, localizado na Região Administrativa de Samambaia – RA XII, foi criado pelo Decreto nº 26.437, de 9 de dezembro de 2005 com os objetivos de promover a recuperação de áreas degradadas e a sua revegetação com espécies nativas, estimular o desenvolvimento da educação ambiental, à preservação das nascentes do Córrego Gatumé, entre outros.

No ano de 2018 foram mapeadas trinta e quatro ocorrências de incêndios florestais na área, queimando um total de 61,19 hectares, que equivale a 41,28 % do parque.

Na figura abaixo é mostrado um comparativo do percentual de área queimada e do número de ocorrências de incêndios para a unidade no período de 2010 a 2018.

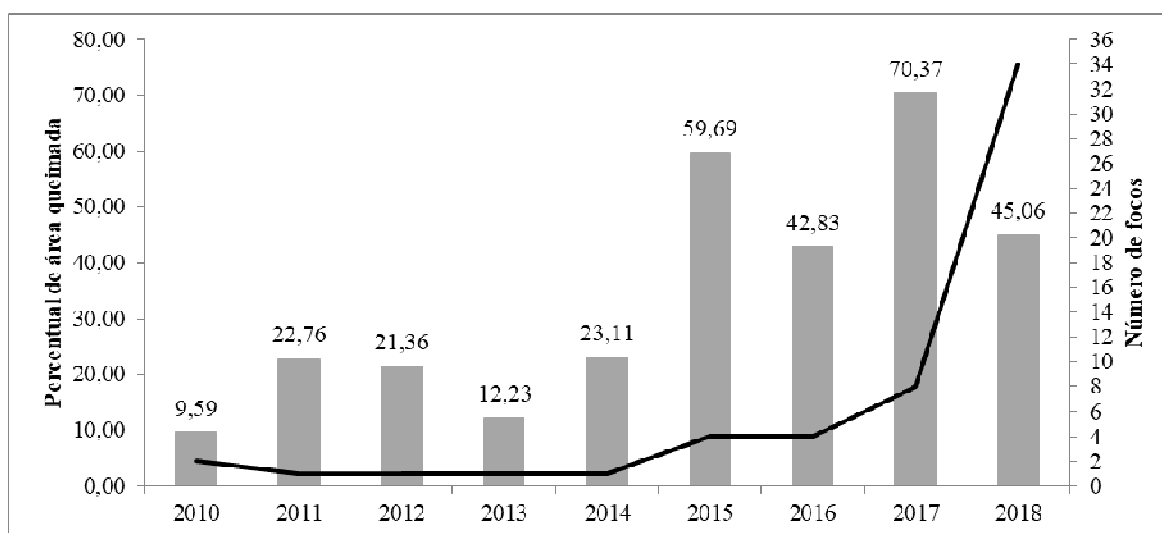


Figura 61. Demonstrativo do percentual e do número de áreas queimadas no Parque Ecológico Gatumé para o período de 2010 a 2018.

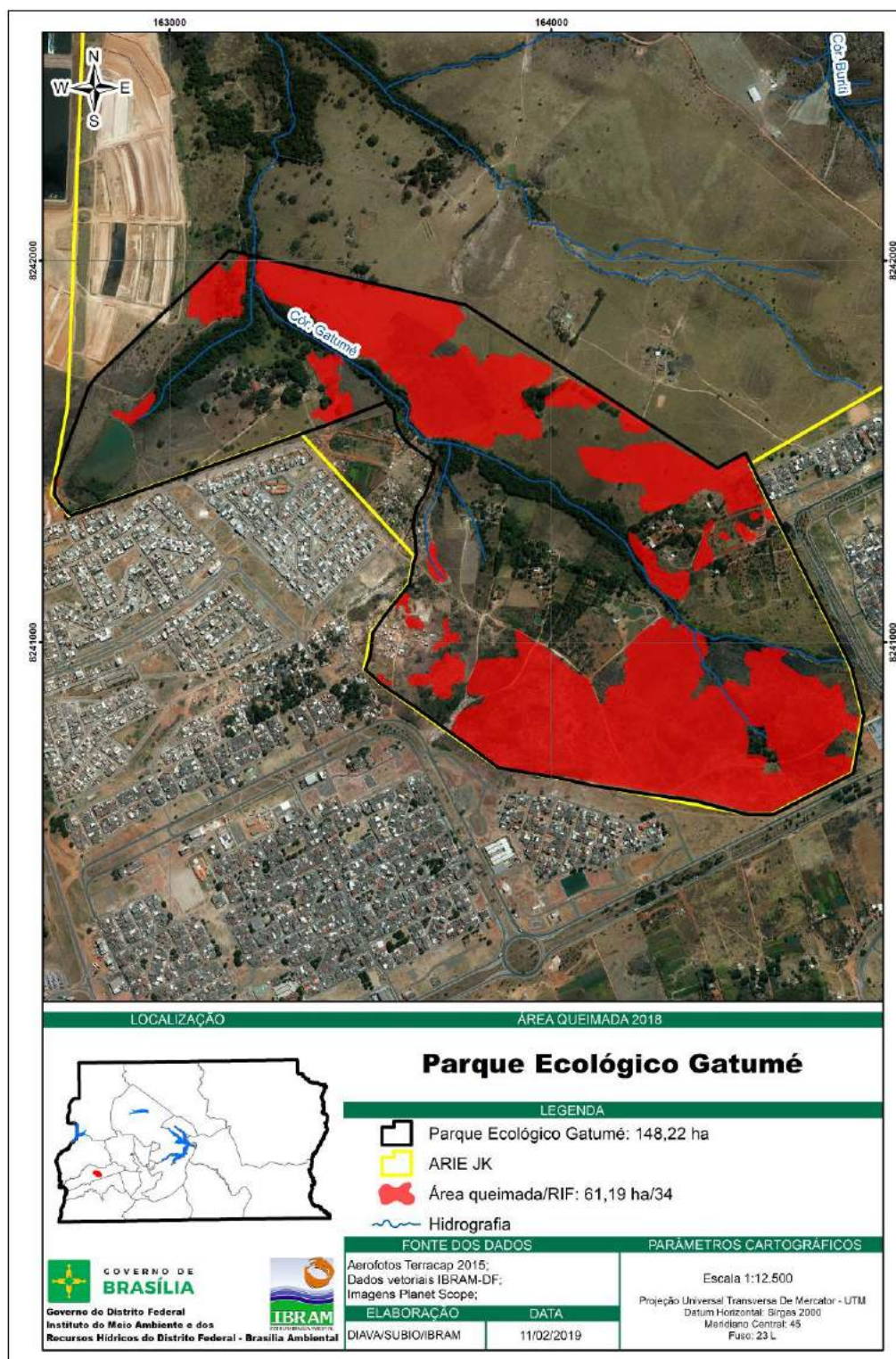


Figura 62. Mapa de área queimada no Parque Ecológico Gatumé no ano de 2018.

ii. Parque Ecológico Saburo Onoyama

O Parque Ecológico Saburo Onoyama está localizado na Região Administrativa de Taguatinga – RA III. O Parque foi criado pelo Decreto nº 17.722, de 1 de outubro de 1966, e tem por objetivos a preservação das nascentes e do córrego Taguatinga; preservação das matas de galeria, assim como da fauna associada a ela; recuperação das áreas degradadas pelo manejo inadequado do solo; proporcionar o desenvolvimento de programas de educação ambiental e de pesquisas sobre os ecossistemas locais; proporcionar à população lazer e cultura que vise principalmente o desenvolvimento de atividades que levem em conta a conservação do meio ambiente.

No ano de 2018 foram mapeadas oito ocorrências de incêndios florestais na área, queimando um total de 8,58 hectares, que equivale a 9,81 % do parque.

Na figura abaixo é mostrado um comparativo do percentual de área queimada e do número de ocorrências de incêndios para a unidade no período de 2010 a 2018.

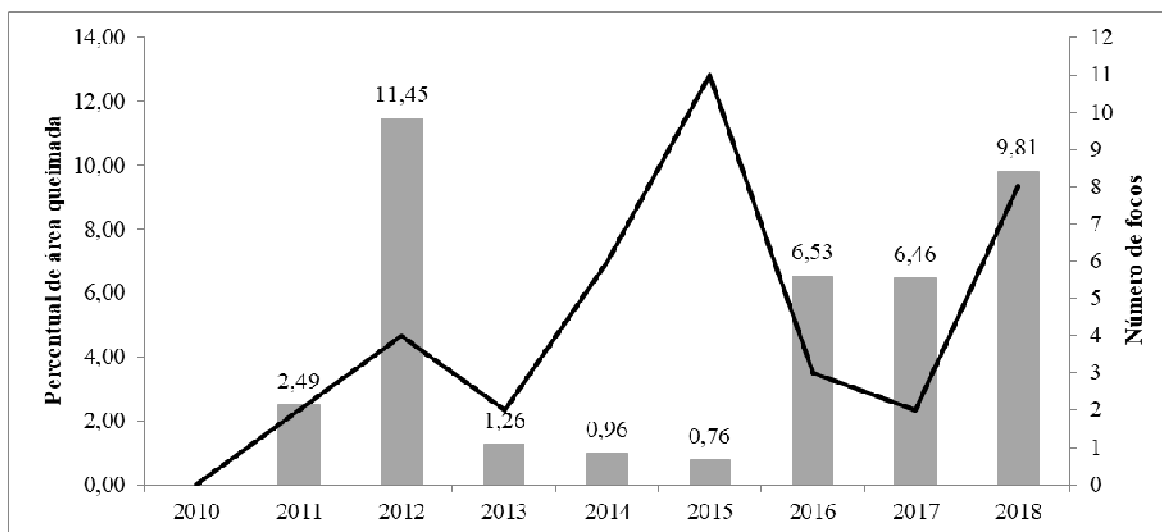


Figura 63. Demonstrativo do percentual e do número de áreas queimadas no Parque Ecológico Saburo Onoyama para o período de 2010 a 2018.

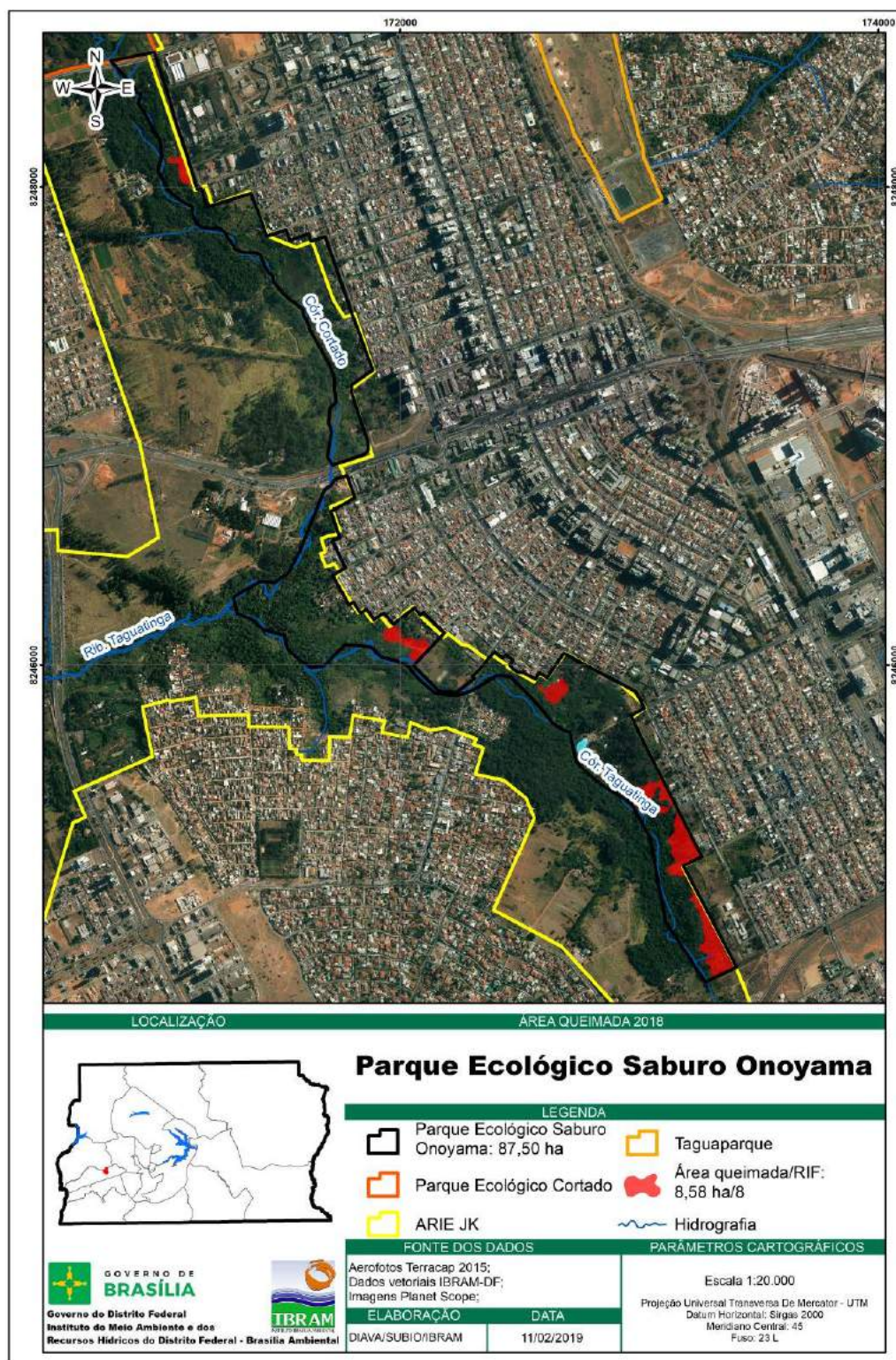


Figura 64. Mapa de área queimada no Parque Ecológico Saburo Onoyama no ano de 2018.

jj. Parque Ecológico Sobradinho

O Parque Ecológico Sobradinho, localizado na Região Administrativa de Sobradinho – RA V, foi criado pela Lei nº 1.457, de 5 de junho de 1997, com os objetivos de recuperar a vegetação de área ainda passível de recuperação da Região Administrativa de Sobradinho; proteger refúgios da fauna na região; desenvolver programas de observação ecológica, pesquisas sobre os ecossistemas locais e atividades de proteção ambiental; garantir a preservação do ecossistema natural remanescente com seus recursos bióticos e abióticos; reflorestar o parque com espécies nativas da flora da região, recompondo áreas já degradadas; e possibilitar a utilização do local pela população para recreação e lazer em contato harmônico com a natureza.

No ano de 2018 foram mapeadas cinco ocorrências de incêndios florestais na área, queimando um total de 17,87 hectares, que equivale a 20,62 % do parque.

Na figura abaixo é mostrado um comparativo do percentual de área queimada e do número de ocorrências de incêndios para a unidade no período de 2010 a 2018.

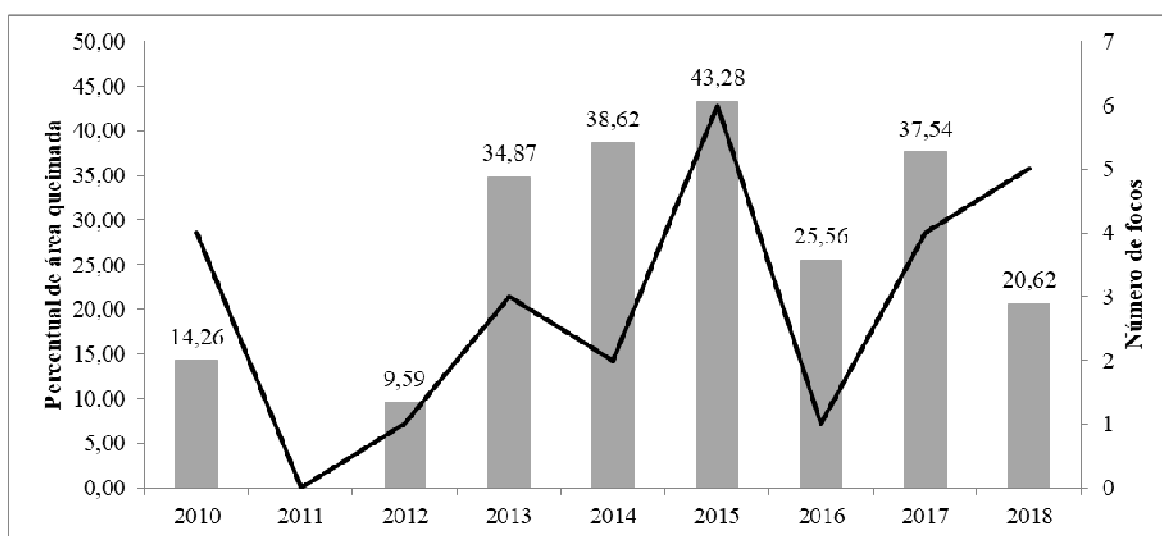


Figura 65. Demonstrativo do percentual e do número de áreas queimadas no Parque Ecológico Sobradinho para o período de 2010 a 2018.

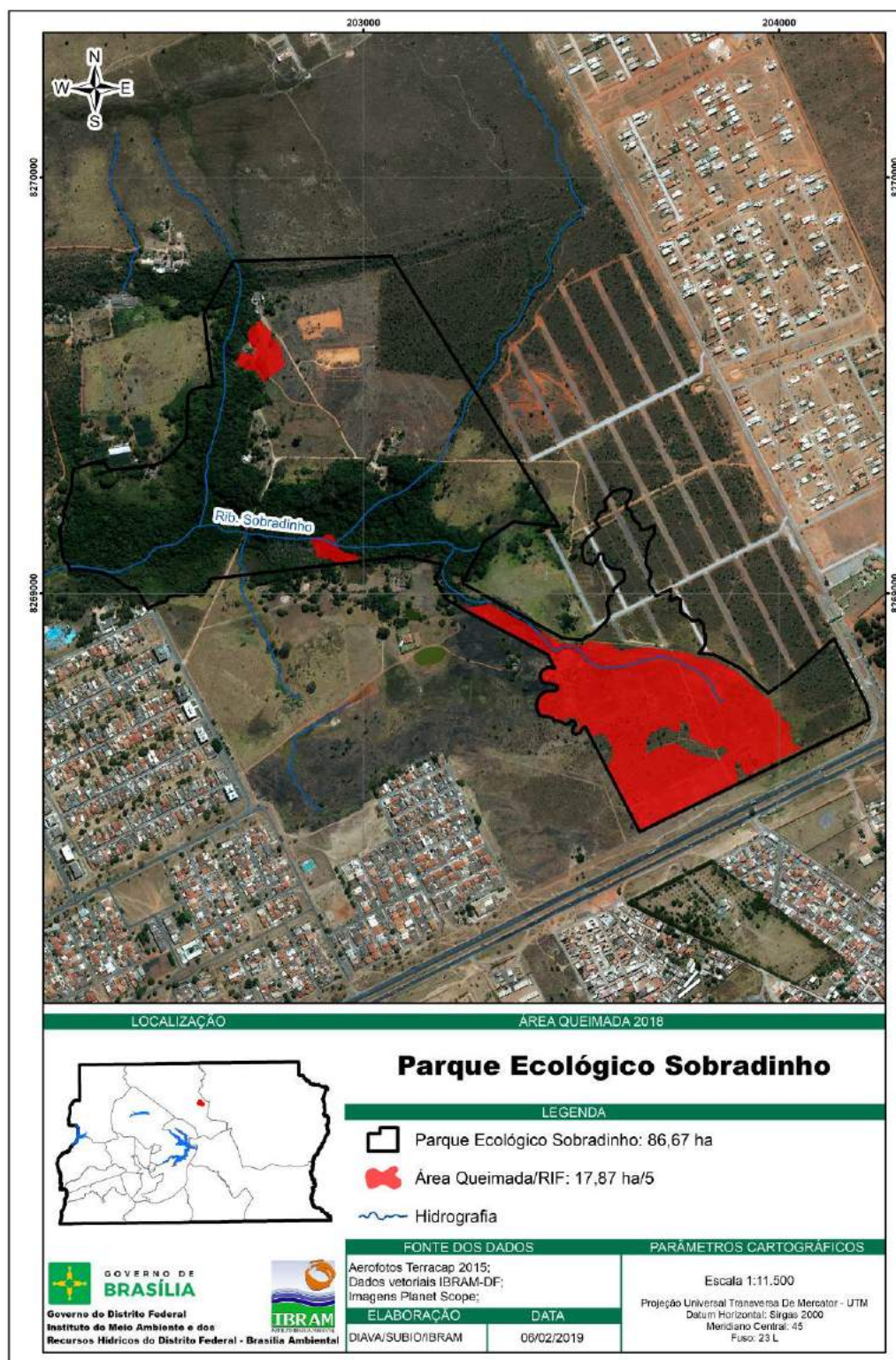


Figura 66. Mapa de área queimada no Parque Ecológico Sobradinho no ano de 2018.

kk. Parque Ecológico Sucupira

O Parque Ecológico Sucupira, localizado na Região Administrativa de Planaltina – RA VI, foi criado pela Lei nº 1.318, de 23 de dezembro de 1996 com os objetivos de propiciar atividades lúdicas em contato com a natureza, atender às necessidades básicas de lazer comunitário dos cidadãos com a disponibilização de um espaço onde sejam realizadas atividades artísticas, culturais e desportivas, estimular a valorização da qualidade de vida da população local, conscientizando as pessoas da necessidade de preservar e conservar o meio ambiente e dar oportunidade aos indivíduos de convivência harmônica com a natureza.

No ano de 2018 foram mapeadas cinco ocorrências de incêndios florestais na área, queimando um total de 4,31 hectares, que equivale a 3,46 % do parque.

Na figura abaixo é mostrado um comparativo do percentual de área queimada e do número de ocorrências de incêndios para a unidade no período de 2010 a 2018.

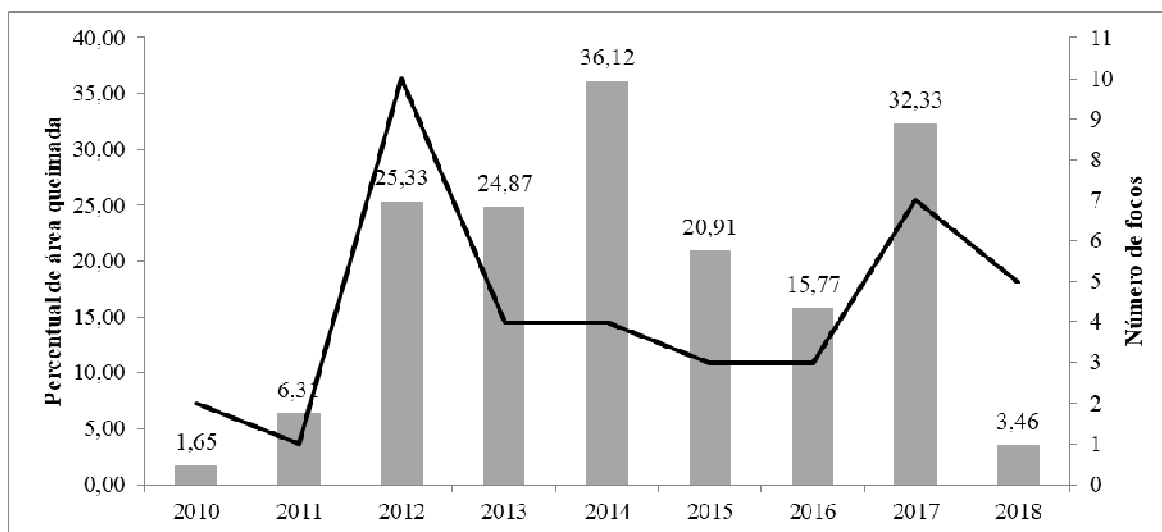


Figura 67. Demonstrativo do percentual e do número de áreas queimadas no Parque Ecológico Sucupira para o período de 2010 a 2018.

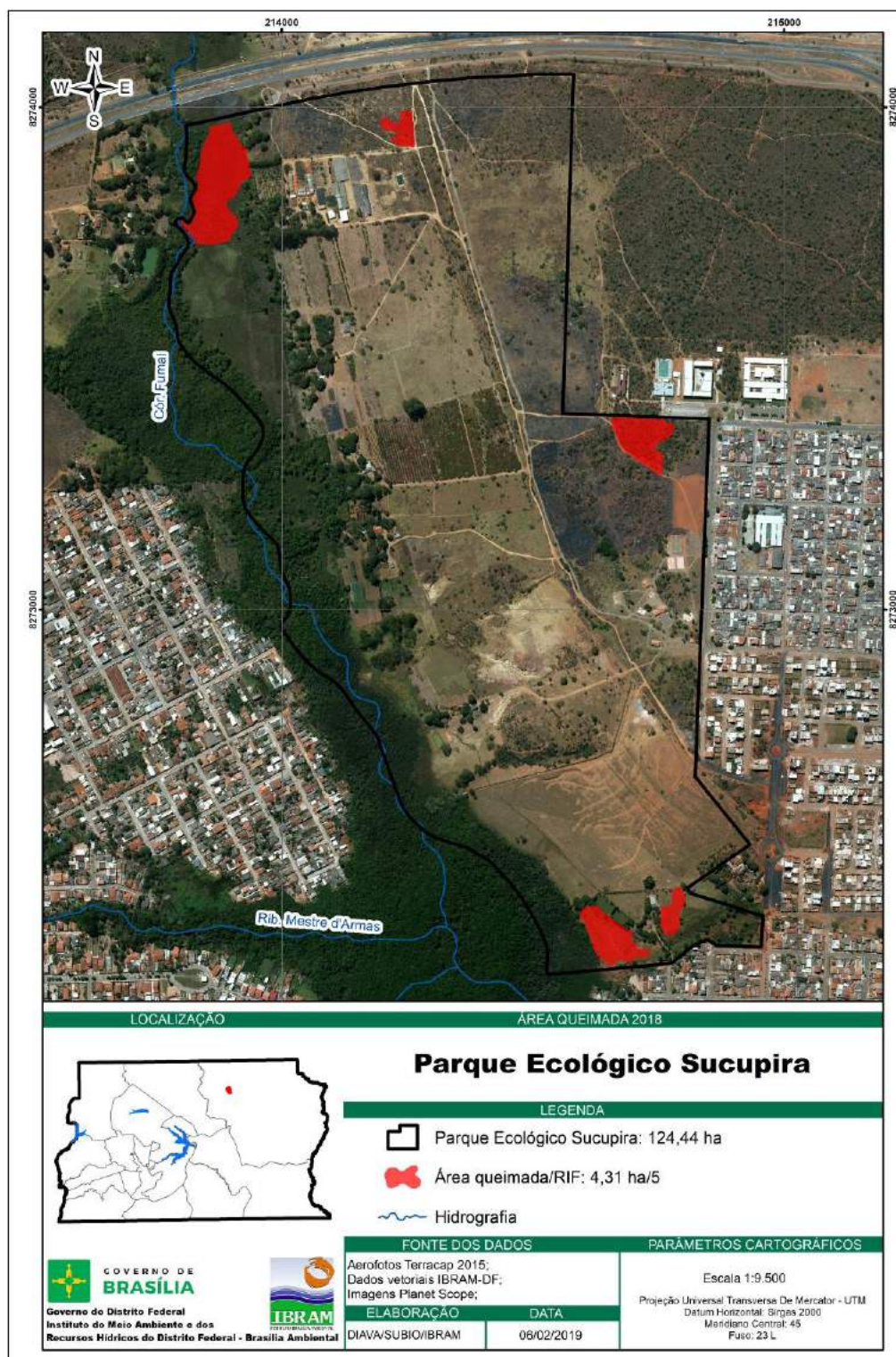


Figura 68. Mapa de área queimada no Parque Ecológico Sucupira no ano de 2018.

II. Parque Ecológico Taquari

O Parque Ecológico Taquari, localizado na Região Administrativa do Lago Norte – RA XVIII, foi criado pelo Decreto nº 23.911, de 14 de julho de 2003 com o objetivo de proteger o acervo genético representativo da flora e da fauna nativos naquela área do Distrito Federal, proporcionar a realização de atividades voltadas para a educação ambiental, propiciar o desenvolvimento de programas e projetos de observação ecológica e pesquisa sobre os ecossistemas locais, proporcionar condições para a realização de atividades culturais, de recreação, lazer e esporte, em harmonia com a preservação do ecossistema da região e proteger as nascentes dos mananciais existentes naquela área e que fazem parte da Bacia do Paranoá.

No ano de 2018 foram mapeadas nove ocorrências de incêndios florestais na área, queimando um total de 23,78 hectares, que equivale a 29,87 % do parque.

Na figura abaixo é mostrado um comparativo do percentual de área queimada e do número de ocorrências de incêndios para a unidade no período de 2010 a 2018.

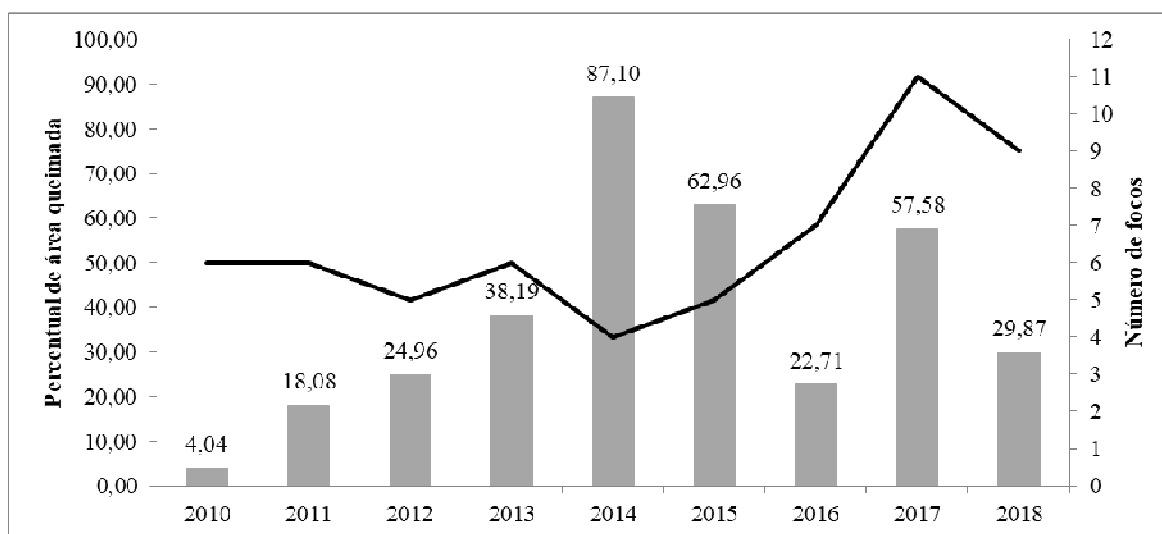


Figura 69. Demonstrativo do percentual e do número de áreas queimadas no Parque Ecológico Taquari para o período de 2010 a 2018.

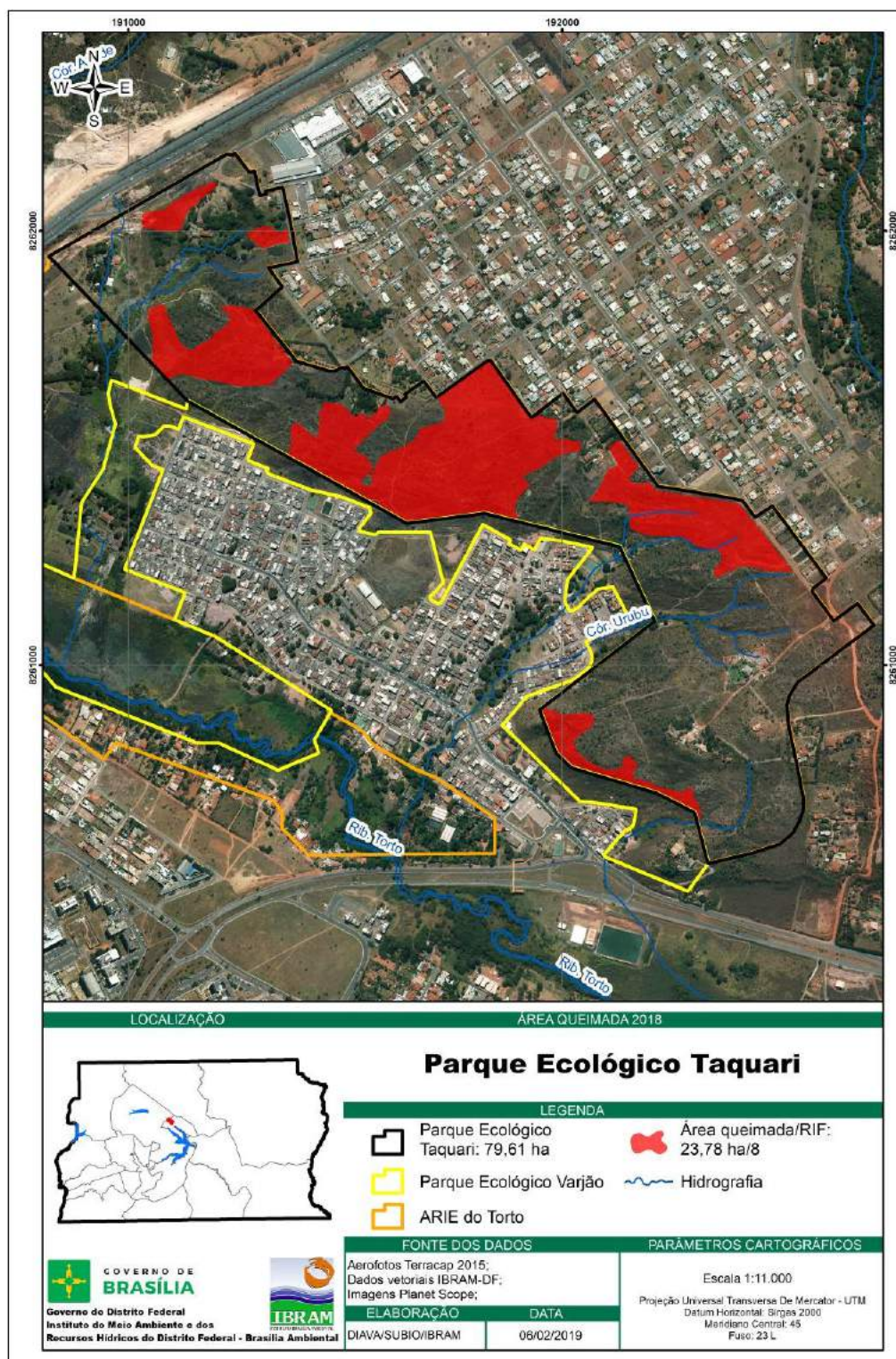


Figura 70. Mapa de área queimada no Parque Ecológico Taquari no ano de 2018.

mm. Parque Ecológico Três Meninas

Criado pela Lei nº 576, de 26 de outubro de 1993, o Parque Três Meninas está localizado na região Administrativa de Samambaia – RA XII. Tem o objetivo de proporcionar à população de Samambaia condições de exercer atividades de lazer e promover eventos culturais e educativos em um ambiente natural, equilibrado e saudável; favorecer condições para recreação, lazer e esporte em contato harmônico com a natureza; criação de um Núcleo de Educação Ambiental; reflorestar o Parque com espécies nativas da flora da região, recompondo áreas degradadas pela ação antrópica ao longo do tempo; proporcionar à comunidade uma área destinada à conservação local, visando à manutenção da viabilidade genética das espécies do cerrado; e a garantia da qualidade dos recursos hídricos disponíveis.

No ano de 2018 foram mapeadas quatorze ocorrências de incêndios florestais na área, queimando um total de 38,91 hectares, que equivale a 53,40 % do parque.

Na figura abaixo é mostrado um comparativo do percentual de área queimada e do número de ocorrências de incêndios para a unidade no período de 2010 a 2018.

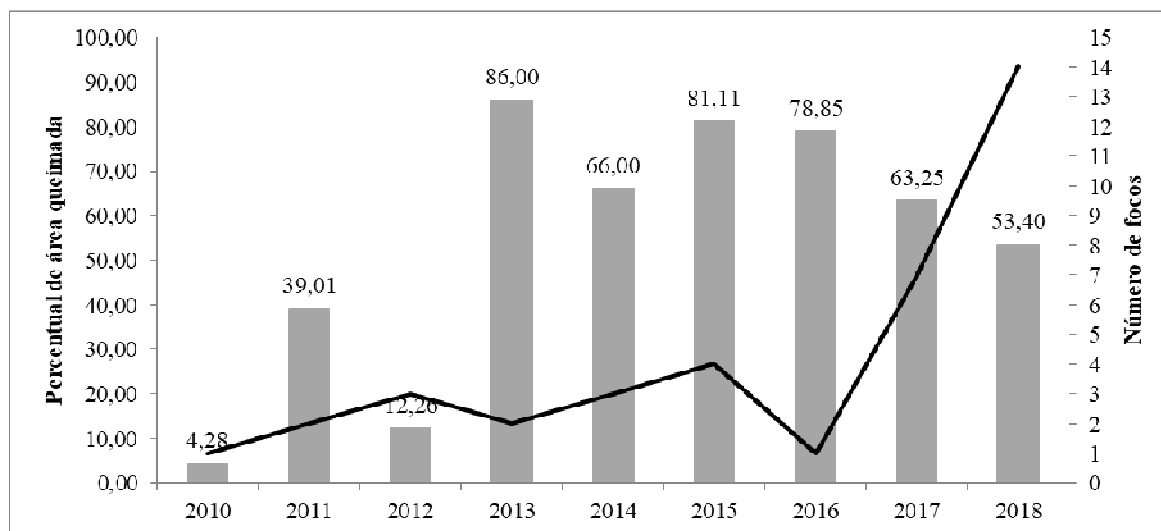


Figura 71. Demonstrativo do percentual e do número de áreas queimadas no Parque Ecológico Três Meninas para o período de 2010 a 2018.

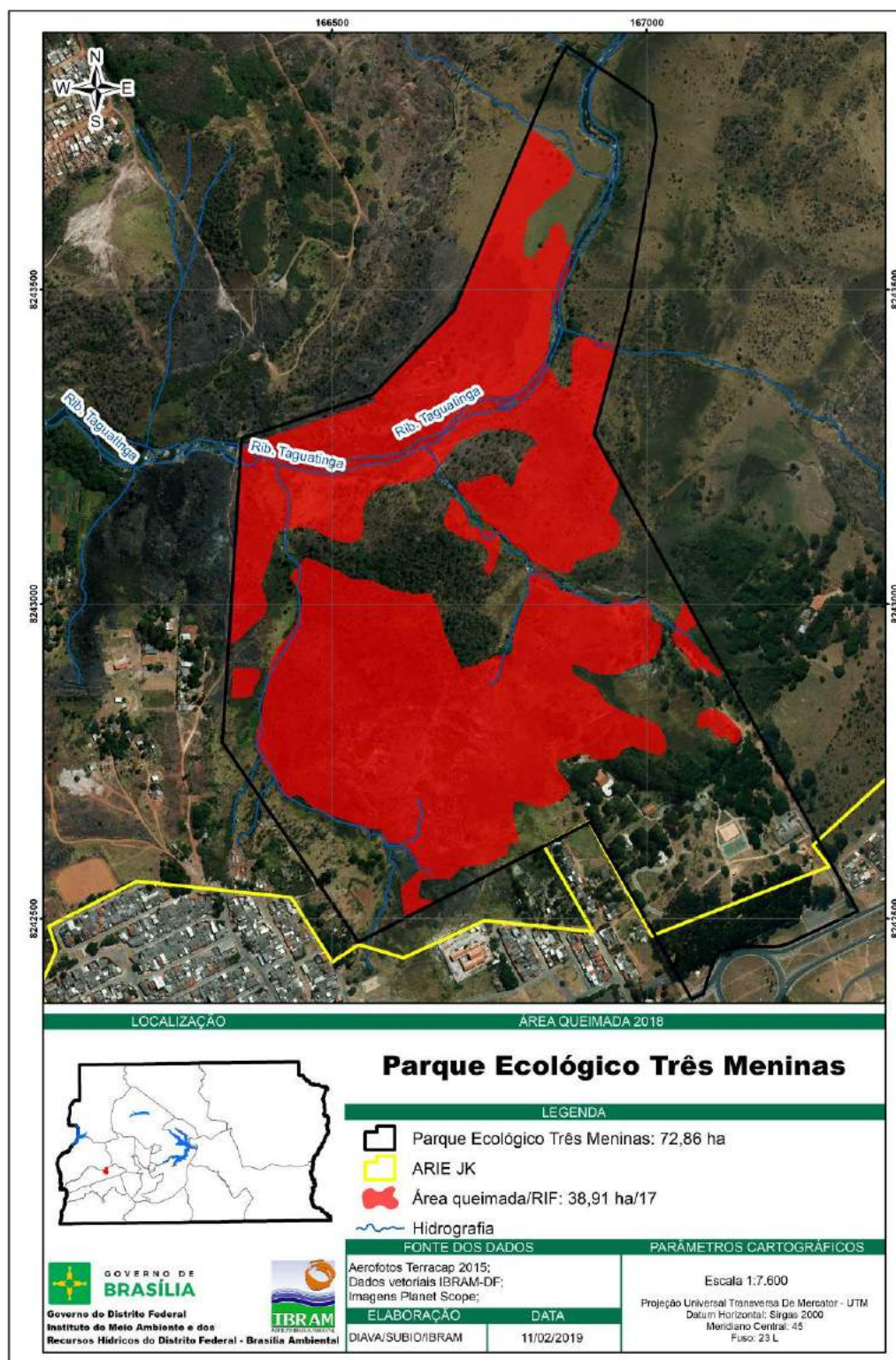


Figura 72. Mapa de área queimada no Parque Ecológico Três Meninas no ano de 2018.

nn. Parque Ecológico Varjão

Criado pela Lei n.º 1.053 de 22 de abril de 1996, o Parque Ecológico Varjão está situado na Região Administrativa do Varjão – RA XXIII. Possui área total de 63,21 hectares.

No ano de 2018 foram mapeadas sete ocorrências de incêndios florestais na área, queimando um total de 18,81 hectares, que equivale a 29,76 % do parque.

Na figura abaixo é mostrado um comparativo do percentual de área queimada e do número de ocorrências de incêndios para a unidade no período de 2010 a 2018.

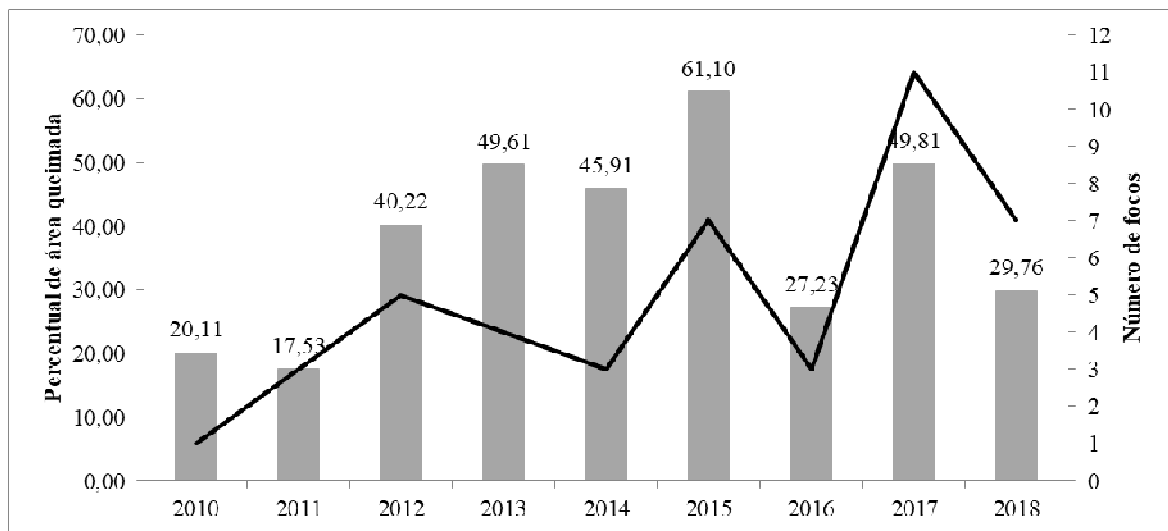


Figura 73. Demonstrativo do percentual e do número de áreas queimadas no Parque Ecológico Varjão para o período de 2010 a 2018.

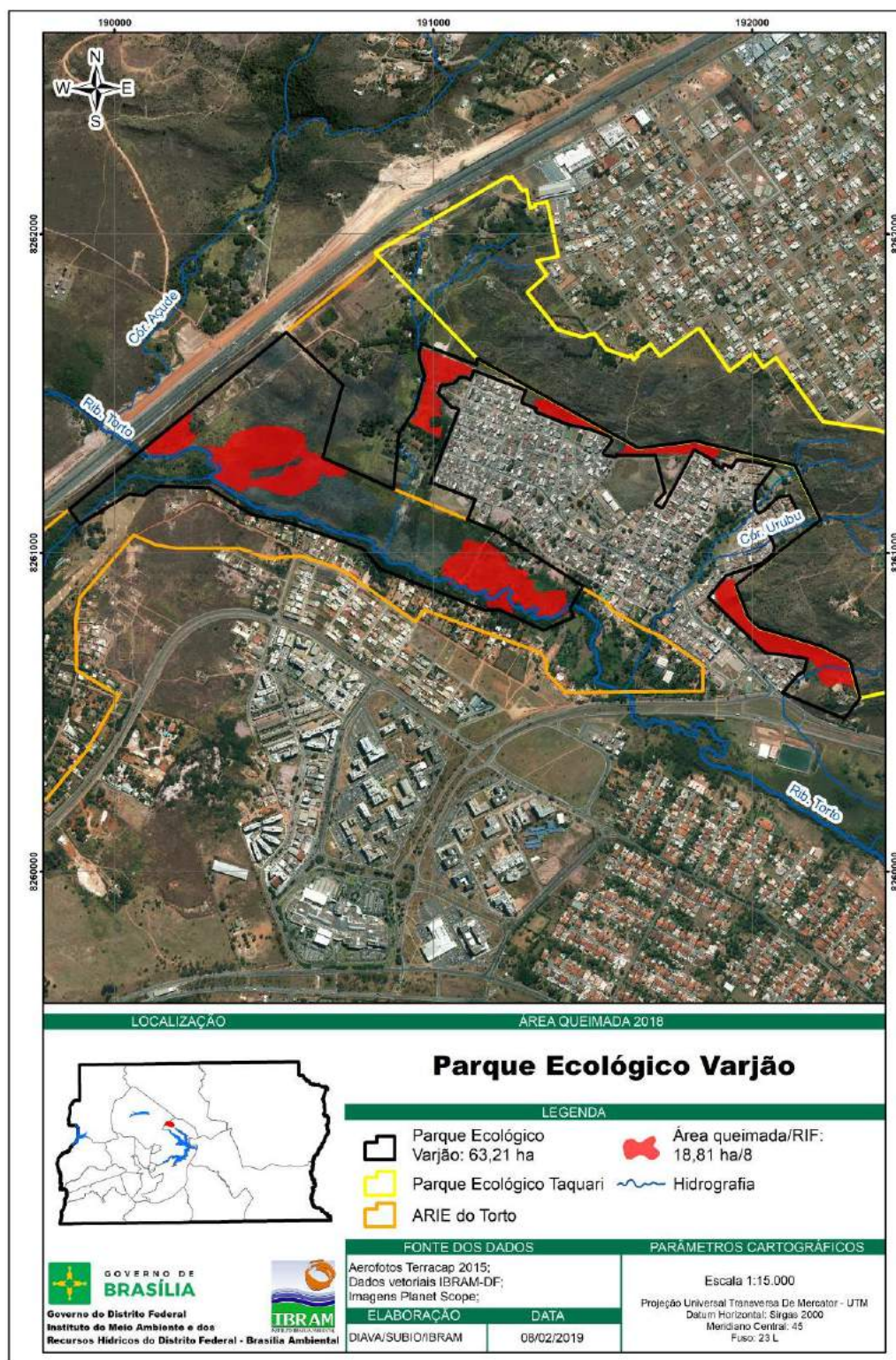


Figura 74. Mapa de área queimada no Parque Ecológico Varjão no ano de 2018.

oo.Parque Ecológico Veredinha

O Parque Ecológico Veredinha, criado pela Lei nº 302, de 26 de agosto de 1992, está situado na Região Administrativa de Brazlândia – RA IV.

No ano de 2018 foram mapeadas duas ocorrências de incêndios florestais na área, queimando um total de 2,60 hectares, que equivale a 4,26 % do parque.

Na figura abaixo é mostrado um comparativo do percentual de área queimada e do número de ocorrências de incêndios para a unidade no período de 2010 a 2018.

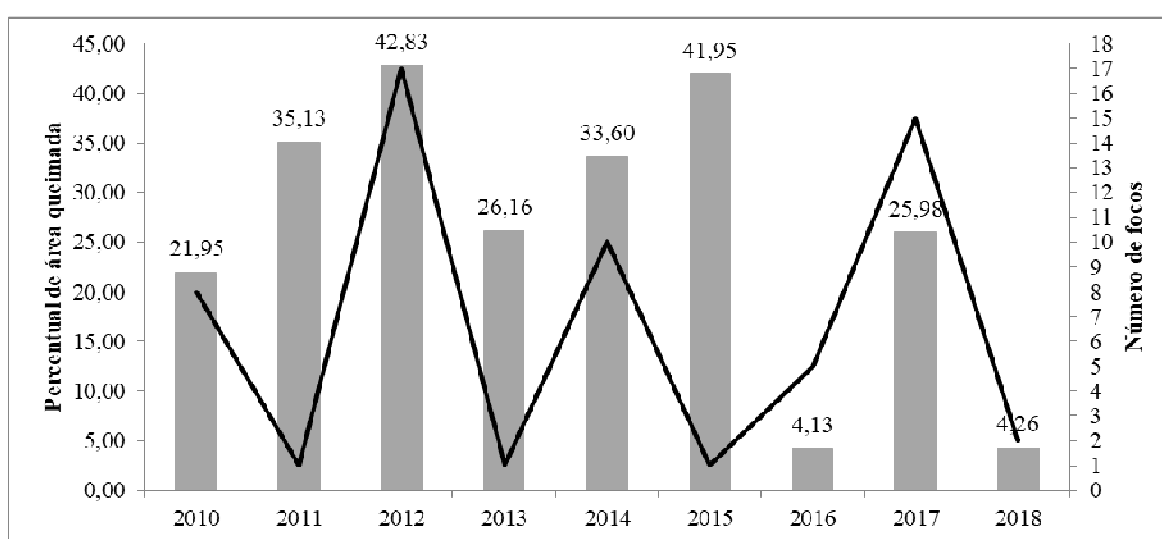


Figura 75. Demonstrativo do percentual e do número de áreas queimadas no Parque Ecológico Veredinha para o período de 2010 a 2018.

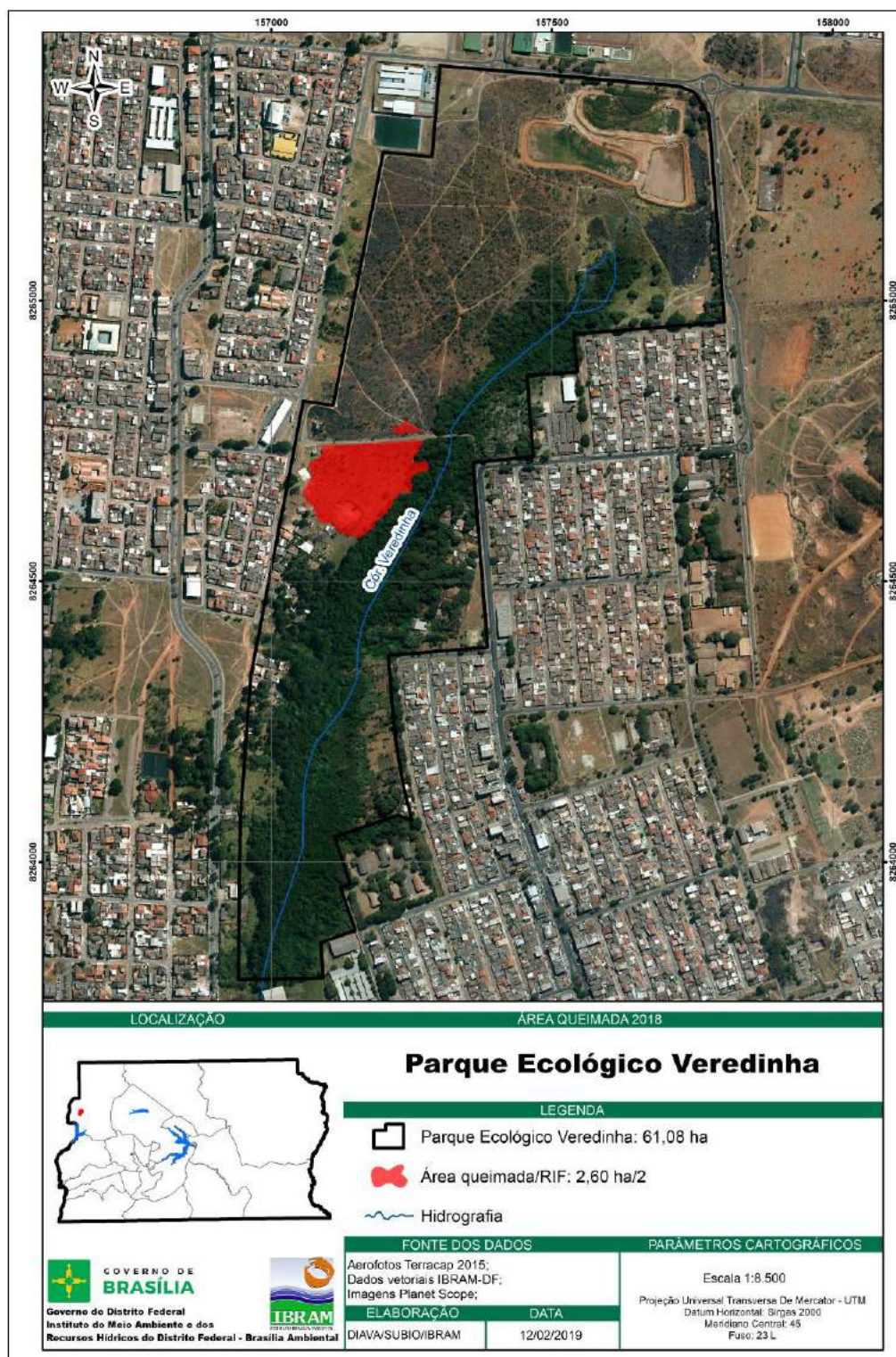


Figura 76. Mapa de área queimada no Parque Ecológico Veredinha no ano de 2017.

pp. Parque Ecológico Viva Sobradinho

O Parque Ecológico Viva Sobradinho, localizado na Região Administrativa de Sobradinho – RA V, foi criado pela Lei Complementar nº 743, de 25 de outubro de 2007, tem por finalidade de proporcionar lazer e recreação à população de Sobradinho e Sobradinho II e de áreas adjacentes, em contato harmônico com a natureza; estimular o desenvolvimento de atividades de educação ambiental; preservar áreas remanescentes de cerrado; promover a recuperação de áreas degradadas e sua revegetação, com espécies nativas do Cerrado; possibilitar espaços para a prática de esportes, para a realização de eventos culturais, para o desenvolvimento de ações socioeducativas e comércio de bens e serviços.

No ano de 2018 foram mapeadas três ocorrências de incêndios florestais na área, queimando um total de 3,20 hectares, que equivale a 3,41 % do parque.

Na figura abaixo é mostrado um comparativo do percentual de área queimada e do número de ocorrências de incêndios para a unidade no período de 2010 a 2018.

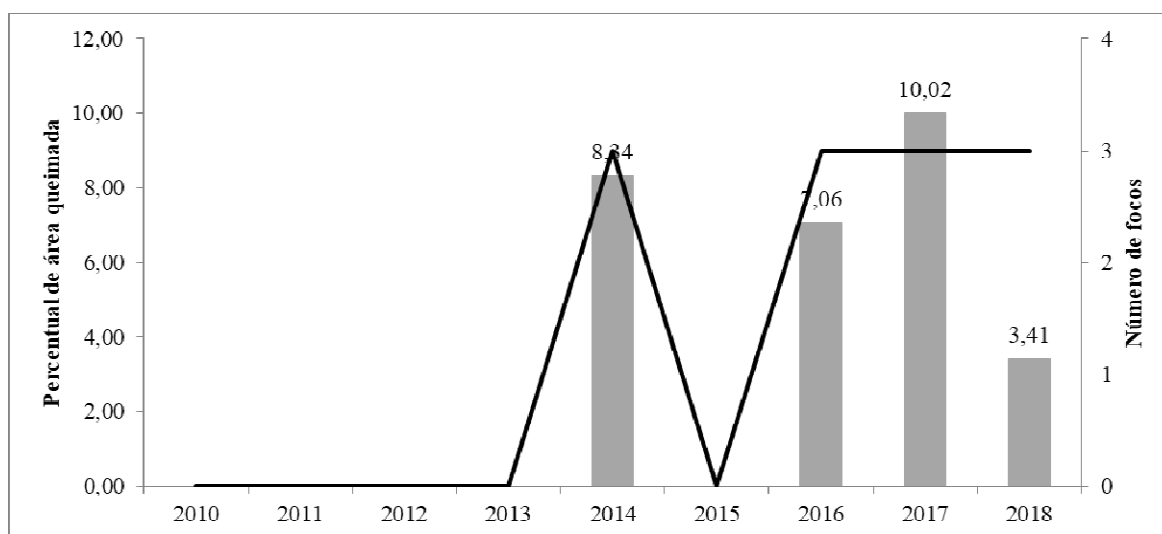


Figura 77. Demonstrativo do percentual e do número de áreas queimadas no Parque Ecológico Viva Sobradinho para o período de 2010 a 2018.

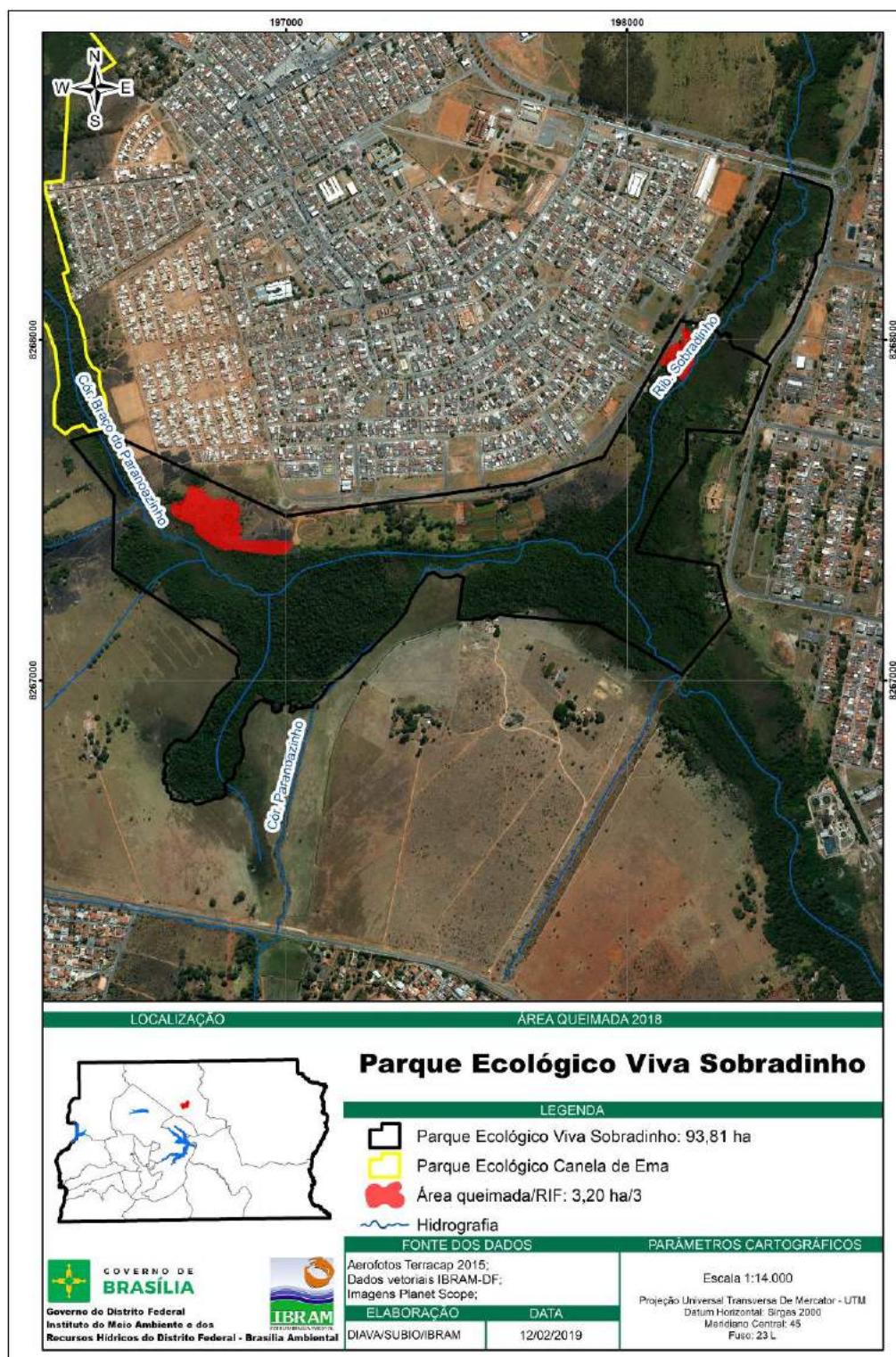


Figura 78. Mapa de área queimada no Parque Ecológico Viva Sobradinho no ano de 2018.

qq. Parque Pinheiros

O Parque Pinheiros foi criado pelo Decreto nº 24.057, de 16 de setembro de 2003, consubstanciado no Projeto Urbanístico URB 101/99, no Memorial Descritivo MDE 101/99 e nas Normas de Edificação, Uso e Gabarito NGB 101/99.

No ano de 2018 foram mapeadas oito ocorrências de incêndios florestais na área, queimando um total de 18,10 hectares, que equivale a 5,74 % da unidade de conservação.

Na figura abaixo é mostrado um comparativo do percentual de área queimada e do número de ocorrência de incêndios para a unidade no período de 2010 a 2018.

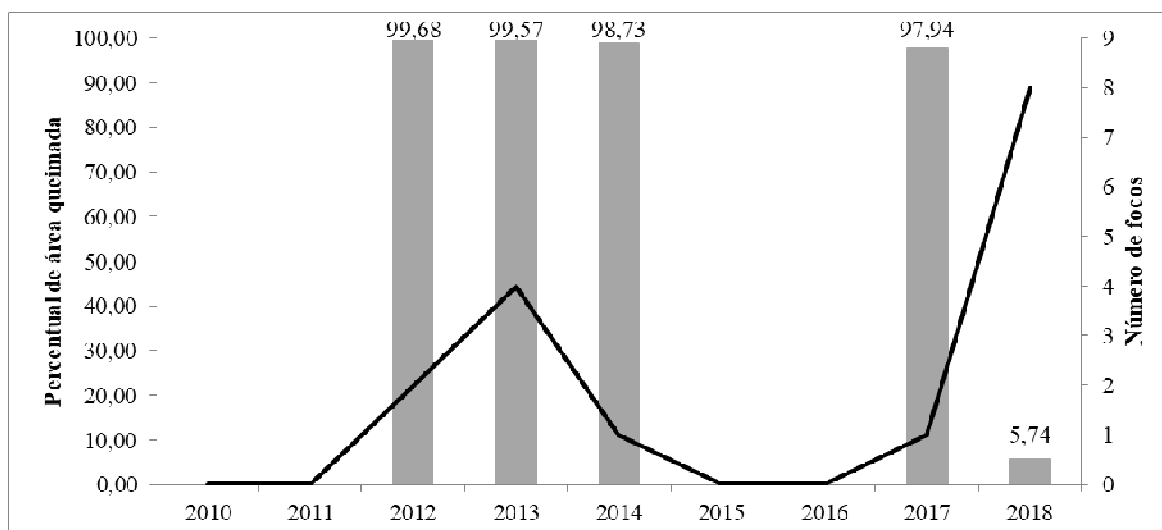


Figura 79. Demonstrativo do percentual e do número de áreas queimadas no Parque Vivencial Pinheiros para o período de 2010 a 2018.

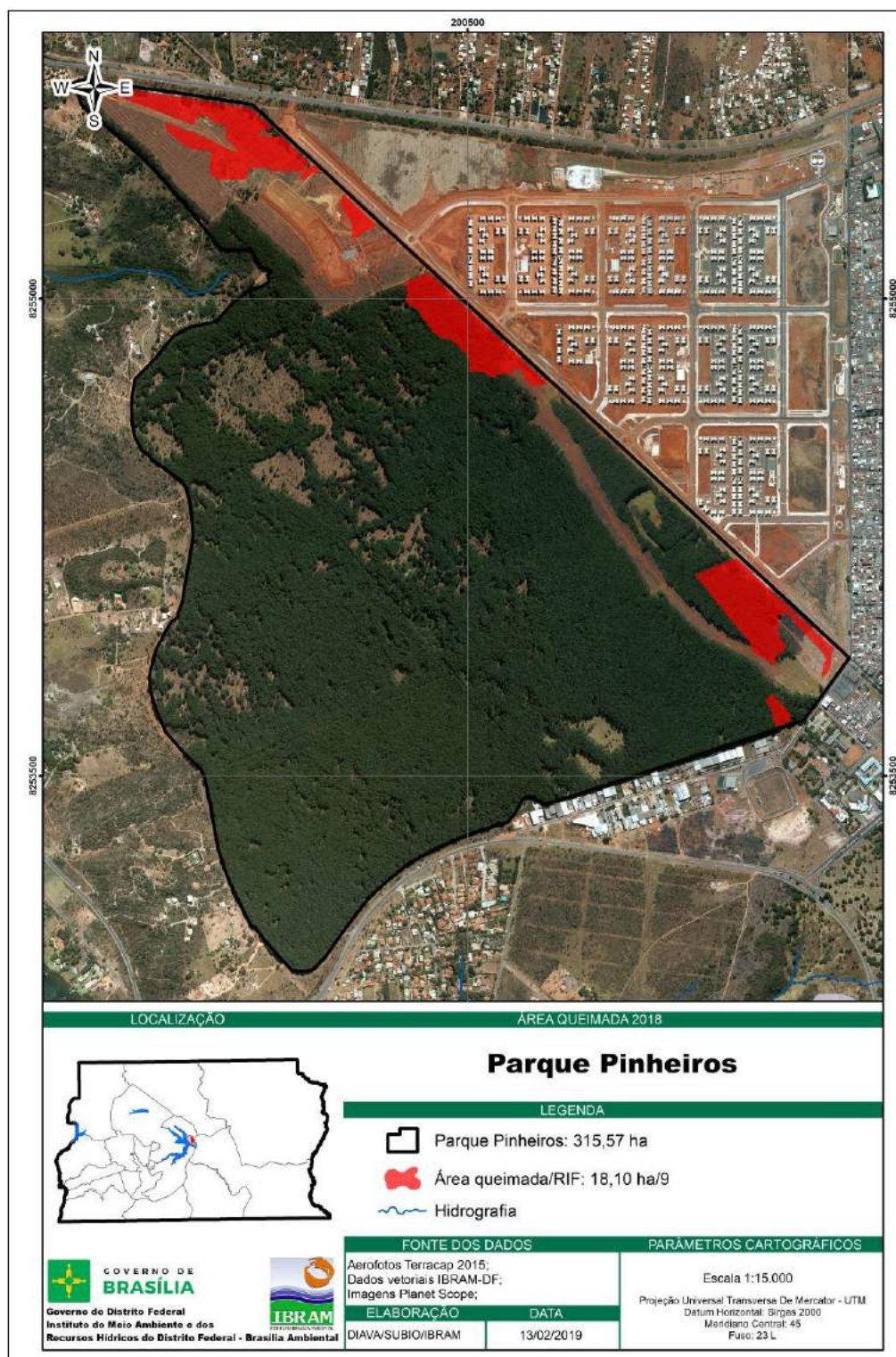


Figura 80. Mapa de área queimada no Parque Pinheiros no ano de 2018.

rr. Parque Urbano Areal

O Parque Urbano Areal está localizado na Região Administrativa de Águas Claras – RA XX. O Parque foi criado pelo Decreto nº 16.142, de dezembro de 1994, e tem por objetivos de promover a recuperação da área degradada, com espécies nativas do cerrado; e proporcionar à população os meios necessários para o exercício de atividades culturais, educativas e de lazer em um ambiente natural equilibrado.

No ano de 2018 foi mapeada uma ocorrência de incêndio florestal na área, queimando um total de 0,04 hectares, que equivale a 0,13 % do parque.

Na figura abaixo é mostrado um comparativo do percentual de área queimada e do número de ocorrências de incêndios para a unidade no período de 2010 a 2018.

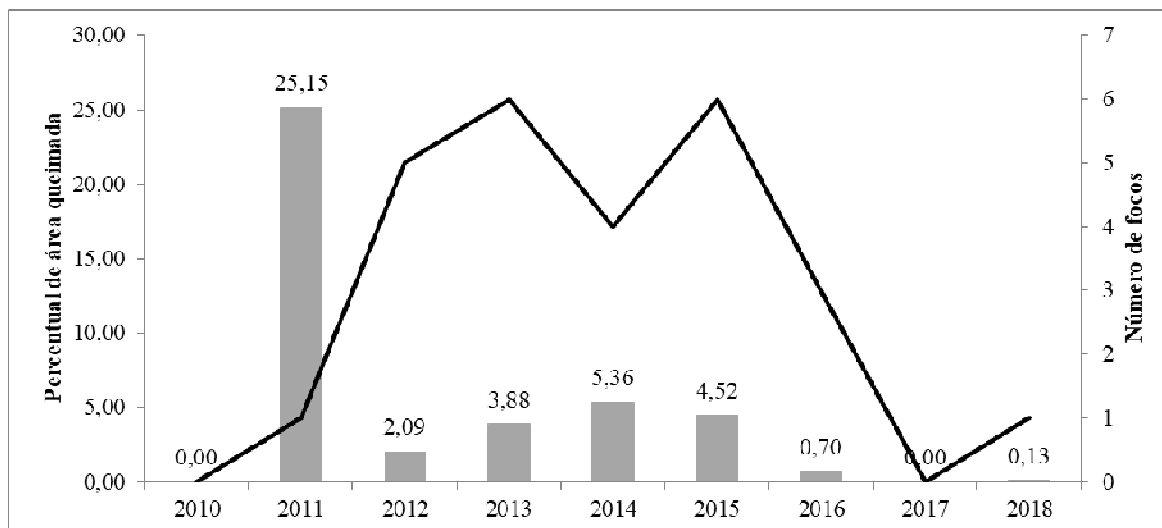


Figura 81. Demonstrativo do percentual e do número de áreas queimadas no Parque Ecológico Areal para o período de 2010 a 2018.

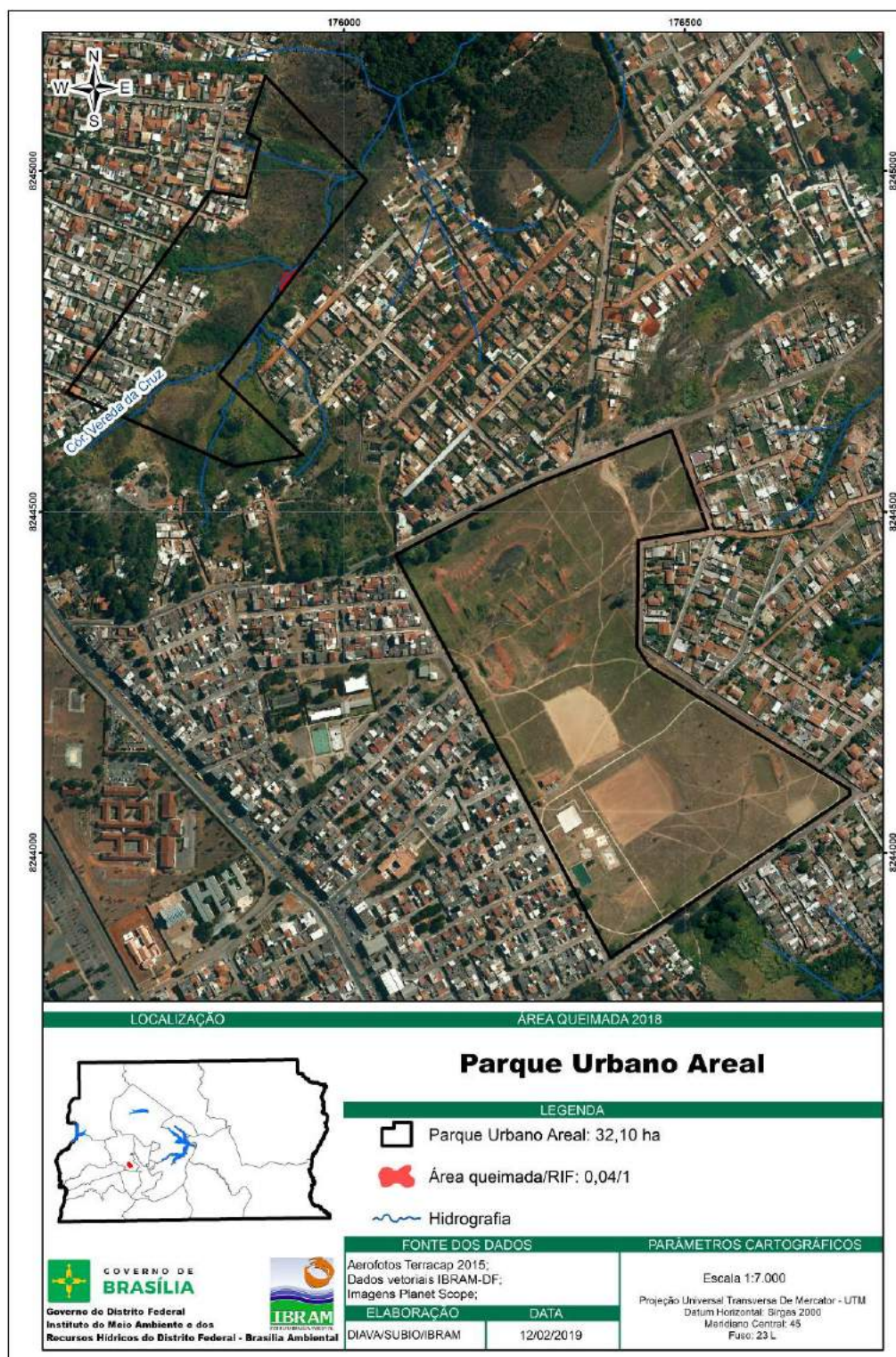


Figura 82. Mapa de área queimada no Parque Ecológico Areal no ano de 2017.

ss. Parque Urbano Bosque dos Eucaliptos

O Parque Urbano Bosque dos Eucaliptos, localizado na Região Administrativa do Guará – RA X, foi criado pela Lei nº 2.014 de 28 de julho de 1998. O objetivo do Parque é propiciar à comunidade área destinada à conservação local, para a manutenção da viabilidade genética das espécies do cerrado e a garantia da preservação da área; criar núcleo de educação ambiental; e proporcionar recreação e lazer à população em harmonia com a preservação do ecossistema da região.

No ano de 2018 foram mapeadas três ocorrências de incêndios florestais na área, queimando um total de 1,88 hectares, que equivale a 12,27 % do parque.

Na figura abaixo é mostrado um comparativo do percentual de área queimada e do número de ocorrência de incêndios para a unidade no período de 2010 a 2018.

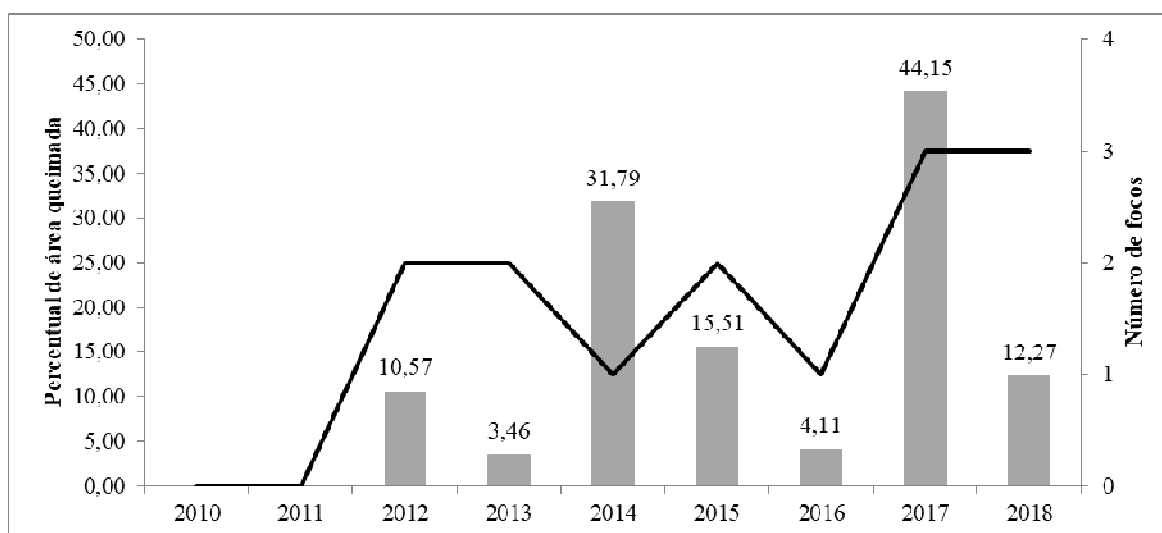


Figura 83. Demonstrativo do percentual e do número de áreas queimadas no Parque Urbano Bosque dos Eucaliptos para o período de 2010 a 2018.

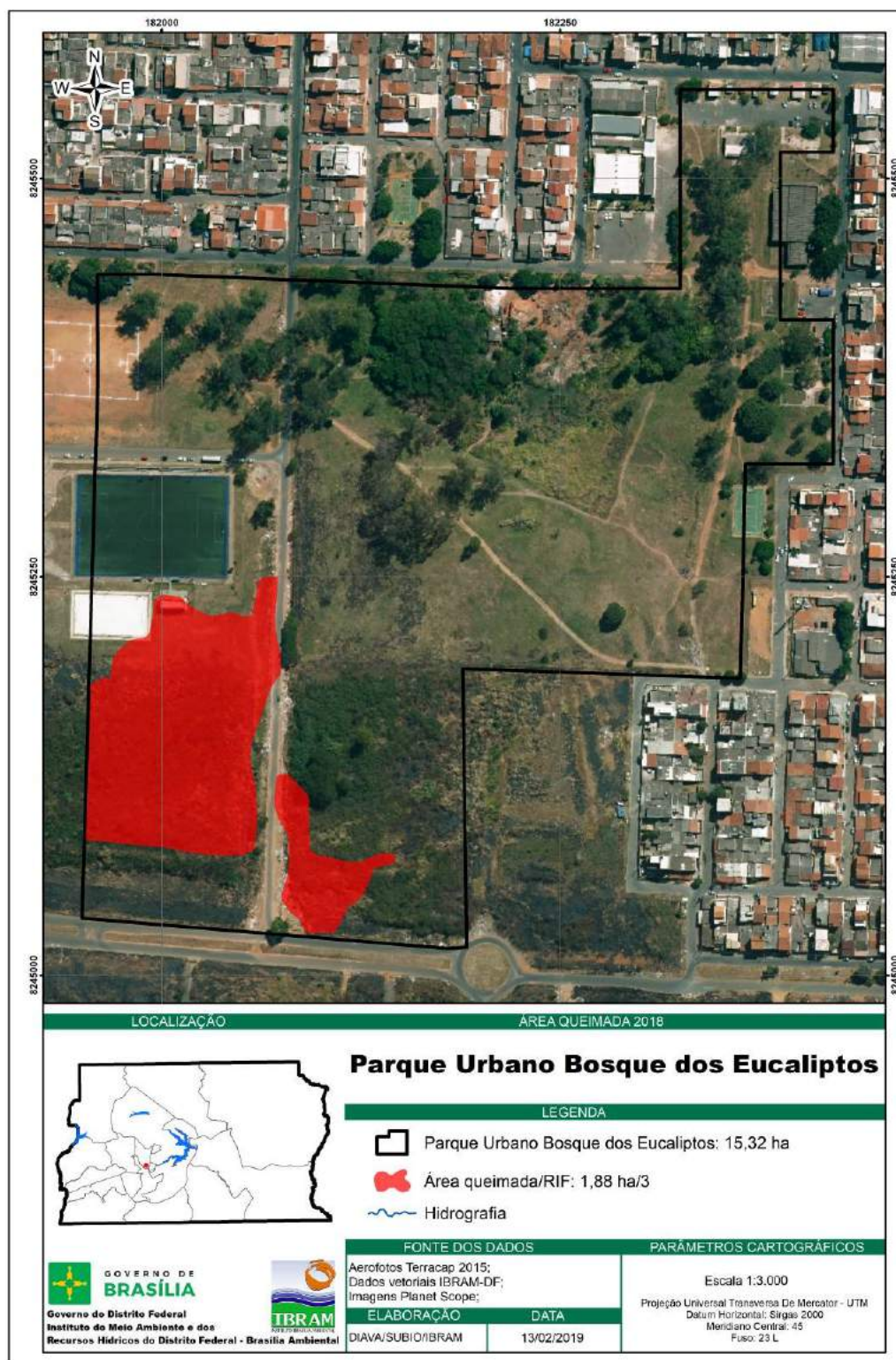


Figura 84. Mapa de área queimada no Parque Urbano Bosque dos Eucaliptos no ano de 2018.

tt. Parque Urbano Corujas

O Parque Urbano Corujas foi criado pelo Projeto Urbanístico 1602, folha 6/20, e está localizado na Região Administrativa de Ceilândia – RA IX.

No ano de 2018 foram mapeadas quatro ocorrências de incêndios florestais na área, queimando um total de 1,49 hectares, que equivale a 47,15 % do parque.

Na figura abaixo é mostrado um comparativo do percentual de área queimada e do número de ocorrência de incêndios para a unidade no período de 2010 a 2018.

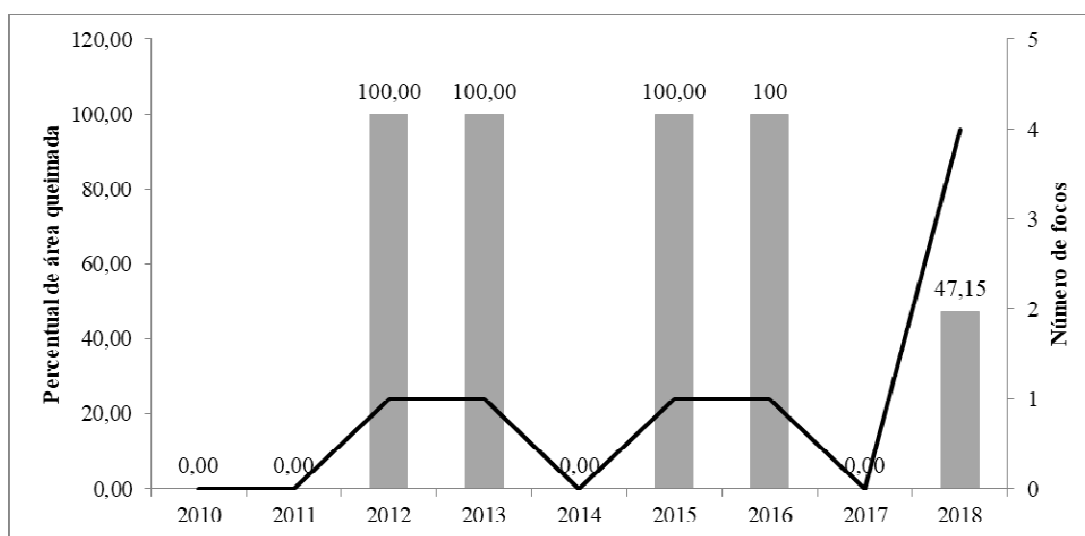


Figura 85. Demonstrativo do percentual e do número de áreas queimadas no Parque Urbano Corujas para o período de 2010 a 2018.

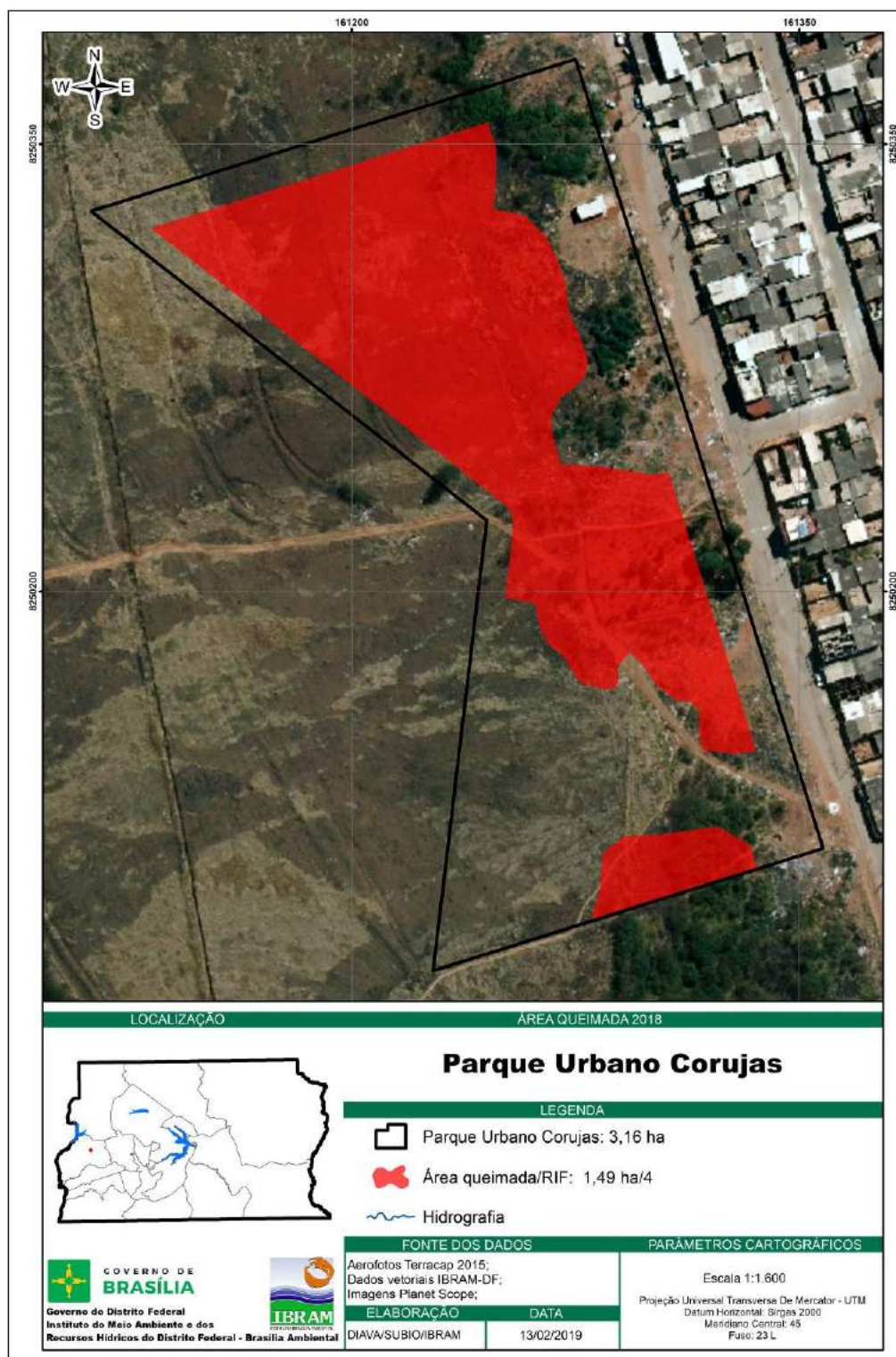


Figura 86. Mapa de área queimada no Parque Urbano Corujas no ano de 2018.

uu. Parque Urbano das Aves

O Parque Urbano das Aves foi criado pelo Decreto nº 17.767, de 18 de outubro de 1996, e está localizado na Região Administrativa de Brasília – RA I.

No ano de 2018 foram mapeadas duas ocorrências de incêndios florestais na área, queimando um total de 4,56 hectares, que equivale a 5,85 % do parque.

Na figura abaixo é mostrado um comparativo do percentual de área queimada e do número de ocorrência de incêndios para a unidade no período de 2010 a 2018.

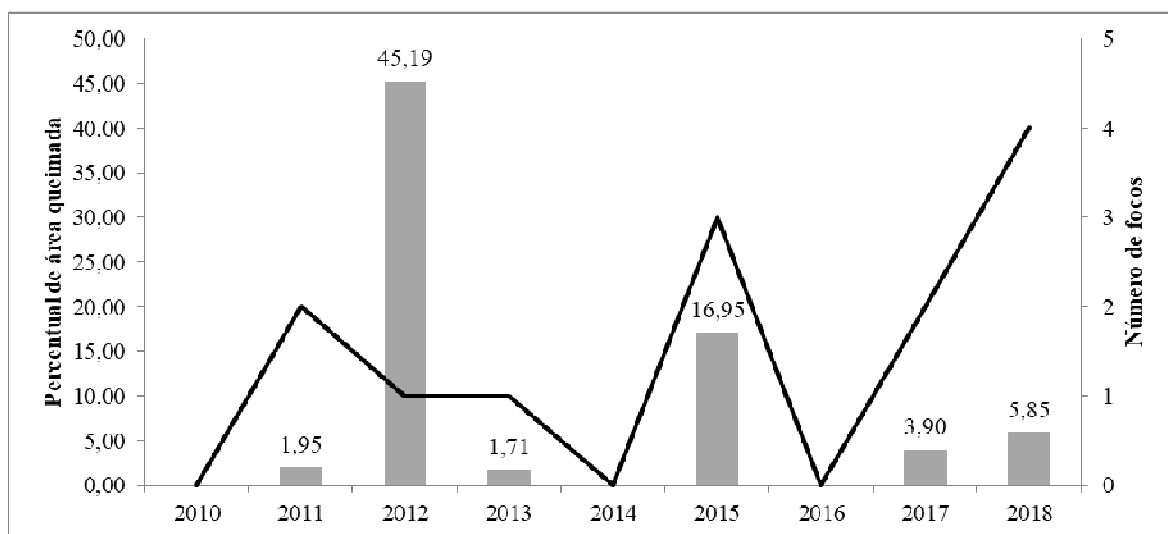


Figura 87. Demonstrativo do percentual e do número de áreas queimadas no Parque Urbano das Aves para o período de 2010 a 2018.

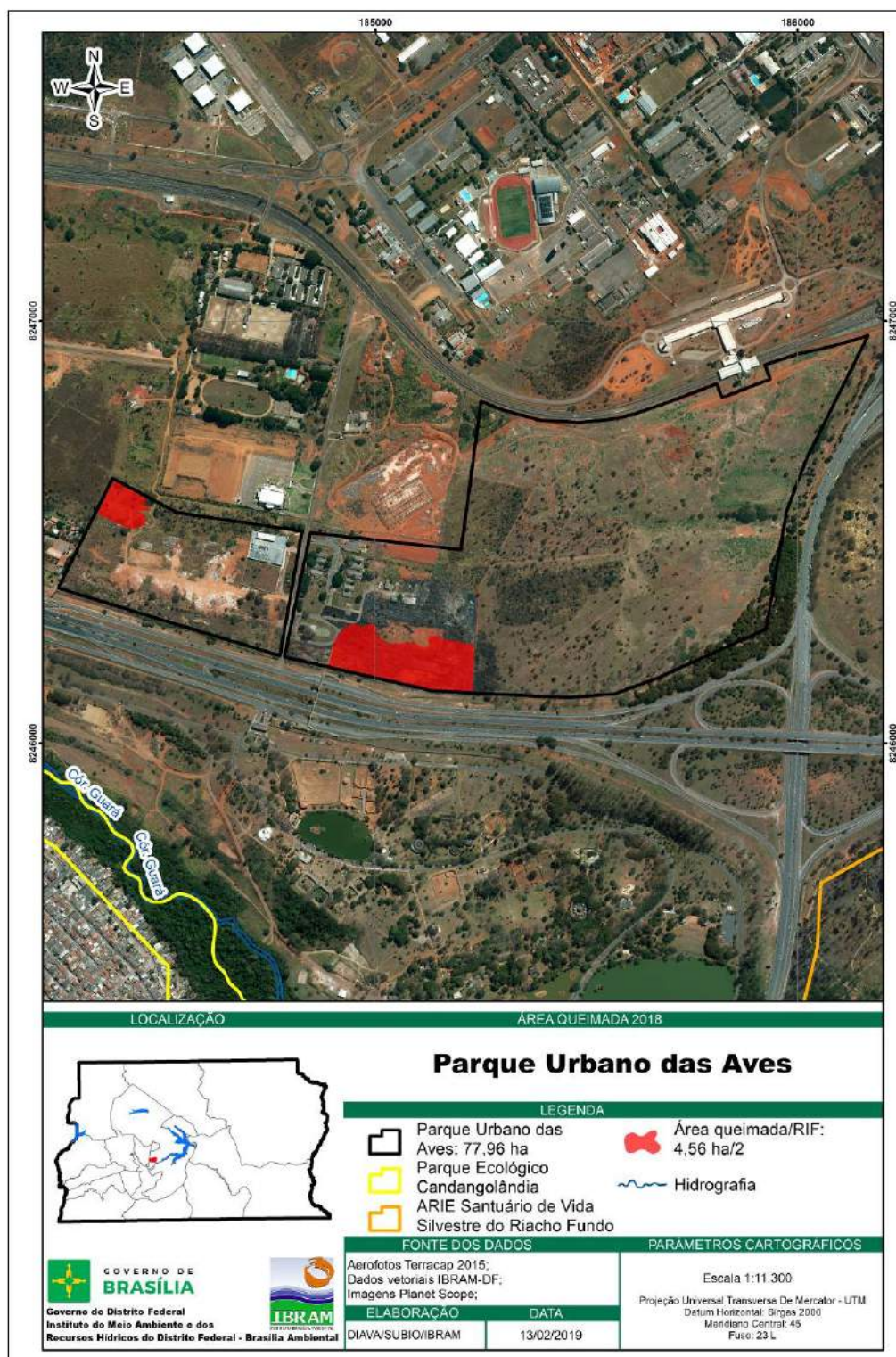


Figura 88. Mapa de área queimada no Parque Urbano das Aves no ano de 2017.

vv.Parque Urbano do Gama

O Parque Urbano Gama está localizado na Região Administrativa do Gama – RA II. O Parque foi criado pela Lei nº 1.959, de 8 de junho de 1998, e tem por objetivo de propiciar lazer, recreação e atividades culturais e educativas.

No ano de 2018 foram mapeadas nove ocorrências de incêndios florestais na área, queimando um total de 2,06 hectares, que equivale a 3,90 % do parque.

Na figura abaixo é mostrado um comparativo do percentual de área queimada e do número de ocorrência de incêndios para a unidade no período de 2010 a 2018.

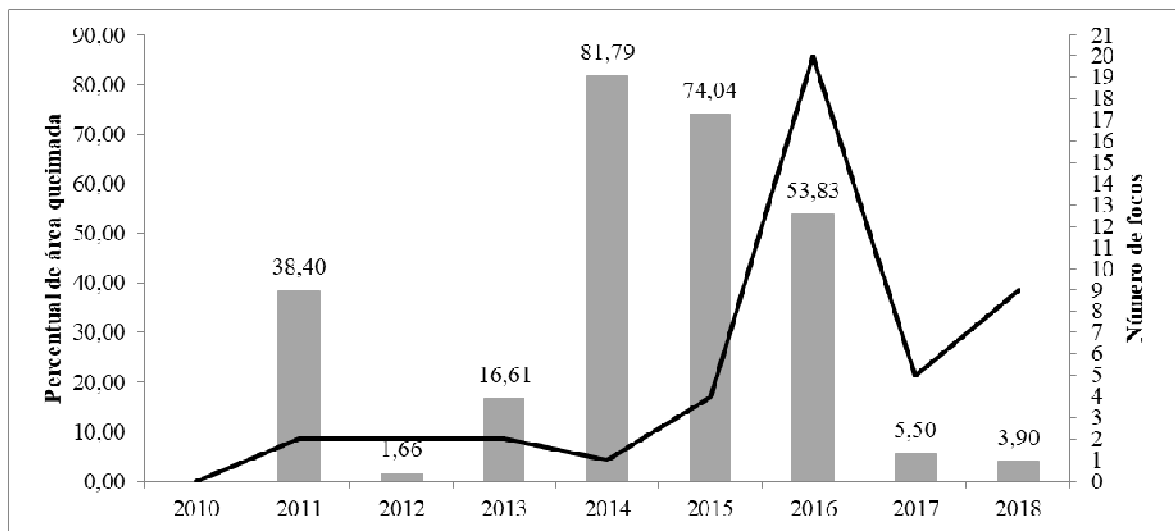


Figura 89. Demonstrativo do percentual e do número de áreas queimadas no Parque Urbano Gama para o período de 2010 a 2018.



Figura 90. Mapa de área queimada no Parque Urbano do Gama no ano de 2018.

ww. Parque Urbano do Lago Norte

O Parque Urbano do Lago Norte está localizado na Região Administrativa do Lago Norte – RA XVIII. O Parque foi criado pela Lei nº 2.429, de 28 de julho de 1999, e tem por objetivo desenvolver atividades recreativas, desportivas, de lazer e de preservação ambiental.

No ano de 2018 foi mapeada uma ocorrência de incêndio florestal na área, queimando um total de 0,84 hectares, que equivale a 2,45 % do parque.

Na figura abaixo é mostrado um comparativo do percentual de área queimada e do número de ocorrência de incêndios para a unidade no período de 2010 a 2018.

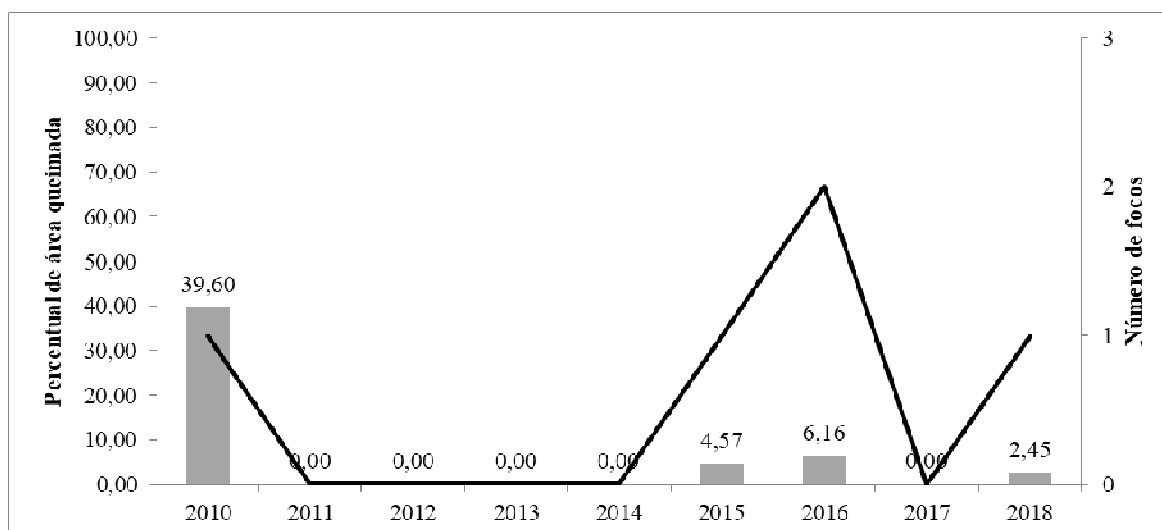


Figura 91. Demonstrativo do percentual e do número de áreas queimadas no Parque Urbano do Lago Norte para o período de 2010 a 2018.



Figura 92. Mapa de área queimada no Parque Urbano do Lago Norte em 2018.

xx. Parque Urbano Enseada

O Parque Urbano Enseada, localizado na Região Administrativa do Lago Norte – RA XVIII, foi criado pelo Decreto nº 27.472, de 6 de dezembro 2006 com o objetivo de conservar áreas verdes, nativas, exóticas ou restauradas, de grande beleza cênica; promover a recuperação de áreas degradadas e a sua revegetação, com espécies nativas ou exóticas; estimular o desenvolvimento da educação ambiental e das atividades de recreação e lazer em contato harmônico com a natureza.

No ano de 2018 foram mapeadas três ocorrências de incêndios florestais na área, queimando um total de 1,44 hectares, que equivale a 11,77 % da unidade de conservação.

Na figura abaixo é mostrado um comparativo do percentual de área queimada e do número de ocorrência de incêndios para a unidade no período de 2010 a 2018.

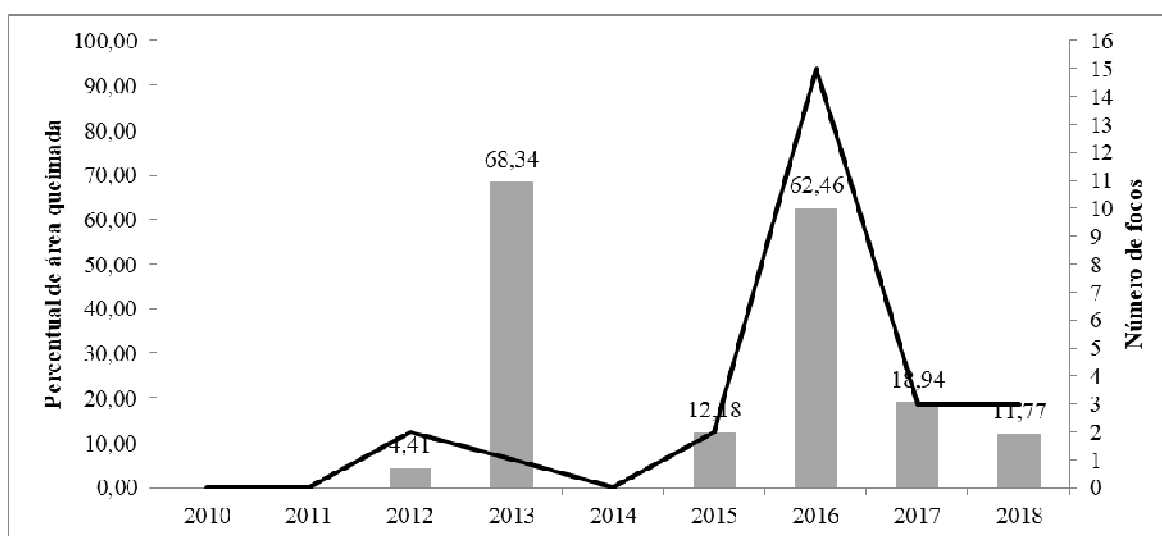


Figura 93. Demonstrativo do percentual e do número de áreas queimadas no Parque Urbano Enseada para o período de 2010 a 2018.

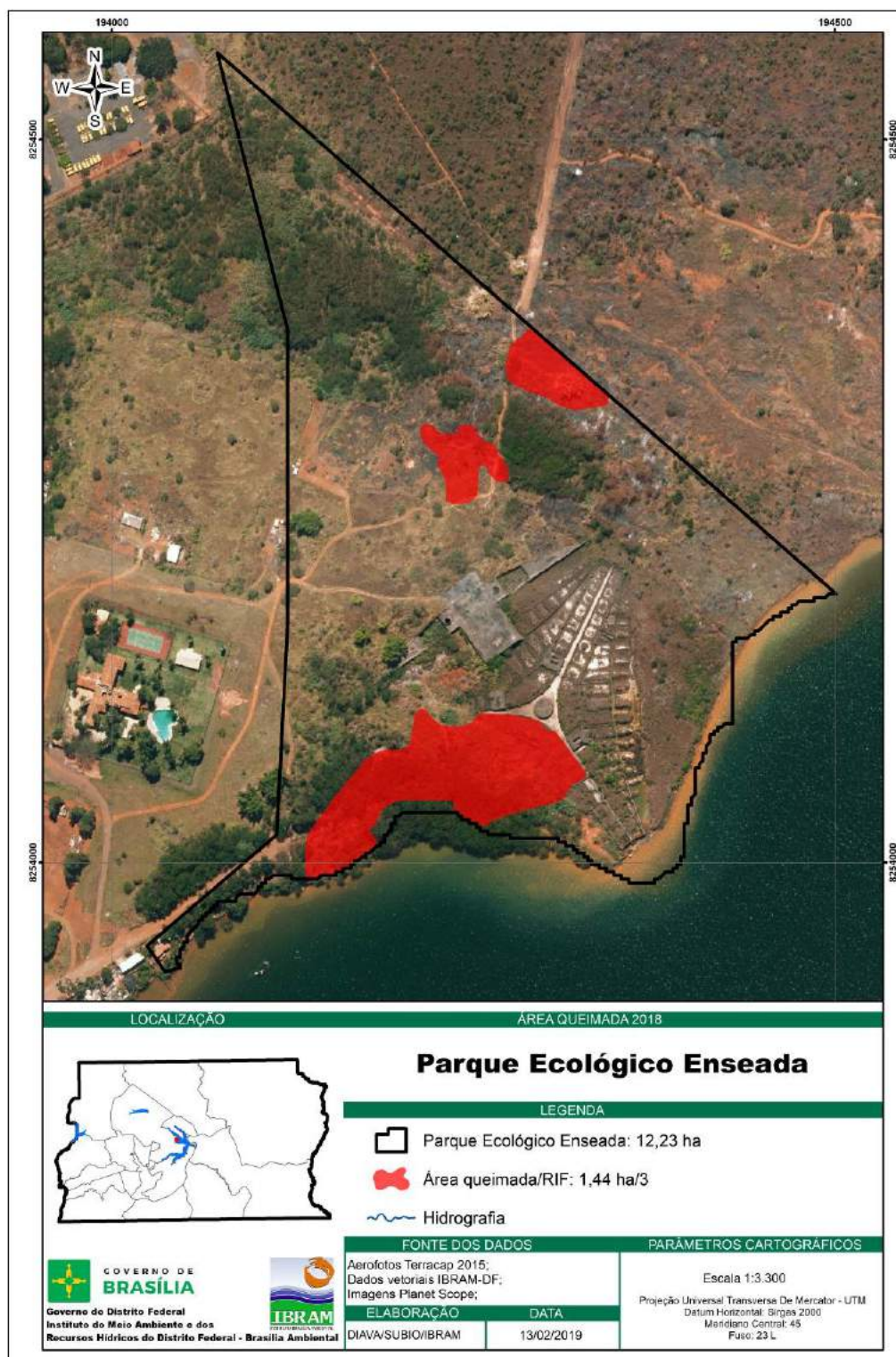


Figura 94. Mapa de área queimada no Parque Enseada no ano de 2018.

yy.Parque Urbano Santa Maria

O Parque Urbano Santa Maria está localizado na Região Administrativa de Santa Maria – RA XIII. O Parque foi criado pela Lei nº 2.044, de 28 de julho de 1998, e tem por objetivos: propiciar o lazer e a recreação em ambiente natural; e proporcionar o desenvolvimento de atividades culturais e educativas que permitam a conscientização da comunidade sobre a importância da conservação do meio ambiente ecologicamente equilibrado.

No ano de 2018 foram mapeadas treze ocorrências de incêndios florestais na área, queimando um total de 27,59 hectares, que equivale a 58,51 % da unidade de conservação.

Na figura abaixo é mostrado um comparativo do percentual de área queimada e do número de ocorrência de incêndios para a unidade no período de 2010 a 2018.

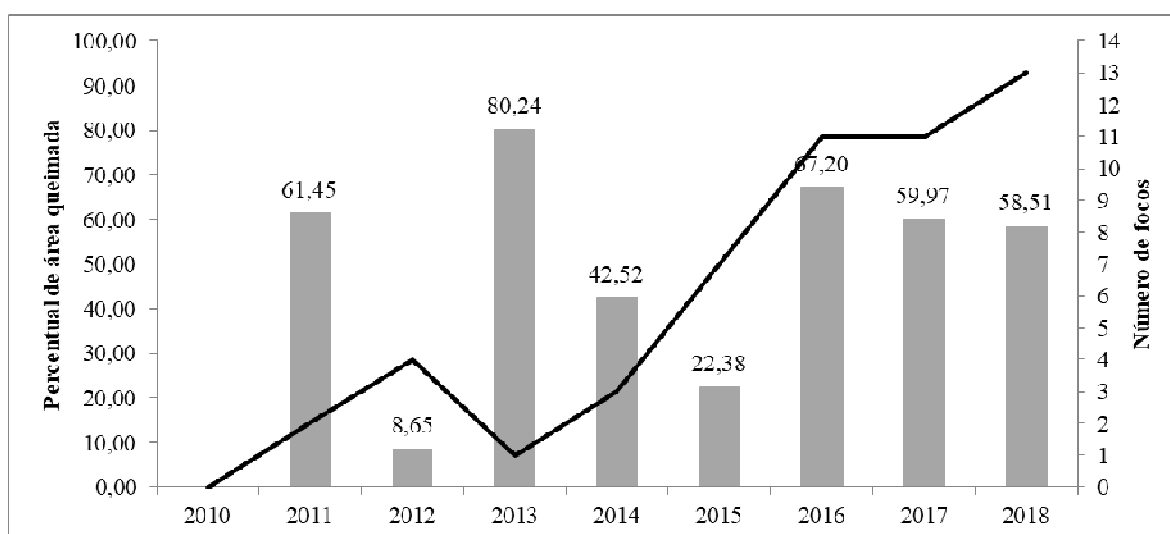


Figura 95. Demonstrativo do percentual e do número de áreas queimadas no Parque Urbano Santa Maria para o período de 2010 a 2018.

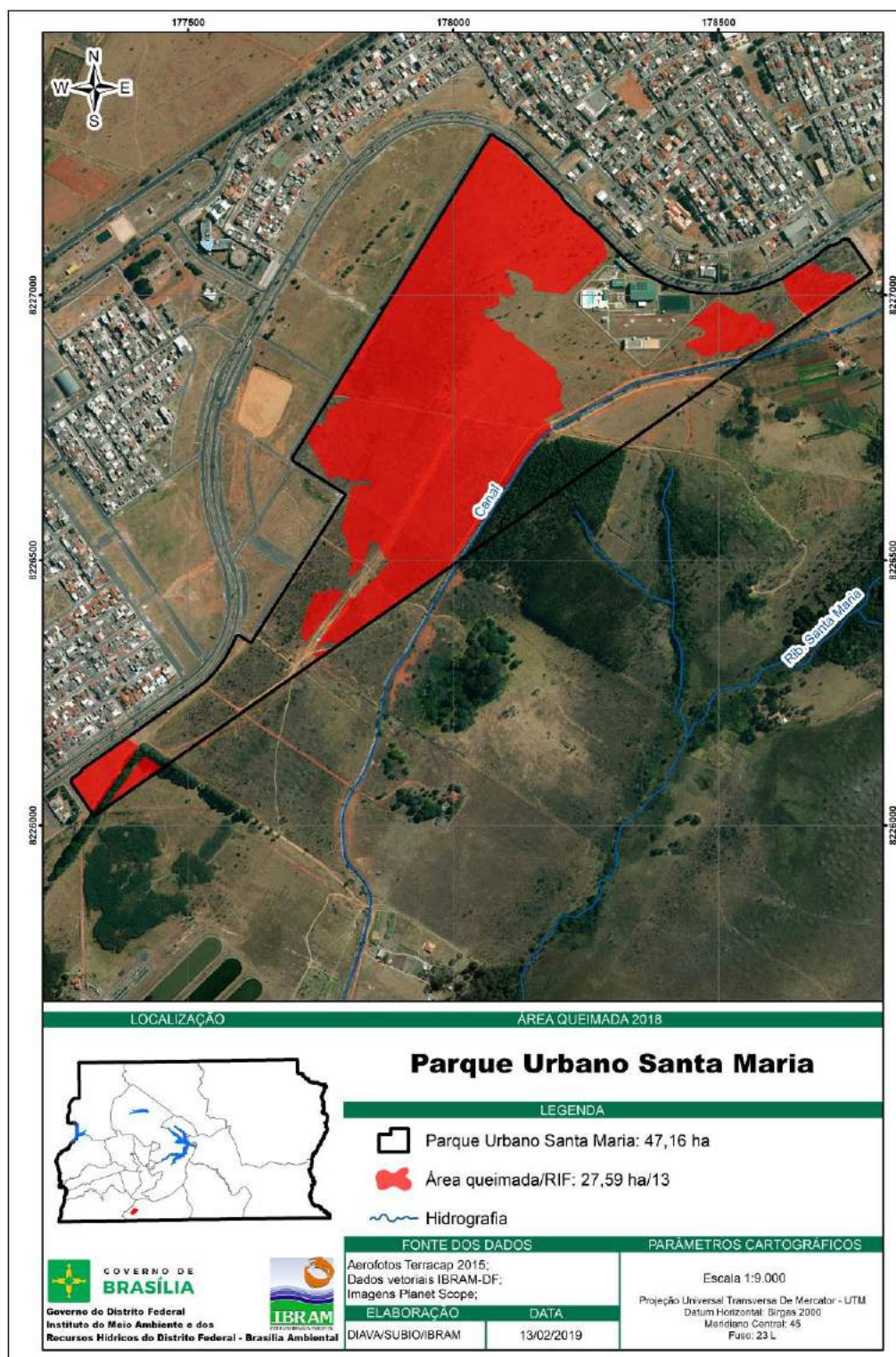


Figura 96. Mapa de área queimada no Parque Urbano Santa Maria no ano de 2018.

zz. Parque Urbano Setor “O”

O Parque Urbano Setor “O” está localizado na Região Administrativa de Ceilândia – RA IX. O Parque foi criado pela Lei nº 871, de 05 de junho de 1995, e tem por objetivos proporcionar o desenvolvimento de atividades culturais e educativas, que permitam a conscientização da comunidade sobre a conservação do Meio Ambiente; criação de condições para que a população usufrua do local como espaço de lazer e recreação em ambiente natural; e preservar o ecossistema da área.

No ano de 2018 foi mapeada uma ocorrência de incêndio florestal na área, queimando um total de 0,11 hectares, que equivale a 0,93 % da unidade de conservação.

Na figura abaixo é mostrado um comparativo do percentual de área queimada e do número de ocorrência de incêndios para a unidade no período de 2010 a 2018.

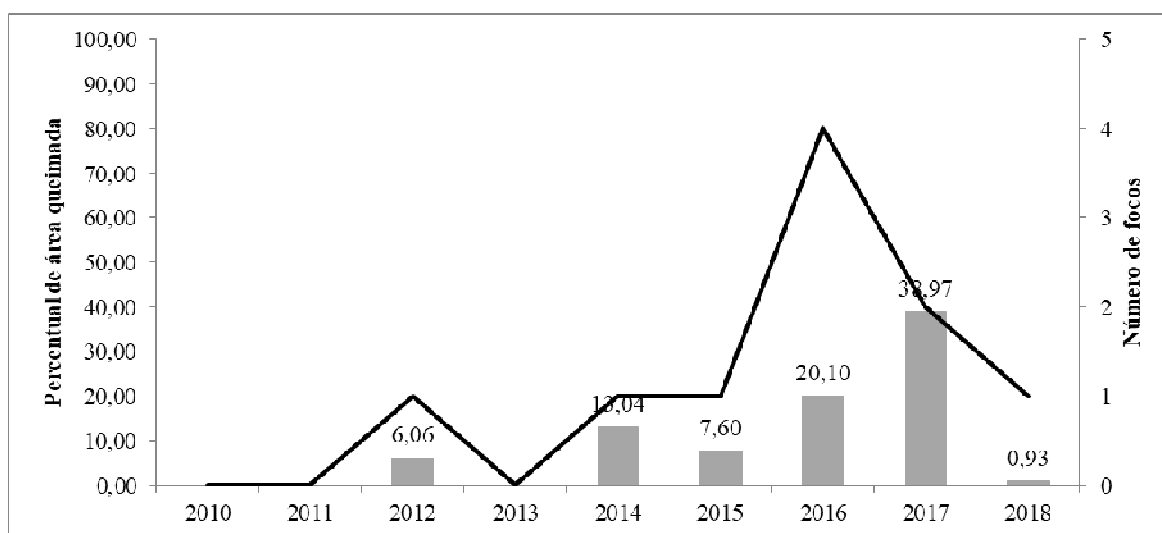


Figura 97. Demonstrativo do percentual e do número de áreas queimadas no Parque Urbano Setor “O” para o período de 2010 a 2018.

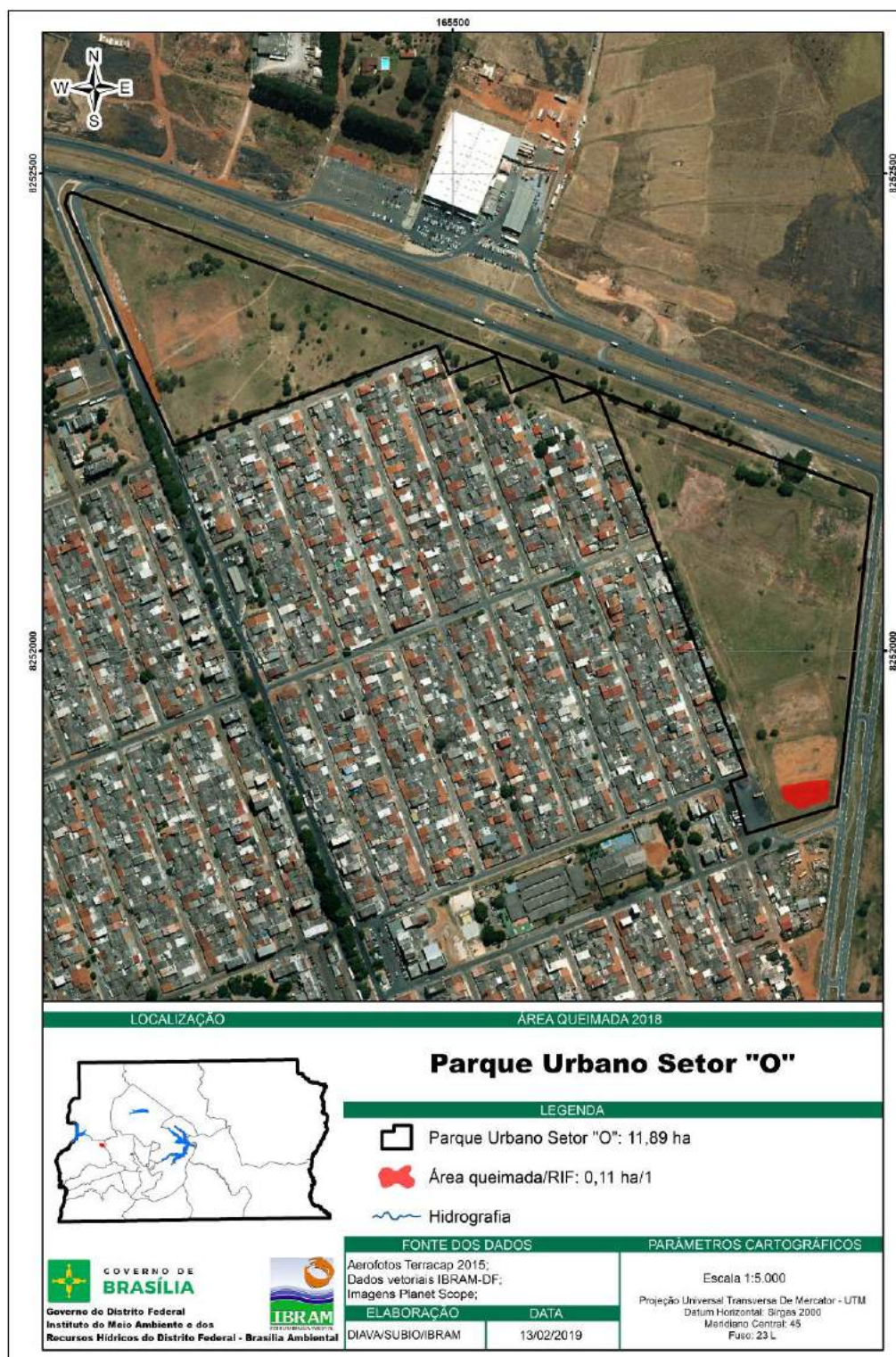


Figura 98. Mapa de área queimada no Parque Urbano Setor "O" no ano de 2018.

aaa. Reserva Biológica do Gama

A Reserva Ecológica do Gama foi criada pelo Decreto nº 11.261 de 16 de setembro de 1988, posteriormente pelo Decreto nº 29.704 de 17 de novembro de 2008 foi transformada em Reserva Ecológica do Guará em Reserva Biológica do Gama. A Unidade tem como finalidade de proteger, conservar e manejar de forma sustentável todo o complexo florestal e ambiental ali existente, desde espécies vegetais, animais, cursos d'água e demais elementos dos componentes do acervo da área.

No ano de 2018 foram mapeadas quatorze ocorrências de incêndios florestais na área, queimando um total de 34,54 hectares, que equivale a 5,64 % da unidade de conservação.

No ano de 2018 foi a segunda vez que foram levantadas áreas queimadas no interior da unidade, o que não significa dizer, que nos anos anteriores não ocorreram ocorrências de incêndios florestais na área.

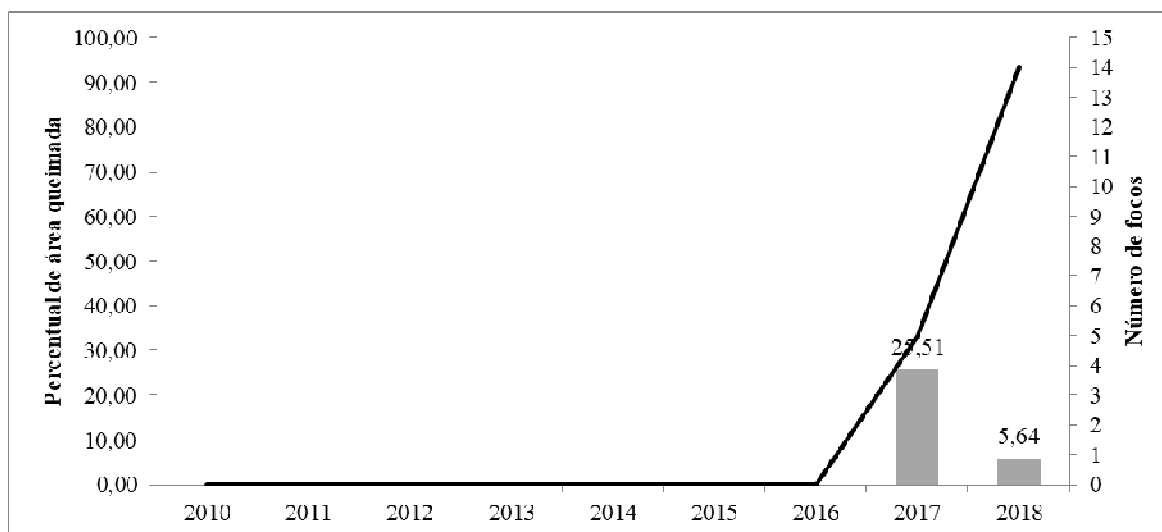


Figura 99. Demonstrativo do percentual e do número de áreas queimadas na Reserva Biológica do Gama para o período de 2010 a 2018.

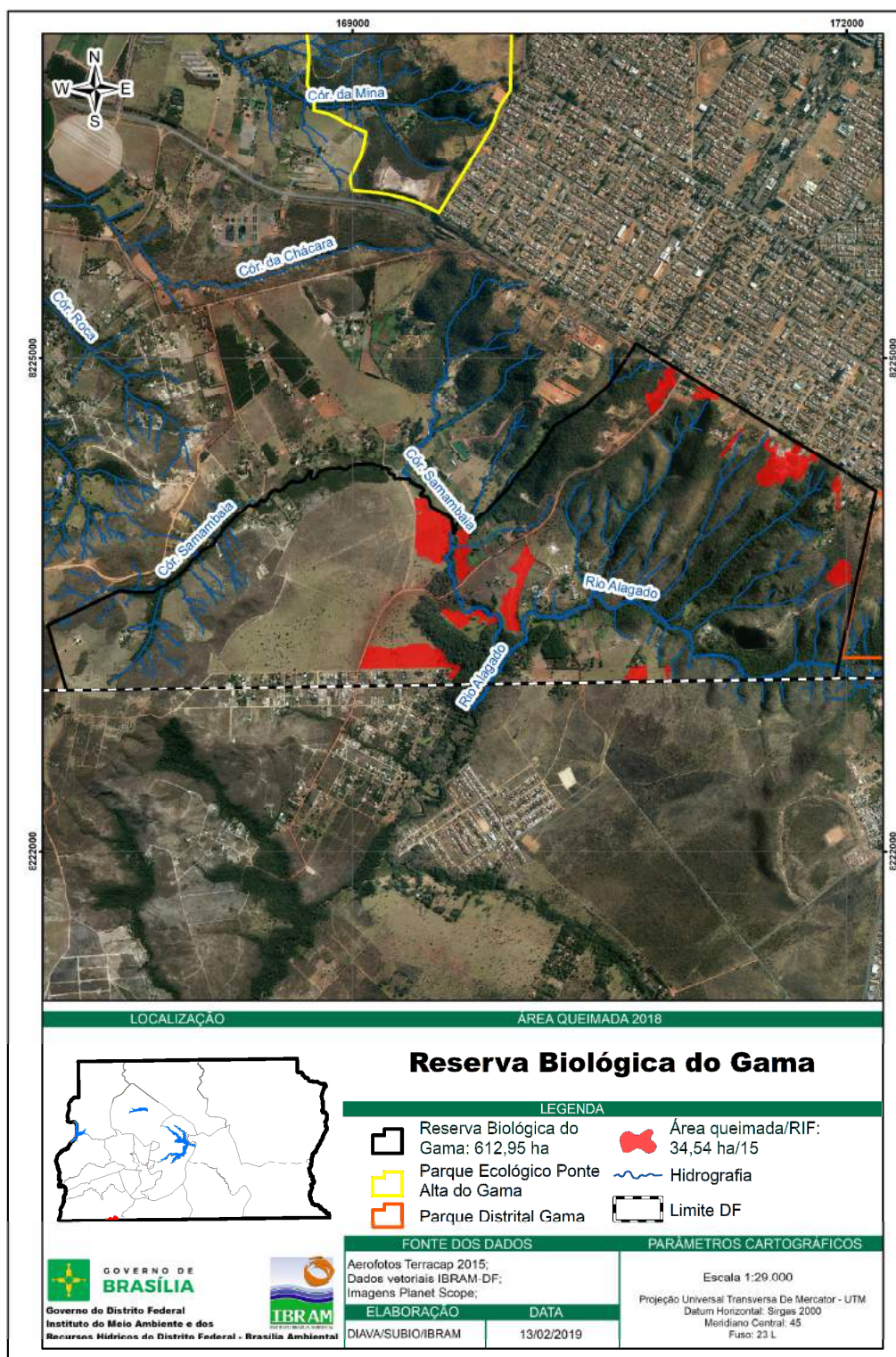


Figura 100. Mapa de área queimada na Reserva Biológica do Gama no ano de 2018.

bbb. Reserva Biológica do Guará

Criada pelo Decreto nº 29.703, de 17 de novembro de 2008 que transformou a Reserva Ecológica do Guará em Reserva Biológica do Guará, com a finalidade de proteger, conservar e manejar de forma sustentável todo o complexo florestal e ambiental local, desde espécies vegetais e animais, cursos d'água e demais elementos dos componentes da Unidade de Conservação.

No ano de 2018 foram mapeadas nove ocorrências de incêndios florestais na área, queimando um total de 4,06 hectares, que equivale a 2,08 % da unidade de conservação.

Na figura abaixo é mostrado um comparativo do percentual de área queimada e do número de ocorrência de incêndios para a unidade no período de 2010 a 2018.

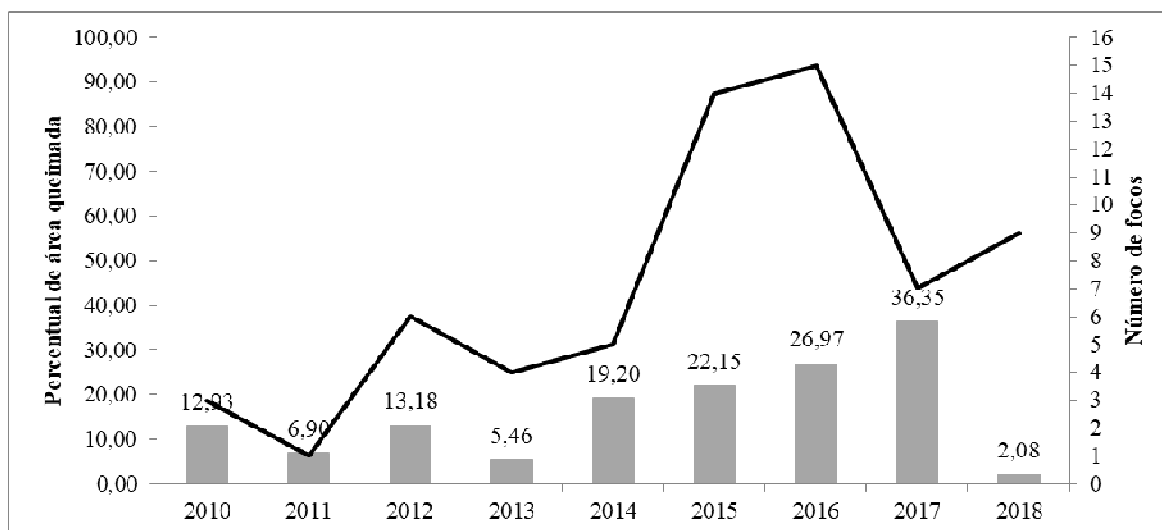


Figura 101. Demonstrativo do percentual e do número de áreas queimadas no Reserva Biológica do Guará para o período de 2010 a 2018.



Figura 102. Mapa de área queimada na Reserva Biológica do Guará no ano de 2018.

ccc. Reserva Biológica do Rio Descoberto

A Reserva Ecológica do Gama foi criada pelo Decreto nº 26.007, de 05 de julho de 2005, está localizado nas Regiões Administrativas de Taguatinga – RA III, e Ceilândia – RA IX. A Unidade tem como objetivos: contribuir para a proteção das águas do Lago Descoberto, principal manancial de abastecimento do Distrito Federal e Entorno, em especial para as Áreas de Preservação Permanente; conservar amostras dos ecossistemas naturais; proteger e recuperar recursos hídricos, edáficos e genéticos; promover a recuperação de áreas degradadas e a sua revegetação com espécies nativas; incentivar atividades de pesquisa, estudos e monitoramento ambiental; e estimular o desenvolvimento da educação ambiental.

No ano de 2018 foram mapeadas oito ocorrências de incêndios florestais na área, queimando um total de 23,76 hectares, que equivale a 5,47 % da unidade de conservação.

No ano de 2018 foi a primeira vez que foram levantadas áreas queimadas no interior da unidade, o que não significa dizer, que nos anos anteriores não ocorreram ocorrências de incêndios florestais na área.

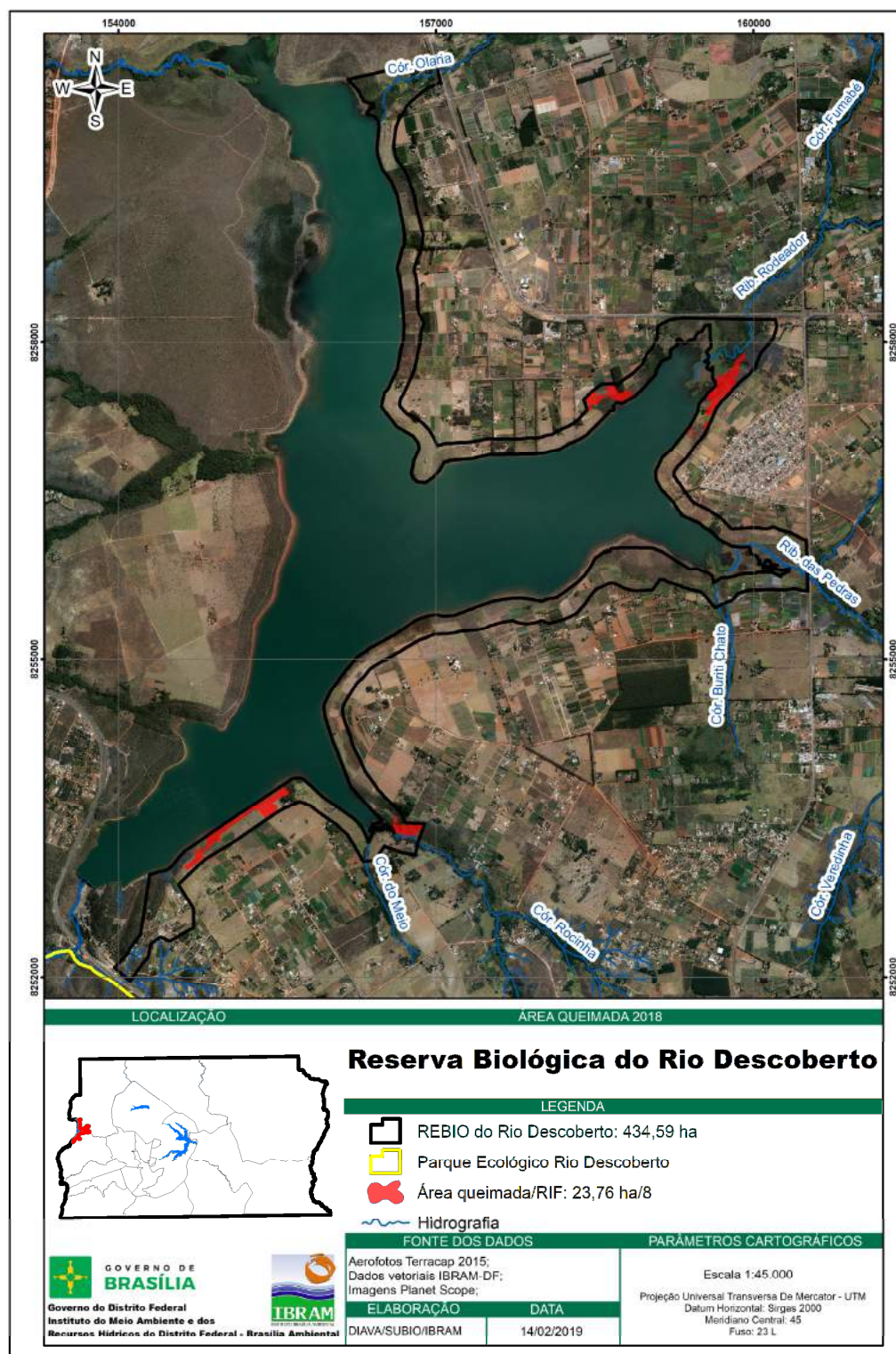


Figura 103. Mapa de área queimada na Reserva Biológica do Gama no ano de 2018.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

No ano de 2018, foram levantadas áreas queimadas em setenta e seis parques e unidades de conservação sob gestão do Instituto Brasília Ambiental – IBRAM. Desse total, foram registradas e mapeadas áreas queimadas em cinquenta e cinco UC's (Tabela 1). Foram preenchidos 505 Registros de Incêndios Florestais – RIF, totalizando uma área queimada mapeada de 1.715,46 hectares, correspondente a 7,72 % da área total de parques e unidades de conservação vistoriadas ou mapeadas por imagens de satélite.

Tabela 1. Parques e Unidades de Conservação do IBRAM vistoriados em 2018.

	Parques e Unidades de Conservação	Área (ha)	Número de focos 2018	Área Queimada (ha) 2018	Área Queimada (%) 2018
1	Área de Relevante Ecológico da Vila Estrutural	44,31	2	2,03	4,58
2	Área de Relevante Ecológico do Córrego do Valo	62,56	5	3,51	5,61
3	Área de Relevante Ecológico do Torto (Inclui os Parques Ecológicos do Varjão e Taquari)	212,60	20	45,92	21,60
4	Área de Relevante Ecológico Juscelino Kubitschek (Inclui os Parques Ecológicos Gatumé, Três Meninas, Saburo, Cortado, Boca da Mata)	2.992,53	157	678,30	22,67
5	Área de Relevante Interesse Ecológico Cruls	55,05	2	8,81	16,00
6	Área de Relevante Interesse Ecológico do Córrego Mato Grande	132,13	7	4,33	3,28
7	Área de Relevante Interesse Ecológico Dom Bosco	72,66	1	1,21	1,67
8	Área de Relevante Interesse Ecológico Granja do Ipê	1.142,85	10	149,33	13,07
9	Área de Relevante Interesse Ecológico Paranoá Sul	39,91	4	27,75	69,53
10	Área de Relevante Interesse Ecológico Santuário de Vida Silvestre do Riacho Fundo	478,04	9	20,46	4,28
11	ESECAE	9.372,37	1	22,13	0,24
12	Parque Distrital do Gama	227,11	6	5,94	2,62
13	Parque Distrital dos Pequizeiros	782,73	1	0,20	0,03

Continuação

	Parques e Unidades de Conservação	Área (ha)	Número de focos	Área Queimada (ha)	Área Queimada (%)
14	Parque Distrital Ponte Alta do Gama	293,68	25	40,91	13,93
15	Parque Distrital Recanto das Emas	266,80	43	142,10	53,26
16	Parque Distrital Retirinho	625,45	23	21,58	3,45
17	Parque Distrital Riacho Fundo	437,54	21	69,72	15,94
18	Parque Distrital Rio Descoberto	317,92	4	57,35	18,04
19	Parque Ecológico Asa Sul	21,75	1	0,23	1,06
20	Parque Ecológico Bernardo Sayão	227,55	7	12,37	5,44
21	Parque Ecológico Boca da Mata	196,31	11	116,31	59,25
22	Parque Ecológico Burle Marx	280,72	11	33,42	11,90
23	Parque Ecológico Cachoeirinha	685,79	10	41,71	6,08
24	Parque Ecológico Canela de Ema	28,58	7	6,67	23,34
25	Parque Ecológico Colégio Agrícola de Brasília	527,33	8	10,50	1,99
26	Parque Ecológico Córrego da Onça	364,46	1	146,69	40,25
27	Parque Ecológico Cortado	56,83	2	1,57	2,76
28	Parque Ecológico das Sucupiras	26,02	1	0,12	0,46
29	Parque Ecológico DER	155,97	12	20,09	12,88
30	Parque Ecológico do Pipiripau	86,00	1	0,26	0,30
31	Parque Ecológico Dom Bosco	171,98	1	0,32	0,19
32	Parque Ecológico Ezechias Heringer	322,63	12	32,19	9,98
33	Parque Ecológico Garça Branca	135,80	1	4,58	3,37
34	Parque Ecológico Gatumé	148,22	34	61,19	41,28
35	Parque Ecológico Saburo Onoyama	87,50	8	8,58	9,81
36	Parque Ecológico Sobradinho	86,67	5	17,87	20,62
37	Parque Ecológico Sucupira	124,44	5	4,31	3,46
38	Parque Ecológico Taquari	79,61	9	23,78	29,87
39	Parque Ecológico Três Meninas	72,86	14	38,91	53,40
40	Parque Ecológico Varjão	63,21	7	18,81	29,76
41	Parque Ecológico Veredinha	61,08	2	2,60	4,26
42	Parque Ecológico Viva Sobradinho	93,81	3	3,20	3,41
43	Parque Pinheiros	315,57	8	18,10	5,74
44	Parque Urbano Areal	32,10	1	0,04	0,13
45	Parque Urbano Bosque dos Eucaliptos	15,32	3	1,88	12,27
46	Parque Urbano Corujas	3,16	4	1,49	47,15
47	Parque Urbano das Aves	77,96	2	4,56	5,85
48	Parque Urbano do Gama	52,87	9	2,06	3,90
49	Parque Urbano do Lago Norte	34,24	1	0,84	2,45
50	Parque Urbano Enseada	12,23	3	1,44	11,78
51	Parque Urbano Santa Maria	47,16	13	27,59	58,51
52	Parque Urbano Setor "O"	11,89	1	0,11	0,93

Continuação

	Parques e Unidades de Conservação	Área (ha)	Número de focos	Área Queimada (ha)	Área Queimada (%)
53	Reserva Biológico do Gama	612,95	14	34,54	5,64
54	Reserva Biológica do Guará	194,90	9	4,06	2,08
55	Reserva Biológica do Rio Descoberto	434,59	8	23,76	5,47
TOTAL		22.801,75	505	1.759,18	7,72

No ano de 2018, apesar do aumento no número de registro de incêndios florestais, quando comparado com os anos anteriores (2010 a 2017), observou uma diminuição da área queimada, tornando-se o ano com menor quantitativo de área queimada desde início do PROMAQ, em 2010.

Tabela 2. Quadro comparativo de ocorrências de incêndios florestais nos Parques e Unidades de Conservação nos anos de 2010 a 2017.

Ano	Parques e Unidades de Conservação com ocorrência de incêndio	Área queimada (ha)	Registro de Incêndio Florestal (RIF)
2010	28	2.290,18	127
2011	45	1.862,70	180
2012	47	2.419,92	237
2013	51	1.788,23	162
2014	44	2.932,11	191
2015	51	2.450,63	276
2016	53	3.081,55	348
2017	49	3.249,52	322
2018	55	1.715,46	505

Na Figura 104 se observa um aumento no número de registros de incêndios florestais nos Parques e UC's sob a administração do IBRAM, quando comparados ao valor médio (2010 a 2017). Esse aumento pode ser explicado pelo uso da Imagem de Satélite PlanetScope de alta resolução, que apresentou um avanço significativo no levantamento das áreas queimadas, áreas antes inacessíveis, que agora passam a serem monitoradas. Outro fator a ser considerado, é a temporalidade de análise das imagens, a cada 15 dias, podendo fazer diferenciação de áreas queimadas contíguas, o que muitas vezes não era possível em campo, ou seja, uma área queimada poderia ser considerada como somente um registro, quando na verdade poderia ser formada por diversos focos de queimadas diferentes.

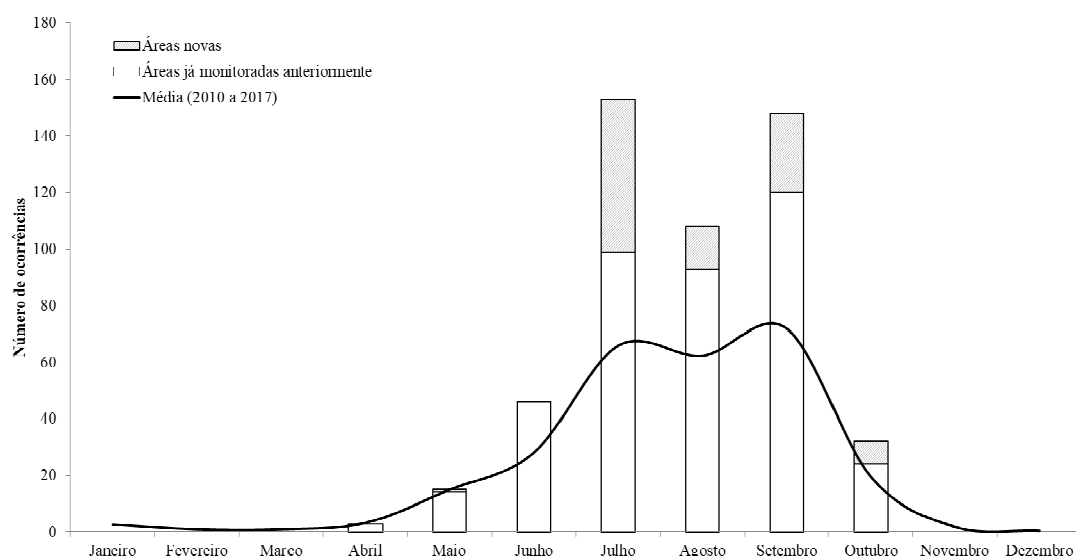


Figura 104. Número de registros de incêndios por mês.

Ao mesmo tempo, na Figura 105, pode se observar uma diminuição no quantitativo de áreas queimadas quando comparada ao valor médio. A diminuição observada se deu ao fato, dentre outros fatores, pela mudança no regime de chuvas quando comparado com anos anteriores (Figura 106 a 108). Outra possível explicação para a diminuição na quantidade de áreas queimadas deve-se ao fato do IBRAM ter contratado 100 profissionais especializados em combate a incêndios florestais, dentre brigadistas, chefe de brigadas e chefe de esquadrão, qual foram distribuídos nos parques e UC's sob a gestão do IBRAM.

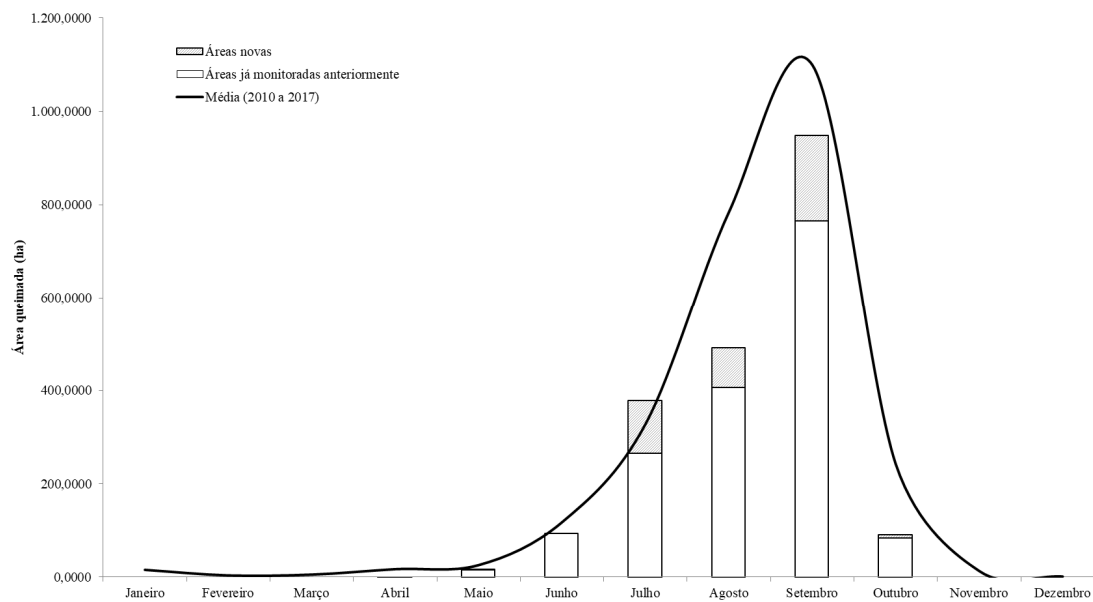


Figura 105. Quantidade de áreas queimadas por mês.

Outro fator preponderante a ser observado nas Figuras 104 e 105 (região hachurada do gráfico), foi um aumento no número de Unidades de Conservação que passaram a ser monitoradas. Ainda assim, mesmo com o aumento de áreas monitoradas, observa-se uma diminuição na quantidade de área queimada em relação ao valor médio de 2010 a 2017.

O maior quantitativo de área queimada no ano de 2018 se deu no período de abril a outubro, que coincide com a elevação da temperatura máxima média, diminuição da umidade relativa e da precipitação (Figuras 107, 108 e 109).

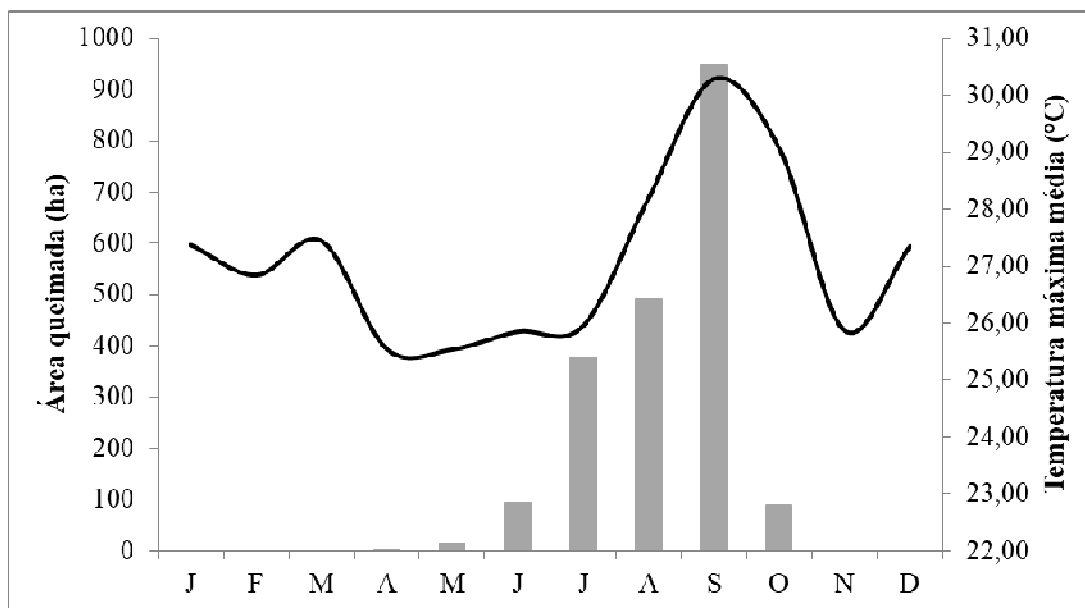


Figura 106. Área queimada (ha) x Temperatura máxima média (°C).

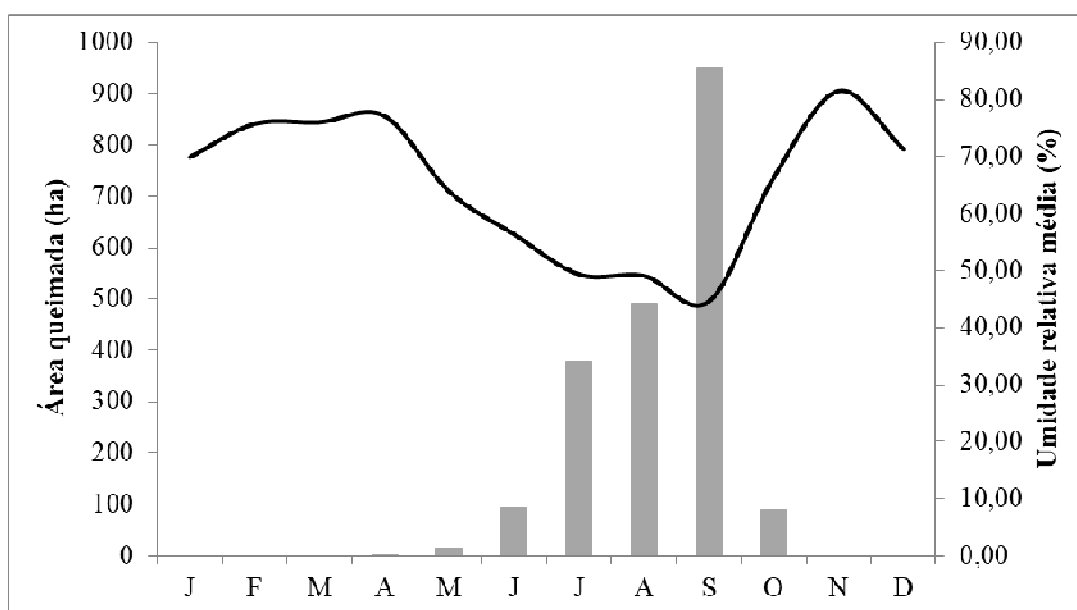


Figura 107. Área queimada (ha) x Umidade Relativa média (%).

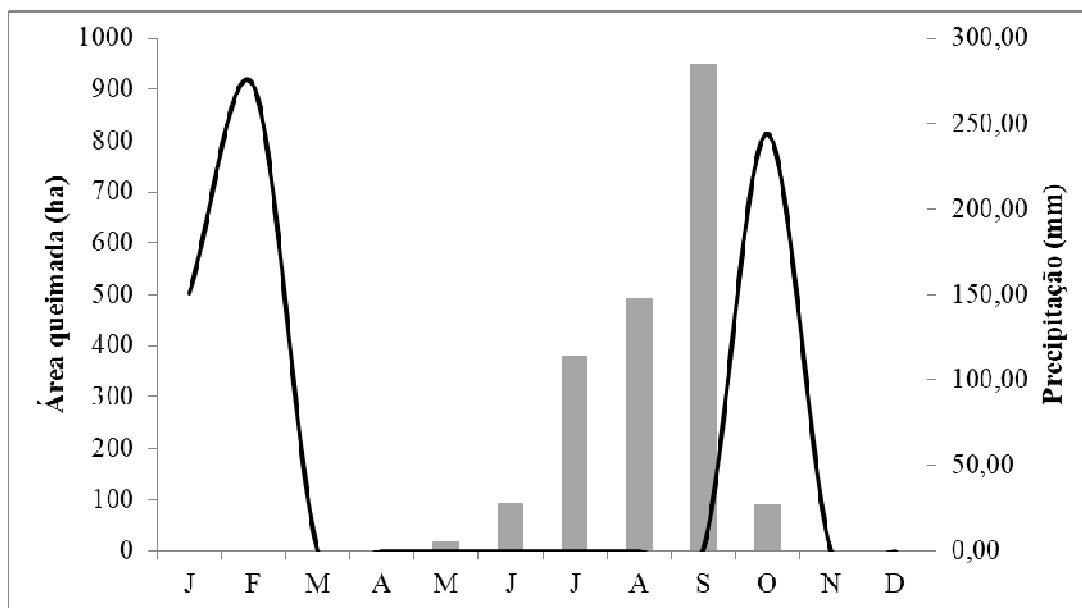


Figura 108. Área queimada (ha) x Precipitação (mm).

A distribuição do número de ocorrências é coincidente com o quantitativo de área queimada, onde se observa um maior número de ocorrências de incêndio na estação seca, de abril a outubro.

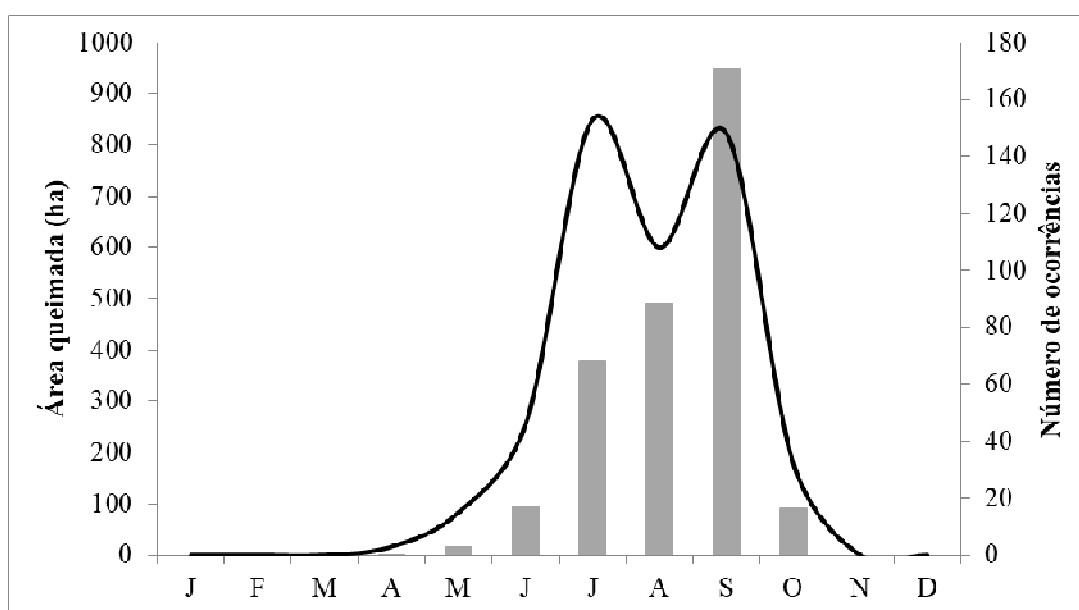


Figura 109. Distribuição das ocorrências de incêndios e área queimada no ano de 2018.

Na Tabela 3 é mostrado comparativo entre a quantidade registros de incêndios florestais, de áreas queimadas em hectares e o percentual de área queimada no período de 2010 a 2018.

Tabela 3. Comparação entre a quantidade de áreas queimadas no período de 2010 a 2018.

	Unidades de Conservação	Área (ha)	Número de Focos										Área Queimada (ha)								Área Queimada (%)								
			10	11	12	13	14	15	16	17	18	10	11	12	13	14	15	16	17	18	10	11	12	13	14	15	16	17	18
1	Área de Relevante Ecológico Córrego do Valo	62,56	*	*	*	*	*	*	*	*	5	**	**	**	**	**	**	**	**	3,51	-	-	-	-	-	-	-	5,61	
2	Área de Relevante Ecológico da Vila Estrutural	44,31	*	*	*	*	*	*	*	*	2	**	**	**	**	**	**	**	**	2,03	-	-	-	-	-	-	-	4,58	
3	Área de Relevante Ecológico do Torto (Inclui os Parques Varjão e Taquari)	212,60	*	*	*	*	*	*	*	*	9	**	**	**	**	**	**	**	**	7,01	-	-	-	-	-	-	-	3,30	
4	Área de Relevante Ecológico Juscelino Kubitschek ((Inclui os Parques Gatumé, Três Meninas, Saburo, Cortado, Boca da Mata)	2.992,53	*	*	*	*	*	*	*	*	100	**	**	**	**	**	**	**	**	529,53	-	-	-	-	-	-	-	17,70	
5	Área de Relevante Interesse Ecológico Córrego Mato Grande	132,13	*	*	*	*	*	*	*	*	7	**	**	**	**	**	**	**	**	4,33	-	-	-	-	-	-	-	3,28	
6	Área de Relevante Interesse Ecológico Cruls	55,05	*	*	2	2	*	5	5	2	2	**	**	18,27	8,98	**	7,24	13,42	15,66	8,81	-	-	33,19	16,31	-	13,15	24,38	28,44	16,00
7	Área de Relevante Interesse Ecológico do Bosque	19,57	4	2	*	1	*	*	*	*	*	2,50	2,25		0,05	**	**	**	**	**	4,00	11,50	-	0,26	-	-	-	-	-
8	Área de Relevante Interesse Ecológico Dom Bosco	72,66	*	*	*	1	1	2	3	*	1	**	**	**	**	4,52	1,29	2,82	**	1,21	-	-	-	-	6,22	1,78	3,88	-	1,67
9	Área de Relevante Interesse Ecológico Granja do Ipê	1.142,85	10	13	15	13	5	11	20	21	10	253,98	161,40	411,09	120,00	424,22	348,05	263,74	517,87	149,33	22,22	14,12	35,97	10,50	37,12	30,45	23,08	45,31	13,07
10	Área de Relevante Interesse Ecológico Paranoá Sul	39,91	2	*	1	3	1	5	1	3	4	9,03	**	38,51	34,76	29,17	19,74	24,55	35,46	27,75	14,43	-	96,49	87,10	73,09	49,47	61,51	88,85	69,53
11	Área de Relevante Interesse Ecológico Santuário de Vida Silvestre do Riacho Fundo	478,04	10	7	6	1	1	12	4	4	9	46,57	41,24	43,46	16,04	21,14	22,54	13,01	20,10	20,46	9,74	8,63	9,09	3,36	4,42	4,72	2,72	4,21	4,28
12	ESECAE	9.372,37	8	4	2	1	2	2	13	1	1	1.491,71	130,75	30,15	192,90	434,76	3,56	1.335,99	220,62	22,13	15,92	1,40	0,32	2,06	4,64	0,04	14,25	2,35	0,24
13	Monumento Natural Morro da Pedreira	90,70	*	*	*	1	*	*	*	*	*	**		**	0,04	**	**	**	**	**	-	-	-	0,04	-	-	-	-	-
14	Parque Distrital Córrego da Onça	364,46	*	1	*	1	1	1	3	1	1	**	122,87	**	221,00	62,73	155,66	53,38	60,94	146,69	-	33,71	-	60,64	17,21	42,71	14,65	16,72	40,25

Continuação

Unidades de Conservação		Área (ha)	Número de Focos									Área Queimada (ha)									Área Queimada (%)									
			10	11	12	13	14	15	16	17	18	10	11	12	13	14	15	16	17	18	10	11	12	13	14	15	16	17	18	
15	Parque Distrital do Gama Prainha	227,11	5	5	15	7	13	13	17	7	6	10,92	30,12	69,23	37,84	119,85	21,64	50,03	121,99	5,94	4,81	13,26	30,48	16,66	52,77	9,53	22,03	53,71	2,62	
16	Parque Distrital Pequizeiros	782,73	*	6	1	2	4	2	4	2	1	**	157,98	196,29	19,90	220,76	253,21	12,88	45,94	0,20	-	20,18	25,08	2,54	28,20	32,35	1,65	5,87	0,03	
17	Parque Distrital Ponte Alta do Gama	293,68	*	2	*	1	*	*	2	6	25	**	2,56	**	10,47	**	**	13,02	66,11	40,91	-	0,87	-	3,57	-	-	4,43	22,51	13,93	
18	Parque Distrital Recanto das Emas	266,80	13	14	4	12	1	14	12	23	43	30,13	31,77	136,70	122,90	215,39	154,07	195,10	166,97	142,10	11,29	11,91	51,24	46,06	80,73	57,75	73,13	62,58	53,26	
19	Parque Distrital Retirinho	625,45	3	1	9	7	9	8	12	4	23	6,67	5,87	127,89	23,57	51,91	23,11	130,82	41,61	21,58	1,07	0,94	20,45	3,77	8,30	3,69	20,92	6,65	3,45	
20	Parque Distrital Riacho Fundo	437,54	9	8	11	12	20	21	18	14	21	16,05	118,31	133,25	111,90	163,11	179,74	127,13	119,64	69,72	3,67	27,04	30,45	25,57	37,28	41,08	29,06	27,34	15,94	
21	Parque Distrital Rio Descoberto	317,92	*	1	1	4	*	8	8	8	4	**	2,02	81,13	27,16	**	173,98	26,55	93,14	57,35	-	0,64	25,52	8,54	-	54,72	8,35	29,30	18,04	
22	Parque Ecológico Águas Claras	95,48	*	1	3	2	2	2	3	2	*	**	2,67	0,12	2,31	0,71	2,75	2,30	15,79	**	-	2,80	0,13	2,42	0,74	2,88	2,41	16,54	-	
23	Parque Ecológico Asa Sul	21,75	*	1	*	1	*	*	1	*	1	**	4,85	**	0,19	**	**	3,77	**	0,23	-	22,30	-	0,87	-	-	17,33	-	1,05	
24	Parque Ecológico Bernardo Sayão	227,55	8	4	4	2	5	6	4	14	7	63,48	109,59	37,17	25,98	13,86	150,56	8,06	121,51	12,37	27,90	48,16	16,33	11,42	6,09	66,16	3,54	53,40	5,44	
25	Parque Ecológico Boca da Mata	196,31	3	7	13	6	12	13	24	9	11	150,46	124,65	175,09	93,50	141,72	155,12	166,03	156,79	116,31	76,64	63,50	89,19	47,63	72,19	79,02	84,58	79,87	59,25	
26	Parque Ecológico Burle Marx	280,72	2	6	*	*	15	9	25	20	11	3,25	22,70	**	**	34,24	82,07	88,39	95,95	33,42	1,16	8,09	-	-	12,20	29,23	31,49	34,18	11,90	
27	Parque Ecológico Cachoeirinha	685,79	2	5	7	*	*	*	*	*	10	9,35	228,10	12,76	**	**	**	**	**	41,71	1,36	33,26	1,86	-	-	-	-	-	6,08	
28	Parque Ecológico Candangolândia	53,77	*	1	4	3	1	5	3	5	0		1,42	7,78	3,35	2,85	2,42	2,20	9,12	**	-	2,64	14,47	6,23	5,30	4,50	4,09	16,96	-	
29	Parque Ecológico Canela de Ema	28,58	1	*	1	4	1	2	3	4	7	9,08	**	5,03	4,80	12,49	9,68	2,05	7,22	6,67	31,77	-	17,60	16,79	43,70	33,87	7,17	25,27	23,35	
30	Parque Ecológico Canjerana	62,27	*	1	2	*	1	1	*	*	*	**	0,85	1,18	**	0,09	1,20	**	**	**	-	1,37	1,89	-	0,14	1,93	-	-	-	
31	Parque Ecológico Colégio Agrícola de Brasília	527,33	*	2	*	*	*	1	*	*	8	**	2,90	**	**	**	1,42	**	**	**	10,50	-	0,55	-	-	-	0,27	-	-	1,99
32	Parque Ecológico Copaifbas	72,86	*	1	*	2	1	2	1	*	0	**	0,43	**	0,59	0,33	0,80	0,81	**	**	-	0,59	-	0,81	0,45	1,10	1,11	-	-	
33	Parque Ecológico Cortado	56,83	*	16	7	*	2	1	2	3	2	**	8,36	4,33	**	9,33	0,74	1,45	4,59	1,57	-	14,71	7,62	-	16,42	1,31	2,55	8,07	2,77	
34	Parque Ecológico das Garças	10,39	*	*	1	*	*	*	*	*	*	**	**	0,01	**	**	**	**	**	**	-	-	0,08	-	-	-	-	-	-	
35	Parque Ecológico das Sucupiras	26,02	2	3	2	3	2	2	3	2	1	13,14	11,03	10,38	7,28	5,33	5,82	1,35	3,64	0,12	50,50	42,39	39,89	27,98	20,48	22,35	5,19	13,98	0,45	
36	Parque Ecológico DER	155,97	*	8	8	5	14	13	9	11	12	**	68,65	26,33	15,43	67,19	78,47	38,47	45,12	20,09	-	44,01	16,88	9,89	43,08	50,31	24,66	28,93	12,88	
37	Parque Ecológico do Pipiripau	86,00	*	*	*	1	*	*	*	*	1	**	**	**	**	**	**	**	**	**	0,26	-	-	-	-	-	-	-	-	0,30
38	Parque Ecológico Dom Bosco	171,98	*	*	*	*	1	*	*	4	1	**	**	**	**	1,86	**	**	10,23	0,32	-	-	-	-	1,08	-	-	5,95	0,19	
39	Parque Ecológico Estância	32,25	*	*	1	*	*	*	2		*	**	**	0,05	**	**	**	0,63	**	**	-	-	0,15	-	-	-	1,95	-	-	

Continuação

Unidades de Conservação		Área (ha)	Número de Focos										Área Queimada (ha)								Área Queimada (%)								
			10	11	12	13	14	15	16	17	18	10	11	12	13	14	15	16	17	18	10	11	12	13	14	15	16	17	18
40	Parque Ecológico Ezechias Heringer	322,63	2	12	19	9	17	18	25	31	12	17,00	50,71	53,87	43,68	52,56	45,86	74,88	178,43	32,19	5,27	15,72	16,70	13,54	16,29	14,21	23,21	55,30	9,98
41	Parque Ecológico Garça Branca	135,80	*	*	*	*	*	1	*	*	1	**	**	**	**	**	9,34	**	**	4,58	-	-	-	-	-	6,88	-	-	3,37
42	Parque Ecológico Gatumé	148,22	2	1	1	1	1	4	4	8	34	14,21	33,74	31,66	18,13	34,25	88,47	63,48	104,30	61,19	9,59	22,76	21,36	12,23	23,11	59,69	42,83	70,37	41,28
43	Parque Ecológico Jequitibás	19,17	*	1		1	1	*	*	1	*	**	0,20	**	0,03	**	**	**	0,60	**	-	1,04	-	0,16	-	-	-	3,15	-
44	Parque Ecológico Lauro Müller	24,14	*	1	*	*	*	2	1	2	*	**	21,55	**	**	**	17,84	0,82	17,32	**	-	89,28	-	-	-	73,91	3,40	71,74	-
45	Parque Ecológico Luiz Cruls	36,98	*	1	*	*	*	1	*	1	*	**	8,37	**	**	**	8,67	**	7,33	**	-	22,63	-	-	-	23,45	-	19,83	-
46	Parque Ecológico Olhos D'Água	24,8298	*		*	*	*	*	1		*	**		**	**	**		0,13	**	**	-	-	-	-	-		0,52	-	-
47	Parque Ecológico Saburo Onoyama	87,50	*	2	4	2	6	11	3	2	8	**	2,18	10,02	1,10	0,84	0,66	5,71	5,65	8,58	-	2,49	11,45	1,26	0,96	0,76	6,53	6,46	9,81
48	Parque Ecológico São Sebastião	17,71	*	*	*	1	1	*	*	*	*	**	**	**	0,25	0,03	**	**	**	**	-	-	-	1,412	0,17	-	-	-	-
49	Parque Ecológico Sobradinho	86,67	4	*	1	3	2	6	1	4	5	12,36	**	8,31	30,22	**	**	**	**	**	14,26	-	9,59	34,87	-	-	-	-	-
50	Parque Ecológico Sobradinho II	103,40		*	4	2	*	*	*	*	*	**	**	12,06	5,31	**	**	**	**	**	-	-	11,66	-	-	-	-	-	-
51	Parque Ecológico Sucupira	124,44	2	1	10	4	4	3	3	7	5	2,05	7,85	31,52	30,95	44,95	26,02	19,63	40,23	4,31	1,65	6,31	25,33	24,87	36,12	20,91	15,77	32,33	3,46
52	Parque Ecológico Taquari	79,61	6	6	5	6	4	5	7	11	9	3,22	14,39	19,87	30,40	69,34	50,12	18,08	45,84	23,78	4,04	18,08	24,96	38,19	87,10	62,96	22,71	57,58	29,87
53	Parque Ecológico Tororó	401,28	1	2	3	2	3	4	1	3	*	46,75	178,01	212,25	24,10	130,17	57,83	67,77	125,72	**	11,65	44,36	52,89	6,01	32,44	14,41	16,89	31,33	-
54	Parque Ecológico Três Meninas	72,86	5	7	10	2	3	4	1	7	14	3,12	28,42	8,93	62,66	48,09	59,10	57,45	46,08	38,91	4,28	39,01	12,26	86,00	66,00	81,11	78,85	63,25	53,40
55	Parque Ecológico Vale do Amanhecer	36,03	*	2	4	2	*	2	3	2	*	**	1,22	8,93	4,94	**	9,32	4,03	0,89	**	-	3,39	24,78	13,71	-	25,86	11,19	2,48	-
56	Parque Ecológico Varjão (Parque Ecológico da Vila Varjão)	63,21	1	3	5	4	3	7	3	11	7	12,71	11,08	25,42	31,36	29,02	38,62	17,21	31,49	18,81	20,11	17,53	40,22	49,61	45,91	61,10	27,23	49,81	29,76
57	Parque Ecológico Veredinha	61,08	8	1	17	1	10	1	5	15	2	13,41	21,46	26,16	15,98	20,52	25,63	2,52	15,87	2,60	21,95	35,13	42,83	26,16	33,60	41,95	4,13	25,98	4,25
58	Parque Ecológico Viva Sobradinho	93,81	*	*	*	*	3	*	3	3	3	**	**	**	**	7,82	**	6,62	9,40	3,20	-	-	-	-	8,34	-	7,06	10,02	3,41
59	Parque Pinheiros	315,57	*	*	2	4	1	*	*	1	8	**	**	314,55	314,20	311,57	**	**	309,08	18,10	-	-	99,68	99,57	98,73	-	-	97,94	5,74
60	Parque Urbano Areal	32,10	*	1	5	6	4	6	3	*	1	**	20,02	8,37	2,83	1,93	2,86	0,43		0,04	-	62,37	26,07	8,82	6,01	8,90	1,34		0,13
61	Parque Urbano Bosque dos Eucaliptos	15,32	*	*	2	2	1	2	1	3	3	**	**	1,62	0,53	4,87	2,38	0,63	6,76	1,88	-	-	10,57	3,46	31,79	15,51	4,11	44,15	12,25
62	Parque Urbano Corujas	3,16	*	*	1	1	*	1	1	*	4	**	**	3,16	3,16	**	3,16	3,16	**	1,49	-	-	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-	47,20
63	Parque Urbano da Vila Estrutural	23,7847	*	*	*	*	*	*	3	*	*	**	**	**	**	**	**	0,99	**	**	-	-	-	-	-	-	4,16	-	-
64	Parque Urbano das Aves	77,96	*	2	1	1	*	3	*	2	2	**	1,52	35,23	1,33	**	13,22	**	3,04	4,56	-	1,95	45,19	1,71	-	16,95	-	3,90	5,85
65	Parque Urbano das Esculturas	6,10	*		1	1	*	1	1	1	*	**	**	6,10	0,07	**	0,00	0,67	6,10	**	-		99,99	1,15	-	0,06	10,98	100,00	-

Continuação

Unidades de Conservação	Área (ha)	Número de Focos										Área Queimada (ha)								Área Queimada (%)								
		10	11	12	13	14	15	16	17	18	10	11	12	13	14	15	16	17	18	10	11	12	13	14	15	16	17	18
66 Parque Urbano do Gama	52,87	*	2	2	2	1	4	20	5	9	**	20,30	0,88	8,78	43,24	39,14	28,46	2,91	2,06	-	38,40	1,66	16,61	81,79	74,04	53,83	5,50	3,91
67 Parque Urbano do Lago Norte	34,24	1	*	*	*	*	1	2	*	1	13,56	**	**	**	**	1,56	2,11	**	0,84	39,60	-	-	-	-	4,57	6,16	-	2,45
68 Parque Urbano do Paranoá	37,77	8	10	7	*	*	4	8	4	*	7,16	5,32	3,79	**	**	2,31	10,96	1,50	**	18,95	14,08	10,03	-	-	6,12	29,01	3,97	
69 Parque Urbano Enseada	12,23	*	*	2	1	*	2	15	3	3	**	**	0,54	8,36	**	1,49	7,64	2,32	1,44	-	-	4,41	68,34	-	12,18	62,46	18,94	11,78
70 Parque Urbano Morro do Careca	8,52	2	2	*	*	2	*	1	*	*	3,11	0,60	**	**	2,86	**	1,43	**	**	36,50	7,04	-	-	33,57	-	16,78	-	-
71 Parque Urbano Península Sul	13,37	*	*	*	1	*	*	*	*	*	**	**	**	0,43	**	**	**	**	**	-	-	-	3,22	-	-	-	-	-
72 Parque Urbano Santa Maria	47,16	*	2	4	1	3	7	11	11	13	**	28,98	4,08	37,84	20,05	10,55	31,69	28,28	27,59	-	61,45	8,65	80,24	42,52	22,38	67,20	59,97	58,50
73 Parque Urbano Setor "O"	11,89	*	*	1	*	1	1	4	2	1	**	**	0,72	**	1,55	0,90	2,39	4,63	0,11	-	-	6,06	-	13,04	7,60	20,10	38,97	0,94
74 Reserva Biológica do Descoberto	434,59	*	*	*	*	*	*	*	*	8	**	**	**	**	**	**	**	**	23,76	-	-	-	-	-	-	-	-	5,47
75 Reserva Biológica do Guará	194,90	3	1	6	4	5	14	15	7	9	25,20	13,44	25,68	10,65	37,42	43,18	52,56	70,84	4,06	12,93	6,90	13,18	5,46	19,20	22,15	26,97	36,35	2,08
76 Reserva Biológico do Gama	612,95	*	*	*	*	*	*	*	5	14	**	**	**	**	**	**	**	156,39	34,54	-	-	-	-	-	-	-	25,51	5,63

*Não foi contabilizado registro de incêndio florestal no parque ou unidade de conservação.

**Não foi mapeada área queimada no parque ou unidade de conservação

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A contratação da brigada de combate a incêndios florestais é de suma importância para prevenção e o combate aos incêndios florestais nos Parques e Unidades de Conservação. Dentre as atividades realizadas pela brigada em relação à prevenção de ocorrência de incêndios florestais, estão a confecção de aceiros, confecção de equipamentos de combate (abafadores), ações de educação ambiental, vigilância, realização de rondas, dentre outras ações, inibir a ação de vândalos e incendiários. Dentre as ações de combate estão a identificação inicial dos focos de incêndios florestais, ações de primeiro combate, bem como participar no combate em conjunto com o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – CBMDF. A Brigada de combate a incêndio florestal tem sua atuação restrita aos Parques e Unidades de Conservação sob a gestão do IBRAM e suas áreas limítrofes, cabendo ao CBMDF o combate nas demais áreas.

O fator climático, a quantidade de combustível, bem como as ações de prevenção são os principais responsáveis pelo quantitativo de área queimada nos parques e unidades de conservação. O monitoramento de área queimada deve ser usado como uma importante ferramenta para tomada de decisão em relação às ações de prevenção e combate aos incêndios florestais.

Dentre os avanços na utilização das imagens Planet Scope estão:

1. Monitoramento de áreas antes inacessíveis, por se tratarem de áreas particulares, áreas invadidas, áreas de grandes dimensões, ou mesmo por questões de segurança dos servidores do IBRAM. No ano de 2018 foram levantadas 6 unidades de conservação nunca antes monitoradas, ARIE's Córrego do Valo, Córrego Mata Grande, do Torto e Vila Estruturas; e Reserva Biológica do Descoberto;
2. Diminuição do esforço físico e no número de servidores para coleta das áreas queimadas, processo que até então era feito de maneira manual, sendo que no período crítico eram solicitados servidores de outros setores para realização da atividade;
3. Drástica diminuição nos custos para o levantamento das áreas queimadas, só no ano de 2017 foram gastos aproximadamente R\$ 46.000,00 e

realizadas 47 vistorias de campo, nesse ano os gastos são apenas para validação de algumas áreas levantadas remotamente e áreas de florestas (natural ou plantada), que ainda são de difícil identificação visual nas imagens de alta resolução;

4. Com a validação das imagens, há a possibilidade que em breve possamos automatizar o levantamento das áreas queimadas para o DF, com o uso de ferramentas de geoprocessamento;
5. Com a aquisição do sistema de alertas de áreas queimadas, comprados junto com as imagens, depois de uma validação, poderá ser considerado como primeira automação no levantamento das áreas queimadas no DF realizadas pelo IBRAM.

REFERÊNCIAS

BAPTISTA, G. M. M.; MAIA, J. M. F. Clima. In: SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE. **Águas Emendadas/Distrito Federal**. FONSECA, F. O. (org.). Brasília: Seduma, 2008. p. 101 – 109.

BRASIL. MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. SECRETARIA DE DEFESA CIVIL. **Glossário de defesa civil**: estudo de riscos e medicina de desastres. 3 ed. rev. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2004. 283p.

BRASIL. CONAMA. RESOLUÇÃO Nº 303, de 20 de março de 2002. **Dispõe sobre os parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente**. Brasília, DF, 2002.

COELHO, F. F., GUASSELLI, L. A. Análise espacial dos focos de calor, no período entre 2000 e 2006, no Estado do Rio Grande do Sul. **Anais do XIV Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto - SBSR**, Natal, RN, Brasil, 25 a 30 de abril de 2009, INPE.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – EMBRAPA. Levantamento de reconhecimento dos solos do Distrito Federal. **Boletim técnico**, nº 53. SNLCS, Rio de Janeiro, 1978.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – EMBRAPA. **Landsat - Land Remote Sensing Satellite**. Disponível em: <http://www.sat.cnpm.embrapa.br/conteudo/missao_landsat.php>. Acesso em: 28 de janeiro de 2016.

FACULDADE ON-LINE UVB. **Contabilidade Geral**: Aula 06 - Depreciação – Conceitos e Métodos. Disponível em: <http://arquivos.unama.br/nead/gol/gol_adm_5mod/contab_geral/pdf/aula06.pdf>. Acesso em: 28 de agosto de 2013.

HARIDASAN, M. Solos do Distrito Federal. In: PINTO, M. N. **Cerrado**: caracterização, ocupação e perspectiva. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1993. p. 309-330.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Distrito Federal**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=df>> . Acesso em: 15 de jan. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Mapa de Biomas do Brasil**. Brasília, 2004. 1 mapa. Escala 1:5.000.000.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAL – INPE. **Monitoramento de queimadas e incêndios**. Disponível em: <<http://www.inpe.br/queimadas>>. Acesso em 27 de jan. 2013.

MALHEIROS, P. **S10 x Ranger x Amarok**. Disponível em: <http://quatorrodas.abril.com.br/galerias/imagens/637_compa2_tx2.jpg>. Acesso em: 01 de abril de 2013.

MATOS, E. F. Incêndios Florestais. In: SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL – SEMARH. **Caderno técnico: prevenção e combate aos incêndios florestais em Unidades de Conservação**. Brasília, DF: Athalaia Gráfica e Editora. 2004. p. 19-30.

MEDEIROS, J. D. **Guia de campo: vegetação do cerrado 500 espécies**. Brasília: MMA/SFB, 2011. 532 p.

RIBEIRO, J. F., WALTER, B. M. T. As principais fitofisionomias do Bioma Cerrado. In: SANO, S. M., ALMEIDA, S. P., RIBEIRO, J. F. (org.). **Cerrado: ecologia e flora**. Brasília, DF: Embrapa Informações Tecnológicas, 2008. 2 v. 1.279 p.

SANT'ANNA, C. M., FIEDLER, N. C., MINETTE, L. J. **Controle de incêndios florestais**. Alegre, ES: UFV, 2007.

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL – SEMARH. **Caderno técnico: prevenção e combate aos incêndios florestais em Unidades de Conservação**. Brasília, DF: Athalaia Gráfica e Editora. 2004. 96 p.

SILVA JUNIOR, M. C. Cerrado. In: SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL – SEMARH. **Caderno técnico: prevenção e combate aos incêndios florestais em Unidades de Conservação**. Brasília, DF: Athalaia Gráfica e Editora. 2004. p. 13-18.

SILVA, T. B.; ROCHA, W, J. S, F; ANGELO, M. F. Quantificação e análise espacial dos focos de calor no Parque Nacional da Chapada Diamantina - BA. **Anais XVI Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto - SBSR**, Foz do Iguaçu, PR, Brasil, 13 a 18 de abril de 2013, INPE.

SOUSA, M. G. N. R. Distrito Federal. In: SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL – SEMARH. **Caderno técnico: prevenção e combate aos incêndios florestais em Unidades de Conservação**. Brasília, DF: Athalaia Gráfica e Editora. 2004. p. 7-12.

SOUZA, N. P; SILVA, E. M. G. C; TEIXEIRA, M. D.; LEITE, L. R.; REIS, A. A.; SOUZA, L. N.; JUNIOR, F. W. A.; RESENDE, T. A. Aplicação do Estimador de

Densidade kernel em Unidades de Conservação na Bacia do Rio São Francisco para análise de focos de desmatamento e focos de calor. **Anais XVI Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto - SBSR**, Foz do Iguaçu, PR, Brasil, 13 a 18 de abril de 2013.

UNESCO. **Vegetação do Distrito Federal: tempo e espaço**. 2 ed. Brasília: UNESCO, 2002. 80p.

ANEXOS

ANEXO A– Registro de Incêndio Florestal - RIF

PLANO DE PREVENÇÃO E COMBATE AOS INCÊNDIOS FLORESTAIS DO DF	
REGISTRO DE INCÊNDIO FLORESTAL	RIF
Data:	Responsável:

1 – LOCALIZAÇÃO DO INCÊNDIO
Unidade de Conservação:
Identificação do local (proximidade de córrego, via, etc.):

2 - CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA
Topografia (relevo plano, íngreme, acidentado, etc):
Situação da Área (anotar se possui cerca, vigilância, aceiro, placas, torre, brigada voluntária, etc):

3 - DADOS METEOROLÓGICOS	
Temperatura:	Vento (direção e velocidade):
Umidade Relativa:	
Índice de Inflamabilidade:	

4 - DADOS DO INCÊNDIO	
Início (caso se confirme posteriormente)	Data/hora:
	Local:
Detecção	Data/hora:
	Método:
	Responsável:
Acionamento do 193	Data/hora:
	Atendente:
	Responsável:
Extinção	Data/hora:
Causa provável:	
Área Queimada (ha):	
Vegetação Atingida:	
Fauna Atingida:	

5 - DADOS DO COMBATE						
ATIVIDADES	DATA/HORA	PESSOAL/ÓRGÃO ENVOLVIDO		EQUIPAMENTO UTILIZADO		VEÍCULOS UTILIZADOS
1- COMBATE INICIAL						
2- UNIDADE REGIONAL DO CBMDF						
3- COMUNICAÇÃO AO IBRAM						
4- REFORÇO DA COPORAÇÃO DO CBMDF						
5 - REFORÇO SUSDEC						
GASTOS EFETUADOS	ALIMENTAÇÃO:					
	COMBUSTÍVEL					
	Álcool	Litros	R\$	GLP	kilos	R\$
	Diesel	Litros	R\$	GNV	m³	R\$
	Gasolina	Litros	R\$	Óleo 2 Tempos	Litros	R\$
	Gasolina de Aviação	Litros	R\$	Querosene de Aviação	Litros	R\$
	OUTROS:					

6 - OBSERVAÇÕES E SUGESTÕES:	
SERVIDOR:	FUNÇÃO:
DATA:	ASSINATURA:

ANEXO B – Classificação por quantidade de registros de incêndios florestais.

	Unidades de Conservação	Área (ha)	Número de focos	Área Queimada (ha)	Área Queimada (%)
			2018	2018	2018
1	Área de Relevante Ecológico Juscelino Kubitschek (Inclui os Parques Gatumé, Três Meninas, Saburo, Cortado, Boca da Mata)	2.992,53	157	635,20	21,23
2	Parque Distrital Recanto das Emas	266,80	43	142,10	53,26
3	Parque Ecológico Gatumé	148,22	34	61,19	41,28
4	Parque Distrital Ponte Alta do Gama	293,68	25	40,91	13,93
5	Parque Distrital Retirinho	625,45	23	21,58	3,45
6	Parque Distrital Riacho Fundo	437,54	21	69,72	15,94
7	Área de Relevante Ecológico do Torto (Inclui os Parques Varjão e Taquari)	212,60	20	45,30	21,31
8	Parque Ecológico Três Meninas	72,86	14	38,91	53,40
9	Reserva Biológico do Gama	612,95	14	34,54	5,63
10	Parque Urbano Santa Maria	47,16	13	27,59	58,50
11	Parque Ecológico DER	155,97	12	20,09	12,88
12	Parque Ecológico Ezechias Heringer	322,63	12	32,19	9,98
13	Parque Ecológico Boca da Mata	196,31	11	116,31	59,25
14	Parque Ecológico Burle Marx	280,72	11	33,42	11,90
15	Área de Relevante Interesse Ecológico Granja do Ipê	1.142,85	10	149,33	13,07
16	Parque Ecológico Cachoeirinha	685,79	10	41,71	6,08
17	Área de Relevante Interesse Ecológico Santuário de Vida Silvestre do Riacho Fundo	478,04	9	20,46	4,28
18	Parque Ecológico Taquari	79,61	9	23,78	29,87
19	Parque Urbano do Gama	52,87	9	2,06	3,91
20	Reserva Biológica do Guará	194,90	9	4,06	2,08
21	Parque Ecológico Colégio Agrícola de Brasília	527,33	8	10,50	1,99
22	Parque Ecológico Saburo Onoyama	87,50	8	8,58	9,81
23	Parque Pinheiros	315,57	8	18,10	5,74
24	Reserva Biológica do Descoberto	434,59	8	23,76	5,47
25	Área de Relevante Interesse Ecológico Córrego Mato Grande	132,13	7	4,33	3,28

Continuação

Unidades de Conservação		Área (ha)	Número de focos 2018	Área Queimada (ha) 2018	Área Queimada (%) 2018
26	Parque Ecológico Bernardo Sayão	227,55	7	12,37	5,44
27	Parque Ecológico Canela de Ema	28,58	7	6,67	23,35
28	Parque Ecológico Varjão	63,21	7	18,81	29,76
29	Parque Distrital do Gama	227,11	6	5,94	2,62
30	Área de Relevante Ecológico Córrego do Valo	62,56	5	3,51	5,61
31	Parque Ecológico Sobradinho	86,67	5	17,87	20,62
32	Parque Ecológico Sucupira	124,44	5	4,31	3,46
33	Área de Relevante Interesse Ecológico Paranoá Sul	39,91	4	27,75	69,53
34	Parque Distrital Rio Descoberto	317,92	4	57,35	18,04
35	Parque Urbano Corujas	3,16	4	1,49	47,20
36	Parque Ecológico Viva Sobradinho	93,81	3	3,20	3,41
37	Parque Urbano Bosque dos Eucaliptos	15,32	3	1,88	12,25
38	Parque Urbano Enseada	12,23	3	1,44	11,78
39	Área de Relevante Ecológico da Vila Estrutural	44,31	2	2,03	4,58
40	Área de Relevante Interesse Ecológico Cruls	55,05	2	8,81	16,00
41	Parque Ecológico Cortado	56,83	2	1,57	2,77
42	Parque Ecológico Veredinha	61,08	2	2,60	4,25
43	Parque Urbano das Aves	77,96	2	4,56	5,85
44	Área de Relevante Interesse Ecológico Dom Bosco	72,66	1	1,21	1,67
45	ESECAE	9.372,37	1	22,13	0,24
46	Parque Distrital Córrego da Onça	364,46	1	146,69	40,25
47	Parque Distrital Pequizeiros	782,73	1	0,20	0,03
48	Parque Ecológico Asa Sul	21,75	1	0,23	1,05
49	Parque Ecológico das Sucupiras	26,02	1	0,12	0,45
50	Parque Ecológico do Pipiripau	86,00	1	0,26	0,30
51	Parque Ecológico Dom Bosco	171,98	1	0,32	0,19
52	Parque Ecológico Garça Branca	135,80	1	4,58	3,37
53	Parque Urbano Areal	32,10	1	0,04	0,13
54	Parque Urbano do Lago Norte	34,24	1	0,84	2,45

Continuação

Unidades de Conservação	Área (ha)	Número de focos	Área Queimada (ha)	Área Queimada (%)
		2018	2018	2018
55 Parque Urbano Setor "O"	11,89	1	0,11	0,94
TOTAL	22.801,75	505	1.715,46	7,52

ANEXO C - Classificação por tamanho de área queimada.

Unidades de Conservação	Área (ha)	Número de focos	Área Queimada (ha)	Área Queimada (%)
		2018	2018	2018
1 Área de Relevante Ecológico Juscelino Kubitschek (Inclui os Parques Gatumé, Três Meninas, Saburo, Cortado, Boca da Mata)	2.992,53	157	635,20	21,23
2 Área de Relevante Interesse Ecológico Granja do Ipê	1.142,85	10	149,33	13,07
3 Parque Distrital Córrego da Onça	364,46	1	146,69	40,25
4 Parque Distrital Recanto das Emas	266,80	43	142,10	53,26
5 Parque Ecológico Boca da Mata	196,31	11	116,31	59,25
6 Parque Distrital Riacho Fundo	437,54	21	69,72	15,94
7 Parque Ecológico Gatumé	148,22	34	61,19	41,28
8 Parque Distrital Rio Descoberto	317,92	4	57,35	18,04
9 Área de Relevante Ecológico do Torto (Inclui os Parques Varjão e Taquari)	212,60	20	45,30	21,31
10 Parque Ecológico Cachoeirinha	685,79	10	41,71	6,08
11 Parque Distrital Ponte Alta do Gama	293,68	25	40,91	13,93
12 Parque Ecológico Três Meninas	72,86	14	38,91	53,40
13 Reserva Biológico do Gama	612,95	14	34,54	5,63
14 Parque Ecológico Burle Marx	280,72	11	33,42	11,90
15 Parque Ecológico Ezechias Heringer	322,63	12	32,19	9,98
16 Área de Relevante Interesse Ecológico Paranoá Sul	39,91	4	27,75	69,53
17 Parque Urbano Santa Maria	47,16	13	27,59	58,50
18 Parque Ecológico Taquari	79,61	9	23,78	29,87
19 Reserva Biológica do Descoberto	434,59	8	23,76	5,47
20 ESECAE	9.372,37	1	22,13	0,24
21 Parque Distrital Retirinho	625,45	23	21,58	3,45

Continuação

Unidades de Conservação	Área (ha)	Número de focos 2018	Área Queimada (ha) 2018	Área Queimada (%) 2018
22 Área de Relevante Interesse Ecológico Santuário de Vida Silvestre do Riacho Fundo	478,04	9	20,46	4,28
23 Parque Ecológico DER	155,97	12	20,09	12,88
24 Parque Ecológico Varjão	63,21	7	18,81	29,76
25 Parque Pinheiros	315,57	8	18,10	5,74
26 Parque Ecológico Sobradinho	86,67	5	17,87	20,62
27 Parque Ecológico Bernardo Sayão	227,55	7	12,37	5,44
28 Parque Ecológico Colégio Agrícola de Brasília	527,33	8	10,50	1,99
29 Área de Relevante Interesse Ecológico Cruls	55,05	2	8,81	16,00
30 Parque Ecológico Saburo Onoyama	87,50	8	8,58	9,81
31 Parque Ecológico Canela de Ema	28,58	7	6,67	23,35
32 Parque Distrital do Gama Prainha	227,11	6	5,94	2,62
33 Parque Ecológico Garça Branca	135,80	1	4,58	3,37
34 Parque Urbano das Aves	77,96	2	4,56	5,85
35 Área de Relevante Interesse Ecológico Córrego Mato Grande	132,13	7	4,33	3,28
36 Parque Ecológico Sucupira	124,44	5	4,31	3,46
37 Reserva Biológica do Guará	194,90	9	4,06	2,08
38 Área de Relevante Ecológico Córrego do Valo	62,56	5	3,51	5,61
39 Parque Ecológico Viva Sobradinho	93,81	3	3,20	3,41
40 Parque Ecológico Veredinha	61,08	2	2,60	4,25
41 Parque Urbano do Gama	52,87	9	2,06	3,91
42 Área de Relevante Ecológico da Vila Estrutural	44,31	2	2,03	4,58
43 Parque Urbano Bosque dos Eucaliptos	15,32	3	1,88	12,25
44 Parque Ecológico Cortado	56,83	2	1,57	2,77
45 Parque Urbano Corujas	3,16	4	1,49	47,20

Continuação

Unidades de Conservação		Área (ha)	Número de focos 2018	Área Queimada (ha) 2018	Área Queimada (%) 2018
46	Parque Urbano Enseada	12,23	3	1,44	11,78
47	Área de Relevante Interesse Ecológico Dom Bosco	72,66	1	1,21	1,67
48	Parque Urbano do Lago Norte	34,24	1	0,84	2,45
49	Parque Ecológico Dom Bosco	171,98	1	0,32	0,19
50	Parque Ecológico do Pipiripau	86,00	1	0,26	0,30
51	Parque Ecológico Asa Sul	21,75	1	0,23	1,05
52	Parque Distrital Pequizeiros	782,73	1	0,20	0,03
53	Parque Ecológico das Sucupiras	26,02	1	0,12	0,45
54	Parque Urbano Setor "O"	11,89	1	0,11	0,94
55	Parque Urbano Areal	32,10	1	0,04	0,13
TOTAL		22.801,75	505	1.715,46	7,52